



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Estefânia Gonçalves Silva

**Conciliação pessoal, familiar e profissional
de mulheres imigrantes residentes no distrito
de Braga**

dezembro de 2014



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Estefânia Gonçalves Silva

**Conciliação pessoal, familiar e profissional
de mulheres imigrantes residentes no distrito
de Braga**

Tese de Doutoramento em Psicologia
Especialidade em Psicologia Social

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Maria da Conceição de Oliveira
Carvalho Nogueira**

e co-orientação da
Professora Doutora Ana Sofia Antunes das Neves

dezembro de 2014

DECLARAÇÃO

Nome: Estefânia Gonçalves Silva

Endereço eletrónico: estefaniapsi@hotmail.com

Título da Tese de Doutoramento: Conciliação pessoal, familiar e profissional de mulheres imigrantes residentes no distrito de Braga

Orientadoras: Professora Doutora Maria da Conceição Nogueira
Professora Doutora Ana Sofia Neves

Ano de conclusão: 2014

Ramo de Conhecimento do Doutoramento: Psicologia

Ramo de Especialidade: Psicologia Social

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 17 de Dezembro de 2014

Assinatura: _____

(Estefânia Gonçalves Silva)

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, ____ de _____ de _____

Nome completo: _____

Assinatura: _____

*Ao António e à Ema,
Com todo o meu amor*

AGRADECIMENTOS

Embarcar numa viagem com rumo a um outro lugar, em que o saber, a descoberta e a investigação académica deram forma e corpo à minha bagagem, revelou ser um percurso longo cuja rota mostrou-se solitária e de encontros, de sossegos e desassossegos, de transformação e crescimento que me reconstruíram como pessoa, como profissional e como investigadora.

Neste percurso de vivências, de partilha e de construção não poderia esquecer nem deixar de exprimir o meu sincero agradecimento a todo o conjunto de pessoas, que direta e/ou indiretamente, estiveram por “detrás” de todo este cenário e que deixaram marcada a sua impressão fazendo deste sonho e desta viagem uma meta alcançada. A gratidão e o profundo apreço que sinto dificilmente será transmitido e não se esgota nestas poucas palavras.

Começo por expressar o meu sincero agradecimento para com as minhas orientadoras de tese, Professora Doutora Conceição Nogueira e Professora Doutora Ana Sofia Neves por me terem desafiado a sonhar mais alto. Agradeço o total apoio manifestado, a disponibilidade permanente, o rigor, o incentivo, a compreensão e a amizade com que me acompanharam ao longo deste percurso. Devo-lhes grande parte da minha formação na investigação que muito contribuiu para o meu olhar e luta feminista socialmente comprometido e, por isso, têm sido para mim, ao longo destes anos, uma inspiração e um exemplo.

Gostaria de manifestar o meu reconhecimento para com todas as mulheres imigrantes que generosamente acederam participar na investigação. Não esqueço a forma amável que comigo partilharam o seu tempo, as suas vivências, os seus sentimentos, as suas expectativas, os seus sonhos e os seus afetos. A experiência humana e afetiva de as ouvir na primeira pessoa sobre os quotidianos das suas vidas constitui seguramente um dos resultados mais gratificantes deste projeto. Para elas, o meu sentido obrigado e espero ter conseguido dar voz às suas vozes.

Tão-pouco posso deixar de incluir neste agradecimento todas as instituições que se disponibilizaram a fornecer informação sobre a realidade das mulheres imigrantes e que ajudaram no acesso à recolha de participantes para o estudo, especialmente, às técnicas dos Centros Locais de Apoio ao Imigrante de Guimarães e Braga e das Instituições Particulares de Solidariedade Social do distrito.

Dirijo ainda uma palavra de muito apreço ao Aurélio pelo seu apreciável contributo no acesso às mulheres imigrantes. Ao Gustavo, por todo o trabalho de formatação da tese. À Marina, pela leitura atenta, ao mesmo tempo que desfrutava da felicidade de ter a seus braços o seu pequeno Ega e se aventurava a arriscar num outro país a sua sorte. À Emília, por toda a generosidade e pelo acolhimento caloroso nas minhas viagens a Lisboa.

Um agradecimento especial à Joana Topa, minha companheira de luta e minha cúmplice nos momentos de ansiedade, de angústia, de desilusões mas também das histórias risíveis. Obrigada pelo apoio e pela profunda amizade que nos une, que tornaram a rota desta viagem menos solitária.

À minha família pelo amor incondicional que me foram transmitindo ao longo desta etapa. À minha mãe, pela preocupação, ternura e incentivo nos momentos mais difíceis. Ao meu pai, pelo sentido de responsabilidade e perseverança que sempre me transmitiu. Agradeço-vos, ainda, todo o suporte e presença constante, quando se tornava complexo assegurar o desafio de articular a função de mãe, profissional e investigadora.

Ao António, por embarcares comigo nesta viagem adiando dos teus sonhos para fazeres deste o nosso projeto. Pela coragem, segurança e determinação com que sempre me amparaste não me deixando vacilar quando tudo parecia tão difícil. Pelas ausências mais do que presenças, por escutares os meus medos e anseios e por teres sempre acreditado que era possível. Por tudo o que já construímos e conquistamos, partilhar os meus dias contigo tem sido uma verdadeira experiência de amor. Obrigada por TUDO.

Por último mas não menos importante, à minha filha Ema, que nasceu, deu os primeiros passos, disse as primeiras palavras e tem crescido ao colo deste desafio. Sem ti, o esboçar e resultado final desta viagem não teria o mesmo significado. Relembro a velocidade com que te dirigias a mim para me abraçar tão fortemente quando eu trabalhava horas a fio. Tens sido para mim o sentido que dá vida aos meus dias e é por ti que abraço os sonhos no alcance de um futuro possível.

A todos e a todas retribuo com um abraço largo e nele conto guardar os melhores desejos e a minha sincera gratidão.

Conciliação pessoal, familiar e profissional de mulheres imigrantes residentes no distrito de Braga

Resumo

Num contexto de globalização, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional assume um papel preponderante na análise sobre a feminização das migrações. Porém, o conhecimento das dinâmicas existentes nas famílias imigrantes, especialmente, no modo como as mulheres imigrantes organizam as suas vidas familiares e quais as suas modalidades de ação em termos de conciliação, é ainda insuficiente em Portugal (Marques & Góis, 2012).

Neste sentido, a presente investigação, de carácter qualitativo e inserida no paradigma crítico oferecido pelo construcionismo social e feminismo, tem como objetivo principal caracterizar e analisar as vivências e os discursos de mulheres imigrantes acerca da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, bem como, compreender e conhecer as estratégias utilizadas por estas mulheres para facilitar a conciliação. Para tal, a base empírica foi constituída por trinta mulheres imigrantes de nacionalidade brasileira, cabo-verdiana e ucraniana a residir no distrito de Braga.

Partindo da metodologia de análise temática e da análise aos auto-registos individuais de utilização do tempo, os resultados mostram um padrão regular e assimétrico das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças, que coloca as mulheres imigrantes, no país recetor, em situações de maior sobrecarga do que no país de origem, pela ausência de suporte familiar, financeiro e social. A maternidade e os cuidados com os/as filhos/as influenciam a vida profissional, onde a interrupção ou abandono deste percurso é frequente. Denota-se uma diversidade na utilização de estratégias, que variam em função das suas estruturas familiares, das suas condições socioeconómicas e do tipo de trabalho. Na tentativa de responder aos dilemas da conciliação, estas mulheres vão legitimando a sua submissão que culmina numa posição normalizadora com as práticas assimétricas a que estão sujeitas, o que reforça o esquema da desigualdade. Assim, podemos concluir que o poder político e económico do país recetor acentua a feminização dos papéis tradicionais de género onde configura uma desigual conquista das mulheres em relação aos homens no espaço familiar e profissional.

Palavras-chave: Imigração feminina, conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

The reconciliation of private, family and professional life of immigrant women living in Braga's district.

Abstract

In a globalized context, reconciling private, family and professional life assumes a preponderant part on the feminization of migration analyses. However, the knowledge of the existing dynamics among immigrant families is still scarce in Portuguese academic literature, specially on how immigrant women organize their family lives and what are de action modalities in terms of reconciliation (Marques & Góis, 2012).

In this sense, the main objective of this research is to characterize and analyze the immigrant women experiences and speeches about their private, family and professional life reconciliation, as well as to know the strategies used by these women to ease this reconciliation. The research is based on a qualitative approach and is inserted in the critical paradigm offered by social and feminism constructionism and the empirical basis was built by thirty Brazilian, Cape verdean and Ukrainian immigrant women, living in Braga's district.

Using thematic analysis methodology and analyses of individual self-record time use, the results show a regular and asymmetric pattern of the domestic chores and child care, that places immigrant women, on the receiving country, in a bigger overload situation than in the country of origin, by the absence of family, financial and social support. Motherhood and child care influence the professional life, and it is often interrupted and abandoned. Furthermore, it is denoted a diversity in the use of strategies that vary according to their family structures, their social economics conditions and the type of work they perform. In the attempt to respond towards reconciliations dilemmas, these women are legitimizing their submission that culminates in a normative position with asymmetric practices to which they are subject and, consequently, strengthening the inequality scheme. Thus, we conclude that the political and economical power of the receiving country aggravates the feminization of traditional gender roles where we can see an unequal achievement of women relative to men in professional and family spaces.

Key-words: Women's immigration; private, family and professional reconciliation.

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
CAPÍTULO I	11
FLUXOS MIGRATÓRIOS DE (E PARA) PORTUGAL: EVOLUÇÃO, ESPECIFICIDADES E FEMINIZAÇÃO	11
1. A Evolução da Imigração em Portugal	13
2. Imigração Feminina em Portugal: Singularidades	21
2.1. Comunidade Brasileira	23
2.2. Comunidade Cabo-Verdiana	25
2.3. Comunidade Ucraniana	26
3. As mulheres como protagonistas e/ou figurantes no processo da imigração.....	28
CAPÍTULO II	47
A CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL:	
OLHARES TEÓRICOS	47
1. Contornos conceituais: trabalho e família.....	49
2. A relação família-trabalho: contextualização da problemática.....	52
3. Modelos compreensivos da relação existente entre trabalho e família	54
4. Género e conciliação trabalho/família.....	61
5. Políticas de conciliação nos planos nacionais e europeus para a igualdade.....	71
CAPÍTULO III	79
AS MULHERES IMIGRANTES E A CONCILIAÇÃO: UMA REALIDADE POR DESCORTINAR	79

1.	As implicações da migração na vida familiar, profissional e pessoal: a difícil conciliação	81
2.	Auscultação da realidade empírica: imigração e conciliação	90
	Síntese integrativa	100
	PARTE II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	103
	CAPÍTULO IV	105
	DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	105
1.	Pressupostos teóricos e epistemológico	107
1.1.	Construcionismo social.....	107
1.2.	A teoria crítica	113
1.3.	Género e feminismos	114
2.	Problemática da investigação, objetivos e perguntas de partida	116
2.1.	Objetivos.....	118
2.2.	Perguntas de partida	119
3.	Caracterização das participantes	119
4.	Procedimentos de investigação.....	127
4.1.	Recolha de dados.....	127
4.2.	A técnica de entrevista como instrumento de coleta de dados	129
4.3.	O registo individual de utilização do tempo como instrumento de coleta de dados	131
5.	Métodos de análise dos dados.....	133
5.1.	Análise temática.....	133
	CAPÍTULO V	137
	VIVÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL DE MULHERES IMIGRANTES	137
1.	Apresentação de resultados.....	139
1.1.	Percursos migratórios no feminino – motivações, constrangimentos e facilidades.....	140

1.1.1. Trajetória de Imigração	141
1.1.2. Constrangimentos e facilidades da imigração	144
1.2. Dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as, as tarefas domésticas e uma vida a dois	151
1.2.1. Cuidar dos/as filhos/as	151
1.2.2. Organização do trabalho doméstico	163
1.2.3. Relacionamento Amoroso.....	175
1.3. Vida profissional: articular com a família	178
1.3.1. Perda de identidade profissional.....	179
1.3.2. Exigências e condições de trabalho	183
1.3.3. Discriminação e desigualdades na inserção laboral.....	188
1.4. Identificação de medidas facilitadoras de conciliação trabalho e família.....	191
2. Utilização do tempo e duração das atividades das mulheres imigrantes em Portugal e seus companheiros	195
2.1. Os usos do tempo	195
2.1.1. Duração e gestão do trabalho remunerado	195
2.1.2. O tempo dedicado ao trabalho doméstico.....	197
2.1.3. Tempo despendido nos cuidados prestados aos/às filhos/as	198
2.1.4. Tempo para o lazer e para a vida pessoal.....	200
2.1.5. Tempo para o descanso noturno	202
2.1.6. Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo o sexo e nacionalidade.....	203
2.2. Um olhar conclusivo sobre os usos do tempo repartido entre homens e mulheres.....	206
3. Discussão de resultados	207
REFLEXÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229
ANEXOS	263
Anexo I Pedido de colaboração a associações de imigrantes e/ou instituições	265

Anexo II Consentimento informado.....	269
Anexo III Protocolo de entrevista.....	273
Anexo IV Registo individual de utilização do tempo	281

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Tempo médio semanal em horas de trabalho remunerado de mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros.....	196
Gráfico 2: Tempo médio semanal em horas dedicado ao trabalho doméstico pelas mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros	198
Gráfico 3: Tempo médio semanal em horas gasto com os cuidados com os/as filhos/as de mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros	199
Gráfico 4: Tempo médio semanal em horas dedicado ao lazer de mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros.....	201
Gráfico 5: Tempo médio semanal em horas de descanso noturno de mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros.....	202
Gráfico 6: Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo as mulheres brasileiras	204
Gráfico 7: Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo os homens..	204
Gráfico 8: Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo as mulheres cabo-verdianas	205
Gráfico 9: Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo os homens..	206

Índice de tabelas

Tabela 1	Dados sociodemográficos das participantes de nacionalidade brasileira.....	122
Tabela 2	Dados sociodemográficos das participantes de nacionalidade cabo-verdiana	124
Tabela 3	Dados sociodemográficos das participantes de nacionalidade ucraniana	126
Tabela 4	Principais temas do estudo.....	139
Tabela 5	Temas e subtemas do estudo	140
Tabela 6	Subtemas do tema “percursos migratórios femininos–motivações, constrangimentos e facilidades”	141
Tabela 7	Subtemas do tema “dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as, as tarefas domésticas e uma vida a dois”	151
Tabela 8	Subtemas do tema “vida profissional: articular com a família”	179
Tabela 9	Medidas facilitadoras de conciliação entre trabalho e família	191

Índice de Siglas

ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
AMI	Assistência Médica Internacional
CEDAW	Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIDM	Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CLAII	Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes
EIGE	European Institute for Gender Equality
EQLS	European Quality of Life Survey
ESS	European Social Survey
ILO	International Labour Organization
INSTRAW	United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOM	Organização Internacional das Migrações
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PII	Plano para a Integração dos/as Imigrantes
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SEF	Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
UN	United Nations
UNFPA	United Nations Populations Found
UNIFEM	United Nations Development Fund for Women

INTRODUÇÃO

Se recuarmos numa viagem ao passado, é possível encontrar na história de Portugal um cenário de constante mobilidade que sempre caracterizou a nossa sociedade. Nas últimas três décadas, este movimento contínuo, constituído por múltiplas faces coloridas, onde, atualmente, os rostos femininos ganham expressão, é considerado como um dos aspetos mais relevantes da demografia portuguesa e da globalização, tendo contribuído decisivamente para moldar a paisagem humana das migrações no nosso país. Este aumento significativo dos movimentos migratórios despontaram para um novo paradigma da realidade social levando a que dimensões como a diversidade, complexidade e heterogeneidade se tenham transformado em objeto de estudo (Neves, 2007), tornando-se uma temática politicamente relevante.

Porém, apesar das migrações e das relações sociais de género serem uma área de estudos com alguma visibilidade no seio académico e científico, os estudos e debates produzidos, até então, e em torno da população imigrante nem sempre sustentaram a análise das migrações a partir de uma ótica genderizada, desvalorizando-se assim a crescente *feminização* (Castles & Miller, 2003) ou *genderização* das migrações (Yamanaka & Pippier, 2006). É notória a escassez de linhas de investigação, de espaços de discussão e de investigadores/as que se dediquem sistematicamente a esta problemática com um enfoque de género ou a partir de uma grelha de análise feminista. Se atentarmos sobre o contexto português, ainda se verifica uma grande invisibilidade, ou seja, a pesquisa é ainda muito fragmentada e pontual. Além disso, quando nos direcionamos para a nossa área de investigação específica, e que se prende com a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional nas mulheres imigrantes, há a realçar a insuficiência de estudos, quer a nível nacional quer no contexto internacional. As poucas análises que focaram este aspeto fizeram-no de uma forma dispersa, favorecendo um olhar homogéneo que mascara as assimetrias e que não reconhece a diversidade das experiências das mulheres.

A conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional está enquadrada no conjunto de políticas para a promoção da igualdade de género e no plano de integração efetiva dos/as imigrantes, assumindo ser uma problemática de interesse científico, atraindo a atenção de diversas disciplinas do mundo académico, como por exemplo, a Psicologia, Sociologia, Ciência Política, Economia, entre outras. Como um campo que cruza o público e o privado, impõe exigências às famílias que se tornam verdadeiros dilemas quando inseridos numa sociedade em mudança, em que a multiplicidade, instabilidade e flexibilidade acompanham os seus

quotidianos. De facto, as alterações inerentes ao fenómeno migratório envolvem todas as dimensões de organização social dos/as migrantes, incluindo, a da vida familiar e profissional, o que permite que as famílias se encontrem duplamente em transformação (Godinho, 2010).

Se a conciliação pode representar múltiplas dependências, a migração e as condições em que esta se processa podem representar um risco acrescido e constituir um reforço das vulnerabilidades (Crenshaw, 1991; Peixoto, et al., 2006; Miranda, 2009; Neves, 2008; Neves, 2010b, 2010b), em especial, para as mulheres imigrantes, sendo estas caracterizadas como um dos grupos mais vulneráveis às mudanças da reconciliação (Marques & Góis, 2012; Monteiro & Portugal, 2013; Wall & São José, 2004).

Neste atravessar fronteiras, as mulheres imigrantes podem ser confrontadas com fragilidades que agravam e tornam mais complexa a resolução da conciliação. As condições laborais de elevada precariedade caracterizadas por situações de exploração laboral, por longas e intensas jornadas, com horários atípicos e desproteção dos seus direitos (Moreno-Jiménez Rodriguez, 2012; Peixoto, et al., 2006) associadas às dificuldades no acesso a instituições de apoio à infância e à ausência e/ou limitação de recursos e de apoio, familiar, social, económico (Wall, Nunes & Matias, 2005a) colocam as mulheres numa situação em que sentem que o direito a conciliar a vida pessoal, familiar e profissional lhes é negado (Parella, 2009). A acentuação e reforço dos papéis tradicionais após a migração, com o aumento e assimetria da responsabilidade familiar, sobrecarregam as mulheres imigrantes que, através dos limites impostos ao uso do seu tempo pessoal, procuram evitar que se instale o irremediável nas suas vidas. Assim, esta tentativa de encontrar um equilíbrio face às dificuldades sentidas potencia consequências negativas para o bem-estar, restringe as opções e reverte-se de forma grave na vida destas mulheres (International Labor Organization - ILO, 2010), onde o risco de discriminação se acentua quando se entrecruzam pertenças identitárias específicas, como a nacionalidade, idade, qualificações.

Ao se relacionar os diferentes padrões de vulnerabilidade a que estas mulheres estão expostas à importância que ocupam no crescimento demográfico do nosso país, analisar a questão da conciliação conhecendo a heterogeneidade e as suas especificidades, poderá permitir o desenho de estratégias de forma concertada e adaptada, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida e de uma integração efetiva no país.

Dentro deste quadro, valorizar a diversidade e conhecer as singularidades que se podem encontrar quando se fala de mulheres imigrantes, foi uma das motivações que impulsionaram este projeto de investigação. Considerando, tal como nos refere Tavares (2008), que a história não é um registo neutro do passado mas sim um produto escrito a partir de posições assumidas, reinscrever as mulheres na história das migrações, dando-lhes a oportunidade de se fazerem ouvir e de contarem a sua história na primeira pessoa, tornando-se protagonistas principais deste processo, permitirá construir uma outra visão da própria história.

Assim e como garantia da difusão das suas vozes, desta investigação sobressai a valorização de uma metodologia de cariz qualitativo que tem como objetivo principal caracterizar e analisar as vivências e os discursos de mulheres imigrantes brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas no que concerne à conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

Encaramos, portanto, esta dissertação de doutoramento como um projeto que descreve um trabalho de análise, de investigação, de desconstrução e de reflexão feito ao longo de vários anos e que se inscreve nos estudos imigratórios, de género e da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. Ancorada numa perspetiva feminista crítica e nos pressupostos do construcionismo social, esta investigação desafia as instituições e valores sociais dominantes que reproduzem representações assimétricas com implicações na vida das mulheres imigrantes e compromete-se com a mudança social a partir da análise de fatores estruturais, políticos e culturais (Neves & Nogueira, 2004) que enformam os problemas das comunidades e populações. Pretendemos assim, retratar as histórias e quotidianos de quem tem sido silenciado/a, secundarizado/a e ofuscado/a pelos discursos das migrações, não potenciando este estudo, apenas um contributo teórico na leitura das migrações, mas também um contributo social e político.

Para que esta introdução não fique incompleta, partilhamos convosco um pouco mais da história da construção deste trabalho.

A presente dissertação está organizada em duas partes: enquadramento teórico e investigação empírica, totalizando cinco capítulos que pretendem sintetizar e ilustrar todo o trabalho realizado.

A primeira parte, constituída pelos principais contributos teóricos que fundamentaram este projeto, subdivide-se em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado, *Fluxos Migratórios de*

(e para) *Portugal: Evolução, Especificidades e Feminização*, versa sobre o desenvolvimento histórico e estado atual das dinâmicas migratórias em Portugal e apresenta as singularidades da imigração feminina, em especial, dos fluxos migratórios das comunidades em análise. Termina com a identificação e exploração de alguns estudos científicos realizados sobre a imigração feminina, que dão conta da crescente *feminização* das migrações (Castles & Miller, 2003) e das suas vulnerabilidades, colocando-se em evidência a clara necessidade de discussão científica que contribua para que as mulheres imigrantes possam se assumir como protagonistas principais e não meras figurantes do processo migratório.

Partindo da contextualização do nosso objeto de estudo desenvolvido no capítulo anterior, o segundo capítulo, denominado, *A conciliação da vida pessoal, familiar e profissional: olhares teóricos*, apresenta uma revisão teórica e principais modelos que explicam a relação entre a esfera familiar e profissional e que se afiguram relevantes para compreender o nosso estudo. Posteriormente, incide no modo como o género afeta a compaginação da vida pessoal, familiar e profissional, direcionando-se em particular, para as questões do trabalho remunerado e não remunerado, conceitos que podem condicionar a vida das mulheres e colocá-las em situações de profunda assimetria. O final do capítulo pretende ilustrar as políticas de conciliação vigentes nos planos nacionais e europeus para a igualdade.

Por último, o terceiro capítulo teórico, designado, *As mulheres imigrantes e conciliação: Uma realidade por descortinar*, é constituído por duas secções e está intimamente relacionado com a preocupação de incluir no palco das migrações um novo olhar sobre a realidade das mulheres imigrantes no contexto da conciliação que leve a um repensar sobre as políticas e medidas de conciliação. A primeira secção apresenta as implicações que as migrações acarretam para a vida laboral e familiar das mulheres imigrantes e que podem influenciar e/ou condicionar uma resposta eficaz na resolução da conciliação. A segunda secção retrata as investigações realizadas que se debruçam sobre a forma como a conciliação é vivida pelas mulheres imigrantes.

A segunda parte apresenta a contribuição empírica deste trabalho e subdivide-se nos restantes dois capítulos. O quarto capítulo, intitulado, *Desenho teórico-metodológico da investigação*, inicia com a apresentação dos pressupostos teóricos e epistemológicos e definição da problemática, objetivos e perguntas de partida que nortearam toda a investigação. De

seguida, procedeu-se à caracterização das participantes do estudo e à descrição dos procedimentos da recolha de dados, destacando a Entrevista Semiestruturada e o Registo Individual de utilização do tempo, que foram analisados a partir do método da Análise Temática (Braun & Clarke, 2006).

O quinto capítulo, *Vivências de Conciliação Pessoal, Familiar e Profissional de Mulheres Imigrantes*, apresenta inicialmente os resultados das entrevistas realizadas às mulheres imigrantes, donde emergiram quatro temas da leitura do nosso *corpus* de análise, sendo eles: Percursos migratórios no feminino – motivações, constrangimentos e facilidades; Dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as, as tarefas domésticas e uma vida a dois; Vida Profissional: articular com a família; e, Medidas ideais facilitadoras de conciliação trabalho e família, seguindo-se da apresentação dos resultados da repartição do tempo obtidos a partir dos auto-registos. Este capítulo termina com a respetiva discussão dos resultados do estudo.

Por fim, nas Reflexões Finais, revisitamos o percurso da investigação apresentada e destacamos os aspetos mais relevantes da pesquisa. Termina reconhecendo as principais limitações do estudo interligada com a sugestão de pistas de investigação futura.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I
FLUXOS MIGRATÓRIOS DE (E PARA) PORTUGAL: EVOLUÇÃO, ESPECIFICIDADES E FEMINIZAÇÃO

Este capítulo tem como ponto de partida uma análise sobre a imigração, de modo a contextualizar este fenómeno em Portugal e encontra-se subdividido em três secções. Na primeira secção deste capítulo, começaremos por rever de forma breve e apenas ilustrativa a história das imigrações em contexto português, percorrendo os vários momentos e etapas que esta foi assumindo desde 1974 até à atualidade, e faremos uma caracterização dos principais fluxos migratórios para Portugal. Na segunda secção, faremos um mapeamento estatístico da realidade migratória feminina e apresentaremos as especificidades singulares das três nacionalidades mais expressivas de mulheres imigrantes no nosso país. Na terceira secção, traçaremos a evolução histórica dos estudos efetuados sobre imigrações e mulheres bem como apresentaremos as investigações realizadas sobre a imigração feminina. Terminaremos com a apresentação dos constrangimentos e facilidades dos processos migratórios para as mulheres. Esta breve incursão é fundamental para se entender como o processo migratório se entrecruza com o género.

1. A Evolução da Imigração em Portugal

Desde os tempos mais remotos, a história da humanidade tem assistido a permanentes movimentações populacionais, envolvendo pessoas, individualmente ou em grupo, a deslocarem-se para fora do seu país.

As migrações constituem um fator importante de mudança social no mundo contemporâneo e devem-se às transformações económicas, demográficas, políticas e sociais que ocorrem no seio de uma sociedade (Castles, 2005). O alcance das migrações é hoje em dia praticamente universal, afetando a vida de um grande número de pessoas (Giddens, 2010), e reconhecido como um dado estruturante e fundamental para o entendimento da história das sociedades.

Nas últimas décadas, o fenómeno social da imigração tem vindo a assumir uma importância crescente na vida política, económico-social e cultural dos países industrializados (Vitorino, 2007), tendo-se tornado uma das áreas de maior investigação e discussão no contexto das ciências sociais e humanas (Alvarenga, 2002; Momsen, 2000) e de todos os espaços sociais do nosso quotidiano (Cabecinhas, 2003). Este aspeto não se deve apenas ao facto de o

fenómeno migratório ser emergente de novas realidades sociais, resulta também da recolocação das dimensões da diversidade, da complexidade e da heterogeneidade no centro da análise académica e social, que obriga a que as práticas e os discursos científicos se reajustem às evidências dos tempos atuais (Neves, 2007).

Em Portugal, o 25 de Abril de 1974 representou um momento de intensas e profundas mudanças sociais. A partir da década de 70, o nosso país passou politicamente dum regime ditatorial e fascista, que durou cerca de 50 anos, para um regime democrático a caminho da modernidade (Guerreiro, 2000; Nogueira, Saavedra & Neves, 2006). Por esta altura, em Portugal, ocorreram acontecimentos que influenciaram fortemente a sociedade e que se refletem no país que hoje somos, tais como a independência dos atuais Países Africanos de Língua Portuguesa - PALOP, que conduziu ao regresso dos/as portugueses/as provenientes das ex-colónias, ficando conhecidos como os/as “retornados/as” (Alvarenga, 2002; Lages, Policarpo, Marques, Matos & António, 2006). Este processo de descolonização teve um papel importante no desenvolvimento demográfico do país (Wall, Nunes & Matias, 2005a) e marcou uma nova fase na estruturação dos movimentos migratórios com destino a Portugal (Marques, Góis & Castro, 2014). Estima-se, que entre 1975 e 1977, cerca de meio milhão de indivíduos provenientes das ex-colónias, que viviam sobretudo em Angola e Moçambique, se terão estabelecido em Portugal (Fonseca, Ormond, Malheiros, Patrício & Martins, 2005), tornando-se este o grupo imigrante extracomunitário mais antigo e numeroso do país (Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010). Neste período, por conseguinte, foi sobretudo o papel do sistema migratório lusófono que esteve em destaque (Baganha, 2009), assumindo a imigração em Portugal, quanto às suas principais origens, um carácter *histórico*, baseado nos laços pós-coloniais e na afinidade linguística e cultural (Cerdeira, Kóvacs, Peixoto, Dias & Egreja, 2013; Trindade, 2004).

Um outro acontecimento marcante foi a integração de Portugal na Comunidade Europeia em 1986, que proporcionou a livre circulação das pessoas no espaço comunitário europeu (Santos, 2004). A integração de Portugal neste espaço tornou-o atrativo como destino de imigrantes oriundos/as do Brasil, dos PALOP e da Europa Central e Oriental (Assistência Médica Internacional - AMI, 2007; D’Almeida & Silva, 2007) e permitiu a mobilidade de trabalho intracomunitário (Pires, 2002, 2007). Para além deste fator, outros fatores externos desta época são explicativos do crescimento e diversificação da população imigrante em Portugal, tais como a disponibilização de fundos comunitários para a construção de infraestruturas que conduziu a

uma procura elevada de trabalho por parte de trabalhadores/as desqualificados/as, a internacionalização da economia portuguesa, bem como a chegada de investimentos estrangeiros ao país, que foram cruciais para a consolidação das imigrações profissionais, a importância simbólica da integração europeia e a consequente revalorização da imagem externa do país, que levou a novas procuras migratórias (Pires, 2007; Ventura & Sabrosa, 2008). Quanto a fatores internos, evidencia-se o recrudescimento da emigração, principalmente para os/as trabalhadores/as desqualificados/as, o que promoveu a substituição destes/as por trabalhadores/as imigrantes, primeiramente por imigrantes dos PALOP's e, mais recentemente, por imigrantes de Leste. A baixa taxa de natalidade do país dificulta a substituição das gerações, promovendo a procura de recursos humanos oriundos de outros países. Uma acelerada *feminização* da população ativa e a baixa taxa de desemprego tornam difícil a angariação de novos/as trabalhadores/as entre a população em idade ativa, o que facilita o recrutamento de imigrantes (Pires, 2007).

Por esta altura, as políticas restritivas da imigração e as novas formas de migração decorrentes dos ritmos de globalização, de fenómenos como a guerra, a opressão, pobreza e imaginários de uma vida melhor fizeram com que se constituíssem redes de atividades mafiosas inerentes à exploração e tráfico de seres humanos (Ferin, Santos, Filho & Fortes, 2008), intimamente relacionados com o mercado do sexo, do trabalho clandestino e da imigração ilegal (AMI, 2007). No entanto, o número de estrangeiros/as em Portugal, no final da década de 80, ainda não era muito significativo (Trindade, 2004).

Em termos qualitativos, a década de 90 não trouxe grandes alterações ao panorama da imigração em Portugal (Trindade, 2004), mas representa o início de receção em larga escala de imigrantes vindos/as do Brasil e dos países africanos de expressão portuguesa. Por outro lado, regista-se, pela primeira vez, uma presença significativa de imigrantes da China (Santos, 2004), da Índia (Pires, 2002) e da Europa de Leste (AMI, 2007). Em termos quantitativos, o número de estrangeiros/as continuou a aumentar a um ritmo moderado, mantendo-se a origem dos fluxos relativamente estabilizada até ao fim desta década (Peixoto, 2004).

A maior parte destes/as novos/as imigrantes chegaram a Portugal com um elevado nível de habilitações literárias (Góis & Marques, 2014), mas as barreiras linguísticas e a falta de

reconhecimento das suas competências académicas e profissionais fizeram com que tivessem menos oportunidades, quando comparados/as com os/as imigrantes dos PALOP (AMI, 2007).

De forma a regularizar as situações dos/as imigrantes em Portugal, nos anos de 1992/93 e 1996, procedeu-se a duas campanhas de regularização, verificando-se dessa forma que grande parte dos/as imigrantes em situação de irregularidade era cidadãos/ãs das ex-colónias africanas (Fonseca et al., 2005). Em 1999, os/as estrangeiros/as com autorização de residência eram na sua grande maioria provenientes de países com quem Portugal mantém uma relação próxima (Pires, 2002).

Entre 1986 e 1997, assiste-se a um incremento significativo do número de imigrantes residentes em Portugal, passando de 87 mil para 175 mil (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF, 2013).

Quanto ao padrão espacial das áreas de residência em Portugal, verifica-se que a maioria dos/as imigrantes vivia nas áreas metropolitanas de Lisboa e Algarve, sendo esta distribuição geográfica indicadora da existência de dois tipos diferentes de imigração. Uma imigração de natureza laboral, muito associado aos PALOP's, e especificamente das zonas urbanas (Pires, 2002), em que se verificou o recrutamento de mão-de-obra para setores claramente masculinizados, como a construção civil, as obras públicas e em serviços mais desqualificados (Fonseca et al., 2005). E uma imigração de natureza profissional, protagonizada por imigrantes de países europeus, provenientes de Espanha e do Reino Unido, em que se evidenciou o recrutamento de profissionais altamente qualificados/as (Góis & Marques, 2014; Wall, Nunes & Matias, 2005a), para áreas laborais igualmente mais qualificadas (Pires, 2002).

Na viragem do século, registou-se uma súbita e inesperada modificação na paisagem migratória, tendo o número de estrangeiros/as legalmente residentes em Portugal sofrido um aumento de cerca de 100%. Verificou-se a entrada de imigrantes provenientes da Europa Central e de Leste, com especial predomínio para os/as naturais da Ucrânia, Rússia, Moldávia (Baganha, Marques & Góis, 2010; Lages et al., 2006; Marques, Góis & Castro, 2014; Trindade, 2004). Paralelamente, assistiu-se a uma nova vaga de imigração oriunda do Brasil, distinta do primeiro grupo por apresentar menos qualificações do que os/as seus/as conterrâneos/as pioneiros/as (Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010). Desta forma, configura-se uma nova realidade, os/as imigrantes de países da Europa de Leste constituem, em 2003, o novo e mais

numeroso fluxo migratório, seguido pelos/as brasileiros/as e pelos/as cabo-verdianos/as (Baganha, Marques & Góis, 2004). Nesse ano, estas três nacionalidades representavam em conjunto 52,6% do total de imigrantes de países terceiros a residir legalmente no nosso país (Marques, Góis & Castro, 2014).

Atualmente, a composição nacional de imigrantes a residir em território lusitano é mais diversificada, compreendendo uma porção significativa de imigrantes das ex-colónias portuguesas e da União Europeia, uma parte substancial de imigrantes provenientes de países com os quais Portugal não tinha, até então, quaisquer ligações históricas, económicas ou políticas, e de imigrantes provenientes do Brasil (Marques, Góis & Castro, 2014). Porém, perante o contexto de recessão económica constata-se um abrandamento dos fluxos migratórios, em especial na imigração africana, da União Europeia, do Leste e do Brasil (SEF, 2013).

De acordo com Malheiros (2000 as cited in Wall, Nunes & Matias, 2005a), os fluxos dos imigrantes podem ser agrupados em três grupos. O primeiro por trabalhadores/as com baixas qualificações, especialmente vindos/as dos PALOP's. O segundo composto por trabalhadores/as da Europa Ocidental, recrutados/as para setores mais específicos da economia portuguesa. E o terceiro, constituído por brasileiros/as, os/as quais, especialmente nos anos 80, eram trabalhadores/as altamente qualificados/as em setores específicos, como a medicina (Góis & Marques, 2014), e recentemente se têm vindo a inserir em outros setores, nomeadamente, no comercial.

Wall e colaboradoras (2005a) referem um quarto grupo composto por pessoas oriundas de Moçambique, China e Índia. Estes/as imigrantes apresentam qualificações médias e trabalham, sobretudo, na área do comércio.

Depois de séculos de homogeneidade cultural, a imigração trouxe centenas de milhares de pessoas culturalmente diferenciadas a vários níveis e graus, da população autóctone. Portugal passou a ser uma sociedade mais plural, tendo o número de imigrantes aumentado sistematicamente desde 1975, a uma taxa média anual acima dos 7% (Pires, 2002) sendo considerado o quarto país comunitário com maior índice de crescimento da população estrangeira residente (Santos, 2004).

Os conflitos e os desastres em grande escala, a repressão política, social, religiosa ou cultural, com violações grosseiras de direitos humanos, a sujeição persistente a dificuldades

físicas e económicas, com o crescimento do desemprego e da pobreza que atravessa muitos países constituem-se fatores que impulsionam as pessoas a deslocarem-se e a deixarem para trás as suas raízes e origens, embarcando numa viagem com fim desconhecido, mas plena de riscos e de incertezas na tentativa de se protegerem a si mesmos/as e às suas famílias. Perante isto, a imigração tem que ser encarada como uma forma de luta legítima por uma vida digna (Silva, 2005) e caracterizada como um processo multifacetado e multidimensional (Papademetriou, 2008; Spencer, 2008). Castles (2005) defende, ainda, que os movimentos migratórios resultam da preexistência de relações entre países de origem e de receção, que incluem um passado de fluxos migratórios, decorrentes de fenómenos, como a colonização, influência política, trocas comerciais, investimentos ou laços culturais.

Em território nacional, no início do século XXI, o número de imigrantes seria de aproximadamente 400 mil (Vitorino, 2007), que correspondem entre 4% e 5 % da população residente e perto de 10% da população economicamente ativa (Pires, 2007), estimando-se que existiriam cerca de 200 milhões à escala global (Papademetriou, 2008).

Desde o início da década passada até ao momento presente, verifica-se a preponderância dos mesmos grupos nacionais no total da população estrangeira a residir legalmente em Portugal, alterando-se, apenas, a importância relativa de cada uma das nacionalidades. Assim, no ano de 2009, os/as imigrantes brasileiros/as representam 25% do total, os/as ucranianos/as 12% e os/as cabo-verdianos/as 11% do total de imigrantes residentes em Portugal, números que não sofrem grandes oscilações em 2010 para um total de 445.262 imigrantes legalmente residentes. No final do ano de 2012, segundo o relatório do SEF (2013), a população estrangeira residente em Portugal totalizava 417.042 cidadãos e cidadãs, o que representa um decréscimo do *stock* da população residente de 4,53% face ao ano precedente e de 6,34% face ao ano de 2010. Contudo, quando comparamos estes dados com os obtidos pelos Censos 2011, verifica-se que, à data de realização dos mesmos, a população estrangeira residente em Portugal somava 394.496 cidadãos/ãs, o que representa cerca de 3,7% do total da população portuguesa, assistindo-se, na última década, a um crescimento da população estrangeira de cerca de 1,6 pontos percentuais (Instituto Nacional de Estatística - INE, 2012a). As diferenças entre os dados assinaladas pelas duas instituições são compreensíveis, uma vez que a informação reporta às respetivas áreas de intervenção.

Para tentar colmatar a dispersão de informação e o surgimento de dados discordantes, vamos considerar o SEF como fonte única de informação e de análise estatística sobre a população estrangeira residente em Portugal.

Do universo populacional estrangeiro (417.042), 206.513 são homens e 210.529 são mulheres, apresentando estes números uma configuração próxima da paridade. Como nacionalidades mais representativas, surgem, por esta ordem, o Brasil (25,3%), Ucrânia (10,6%), Cabo Verde (10,3%), Roménia (8,4%), Angola (4,9%), Guiné-Bissau (4,3%), China (4,2%), Reino Unido (4,0%), Moldávia (2,8%) e São Tomé e Príncipe (2,5%). Este grupo totaliza cerca de 77,2% da população estrangeira com permanência regular em Portugal, não se verificando alterações face ao ano precedente, com exceção da China (SEF, 2013). A distribuição territorial, à semelhança do que acontece com a população portuguesa, revela um padrão bastante assimétrico, sendo que a maioria da população estrangeira se concentra em grande medida na zona litoral do país, em regiões economicamente e profissionalmente mais dinâmicas e valorizadas no contexto nacional (Cerdeira et al., 2013; Fonseca & Silva, 2010). Os distritos de Lisboa (181.901), Faro (62.624), Setúbal (44.197) e Porto (23.440) constituem destinos desta concentração (SEF, 2013), embora se verifique também a fixação da população imigrante em áreas rurais e periurbanas (Fonseca, 2011; Fonseca & Silva, 2010), como é o caso do distrito de Braga (9.785), área geográfica contemplada para o nosso estudo.

Importa referir que, apesar de se assistir a uma tendência na evolução decrescente da população imigrante residente em Portugal, esta inversão não altera a representatividade das comunidades (SEF, 2013), sendo explicativo deste decréscimo o acesso crescente à aquisição da nacionalidade portuguesa por parte de estrangeiros/as residentes e pela alteração dos fluxos migratórios com o regresso aos países de origem.

É de ressaltar, ainda, a elevada presença de fluxos irregulares de imigrantes e dos/as seus/as descendentes residentes em Portugal, que tornam os dados referentes à população estrangeira efetivamente residente difíceis de captar através das estatísticas oficiais (Cerdeira et al., 2013; Costa, 2008; Pires, 2007), mas que, tal como em Espanha, Itália e Grécia, esta irregularidade faz parte das histórias migratórias (Fonseca & Silva, 2010). Não sendo os números dos casos conhecidos, no entanto, julgava-se ser na primeira metade dos anos 90 de 25 a 40 mil o número de imigrantes irregulares no país (Malheiros & Baganha, 2000). Neste

momento, segundo algumas associações de imigrantes, o número de imigrantes em situação irregular é ainda muito elevado, calculando-se que, no caso da comunidade brasileira, seja da ordem dos 20 mil (Fonseca & Silva, 2010). Perante a expressão significativa do volume das migrações, quase nenhum país do mundo se pode colocar à margem das migrações ou ser imune aos seus efeitos, sendo os debates fulcrais para qualquer construção de cenários para o futuro.

Neste quadro evolutivo da sociedade, Portugal, caracterizado como um país tradicional de emigração, foi palco, nas últimas décadas, de um crescente movimento de imigração, evoluindo de país de origem para igualmente país recetor de fluxos migratórios (Peixoto, 2008; Provedoria de Justiça, 2008). Essas razões assentam no tipo de crescimento existente (muito intensivo em mão-de-obra e muito apoiado em setores como a construção civil), no ritmo de reestruturação económica (geração de algum desemprego entre os nacionais), na dualidade dos mercados de trabalho (mercado primário para nacionais e secundários para migrantes) e no tipo de regulação dos setores (existência de baixos rendimentos e graus fortes de precariedade em setores como a construção civil) (Peixoto, 2004). Contudo, recentemente, fruto da atual crise económica que assola o nosso país e os países do sul da Europa, Portugal tem vindo a redescobrir-se novamente como país de emigração ou como país em que a emigração se torna pelo menos uma “válvula estrutural” (Marques & Góis, 2012). Na realidade, o recuo no ritmo de crescimento da economia com impacto negativo no mercado de trabalho e o aumento massivo do desemprego tem alterado substancialmente as dinâmicas migratórias, levando a que no presente a imigração se atenua e a emigração progrida (Lopes, 2013; Marques, Góis & Castro, 2014; Peixoto, 2012).

Segundo Trindade (2004), o estágio da imigração em Portugal virá a assumir características de longa duração. Deste modo, torna-se necessário criar políticas apropriadas de regulação de fluxos e de integração de pessoas, essas que se tornam novos sujeitos políticos (Machado & Azevedo, 2009) e com vista a responder às transformações culturais.

O fenómeno de globalização, fundamentado em novas formas de organização da produção económica, nos grandes espaços supranacionais em detrimento das fronteiras geográficas, na liberdade de circulação entre os países, acarreta a aproximação entre os mais variados contextos sociais (Giddens, 1996) e permite fluxos migratórios frequentes e

multidirecionais de pessoas, de ideias e de símbolos culturais (Castles, 2005). Para além dos problemas de inserção social e cultural que a interculturalidade comporta (Neves, 2007), existem ganhos sociais, culturais, financeiros, económicos, reais e palpáveis que compõem e acompanham o puzzle humano do processo migratório. Os/as imigrantes, desde há longos anos, desempenham um papel fundamental na sustentabilidade do sistema financeiro da segurança social, constituem-se uma importante força de trabalho para a economia nacional e contribuem para a diminuição do envelhecimento demográfico (Peixoto, Marçalo & Tolentino, 2011). Sem dúvida, a imigração constitui uma das necessidades prementes na Europa, o que a recoloca no debate público e torna a sua análise de extrema relevância para o nosso país.

Como afirma Santos (2001), as mais recentes (re)configurações do tecido social português assentam em dinâmicas que, ao mesmo tempo e em patamares de sobreposição, são simultaneamente de integração numa dada comunidade e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de seleção e de exclusão social.

2. Imigração Feminina em Portugal: Singularidades

No presente, a notável presença de um rosto feminino na diáspora e nas investigações sobre migrações tem sido um dado incontornável. Estima-se que quase 100 milhões dos/as migrantes no mundo sejam mulheres e que, na União Europeia, a imigração feminina represente cerca de 51,9% do número total de imigrantes (United Nations, 2013). Em Portugal, num espaço de 10 anos, entre 1999 e 2008, verificou-se um aumento exponencial das mulheres imigrantes de 158%, o que contrasta com o aumento de 110% de homens (Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010). Se em 1999 existiam cerca de 110 mil homens e 80 mil mulheres, em 2008 o número dispara para 230 mil homens e 210 mil mulheres. Deste modo, verifica-se que, se para os homens este número duplicou, para as mulheres este quase triplicou (Chaves, 2012). Atualmente, os dados oficiais do SEF de 2013, quando comparados com os do ano anterior, indicam uma redução do efetivo masculino (-3,29%), apontando para uma ligeira predominância do sexo feminino com um diferencial percentual de 1,04%.

Podemos, assim, referir que Portugal tem acompanhado esta tendência da *feminização* das migrações (Castles & Miller, 2003), contribuindo as mulheres decididamente para a

economia portuguesa (Miranda, 2009) e mantendo significativa a dinâmica demográfica global (Malheiros & Fonseca, 2011). Em 2012, os nascidos vivos filhos/as de mães imigrantes residentes em Portugal era de 9,8% do observado no país, depois de ter atingido um máximo de 10,6% em 2010 (Pina & Magalhães, 2014).

Obviamente que esta leitura dos dados não pode centrar-se apenas nos dados estatísticos, pois, como referem Malheiros, Padilla e Rodrigues (2010, p.19), “o fenómeno da feminização das migrações não se limita, assim, ao aspeto numérico, mas caracteriza-se também por uma alteração dos papéis tradicionalmente associados aos homens e às mulheres”. Por conseguinte, acreditamos que existe cada vez mais esta alteração/substituição de papéis atribuídos quer a homens quer a mulheres.

O número de mulheres imigrantes com estatuto legal de residência em Portugal é de 210.529, maioritariamente, com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos de idade (SEF, 2013). Esta tendência é mais expressiva em algumas nacionalidades, como é o caso, da brasileira, da ucraniana e da cabo-verdiana (SEF, 2013; Wall, Nunes & Matias, 2005a).

Segundo os dados disponíveis do SEF (2013) relativos ao ano de 2012 (dados mais recentes), a comunidade estrangeira preponderante em Portugal é a comunidade brasileira, representando 25,3% da população estrangeira residente no nosso país e totalizando 105.622 indivíduos, sendo o número de mulheres brasileiras (61.495) superior ao número de homens brasileiros (44.127). A segunda comunidade mais representativa em Portugal é a comunidade ucraniana (10,6%), com 44.074 nacionais a residir em Portugal. Esta comunidade imigrante, em relação às restantes residentes em Portugal, mostra uma maior preponderância do sexo masculino (23.147) em relação ao sexo feminino (20.927). A comunidade oriunda de Cabo Verde evidencia ser a terceira comunidade mais expressiva (10,3%), com um total de 42.857 indivíduos. Tal como a comunidade brasileira, o número de homens (20.200) nesta comunidade é inferior ao de mulheres (22.657).

De seguida e considerando as comunidades brasileira, cabo-verdiana e ucraniana, alvos do presente estudo, irá realizar-se apenas uma breve análise, visto já existirem diversos estudos em Portugal que focam com detalhe as realidades destas três comunidades face à imigração feminina (Peixoto, et al., 2006; Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010; Miranda, 2009; Wall, Nunes & Matias, 2005a).

2.1. Comunidade Brasileira

Portugal e Brasil vivem num diálogo de interdependência que perdura há muito tempo. Os processos cruzados de internacionalização e a história destinam relações próximas entre estes dois povos irmãos (Costa, 2009). A proximidade histórica, cultural e linguística, a curiosidade natural em relação a Portugal e à Europa, uma certa familiaridade com a cultura portuguesa parecem motivar a comunidade brasileira para a preferência por Portugal como país de destino no processo migratório (Padilla, 2006a). As redes sociais dos/as imigrantes, a comunicação interpessoal entre parentes, amigos/as e conterrâneos/as que já se encontram a residir em Portugal desempenham um papel fundamental quer na integração e inserção no país recetor quer ao nível do suporte emocional (Fonseca, et al., 2005), o que leva à manutenção dos fluxos migratórios no sentido Brasil – Portugal.

A imigração brasileira para Portugal regista duas vagas que reúnem um conjunto de traços distintos. A primeira vaga, ocorrida entre meados dos anos 80 e finais dos anos 90, constituída por uma imigração mais qualificada de profissionais, com predominância para os dentistas, informáticos e publicitários. A segunda vaga, pós 1999, incorpora imigrantes vindos de classe média-baixa com menos qualificações e que se inserem em segmentos de trabalho secundários, como as obras públicas e construção civil, restauração e hotelaria (Casa do Brasil, 2004; Padilla, 2006b; Pinho, 2007), destacando-se, nesta vaga, as categorias profissionais mais precárias. Observamos, ainda, nesta segunda vaga uma certa tendência para a *feminização* da imigração brasileira (Malheiros, 2007). Estes contornos mais evidentes, revelam que a imigração brasileira tem um carácter dual em termos de mercado de trabalho, uma vez que tanto homens e mulheres brasileiros/as estão tão presentes em segmentos qualificados como em posições indiferenciadas ou não qualificadas (Peixoto & Figueiredo, 2007).

De acordo com os Censos de 2011, a comunidade brasileira é uma das mais jovens comunidades estrangeiras residentes no país, com uma média de idade de 30,9 anos, sendo caracterizada também por ser predominantemente feminina. O nível de escolaridade mais representado nesta comunidade é o ensino secundário ou pós-secundário e verifica-se que a maioria se encontra economicamente ativa. A maior parte das mulheres imigrantes brasileiras a residir no nosso país são trabalhadoras por conta de outrem e trabalham predominantemente em áreas direcionadas para as atividades domésticas (limpeza em casas particulares, hotéis ou

similares), para o atendimento ao público e para a restauração (INE, 2013), sendo assim visível uma estrutura económica dominada por características de género, em que o *sex trade* ou prostituição parecem também dominar o mercado laboral das mulheres brasileiras (Machado, 2007; Padilla, 2007).

Nos percursos migratórios, constata-se que as mulheres brasileiras tendem a imigrar sozinhas, procurando um trabalho que lhes possibilite depois enviar parte das suas remunerações para o país de origem ou seguindo uma lógica de migração familiar que nem sempre é conduzida pelo pai ou marido (Padilla, 2007).

Os dados dos Censos mostram que ao nível da distribuição geográfica, as mulheres brasileiras tendem a situar-se, maioritariamente, na região de Lisboa, seguindo-se por ordem de importância, as regiões do Centro e Norte do país. Verifica-se, ainda, que mais de metade da comunidade apresenta maior informalidade nas relações conjugais, quando comparada com a população imigrante e portuguesa, representando as uniões conjugais com cidadãos/ãs portugueses/as 36% (INE, 2013). Embora as alterações recentes registem um acréscimo da endogamia na comunidade brasileira, ainda é claramente visível, que as imigrantes brasileiras casam essencialmente fora do seu grupo, não tendo esta prática expressão significativa, que possa funcionar como uma ponte para a obtenção da nacionalidade ou como uma forma de criar condições mínimas de segurança minimizando os riscos de expulsão ou de regresso forçado. Outros dados disponibilizados prendem-se com o perfil etário, socioprofissional e educacional destas mulheres. Assim, no que se refere à idade, a tendência é para o homem ser mais velho que a mulher, sendo a idade média das mulheres brasileiras de 32 anos. Existe, ainda, uma forte associação entre as idades dos dois cônjuges, com uma diferença etária de cerca de 5, 6 anos. Quanto às habilitações académicas verifica-se que é entre as mulheres com habilitações ao nível do ensino secundário onde se registam maiores níveis de casamentos exogâmicos, desempenhando estas funções em serviços administrativos (Ferreira & Ramos, 2012).

2.2. Comunidade Cabo-Verdiana

Os/as cabo-verdianos/as têm uma tradição e uma história migratória que os/as liga a Portugal, sendo o nosso país escolhido por muitos/as deles/as para viver, estudar ou trabalhar. Dedicaram grande parte das suas vidas a ajudar a construir um país que também é o deles/as (Góis, 2008a).

No alcance de uma maior compreensão desta realidade migratória, três fases distintas são enunciadas. Na primeira fase considerada, antes da independência de Cabo Verde, em meados de 1960, verifica-se que o maior contingente de cabo-verdianos/as chega a Portugal devido a uma política ativa de recrutamento de mão-de-obra. Atravessando um período de falta de mão-de-obra devido à guerra colonial e à emigração, o recrutamento de trabalhadores/as surge para suprir esta necessidade em setores como a construção civil, no setor público, nas minas e na indústria de manufatura. Em termos geográficos, concentraram-se na área metropolitana de Lisboa. Nesta fase, ainda não era notória a visibilidade das mulheres migrantes cabo-verdianas, embora se verificasse uma especialização no trabalho doméstico. A migração seguia uma lógica tradicional, as mulheres seguiam os seus maridos, em virtude do processo de reagrupamento familiar (Miranda, 2009). A segunda fase, pós independência, atinge o seu auge na segunda metade dos anos 70, com o repatriamento de centenas de milhares de colonos portugueses. Em termos laborais, distingue-se dois segmentos de trabalho nesta fase migratória: cabo-verdianos/as mais desqualificados/as que se integravam nas áreas dos/as seus/as conterrâneos/as já instalados/as em Portugal desde a década de 60; e cabo-verdianos/as mais qualificados/as, que eram inseridos/as na administração pública ou em serviços ligados ao Estado português, retomando os cargos que exerciam ou equivalente aos que tinham no país de origem. A terceira fase teve início nos anos 80, na qual se assiste a uma consolidação da comunidade cabo-verdiana em Portugal, tendo o fluxo persistido até à década de 90 (Grassi & Évora, 2007). Se inicialmente seguiam uma lógica de seguidoras dos seus maridos, nesta fase, muitas mulheres chegavam sozinhas, constituindo famílias monoparentais e tendo que sustentar os/as seus/as filhos/as. Em alguns casos, as crianças ficavam inicialmente com os membros da família para, mais tarde, pelo processo de reagrupamento familiar, se juntarem às mães. A facilidade em conseguir um visto de trabalho através de um contrato para serviços domésticos incentivava as mulheres à imigração (Sertório & Pereira, 2004). Além disso, outros/as vieram

para Portugal para frequentar estabelecimentos de ensino, normalmente no Ensino Superior e permaneceram por um tempo mais ou menos longo. Muitos/as acabaram por se fixar através das redes migratórias que facilitaram a vinda de outros (Góis, 2008b) devido a fatores como a reunificação familiar e o casamento. Podemos dizer que uma nova geração de cabo-verdianos/as nasceu em Portugal ou chegados/as em idade muito tenra se socializaram no país.

Atualmente e segundo os dados dos Censos de 2011, a comunidade cabo-verdiana a residir no país apresenta uma média de idade de 34 anos. Esta é a comunidade em que se verifica níveis de escolaridade mais baixos, visto que a população com nível de escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico atinge os 66%. Apesar de a maioria se encontrar economicamente ativo/a, constata-se que a maior percentagem de desemprego regista-se nesta comunidade, o que revela uma posição de maior fragilidade no mercado de trabalho (Pereira, 2008). Destaca-se também a maior representatividade das mulheres cabo-verdianas nos setores de limpeza em casas particulares, hotéis ou escritórios, comparativamente com as mulheres brasileiras e ucranianas. Em termos geográficos, observa-se uma forte concentração na Grande Lisboa, com especial incidência nos municípios de Sintra e Amadora, absorvendo estes dois municípios 35% do total da comunidade cabo-verdiana. A maioria é católica (INE, 2012b). Verifica-se que ao nível das estratégias matrimoniais apresentam um comportamento distinto das restantes comunidades e casam em primeiro lugar dentro do seu próprio grupo, registando assim níveis de endogamia maiores (Ferreira & Ramos, 2008).

2.3. Comunidade Ucraniana

A Ucrânia, nos últimos anos, tem merecido atenção no contexto das migrações internacionais. As profundas modificações económicas e políticas deste país, com o encerramento das indústrias e a crise, nas empresas e nas instituições públicas conduziram a uma alta taxa de desemprego e a baixos salários.

O primeiro contingente de migrantes ucranianos/as chega a Portugal na década de 1990, porém nenhuma nacionalidade da Europa de Leste apresentava relevância numérica significativa para suportar uma rede migratória na qual este intenso movimento se pudesse

basear. Até 2000, a presença de imigrantes ucranianos/as em Portugal era muito residual, prevaleciam esmagadoramente os fluxos provenientes de países lusófonos. A ausência de uma relação histórica ou uma proximidade cultural não justificavam a criação de privilégios em relação a esta comunidade. Tendo em conta os padrões migratórios dos anos 80 e dos anos 90, a mudança ocorrida em 2001, com a entrada em território de dezenas de milhares de imigrantes provenientes de países da Europa de Leste, foi súbita e inesperada. Na altura, Portugal não adotou nenhuma política pró-ativa para recrutar trabalhadores/as da Europa de Leste, nem tinha laços culturais, históricos ou económicos com a região que justificassem este inesperado movimento migratório (Wall, Nunes & Matias, 2005a).

Os estudos de Baganha, Marques e Góis (2004, 2010), Pires (2002) ou de Gonçalves e Figueiredo (2005) revelam que a maioria dos/as ucranianos/as regularizou a sua situação em 2001 e em 2002, passando a constituir uma das três nacionalidades mais significativas em solo português. Assim, ao abrigo do artigo 55, do Decreto Lei 4/2001 de 10 janeiro foram concedidas 126.901 autorizações de permanência a trabalhadores/as imigrantes, que se encontravam irregulares no país, 36% dos quais provenientes da Ucrânia. Em 2001, o volume da população estrangeira com residência legal era de 68%, e em resultado deste crescimento, em 2002, os/as ucranianos/as passam a ser o grupo mais numeroso (Marques & Góis, 2008). Ao longo de 2003 e 2004, indicia-se uma ligeira feminização deste fluxo (Baganha, Marques & Góis, 2004).

A facilidade de circulação dentro do espaço Schengen, a abertura de fronteiras nos países ex-soviéticos, a falta de controlo na emissão de vistos de curta duração, a necessidade de trabalho por parte de diversos países e o tráfico de pessoas organizado a partir da Europa de Leste, sob o disfarce de denominadas “agências de viagem”, levaram a que, num curto espaço de tempo, os/as migrantes ucranianos/as se tornassem um grupo nacional importante em alguns países da União Europeia (Lages et al., 2006).

Outros fatores podem também ser explicativos da grande intensidade deste fluxo migratório, tais como as diferenças salariais e de nível de vida existentes entre os vários países da União Europeia e os de Leste, o marketing desenvolvido pelas agências de Europa de Leste (promovendo Portugal e oferecendo pacotes atrativos e acessíveis a um largo segmento da população), a escassez de mão-de-obra que se verificava no mercado de trabalho português e o

processo de regularização extraordinário, que teve lugar de janeiro a novembro de 2001 (Baganha, Marques & Góis, 2004).

Quanto ao perfil sociodemográfico desta comunidade, observa-se uma população maioritariamente em idade ativa e com um elevado grau de escolaridade, quando comparada com as comunidades brasileira e cabo-verdiana (Delgado, Amorim, Dias & Paulino, 2014). É frequente serem detentores/as de um certificado técnico ou profissional correspondente a doze ou dez anos de estudos ou educação superior numa universidade civil ou militar. Perante este perfil educativo, podemos indicar dois grupos de imigrantes, um formado por indivíduos qualificados e outro por indivíduos com níveis de qualificação média. No nosso país, inserem-se em setores de trabalho com pouca ou nenhuma adequação à sua experiência profissional e/ou às suas qualificações, exercendo a sua primeira profissão no setor da construção civil e obras públicas (Marques & Góis, 2010) ou no setor das limpezas. Têm como principal religião a ortodoxa e encontram-se territorialmente mais dispersas (INE, 2012b). Os dados mostram ainda que, tal como as mulheres brasileiras, a maioria das mulheres ucranianas casam com homens portugueses (Ferreira & Ramos, 2008).

Inicialmente, os seus projetos migratórios são temporários, mas a chegada de mais elementos da família e as baixas expectativas de melhoria da situação económica e política do seu país fazem com que os seus projetos tendam a ser definitivos à medida que o tempo passa.

3. As mulheres como protagonistas e/ou figurantes no processo da imigração

O mundo vive um novo período de ordenamento de fluxos migratórios. Com a globalização e o aprofundar das desigualdades económicas, houve uma clara intensificação desses fluxos e à semelhança do que acontece no cenário mundial, a presença de mulheres imigrantes em Portugal é cada vez mais expressiva, tal como explanado anteriormente (SEF, 2013).

A crescente *feminização* das migrações (Castles & Miller, 2003), fenómeno também designado por *genderização* das migrações (Yamanaka & Pipper, 2006), vem reforçar a

necessidade de se congregarem leituras teóricas e evidências empíricas que sustentem a análise das migrações a partir de uma ótica *genderizada*. No debate público, os fluxos migratórios têm sido tratados como se a categoria género não fosse uma vertente fundamental de caracterização, partindo-se do princípio de que as características da migração masculina se podem generalizar ao universo das migrações (Fonseca et al., 2005; Peixoto et al., 2006).

De facto, a literatura científica existente até meados de 1970, analisava a imigração feminina como uma “deslocação passiva”, um elemento da migração familiar e não tanto como migração autónoma (Albuquerque, 2005). As mulheres eram vistas como dependentes da migração masculina, tidas apenas como acompanhantes do seu pai, marido, companheiro ou por reunificação familiar (King & Zontini, 2000), não sendo, desta forma, percebidas como sujeitos e agentes no processo migratório (Padilla, 2013), pelo que a história das migrações é *history* e não *herstory* (Engle, 2004, p.8 as cited in Santos, Gomes, Duarte & Baganha, 2008, p.33).

Patente esta invisibilidade das mulheres nos estudos sobre as migrações, pressupunha-se, portanto, segundo as perspetivas neoclássicas e macroeconómica, que os fatores de motivação para a imigração, quer para os homens quer para as mulheres, seriam os mesmos ou, então, eram reconhecidos, apenas, os motivos de natureza económica. Os homens eram vistos como destemidos e aventureiros que buscavam novas oportunidades e as mulheres eram as suas seguidoras, o que as relegava para um lugar secundário (Assis, 2007), em que o seu papel era considerado como “reativo” em vez de “proativo” (Kofman et al., 2000).

Embora as mulheres, desde há muito tempo, se venham assumindo como protagonistas autónomas e não apenas como os suportes que as viabilizam, no Norte, sobretudo na Europa Ocidental, o rosto do migrante persiste em ser um rosto masculino.

Tal como refere Françoise Gaspard (1998),

A imigração, na sua história recente, foi durante muito tempo concebida e entendida como uma imigração do trabalho nos campos e nas fábricas e, por isso mesmo, como uma imigração masculina. A abundante literatura histórica e sociológica sobre as migrações raramente trata das mulheres. Quando as evoca, representa-as na figura de

esposas que se vão juntar ao marido cuja estadia no estrangeiro se prolonga, não como indivíduos autónomos, e muito menos como atores sociais (...) E, para grande surpresa, começa a descobrir-se que há mesmo mulheres que passaram, e que, sozinhas, continuam a passar fronteiras em busca de trabalho ou de liberdade, por vezes das duas coisas (p.83-84).

Foi a partir dos finais da década de 70 e início da década de 80, na sequência de um conjunto de transformações políticas e sociais e do desenvolvimento das abordagens feministas nas ciências sociais, que começaram a ser feitas sucessivas referências à invisibilidade das mulheres nas abordagens e teorias das migrações internacionais. Diversas publicações chamaram a atenção para a subestimação do número de mulheres imigrantes, sendo a publicação de Mirjana Morokvasic em 1984, um marco nos estudos sobre a imigração, declarando que *“the birds of passage”* também eram mulheres. A autora, à luz da teoria feminista, retrata com a sua obra as trajetórias, as explorações vividas pelas mulheres migrantes no mundo e os efeitos positivos e negativos do processo migratório, reiterando a ideia de que é errado subentender que homens e mulheres imigram pelas mesmas razões. Neste sentido, assiste-se a um resgate das migrações femininas, o que permite um novo olhar sobre a imigração feminina.

Outros trabalhos como os de Chant (1992), Brettell (2000) e Kofman et al. (2000) vêm reconhecer a importância da estrutura social como fator impulsionador ou constrangedor no processo migratório, a par da ação individual dos/as imigrantes, encarando-os/as como atores/as sociais ativos/as. O agregado familiar, a família e as redes sociais surgem como unidades importantes de análise. Conforme a Nova Economia das Migrações, a imigração é um fenómeno cujo ponto de partida é a família, pois corresponde, em muitos casos, a uma estratégia de sobrevivência. A decisão, é assim, tomada de forma coletiva e não individual (Castles & Miller, 2003), deixando as mulheres de serem dependentes para passarem a serem consideradas como decisoras-chave neste projeto (Miranda, 2009). Por outro lado, as migrações podem ser considerados como fenómenos alimentados pelas redes sociais. Estas redes podem definir-se como conjuntos de associações entre grupos de pessoas que se relacionam por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos (Portes, 1999).

Nos anos 90, o fenómeno designado por *feminização* das migrações internacionais é considerado por Castles e Miller (2003) como uma das cinco principais características e tendências da nova era das migrações. A crescente autonomia das mulheres e a procura do trabalho feminino, principalmente, ao nível do trabalho doméstico e indústria do sexo são aqui assinalados.

Em finais do séc. XX, os movimentos feministas fizeram com que muitas condições sociais tivessem mudado: assistiu-se a uma proliferação de casas de abrigo para mulheres vítimas de violência, implementou-se legislação contra a violência doméstica e contra qualquer tipo de discriminação contra as mulheres e expandiram-se os direitos reprodutivos do sexo feminino (Hondagneu-Sotelo, 2000).

Beth Hess e Myra Marx Ferree (1987 as cited in Hondagneu- Sotelo, 2000) enunciam a existência de três marcos de pesquisa feminista relacionada com a imigração. O primeiro marco caracteriza-se por uma tentativa de remediar a exclusão das mulheres na investigação científica e que pode ser situado entre 1970 e 1980. Denominada “Mulheres e Imigração”, esta fase procurou promover análises, para além da dimensão da reunificação familiar, entendida classicamente como a motivação central na base da imigração feminina. Os estudos aqui realizados sublinharam a importância de se explorar com mais detalhe o papel das mulheres no fenómeno imigratório. Uma das conclusões que importa salientar destes estudos é a constatação de que as mulheres imigrantes, estando muito vinculadas a trabalhos domésticos, acabam por ser remetidas à esfera do privado, enquanto que os homens são incentivados a ocupar a esfera pública.

Um segundo marco caracteriza-se pelo desenvolvimento de estudos sobre a interligação entre género e migração e assinala uma transição dos temas Mulheres e Imigração para os temas Género e Imigração. Partindo da associação entre os conceitos de *raça*, de *classe* e de *género*, estas pesquisas basearam-se nos padrões de género e na forma como a imigração reconfigura os sistemas de igualdade/desigualdade de género. Este segundo patamar foca-se no modo como as relações de género e o estatuto das mulheres mudam com o processo de migração. Destas investigações, ressalta o facto de a imigração afetar o estatuto das mulheres, umas vezes de forma positiva, outras de forma negativa.

O terceiro e último marco de pesquisa feminista relacionada com a imigração, ainda em emergência, caracteriza-se pela assunção do género como elemento constitutivo da imigração. Aqui coloca-se a ênfase nas questões de género, enquanto fatores responsáveis pela eclosão de determinadas práticas culturais e políticas, pela formação de identidades e pelo desenvolvimento de instituições sociais.

Os movimentos feministas contribuíram para a gradual descentração do modelo dominante de migração, e ao denunciarem publicamente estas desigualdades, tornaram também visível todas as vivências de vitimização a que o sexo feminino estava exposto, no âmbito dos contextos de intimidade, como a família e as relações amorosas (Neves & Nogueira, 2003; Neves, 2008). Contudo e embora se assista a uma preocupação feminista em articular as questões da imigração com as do género, efetivamente os feminismos ainda não desenvolveram uma análise profunda da imigração feminina (Hondagneu-Sotelo, 2000) e as investigações levadas a cabo não são ainda suficientes para que se perceba de que modo o género influencia e/ou é influenciado pelo processo imigratório (Lawson, 2002).

Apesar de a imigração ser uma área estudada no seio das ciências sociais e humanas, verifica-se que as questões de género sempre foram observadas com uma certa indiferença, colocando-se as mulheres em segundo plano, ou muitas vezes nem sequer as considerando (Gonçalves & Figueiredo, 2005). A segregação do género nas estatísticas e a consequente visão androcêntrica que relegava as mulheres para contextos domésticos também contribuíram para esta invisibilidade e para o real desconhecimento do papel das mulheres na migração (Marques & Góis, 2012; Neves, Nogueira, Topa & Silva, in press; Velasco, 2013).

Esta falta de discussão em torno da especificidade das mulheres imigrantes e a ausência de um enfoque de género leva a que muitos programas e políticas tenham como alvo o imigrante, não sejam apropriados para as mulheres imigrantes. Ao permitir que as histórias das migrações permaneçam no anonimato ou à sombra de uma figura masculina, fomentamos um estado de cegueira, que vulnerabiliza as mulheres imigrantes e as vitimiza pois não lhes é reconhecida capacidade de ação (Padilla, 2008).

Sendo as migrações um fenómeno genderizado, não podem ser pensadas nem estudadas sem contemplar forçosamente as questões de género (Hondagneu-Sotelo, 1999;

Nolin, 2006) e todos os aspetos claramente influenciados por este, tais como, o mercado laboral e as políticas migratórias (Cruz, 2010). A relação do género nos espaços migratórios adquire um carácter de maior complexidade, pois, se por um lado, o género é parte integral no processo migratório, influenciando as decisões acerca de quem migra, como migra e porque migra, por outro lado, a migração influencia as relações de género, acentuando as desigualdades e papéis tradicionais, desafiando-os (Hondagneu-Sotelo, 1999; Miranda, 2009; Silva, Nogueira & Neves, 2010). Por isso, reconhecer e atuar sobre esta ablepsia torna-se imprescindível, se pretendemos uma ciência inclusiva, diversa e igualitária.

Nos últimos anos, o trabalho de caracterização das mulheres imigrantes em Portugal avançou substancialmente, contudo são escassos os estudos sobre migrações que revelem não só o verdadeiro impacto dos processos migratórios nas relações de género mas também a sua eventual promoção na igualdade de oportunidades e que contemplem um enfoque de género ou feminista. As mulheres têm permanecido invisíveis na pesquisa sobre o fenómeno da imigração, o que leva a uma tendência de exclusão das mulheres nos discursos e nas práticas científicas (Gill, 2006), e à perpetuação da desigualdade entre os sexos. Assim, esta área de investigação continua a não ser alvo de atenção e reflexão sistemática por parte dos/as investigadores/as, persistindo algumas “sombras” e questões sem resposta (Miranda, 2009).

Ainda assim, na produção científica portuguesa, é possível identificar alguns estudos que procuram uma nova leitura do fenómeno migratório e que contribuem de forma decisiva para tirar da penumbra as vivências e histórias das mulheres imigrantes como independentes das dos homens.

A investigação de Elsa Sertório e Filipa Pereira (2004) sobre as histórias de vida das mulheres imigrantes em Portugal deram corpo e voz ao livro “Mulheres Imigrantes”. Partindo da perspetiva destas mulheres sobre as suas próprias vidas e analisando a forma como as suas vidas privadas são afetadas por estruturas sociais mais amplas, as autoras retratam uma relação complexa das mulheres imigrantes com o mercado de trabalho, fruto das fragilidades impostas pelas políticas de imigração e pelas assimetrias de género ao nível do trabalho não pago, em especial, do trabalho de cuidar. Estas mulheres assumem um protagonismo na decisão de emigrar e ao longo de todo o processo migratório, procurando construir um futuro melhor para si próprias e para as suas famílias, que é obstaculizado pela forte depreciação/desvalorização das

suas competências acadêmicas e profissionais, que as remete para os serviços domésticos, frequentemente sob modalidades informais, sujeitas a múltiplas formas de exploração.

O estudo de Christiane Hellermann (2004), ao procurar traçar a inserção das mulheres imigrantes de Leste em redes sociais, conclui que as mulheres sós imigrantes de Leste em Portugal vivenciam sentimentos de solidão intensa e revelam dificuldade em estabelecer contato social no nosso país. Em relação às redes sociais existentes, o estudo mostra que podem constituir-se um mecanismo de apoio e ajuda mas também de pressão e controle, estando estas mulheres frequentemente confrontadas com suspeição e difamação, quer pela sociedade portuguesa quer pelos/as seus/as compatriotas, por estarem sozinhas.

Em 2005, é publicada, pelo SOS Racismo, a primeira compilação de trabalhos de vários/as investigadores/as sobre as vivências e trajetórias das mulheres imigrantes em Portugal. Esta publicação, composta por 21 capítulos, clarifica a situação das mulheres imigrantes no nosso país, abarcando áreas como a identidade, as representações sociais, a inserção cultural e profissional, a família, o tráfico das mulheres, entre outras, deixando assim em aberto um terreno largo para desbravar.

Wall, Nunes e Matias (2005a) comprovaram, no estudo intitulado “Immigrant Women in Portugal: migration trajectories, main problems and policies”, que as três nacionalidades mais presentes no nosso país, no que se refere às mulheres imigrantes, são a cabo-verdiana, a brasileira e a ucraniana. Os dados recolhidos nesta investigação indicam situações de vulnerabilidade transversais aos três grupos. No que diz respeito aos contextos de trabalho, verifica-se que as mulheres cabo-verdianas e as ucranianas trabalham sobretudo no setor da limpeza e em contextos domésticos, enquanto que as brasileiras estão mais afetadas à indústria hoteleira e restauração. As três comunidades têm, no geral, empregos pouco qualificados. As mulheres imigrantes das três nacionalidades referidas, estão habitualmente expostas a situações de discriminação, violência e exploração, principalmente as que vivem sós, o que as constringe em termos de acesso a direitos fundamentais e a serviços de apoio.

Ainda em 2005, as mesmas autoras, analisaram qualitativamente os percursos de vida de mulheres das mesmas comunidades do nosso trabalho: brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas, inseridas em fluxos migratórios laborais, e traçaram sete perfis a partir do tipo de

trajetória. No contexto da migração feminina autónoma, as autoras identificaram três tipos de trajetórias: de “poupança intensa a curto prazo” (p.606), mais observada no grupo de mães sós, solteiras ou separadas, que deixam os/as filhos/as no país de origem e projetam regressar num curto espaço de tempo; “vida nova a longo prazo” (p.608), que inclui no geral mulheres solteiras sem filhos/as ou mulheres divorciadas/separadas acompanhadas dos/as filhos/as que procuram integrar-se no país recetor a longo prazo; e “em ioiô” (p.610) associada, geralmente, a mulheres jovens e solteiras que se movimentam frequentemente entre o país de origem e diferentes países de imigração em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Na migração familiar, identificaram quatro tipos de trajetórias: clássica “à procura de uma vida melhor para a família” (p.611) em que é o homem o primeiro a emigrar; “a mulher primeiro, uma vida melhor para a família” (p.614) em que os restantes membros da família emigram após as mulheres terem encontrado as condições mínimas de estabilidade económica; “a dois e uma vida melhor a longo prazo” (p.615), típica de casais jovens que emigram em conjunto e que partilham equilibradamente o trabalho pago e o não pago; e “prontos a partir” (p.616), característica de casais jovens, qualificados/as e sem filhos/as, que se dispõem a emigrar a qualquer momento, caso consigam melhores oportunidades, quer de emprego quer económicas (Wall, Nunes & Matias, 2005b).

No que concerne à análise da violência de género e sua relação com a feminização das migrações, não podemos deixar de destacar a publicação de João Peixoto (2005) subordinada ao tema “O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspetivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas” e o livro intitulado “Tráfico de Mulheres em Portugal para Fins de Exploração Sexual”, da autoria de Boaventura de Sousa Santos, Conceição Gomes, Manuela Duarte e Maria Ioannis Baganha (2008). Ambas as obras procuraram retratar esta problemática e apontam para o facto de a maioria das vítimas provir de meios socialmente desfavorecidos e serem mulheres de nacionalidade brasileira, da Europa de Leste e africanas.

Numa espécie de estado da arte, o livro “Imigração Brasileira em Portugal”, organizado por Jorge Malheiros (2007), reúne um conjunto de investigações que contemplam diversas dimensões sobre a mobilidade da imigração brasileira para Portugal e as suas principais consequências. Desta obra, destacamos o trabalho de Beatriz Padilla (2007) que, numa perspetiva de género, analisa e descreve a imigrante brasileira em Portugal. Adotando uma

metodologia de recolha de histórias de vida, os dados do estudo mostram como, nos percursos migratórios, a classe social interage com o género e com a etnicidade e realçam a utilização das redes sociais nos projetos migratórios. Um dos aspetos que sobressai deste trabalho é a imagem rotulada e negativa das mulheres brasileiras em Portugal, associada ao estereótipo de prostitutas, de mulheres calorosas e exuberantes, que influencia negativamente as suas experiências migratórias.

Ao analisar a forma como a imprensa portuguesa representa as mulheres imigrantes, a publicação de Clara Santos (2007a), “Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa. Análise do ano 2003”, conclui que existe um retrato generalizado e estereotipado das mulheres brasileiras não só associado à prostituição mas também ligado à clandestinidade, crime e exploração. A mesma autora destaca ainda que na sociedade portuguesa existe um processo de generalização das mulheres imigrantes que reproduz e perpetua uma imagem redutora dos seus atributos e competências.

A publicação de Grassi e Évora (2007), intitulada “Género e migrações cabo-verdianas”, analisa os reflexos da imigração no país de origem, assumindo o género como uma estrutura fundamental para compreender as migrações. Esta publicação reúne um conjunto de textos que reflete as condições sociais que motivam a emigração cabo-verdiana e as suas transformações e retrata o protagonismo dos/as imigrantes em diversas áreas: cultural, económica, afetiva e na intimidade.

O trabalho de Joana Miranda (2009), incorporado numa perspetiva de género, procura reconstituir e analisar as memórias e identidades, as dificuldades de integração em Portugal e os projetos de vida das mulheres imigrantes de nacionalidade brasileira, cabo-verdiana e ucraniana. A autora verificou que, no percurso migratório, estas mulheres reconstróem-se e desenvolvem novas estratégias identitárias de ser e de estar, após o contato com o país recetor. Se, para algumas mulheres, o risco da imigração as acompanha pelo desconhecimento face ao país recetor e se acentua pela ausência da rede social de apoio, para outras mulheres, a imigração potencia melhores condições de vida.

Na adaptação a Portugal, a autora verifica que todas as mulheres experienciam significativos constrangimentos: as mulheres ucranianas apresentam maiores dificuldades com a

língua e maior insatisfação com o processo imigratório; as mulheres brasileiras deparam-se com o assédio sexual e o preconceito da sociedade portuguesa; as mulheres cabo-verdianas são as mais exploradas a nível laboral, com número de horas longos e enfrentam situações de racismo que as marca e estigmatiza (Miranda, 2009).

O estudo de Joana Topa (2009) sobre a emergência de novas concepções identitárias em mulheres imigrantes constatou que estas mulheres apresentam discursos genderizados e classicistas que comprometem a forma de serem e de se dizerem mulheres (Neves, 2008). De modo a sentirem-se mais integradas, estas mulheres assumem papéis e agem de acordo com o comportamento que é esperado delas. Assim, ser-se mulher num contexto restrito reforça a desvalorização das identidades femininas e sustenta as dicotomias de género.

Para a autora, a noção de uma hegemonia patriarcal e de classe, para além de permitir a manutenção de práticas sociais e institucionais injustas que não favorecem a equidade de género, constrange e restringe as áreas de atuação social destas mulheres, como se ser mulher e imigrante significasse não ter escapatória a um destino de vitimação/discriminação. O estudo mostra, ainda, que as identidades destas mulheres são reconstruídas na e pela imigração, dentro e fora dos seus contextos familiares (Topa, 2009).

Estefânia Silva (2009), no seu estudo sobre vivências de amor e de intimidade em mulheres imigrantes em Portugal, verificou que o processo de internalização, de desilusões, sofrimento, controlo e vigilância acerca das experiências de amor e presentes na cultura de origem fazem com que estas mulheres acreditem que amar é sofrer, suportar, tolerar e subjugar-se, reforçando o seu papel submisso e vinculado às relações íntimas. Os discursos destas mulheres evidenciam a vivência de um amor romântico que acentua as diferenças de poder e de desigualdade, o que constitui um fator de risco para a autonomia e individualidade destas mulheres e para a violência nas relações íntimas.

A dissertação de doutoramento em psicologia social de Waldecíria Costa (2009) procurou compreender os significados atribuídos por mulheres brasileiras às suas experiências no contexto imigratório português. Partindo de uma abordagem construcionista social, a autora conclui que estas mulheres significam o contexto como hostil, onde a sua identidade cultural, identidade de género e identidade profissional são colocadas em risco, resultando numa

percepção de estarem a serem excluídas e relegadas a posições subalternas pela população de origem nacional. O estudo revela que as dificuldades e hostilidades sentidas por estas mulheres resultam em estratégias individuais. Apesar de estas estratégias lhes possibilitarem uma certa mobilidade e as fazerem sentir mais integradas, não favorecem o desenvolvimento de uma consciência grupal que as faça reconhecer a necessidade de participação em ações coletivas para a mudança, leva-as, sim, a assumirem uma culpa que não possuem.

Ainda neste ano, o estudo “Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres Imigrantes Africanas e Brasileiras”, das autoras Sónia Ferreira Dias, Cristianne Famer Rocha e Rosário Horta, pretendeu aprofundar e descrever o conhecimento, atitudes e práticas sobre a saúde sexual e reprodutiva e compreender a influência do processo migratório nesta área. Os resultados do estudo apontam para a diversidade das práticas e dos conhecimentos, para a existência de lacunas ao nível do conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva e para as limitações no acesso aos serviços de saúde.

A investigação de Cristina Correia e Sofia Neves (2010, 2011) sobre representações sociais, estereótipos e preconceitos dos/as portugueses/as face às mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, para além de reforçar os resultados apresentados no estudo de Clara Santos (2007a), coloca em evidência as situações de discriminação vivenciadas por estas mulheres, variando em função do seu nível socioeconómico e chama a atenção para a violência sexual a que estão sujeitas no contexto de trabalho que exercem como empregadas domésticas.

Sofia Neves (2010a, 2010b) analisou a problemática do tráfico de mulheres brasileiras em Portugal para fins de exploração sexual, cruzando este fenómeno com as questões da imigração e do género. As evidências encontradas no estudo revelam como os processos migratórios e de género produzem fragilidades e vulnerabilidades que potenciam a violência contra as mulheres.

Em 2010, as autoras Susana Trovão e Sónia Ramalho, no seu estudo “Repertórios Femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: Migrações de Dinâmicas Familiares”, organizado em dois volumes (volume I, 2010a e volume II, 2010b) procuraram escrutinar as formas de organização e dinâmicas familiares, a vulnerabilidade e a participação cívica de mulheres imigrantes de origem cabo-verdiana e são tomense no contexto colonial

português. As autoras concluíram que, durante o processo de socialização, a exposição a tradições discursivas e práticas de desigualdade de gênero condicionaram as experiências futuras destas mulheres.

Patrícia Baptista (2011) analisa as condições de precariedade laboral no setor doméstico que afetam as mulheres imigrantes. A sua investigação conclui que a natureza do serviço doméstico coloca as mulheres imigrantes numa posição de vulnerabilidade, agravada pela sua condição. Verifica que as práticas de exploração podem assumir múltiplas formas que variam em função do seu estatuto, contudo, os principais problemas com que se deparam estas mulheres são: a discriminação étnica; baixos salários auferidos; precariedade nos horários de trabalho; incumprimentos em relação às tarefas definidas e acordadas verbalmente; e a não celebração de contratos de trabalho. A autora refere, ainda, que o aumento da procura de trabalhadoras domésticas imigrantes enquadra-se num contexto de desigualdade de gênero, classe e etnia que determina a segregação ocupacional das mulheres imigrantes e que dificulta a sua mobilidade profissional.

A publicação da Revista Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – ex aequo, com o dossier temático intitulado “Género e Migrações”, organizado pelas autoras Sofia Neves e Joana Miranda (2011) procurou, a partir de vários artigos, incorporar o gênero na análise das migrações femininas.

A pesquisa de doutoramento de Mariana Gomes (2013) analisou o imaginário social da Mulher Brasileira em Portugal, procurando compreender: as relações de poder imbricadas e como estas se constituem em racismo e sexismo; o seu impacto nas experiências de brasileiras imigrantes; e os modos de subjetivação destas mulheres em Portugal. As conclusões da investigação revelam que as mulheres brasileiras são vistas no nosso país como um “corpo colonial”, uma vez que são definidas, essencializadas e estigmatizadas através de características atribuídas desde o colonialismo histórico, relacionadas com a hipersexualidade. A autora identificou, no seu estudo, três modos de subjetivação pelo qual estas mulheres resistem e reexistem perante o discurso hegemônico construído sobre elas, sendo a resistência passiva, a afirmativa e a combativa. Por último, afirma que Mulher Brasileira é antes de tudo uma construção social, discursiva e performativa, imersa em relações de poder históricas e em modos de subjetivação sempre reconstruídos.

Por último, e de forma a aprofundar o cenário da saúde, a dissertação de doutoramento de Joana Topa (2013) procurou caracterizar e analisar os cuidados de saúde materno-infantis à população imigrante residente em Portugal. A investigação, situada em pressupostos teóricos e epistemológicos críticos, mostra que as experiências discriminatórias e as dificuldades no acesso ao serviço de saúde retardam a procura das mulheres imigrantes aos serviços para vigilância da gravidez. Apesar de a maioria das mulheres apreciarem positivamente os cuidados recebidos, é notório nos seus discursos uma falta de sensibilidade e discriminação preconizadas pelos/as profissionais de saúde. Face a estas dificuldades, as mulheres constroem uma imagem de si como pessoas com menos direitos, que as remete para um conformismo e um silenciamento perante as práticas discriminatórias a que estão sujeitas, o que, na opinião da autora, contribui para a manutenção da desigualdade. O estudo aponta ainda para a necessidade de se reverem as políticas de saúde para migrantes em Portugal.

A partir deste mapeamento diverso sobre a imigração feminina em Portugal, é possível verificar como a pertença de género afeta os percursos de vida destas mulheres, quando decidem cruzar fronteiras.

No nosso país, o número de mulheres imigrantes tem vindo a tornar-se significativo, aproximando-se dos valores e números no masculino (Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010). Este aumento da sua participação deve-se, por um lado, ao processo de reagrupamento familiar (Fonseca et al., 2005) e, por outro, à sua participação no mercado de trabalho (Pires, 2002). Se antes era atribuído às mulheres o domínio da casa e da família, do mundo privado, e ao homem, a vida pública, esta separação ganha tons menos nítidos. Atualmente, e ao contrário dos modelos tradicionais, as mulheres não migram só para se juntarem aos membros da família, mas passam a ser protagonistas autónomas, desenhando novas rotas de vida, na tentativa de alcançar melhores salários e condições de vida que consigam responder às suas necessidades (Dutra, 2013; Tavares & Ferreira, 1998).

O impulso inicial para o projeto migratório pode evidenciar, nas mulheres imigrantes, motivações que se subentendem muitas vezes como idênticas às motivações dos homens, mas que são ou podem ser bastante divergentes (Dias, Rocha & Horta, 2009; Fernandes, 2013). De acordo com Boyd e Grieco (2003), no percurso migratório são vários os fatores que condicionam a migração das mulheres, podendo estes agrupar-se em fatores individuais, como a idade, a

etnicidade, as origens rurais/urbanas, o estatuto marital, o estado reprodutivo, o estatuto económico, as habilitações literárias e as qualificações; fatores familiares, como a dimensão, estrutura e composição do agregado familiar, o estágio de desenvolvimento da família e a classe de pertença; e fatores sociais, que se referem às normas comunitárias e aos valores sociais que podem determinar a decisão de quem quer migrar, produzindo resultados diferenciais para as mulheres. Para além deste fatores, existem motivações de ordem não económica que parecem ter impacto na seletividade de imigrar, a transgressão dos limites sexuais impostos pela sociedade, os problemas conjugais e a violência física, a impossibilidade de divórcio, a discriminação e ausência de oportunidades, a prevalência de práticas legislativas e sociais conservadoras, que podem constituir limites ao exercício da liberdade, levam a que as mulheres rompam com as sociedades discriminatórias nas quais estariam em posição subordinada (Assis, 2007). Além deste fatores, as fracas condições de trabalho e poder de negociação, a dificuldade de acesso à educação e serviços de saúde que inviabilizam o empowerment das mulheres (International Labour Organization - ILO, 2008) representam ser uma oportunidade para ultrapassar a discriminação e uma possibilidade para melhorar as condições de vida das mulheres e das suas famílias (Baptista, 2011). Nestes casos, um país bastante distante cultural e geograficamente pode ser escolhido como destino final.

As migrações por amor, também constituem um fator para a imigração, na medida em que a busca de um companheiro fora das fronteiras transnacionalizou a intimidade e o processo migratório. Este tipo de imigração é consequência da sociedade globalizante em que o consumo e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação desenvolveram um papel fundamental, pois, para além da transformação dos modelos e relações de género, o próprio conceito de amor é produzido neste contexto virtual (Girona, 2007). Contudo, as redes sociais em que se baseiam os processos migratórios revelam um acesso privilegiado a uma maior e melhor informação sobre as possibilidades de migração para os homens (Ghosh, 2009).

A deslocação para um novo país expõe as mulheres a novos ideais e normas sociais que podem promover os seus direitos (UNFPA, 2006), porém, em muitas regiões do globo, as experiências migratórias que são vividas pelas mulheres imigrantes são marcadas pelo género, enfatizando a dupla discriminação que podem sofrer quando chegam aos países de destino, por serem mulheres (Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2007) e por serem imigrantes

(Azevedo & Silva, 2005), a que se acresce uma terceira estigmatização ou tripla discriminação, quando fatores como a raça, etnicidade e a religião causam a estratificação social (Rodrigues, Padilla & Malheiros, 2011; Rubio, 2003).

Efetivamente, alguns estudos argumentam que, se, por um lado, a migração para as mulheres pode conter um potencial emancipador, por outro lado, pode representar uma via adicional para novas formas de exploração, dominação e subordinação (Velasco, 2013). Nas palavras de Menjívar (2003, p.103, tradução nossa), “a migração permite mudanças nas relações de género com efeitos complexos e desiguais, que pode oferecer às mulheres simultaneamente oportunidades e restrições, pois, normalmente, o ganho numa esfera resulta numa perda de outra”.

No percurso migratório, as lógicas de poder, as desigualdades daí decorrentes e as condições económicas dos países recetores e de origem facilitam o acesso das mulheres imigrantes aos contextos domésticos de trabalho, confinando-as, assim, a um papel social demarcado pela invisibilidade (UNFPA, 2006). O papel das mulheres imigrantes continua a estar fortemente vinculado a trabalhos considerados tipicamente femininos, como os serviços domésticos, assistência a crianças, idosos e doentes (Brumer, 2009; Miranda, 2009). Este tipo de empregabilidade não reconhece nem legitima as suas qualificações e nem sempre se verifica no trabalho uma função emancipadora (Padilla, 2006b), forçando a invisibilidade da sua identidade profissional, dificultando a sua inserção no mercado de trabalho e destituindo o direito à integração social no país recetor (Fernandes, 2013). Esta situação ocorre, pois, parafraseando Berger-Rouleau (2010, p.80) “L’origine culturelle, en venant se combiner à l’origine sociale, au sexe et à la position générationnelle, participe activement à définir des formes d’accessibilité différenciées et hiérarchisées aux marchés de l’emploi”. As oportunidades de trabalho que surgem através de canais legais são principalmente destinadas a homens, facilitando o envolvimento das mulheres em formas de recrutamento ilegal e a aceitação de oportunidades de carácter duvidoso, que se podem manifestar através da exploração sexual e laboral (Baptista, 2011). Assim, a imigração acarreta riscos para as mulheres, pois muitas são forçadas a prostituírem-se (Gill, 2006) e outras podem tornar-se vítimas de tráfico humano (Neves, 2010a, 2010b, 2011a; Peixoto et al., 2005; Santos, Gomes, Duarte & Baganha, 2008). As mulheres imigrantes sofrem exatamente os mesmos crimes que as mulheres em Portugal, no

entanto, a situação agrava-se quando se trata de mulheres em situação irregular, ilegal e indocumentada, uma vez que os organismos e associações não podem intervir tanto como desejariam, visto que pelo facto de se encontrarem irregulares, não podem beneficiar de atendimento e aceder aos serviços de Emergência Nacional, bem como a Casas de Abrigo (Alvim, 2008).

As mulheres imigrantes também estão mais suscetíveis a situações de pobreza, a um menor acesso à proteção social e a direitos fundamentais no local de trabalho (Silva, Nogueira & Neves, 2010) e estão habitualmente mais expostas a situações de exploração, vitimação e discriminação (Wall et al., 2005a). Acresce-se ainda o facto de estas mulheres apresentarem uma taxa de desemprego mais elevada do que as mulheres autóctones e do que os homens migrantes (Abranches, 2007; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE, 2008) e ocuparem o escalão mais baixo dos salários das economias mais ricas do mundo (Padilla, 2006b). Continua a assistir-se a uma feminização na migração, que coabita com a feminização da pobreza e do trabalho (Silva, Nogueira & Neves, 2010) e que torna evidente não só que a desigualdade ainda persiste mas também como as singularidades migratórias femininas se entrecruzam com o género e outras pertenças identitárias (Neves, 2010b).

Contudo, tem vindo a verificar-se um envolvimento crescente de mulheres na criação dos seus próprios negócios, particularmente, em micro e pequenas empresas (Rodrigues, Padilla & Malheiros, 2011), rompendo com o controlo patriarcal e alterando a posição das mulheres na sociedade (Levent & Nijkamp, 2006). As mulheres imigrantes têm vindo a assumir-se como principais agentes de mudança para os países de origem ao enviar remessas de dinheiro para o sustento da sua família, o que permite melhores estudos para os/as seus/as filhos/as, melhores cuidados de saúde e condições de vida para os/as seus/as familiares (Cruz, 2010; Dutra, 2013). Desempenham, ainda, um papel imprescindível nos processos migratórios, uma vez que constroem as pontes entre uma cultura e outra, procurando gerir as tensões que dali possam surgir (Fernandes, 2013).

A diferença no valor atribuído ao trabalho dos homens e das mulheres cria uma hierarquia social e remete as mulheres para uma posição inferior à dos homens, pelo que, para Rubio (2003) a subordinação do género está associada à divisão sexual do trabalho que deve ser

entendida a partir das diferentes funções atribuídas aos homens e às mulheres na família e que estão implícitas nas instituições políticas, sociais e económicas das sociedades.

Enquanto os significados do masculino se revelam universais, as configurações do feminino mostram-se mais limitadas, verificando-se a mobilidade dos atributos categoriais apenas no sentido do masculino para o feminino e não no sentido contrário (Abranches, 2007) e caracterizando-se as relações masculino-feminino como assimétricas em termos de significados simbólicos (Amâncio, 2002). Se, por um lado, o modelo de masculinidade é um modelo social de individualização dominante, baseado na honra, ligado à rede de parentesco e aos seus deveres de proteção; por outro, a feminilidade tende a ser conotada com o espaço privado da família, a maternidade e com a expressão das emoções (Aboim, 2004) o que faz com que as mulheres permaneçam marcadas pela categoria sexual e as exclui do contexto social. Neste processo de construção de significados da diferença, o modelo das representações sociais, os relacionamentos de poder que derivam da interação social, a assimetria simbólica subjacente à construção deste conhecimento transformam as mulheres numa comunidade de invisíveis, confundindo a diferença entre os sexos (Amâncio, 2003; Nogueira, 2001a, 2001b). Esta diferença sobre a qual se constrói as representações subjetivas que homens e mulheres fazem de si próprios/as concede aos homens a possibilidade de se verem e serem reconhecidos pelos outros como indivíduos, mas remete as mulheres para um conflito entre a sua liberdade, enquanto sujeitos, e a sua alteridade enquanto mulheres (Beauvoir, 1949, 2008).

A crítica pós-estruturalista contribuiu para esta desconstrução da lógica dualista de masculino versus feminino, da relação de dominação-subordinação, e substituiu-a por outra que incorpora o contexto das relações sociais, marcado pela classe social, pelas identidades étnicas, por visões religiosas, por grupos etários e por solidariedades que se tecem por intermédio de inter-relações mais complexas do que a dicotomia masculino-feminino faz pressupor (Guacira Louro, 1997).

Albuquerque (2005) defende que a posição das mulheres imigrantes nas sociedades industriais desenvolvidas é determinada pela articulação de diferentes relações de poder, sendo as mais importantes as relações de género e de classe e a relação entre estas mulheres e o estado nação. Cada pessoa, possui, assim um estatuto de maior ou menor privilégio, em que

cada um dos traços que a caracterizam pode funcionar como fator de subordinação ou dominação.

Os movimentos feministas, embora ainda não de modo muito expressivo, desenvolveram abordagens teóricas para explorar os padrões imigratórios e os processos a ele associados, questionando toda a rede de poder-saber, enquanto produtor ativo de subjetividade (Crespo, Ferreira, Couto, Cruz & Joaquim, 2008), e procuraram acentuar que a posição que cada mulher ocupa na sociedade não é resultante de uma simples soma ou multiplicação de tipos de discriminação, mas sim de um processo de interdependência permanente entre múltiplos fatores (Albuquerque, 2005).

Muitas vezes, o fenómeno da imigração é também acompanhado de experiências de discriminação e de exclusão para os/as imigrantes resultante das diferenças culturais e do multiculturalismo (Cabecinhas, 2002), com tendência a evoluir se as políticas de integração se dirigirem exclusivamente para a sociedade de origem e para a satisfação das necessidades subjacentes à motivação migratória (Baganha, Marques & Góis, 2004). Frequentemente, as mulheres são consideradas como “minorias das minorias” e não veem reforçada ou retratada a sua verdadeira essência, aquela que se traduz no desempenho cada vez mais relevante, de funções produtoras e reprodutoras nos países recetores (Santos, 2005).

Os discursos feministas das últimas décadas têm conseguido que as mulheres façam várias conquistas que acompanham a sua saída do espaço privado e a sua entrada na esfera pública. Contudo, apesar das conquistas dos movimentos feministas relacionados com os direitos das mulheres, é preocupante assistirmos a um movimento à escala global de mulheres que se deslocam para assumirem trabalhos domésticos no espaço privado (Lisboa, 2007).

Deste modo, o cenário de fundo em que se operacionaliza a inserção laboral das mulheres imigrantes reforça e realça a contínua reprodução e exploração das desigualdades de género no quadro do capitalismo global (Paiewonsky, 2007). E, apesar de as migrações femininas contribuírem para uma redefinição das relações de género, elas em si mesmas não garantem uma melhoria no estatuto da mulher (Baptista, 2011).

Assim, torna-se necessário um movimento de desconstrução das práticas e dos discursos sociais de opressão, tendo como objetivo reinventar a globalização naquilo que concerne às relações sociais de género (Gill, 2006).

Oishi (2002) defende que o estado tem um papel importante na definição das tendências internacionais das mulheres imigrantes, referindo que as políticas migratórias são muitas vezes mais restritivas para as mulheres do que para os homens e, por isso, torna-se imprescindível incluir nestas políticas uma dimensão meso-social, nomeadamente o agregado familiar, as redes migratórias, étnicas, sociais e as instituições.

Considerando a presença das mulheres imigrantes em território nacional uma evidência, que contribui para a economia portuguesa (Pires, 2002), a globalização económica e a reestruturação dos mercados de trabalho acentuam a necessidade de se traçar trajetórias de vida destas mulheres imigrantes.

Parece-nos fundamental contribuir com este estudo para colmatar a lacuna existente que declara a invisibilidade das mulheres imigrantes. Mas mais do que evidenciar as suas experiências de conciliação entre trabalho e família, pretende-se ouvir e dar voz a estas protagonistas, proporcionando-lhes um cenário em que surgem como atoras principais.

CAPÍTULO II

A CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL:

OLHARES TEÓRICOS

No capítulo anterior direcionamo-nos para a caracterização da imigração em geral e da imigração feminina em particular, sublinhando a necessidade das investigações científicas partirem de uma ótica de género que permita compreender as controvérsias e potencialidades que o fenómeno migratório acarreta às mulheres. Neste capítulo, a família e o trabalho assumem-se como áreas específicas de análise, espelhando a literatura existente relativa à relação das duas esferas e que consideramos fundamentais para a sua devida compreensão. Dividido em cinco secções, sendo que na primeira secção apresentamos as duas dimensões, que se definem como centrais na trajetória de vida das pessoas e representam um contributo fundamental no plano identitário. Na segunda secção, delineamos o contexto socioeconómico que tornou a temática da conciliação numa preocupação crescente para os diferentes domínios de investigação, elencando, as principais transformações ocorridas nas dinâmicas familiares e profissionais nas últimas décadas. Na terceira secção, exploramos este conceito a partir de uma revisão teórica e apresentamos os modelos compreensivos que explicam a relação do trabalho com a família. Na quarta secção dirigimos o nosso olhar para o papel de género, destacando as diferenças quanto à forma como homens e mulheres vivem e sentem o trabalho e a família nas suas vidas. Por fim, na quinta e última secção, estampamos o resultado de políticas orientadas para a conciliação, evidenciadas nos planos nacionais e internacionais para a promoção da igualdade de género entre homens e mulheres. Efetivamente, sendo a conciliação uma temática de maior destaque têm sido efetuados avanços legislativos que possam garantir uma eficaz resposta às exigências das famílias, porém, este avanço ainda fica aquém na concretização de uma efetiva igualdade entre homens e mulheres e na minimização das desigualdades sociais.

1. Contornos conceituais: Trabalho e Família

Vivemos num mundo de inquietudes, difícil e estranho em que somos forçados/as a aceitar o misto de oportunidades e de riscos que nos oferecem e que interferem com as duas esferas centrais da vida das pessoas e das sociedades. A família e o trabalho constituem-se os dois aspetos da vida social que permitem diferentes vivências, exercem um papel central na trajetória de vida das pessoas e contribuem para a formação de uma identidade pessoal e social (Ferreira, Taveira & Saavedra, 2009). Para melhor compreendermos este dois conceitos, torna-se necessário proceder a uma breve definição de ambos. Assim, podemos considerar o *trabalho*

como um conjunto de atividades humanas que tem como objetivo a provisão de bens e serviços tendo em vista a manutenção da vida humana. Implica, portanto, que a participação do indivíduo no mercado de trabalho seja recompensada, quer extrinsecamente quer intrinsecamente, como satisfação ou auto-realização, pelas suas contribuições (Edwards & Rothbard, 2000). O trabalho tende a ser um elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas atividades diárias e, para além da sua função económica, está habitualmente valorizado pelo sentido estável de identidade social que oferece (Giddens, 2010). Como refere Marx (1985 as cited in Lopes, 2006, p.13), o trabalho é a categoria fundante para os homens e para as mulheres enquanto seres sociais, sendo a sua relação com o mundo determinada pelo modo como exercem a sua atividade produtiva. De uma forma geral, o conceito clássico de *família* é definido como sendo uma unidade básica da sociedade composta por indivíduos que estão ligados entre si por laços biológicos, laços de casamento, costumes sociais ou de adoção (Bourdieu, 1996) e que partilham um espaço territorial, projetos de vida, crenças, valores e afetos (Macedo & Amaral, 2005). Tal como o trabalho, a família pode ser considerada uma organização social à qual o indivíduo pertence e para a qual contribui, sendo que esta contribuição pretende a manutenção da unidade familiar e promoção do seu bem-estar e não a obtenção de proveitos (Giddens, 2010). Atualmente, quando falamos de família não podemos partir do princípio que existe um modelo universal de vida familiar, o conceito de família tradicional foi sofrendo transformações e rapidamente está a evoluir para novas formas ou tipos de estrutura familiar compostas por casais a viverem em união de facto, casais que vivem em diferentes espaços geográficos, famílias monoparentais ou reconstituídas (Wall, Cunha & Ramos, 2014). Família e mudança são palavras que surgem inevitavelmente associadas (Aboim, 2006). O modelo familiar tornou-se mais democrático e igualitário em que o casamento deixa de ter a função meramente produtiva, sendo frequentemente substituído pelo termo relação e, surgindo com este, novas formas de expressão afetiva, onde os indivíduos mostram-se empenhados nas suas relações de modo a que estas perduram no tempo (Torres, 2001). Para além, desta compleição afetiva, a família tem como funções instrumentais de produção económica, de educação e de apoio material (Aboim, 2006). Não obstante a esta evolução, atualmente, subsistem ainda as famílias tipicamente patriarcais, sendo que em Portugal, o padrão mais comum é caracterizado pelas famílias de duplo rendimento (Matias, 2007; Wall, Atalaia, Leitão & Marinho, 2013).

A conciliação entre a vida profissional e a vida familiar pode ser entendida pela existência de uma relação saudável entre o contexto profissional e familiar, enquanto ambientes que emanam exigências às quais o indivíduo é capaz de responder de forma simultânea e adequada, sem perdas decorrentes da interferência de um sobre o outro (Teixeira & Nascimento, 2011). Conciliar significa, também, harmonizar, aproximar ou tornar compatíveis diferentes interesses ou atividades, de maneira a permitir uma coexistência isenta de fricções, de stress ou de inconvenientes (DGV/CE, 1996). Esta conciliação é alcançável quando os dois eixos, a família e o trabalho, se desenvolvem de forma satisfatória e se equilibram, contudo, este equilíbrio só acontecerá quando existirem meios e tempo suficiente para que seja possível cuidar da família e ter um bom desempenho no trabalho. O cumprimento simultâneo dos papéis profissional e familiar acrescenta a estas exigências uma necessidade de reorganização dos recursos pessoais para que seja possível a conciliação entre o trabalho e a família (Nascimento, 2007).

O modelo de conciliação definido por Jacqueline Laufer (1995, p.164) visa,

...articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional. É uma condição necessária da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, em particular no âmbito profissional [...] Uma eventual recomposição e uma nova divisão de papéis se realizariam, assim, não mais em detrimento das mulheres, mas em benefício comum de homens e mulheres.

O conceito de conciliação deve ser compreendido numa análise inter-relacionada entre a vida profissional e familiar. A esfera profissional, não abrange somente o trabalho laboral mas integra outras áreas não remuneradas, como as atividades domésticas, a atenção aos cuidados com as crianças ou a indivíduos membros do agregado familiar, áreas que se destinam ao bem da sociedade, e em particular, das famílias. Na esfera familiar devem também ser incluídas atividades em que somos responsáveis pelos/as outros/as e por nós mesmos, como, o lazer ou atividades de caráter cívico e social. É neste enquadramento que o conceito de conciliação passa a designar-se pela harmonia da relação profissional e outras atividades, sendo estas indispensáveis para manter uma vida saudável e equilibrada (Veiga, 2010).

2. A relação família-trabalho: contextualização da problemática

A família e o trabalho representam duas esferas sociais de primordial importância na vida adulta que impõem exigências, por vezes, difíceis de assegurar em simultâneo, tornando-se algo progressivamente complexo e urgente gerir satisfatoriamente os papéis familiares e profissionais (Zimmerman, Haddock, Current & Ziembra, 2003), sobretudo, numa sociedade em mudança, em que a flexibilidade, a vulnerabilidade, a diversidade e pluralidade nos acompanham diariamente.

A conceção da relação entre família e trabalho como uma problemática de interesse científico, político e social, deve-se a um conjunto de profundas transformações históricas, sociais e económicas ocorridas em ambas as esferas que ampliam as dificuldades em torno da questão da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. O aumento da produtividade, no campo laboral, com o desenvolvimento das novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho, permite às empresas deslocarem-se facilmente para fora dos seus países de origem, onde o recurso à mão-de-obra barata é uma tendência crescente (Guerreiro, 2009) e garantia de maior produtividade em menos tempo. A existência de horários de trabalho não estandardizados, como por exemplo, o trabalho por turnos, trabalho de fim-de-semana ou horas extraordinárias sistemáticas, em períodos que eram previamente considerados como tempo privado vão predominando. A existência de vínculos laborais a tempo inteiro são substituídos por práticas de trabalho flexíveis e cada vez mais precárias e instáveis, proliferando os contratos e os tempos de trabalho não padronizados. Estas mudanças na gestão leva a maiores oportunidades para a criação de empresas e exige práticas de recursos humanos de grande empenho e esforço (Maciel & Marques, 2008) mas agravam significativamente as dificuldades de conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais (ILO, 2010). De acordo com Casaca (2010) estas novas configurações do mercado de trabalho podem ser consideradas, por um lado, como sinónimos de autonomia individual, empreendedorismo, empregabilidade e potenciadora de novas oportunidades e, por outro, como sinónimo de insegurança, precariedade, exploração laboral e de vulnerabilização económica e social contribuindo para uma maior complexidade da integração do tempo entre a vida familiar, a vida profissional e a vida pessoal. Todo este contexto de maior insegurança e incerteza deixam o indivíduo confuso ou em dificuldades face aos múltiplos papéis de vida (Gonçalves, 2006).

A par destas grandes transformações nas sociedades industrializadas, outras foram ocorrendo com grande notoriedade nos planos demográficos e da esfera privada – a família – de forma mais ou menos acelerada, entre diversos países, entre os quais Portugal. Com a descoberta de novas formas contraceptivas, a partir da década de 60 do século XX, assistiu-se a uma drástica descida da natalidade, o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho que contribui para a sua emancipação e uma progressiva alteração dos papéis de género, tanto no trabalho como na família, foram as principais mudanças que caracterizaram a modernidade (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG, 2010). Esta realidade veio alterar o funcionamento familiar e conjugal, onde tradicionalmente era atribuído ao homem a figura de ganha-pão da família e à mulher a responsabilidade pela manutenção da harmonia da casa e do lar, passou-se para uma atribuição de idênticas responsabilidades na esfera familiar e profissional a ambos os sexos (Guerreiro, 2009). A entrada das mulheres na esfera pública, mais concretamente, no mercado de trabalho remunerado relaciona-se, também, com a necessidade das famílias em obterem dois rendimentos para fazerem face às suas despesas (Matias, 2007). Desta forma, todas estas mudanças estruturais e demográficas levaram a um aumento natural do número de horas de trabalho remunerado acrescido do número de horas despendido ao trabalho não remunerado, tais como, as tarefas domésticas e cuidados com os/as filhos/as e os/as mais idosos/as, sendo estas, assumidas maioritariamente pelas mulheres (França & Schimansky, 2009), embora, a parentalidade tenha vindo a assentar num modelo cultural de “novo pai” mais envolvido com os/as filhos/as desde o seu nascimento em tarefas como o brincar, cuidar, alimentar e ajudar nos trabalhos da escola (Guerreiro, 2009; Jacobs & Gerson, 2004). A diversidade crescente das novas formas familiares, quer por situações de dificuldades económicas decorrentes de situações de divórcios quer de fenómenos, como a migração, contribuem para a constituição de novas famílias e para o crescimento de famílias monoparentais, em que a gestão destas duas esferas é sustentada por apenas um/a dos/as progenitores/as. O aumento exponencial da longevidade, em que os cuidados aos/às mais idosos/as constitui-se como uma necessidade iminente pautada por uma incerteza maior do que os cuidados às crianças coloca, também, os/as adultos/as de hoje numa posição a que alguns/as chamam de “*geração sanduíche*”, tendo que lidar, simultaneamente, com as necessidades dos/as seus/as pais/mães e filhos/as (Andreassi & Thompson, 2008; Damaske & Gerson, 2008; Drach-Zahavy & Somech, 2008). As novas configurações familiares mais

pluralistas e diversificadas contribuem para o aumento das pressões entre os papéis parentais e profissionais com implicações claras para a relação trabalho e família, aspetos que também devem ser tidos em consideração.

3. Modelos compreensivos da relação existente entre trabalho e família

Ao se pensar na possibilidade de intervenção neste domínio, torna-se necessário conhecer os diferentes modelos ou perceções que existem sobre a natureza da relação entre o trabalho e a família, assumindo esta um lugar de destaque nos debates públicos e políticos mas associada ainda a um leque de incertezas constituindo, deste modo, um desafio à sua recriação (Silva, Nogueira & Neves, 2010).

Numa fase inicial, a literatura perspetivava um modelo de segmentação que defendia a separação entre o trabalho e a família, assumia-se por isso, que o funcionamento destas duas esferas era independente, autónomo e sem qualquer relação. O trabalho e a família, para esta perspetiva, constituem-se como realidades distintas em que o indivíduo pode funcionar com êxito numa esfera sem qualquer influência proveniente da outra. Esta separação no tempo e no espaço permite que haja uma repartição natural e que os papéis profissionais e familiares sejam perspetivados como tendo funções distintas, em que a afetividade e expressividade recaem sobre a família e a competição, instrumentalidade e impessoalidade recaem sobre o trabalho (Aboim, 2007). Algumas críticas foram apontadas a esta abordagem pelo seu carácter de limitar a preferência dos trabalhadores e das trabalhadoras pelo trabalho ou pelas atividades extralaborais, levando-os/as a diferenciar as duas esferas e, por beneficiar apenas, os interesses das organizações, na medida, em que procuram separar o trabalho e a família com receio que os relacionamentos familiares possam interferir ou afetar o desempenho profissional (Burke & Greenglass, 1987 as cited in Santos, 2007b).

A recusa da ideia destes dois eixos em separado tem como consequência o fim das abordagens segmentadas ao trabalho e família, como se estes constituíssem realidades independentes na vida das pessoas. O trabalho pioneiro desenvolvido por Rapoport, por volta dos anos 60, com famílias de duplo emprego e dupla carreira veio também, posteriormente, desafiar

esta interpretação e sublinhar a necessidade de se considerar a interseção entre o trabalho e a família.

Nos anos 70, a revisão de estudos sobre as interações entre o exercício dos papéis familiares e profissionais, elaborada por Rosabeth Kanter, na sociedade norte-americana, vem realçar a necessidade de se considerar a influência dos papéis de género nestes dois contextos de vida.

A partir dos anos 80, surge, pelas correntes feministas, a preocupação com as práticas de igualdade de género no trabalho e na família. Neste sentido, estes trabalhos associados a todo o conjunto de transformações ocorridas, e já mencionadas anteriormente, contribuíram para um claro aumento de análise científica em torno do trabalho e família como entidades complementares (Andrade, 2006, 2010).

Uma das perspetivas mais referenciadas na literatura, pelo seu carácter precursor no estudo das relações entre papéis familiares e profissionais, é a análise do conflito de papéis. Esta perspetiva, caracterizada como uma perspetiva negativa (Carlson & Grzywacz, 2008), considera que os indivíduos possuem uma quantidade limitada de tempo, atenção e de energia, que os papéis da família e do trabalho competem por essa quantidade finita de recursos e, por isso, quanto maior for a acumulação de papéis, maior será a probabilidade de incompatibilidade entre as exigências dos diferentes papéis e de experienciar um maior conflito e stress (Voydanoff, 2002). Esta abordagem radica numa noção de limitação, designada como *hipótese da escassez*, sendo os seus resultados geradores de desgaste físico e psicológico (Mullen, Kelley & Kelloway, 2008).

O modelo de Greenhaus e Beutell (1985) indica que os papéis profissionais e familiares podem entrar em conflito de três formas distintas: o *conflito baseado no tempo*, que surge quando o tempo despendido num determinado papel (trabalho) torna impossível a participação em outras atividades (família); *conflito baseado na pressão*, quando a tensão provocada no desempenho de determinado papel afeta o desempenho no outro; *conflito baseado no comportamento*, que deriva do facto de determinados comportamentos exigidos na execução de determinado papel não serem compatíveis com o desempenho de outro papel.

Patricia Voydanof (2002) demonstra que existe uma relação positiva entre o conflito baseado no tempo e na pressão com a relação família e trabalho. O conflito baseado na pressão

apresenta a relação mais forte com o conflito família-trabalho e, paralelamente, o conflito trabalho-família é mediador na relação entre os três tipos de conflitos e o conflito família-trabalho. Associado ao *conflito baseado no tempo*, integra-se o processo de *sobrecarga de papéis*. A sobrecarga existe quando o indivíduo tem a sensação de que as exigências impostas pelos seus papéis profissionais ou familiares são excessivas e que os recursos disponíveis de tempo e de energia são insuficientes para o desempenho adequado destas (Duxbury, Lyons & Higgins, 2008). Este sentimento de sobrecarga articulado com o desempenho de um dos papéis, é apontado como um dos responsáveis pelo desencadear do conflito de papéis que se pode direcionar do trabalho para a família e da família para o trabalho (Greenhaus & Beutell, 1985).

A nível laboral, o grau de flexibilidade e controlo sobre a agenda de trabalho, o tipo de trabalho desempenhado, as deslocações demoradas ou frequentes, a elevada carga horária de trabalho, o ambiente de trabalho e a cultura organizacional, no que se refere, ao apoio ou ausência deste para equilibrar a família e o trabalho, podem constituir antecedentes nesta sobrecarga de papéis e constituir um fator de risco para alguns grupos específicos (Duxbury, Lyons & Higgins, 2008).

Apesar da investigação ser menos conclusiva, no seio familiar, acontecimentos como o casamento, a parentalidade, os cuidados com as crianças e o número de horas de trabalho fora de casa podem levar a uma sobrecarga de papéis, embora, aspetos como o nível de exigência das tarefas domésticas e a natureza da partilha desta responsabilidade pelo casal possam determinar o seu nível (Greenhaus & Beutell, 1985).

Mais recentemente, alguns/as autores/as têm chamado a atenção para o caráter bidirecional do conflito de papéis (Carlson & Frone, 2003; Frone, 2000), tornando possível distinguir dois tipos de conflito: o conflito do trabalho a interferir com a família e o da família a interferir com o trabalho. Quando as atividades profissionais interferem com as responsabilidades familiares e repercutem-se na vida familiar podem ocorrer estados de depressão, ansiedade, baixa auto-estima, fadiga, stress emocional e psicológico, consumo de substâncias, menor saúde física, insatisfação com a família e com a relação conjugal, menor participação nas atividades da família, ausência e dificuldades de interação. Quando os aspetos relacionados com a vida familiar impedem a realização de tarefas na atividade profissional pode

ter consequências como o baixo desempenho profissional, insatisfação com o trabalho e comprometimento organizacional, elevado absentismo e vontade de desistir (Duxbury, Lyons & Higgins, 2008; Frone, 2003).

O estudo de Frone e colaboradores (1992) postula que baixos níveis de apoio na família (emocional, instrumental, social e financeiro) aumentam as exigências no domínio familiar, como as tarefas domésticas e os cuidados com os/as filhos/as, o que leva a um conflito família-trabalho, e conseqüentemente, a resultados negativos para o trabalho e a uma maior redução na qualidade de vida familiar. Enquanto que baixos níveis de apoio no trabalho aumentam as exigências nesse domínio, quer ao nível da carga horária, pressão, deslocações, que resultam num conflito trabalho-família com resultados negativos para a família e com uma redução na qualidade de vida no trabalho.

Esta interferência é passível de ser definida por Greenhaus e Beutell (1985, p. 77) como a *type of inter-role conflict that occurs when the role demands stemming from one domain (work or family) interfere or are incompatible with role demands stemming from the other domain (family or work)*. Na generalidade das investigações tem-se registado uma maior prevalência de conflito do trabalho relativamente à família. Segundo o projeto *Quality of Life in a Changing Europe*¹ (2009) Portugal caracteriza-se pelos níveis mais elevados de interferência do trabalho na família, por um apoio reduzido no local de trabalho e por contextos organizacionais mais adversos à conciliação do trabalho com a vida familiar, onde as exigências profissionais têm impactos particularmente negativos.

Em contrapartida à perspetiva do conflito de papel, as investigações têm sugerido que o desempenho de vários papéis pode ser recompensador para homens e mulheres e que, nesse sentido, reduz por um lado, os efeitos negativos da acumulação de papéis e, por outro, garante uma maior gratificação que se reflete num melhor funcionamento físico, mental e relacional do indivíduo (Grzywacz & Marks, 2000a). O envolvimento em múltiplos papéis proporciona ao indivíduo recursos, como novas competências e apoio social, que não obteria se estivesse

¹ Este projeto procurou examinar como numa era de mudança social rápida e intensa, os cidadãos e cidadãs europeus/as que vivem e trabalham em diferentes setores de atividade e regimes *welfare* nacionais avaliam a qualidade das suas vidas. Este projeto foi financiado pela Comissão Europeia e contou com a participação de oito países: Portugal, Finlândia, Suécia, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Hungria e Bulgária.

confinado ao desempenho de um único papel. Esta ideia assenta na *hipótese da expansão* e é caracterizada por ser uma perspetiva positiva na análise da relação entre o trabalho e a família (Mullen, Kelley & Kelloway, 2008).

Dentro desta perspetiva positiva, surgem um conjunto de conceitos que a sustentam, tais como: *spillover positivo*, que se refere ao humor, competências cognitivas e interpessoais, valores, comportamentos e atitudes positivas que se transferem de um papel para outro; *reforço*, engloba os recursos, sejam estes psicológicos, físicos e sociais, que são reforçados e que se ganham através do desempenho de múltiplos papéis, como sentimentos acrescidos de auto-eficácia e auto-estima, emoções positivas (otimismo e esperança) sobre o futuro; *enriquecimento*, representa a medida na qual as experiências no desempenho de determinado papel melhoram o desempenho e a qualidade de vida noutra papel, por exemplo, os recursos económicos provenientes de uma atividade profissional podem ser utilizados na melhoria das condições da vida familiar (Carlson & Grzywacz, 2008; Poelmans, Stepanova & Masuda, 2008); e *facilitação*, a participação num papel promove a aquisição de habilidades e recursos que podem ser usados para permitir o desenvolvimento e melhor funcionamento em outros domínios da vida e desencadear resultados positivos tanto no domínio familiar como no profissional (Matias, Andrade, Fontaine, Alves & Martinez, 2008).

Partindo desta perspetiva, a melhoria da qualidade da relação conjugal, o apoio do cônjuge e familiar, as oportunidades para discutir problemas e dificuldades profissionais, a participação no trabalho ou na família podem ser tidos como amortecedores no propiciar de stress quando a participação num dos papéis é menos satisfatória (Grzywacz & Bass, 2003).

O prestígio social e o reconhecimento que advém do desempenho de múltiplos papéis são também recompensas significativas, que no caso das mulheres que desempenham múltiplos papéis, de profissional, mãe e esposa, pode ser particularmente importante na melhoria da sua auto-estima e no seu estatuto (Sieber, 1974) funcionando também como espécie de proteção psicológica (Crosby, 1984).

Um dos fatores que permite uma melhor compreensão do envolvimento diferenciado no trabalho ou na família está relacionado com a questão da identidade. Esta abordagem tem sido amplamente analisada por psicólogos sociais como Ashforth e Mael (1989) e Tajfel e Turner (1986) e afirma que os indivíduos classificam-se a si próprios como membros de determinados

grupos sociais, pelo que os indivíduos que participam em diferentes papéis sociais tem diferentes identidades sociais que atribuem significado e objetivo à vida. Essas identidades sociais são ativadas pelo indivíduo consoante as situações e estão organizadas numa hierarquia de centralidade ou saliência, de modo a que alguns papéis enquanto fonte de definição do *self*, podem ser percebidos como mais importantes, logo, o tempo e investimento dedicados a esse papel serão maiores (exemplo, o papel de mãe). Este investimento pode justificar-se pelo desejo que o indivíduo tem em manter ou reforçar a sua identidade proporcionando um maior significado e objetivo à sua vida, que no caso dos papéis familiares e profissionais, pode constituir-se um importante antecedente para a explicação de diferentes níveis de envolvimento (Greenhaus & Powell, 2006).

A Teoria do Auto-Silenciamento, proposta por Dana Crowley Jack (1991) sustenta que a participação das mulheres em relações próximas, íntimas e genuínas com pessoas significativas contribui para a formação do seu conceito de *self*. E sempre que a manutenção dessas relações é colocada em causa por alguma via, a sua autoestima e o seu sentido de identidade pessoal são seriamente comprometidos (Cramer & Thoms, 2003). O início de novas relações ou o suster destas pode originar um conjunto de esquemas cognitivos distorcidos e de foro patológico a que designa por *silenciamento do self* ou *auto-silenciamento*. No desenvolvimento destes esquemas cognitivos as mulheres zelam pela durabilidade e continuidade das suas relações íntimas, silenciando aquilo que são as suas necessidades pessoais e sobrevalorizando as necessidades daqueles/as que para elas são significativos e importantes (Ali et al., 2000 as cited in Neves, 2008). À medida que as mulheres acomodam os esquemas culturais associados aos papéis tradicionais femininos o auto-silenciamento aumenta, o qual leva a comportamentos de auto-silenciamento como a repressão das emoções (Jack, 1991).

As investigações têm também verificado que a saliência do papel está positivamente relacionado com a perceção do conflito, ou seja, um papel que é percebido como saliente para a identidade do indivíduo leva a uma maior participação nesse papel, que irá interferir subsequentemente com a participação no outro papel (Greenhaus & Powell, 2003). No seu estudo, Reitzes e Mutran (2002), concluem que tanto os homens como as mulheres se identificam em simultâneo com vários papéis, sendo que os papéis profissionais e familiares são centrais para a sua identidade. Referem, ainda, que os homens atribuem uma maior importância e centralidade ao papel profissional do que as mulheres. Contudo, segundo Torres (2002) tanto

a família como o trabalho constituem dimensões suscetíveis de representar alterações no plano identitário das mulheres. Se a família permite a obtenção de reconhecimento enquanto mulher ou, mais ainda, enquanto modelo adequado de mulher, por meio do trabalho, no exterior, afirma-se a individualidade e os direitos da mesma.

Uma das teorias que se mostra importante e que faculta o contexto social e a estrutura de análise para muitos dos modelos conceptuais sobre o trabalho e a família, é a teoria do papel social. Alice Eagly (1987) parte do princípio que as diferenças sexuais são um produto dos papéis sociais que regulam o comportamento na vida adulta. Os papéis de género são definidos como aquelas expectativas partilhadas acerca das qualidades e comportamentos apropriados dos indivíduos, em função do seu género socialmente definido, que induzem de forma direta ou indireta as diferenças sexuais estereotipadas. Uma vez que, quer os homens quer as mulheres não estão representados em papéis sociais específicos acabam por adquirir competências e crenças que afetam o seu comportamento social (Nogueira, 2011a). Para Goode (1960) os papéis são culturalmente determinados e sancionados por determinado grupo ou sociedade.

Considerando as premissas anteriormente abordadas, quanto aos múltiplos papéis que o indivíduo pode ter, o equilíbrio de papéis, nomeadamente, o *equilíbrio família/trabalho*, apesar de se apresentar como uma orientação geral e um campo de investigação menos explorado, podemos enquadrá-lo e caracterizá-lo numa perspetiva integradora, onde há uma predisposição para integrar os múltiplos papéis de vida (Marks & MacDermid, 1996). Esta perspetiva defende que o indivíduo faz ajustamentos constantes, transferindo sentimentos e aspetos positivos de um domínio para o outro, de modo a que o resultado final se traduza numa sensação de equilíbrio. Assim, recorrendo às diversas formas como este equilíbrio tem sido concetualizado, Carlson e Grzywacz (2008) defendem que para se atingir o equilíbrio é necessário que os nossos recursos sejam distribuídos igualmente por todos os papéis de vida, que seja efetuada uma avaliação do desempenho ao longo dos diferentes domínios da vida, em especial, a determinado ideal pessoal e, por último, que a realização dos papéis seja negociada e partilhada entre o indivíduo e os/as seus/as parceiros/as nos domínios do trabalho e da família. Contudo, Clark (2000) refere que muitos indivíduos que segmentam o trabalho e a família e que estabelecem fronteiras rígidas entre os dois domínios podem, na verdade, criar sinergias entre eles pelo facto de os manter num estado de separação. Conclui, ainda, que quer a segmentação quer a integração de papéis podem originar no indivíduo sentimentos de equilíbrio.

Outra das abordagens que tem sido destacada na compreensão acerca da relação trabalho e família e considerada como uma abordagem que oferece uma visão mais integrada dos diferentes fatores que moldam as experiências profissionais e familiares dos indivíduos é a perspectiva ecológica de Bronfenbrenner (1989). Esta perspectiva defende que o desenvolvimento individual ocorre ao longo do ciclo de vida e é moldado pelas interações recíprocas entre o indivíduo e as suas experiências. Esta teoria compreende quatro sistemas que influenciam o desenvolvimento, sendo eles, o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. O microsistema é considerado todo o contexto onde o indivíduo se insere e de interação com outros contextos, assim dentro deste microsistema podemos incluir a família e o trabalho. Nos microsistemas, as experiências de um contexto podem apoiar as experiências de outros contextos, levando a que estas interações constituam o mesossistema. Nos contextos trabalho e família, o mesossistema pode encontrar-se nas experiências da esfera familiar que influenciam as experiências e comportamentos na esfera do trabalho. Por outro lado, as interações positivas entre o indivíduo e o contexto podem fornecer recursos ou incentivos no desenvolvimento dos seus papéis intra e entre domínios, ao passo que, as interações negativas potenciam impedimentos ao desempenho dos seus papéis e estão associados a maiores conflitos entre papéis e efeitos negativos no indivíduo (Grzywacz & Marks, 2000b). O sistema de valores dominante em cada sociedade, como os estereótipos e ideologias de género podem ser considerados como fatores pertencentes ao macrosistema. Todos os sistemas encontram-se numa estrutura social que inclui normas e expectativas que regem a forma como as influências podem ocorrer. Estas, por sua vez, influenciam as expectativas do próprio indivíduo relativamente ao modo como deve agir e se comportar na família e no trabalho, sendo estas normas e expectativas também veiculadas pelos membros que compõem estes dois contextos (Voydanoff, 2002).

4. Género e conciliação trabalho/família

Ser-se homem ou mulher assume-se como um dos processos mais estudados na pesquisa da relação entre trabalho e família, sobretudo, na forma do conflito entre os papéis profissionais e familiares, representando ser um fator de diferenciação. Se por um lado, o desempenho de uma profissão é fundamental para assegurar a autonomia pessoal, definir uma

posição social e garantir meios de sobrevivência, por outro, a família pode assumir um lugar decisivo na vida e na constituição das suas identidades (Guerreiro & Carvalho, 2007) existindo diferenças assinaláveis quanto à forma como homens e mulheres vivem e sentem tais esferas nas suas vidas. Partindo deste pressuposto, e considerando o papel do género na temática da gestão entre os papéis profissionais e familiares, é esperado que homens e mulheres utilizem diferentes estratégias para lidar com as exigências colocadas pela conciliação. Contudo, os resultados em volta dos estudos de género sobre a relação entre o trabalho e a família são ainda pouco consistentes (Matias, Silva & Fontaine, 2011).

Para compreendermos melhor de que modo o género afeta, homens e mulheres, no duelo diário pela conciliação entre a vida profissional e familiar é necessário abordarmos alguns conceitos direccionados para o trabalho remunerado e não remunerado, bem como, o exercício do papel maternal.

Desde os anos 60 a participação feminina no mercado de trabalho cresceu substancialmente tendo contribuído para o aumento da taxa de atividade global no nosso país. Em Portugal, ao contrário do que acontece noutros países europeus, as elevadas taxas de atividade laboral feminina, de mulheres autóctones e migrantes, ocorrem em tempo integral (Crompton & Lyonette, 2007; Wall, Atalaia, Leitão & Marinho, 2013) com uma percentagem de 46,3% (European Institute for Gender Equality – EIGE, 2013), sendo esta mais elevada no grupo etário onde há maior probabilidade de as mulheres serem mães (Casaca, 2010) e onde as interrupções dessa atividade são escassas ao longo da vida (Guerreiro & Pereira, 2006). De facto, segundo os dados da Eurofound (Anderson, Dubois, Leončikas & Sándor, 2012) quando se observa o tempo de trabalho pago para homens e para as mulheres verifica-se que em 2012 a duração média de trabalho para os homens é de 40,8 horas e para as mulheres de 37,4 horas, mantendo-se a semana de trabalho feminino bastante superior às 33,6 horas da média europeia.

Esta evolução crescente e consistente do trabalho feminino a tempo inteiro tem contribuído para modificar a organização da vida familiar, impulsionando a passagem de um modelo de organização familiar centrado numa divisão diferenciada dos papéis de género para um modelo de família centrado numa divisão mais simétrica e igualitária, em que ambos os

membros do casal se inserem na vida pública e contribuem para o orçamento familiar (Wall, Aboim & Cunha, 2010).

Embora seja possível verificar, por um lado, uma maior igualdade entre homens e mulheres quanto à participação no mercado de trabalho, os dados revelam que essa igualdade não está efetivada, subsistindo a “dominação masculina” (Bourdieu, 1998) no espaço público. Neste domínio persistem ainda muitas desigualdades relacionadas, principalmente, com os níveis de remuneração, a facilidade de ascender a nível laboral e a possibilidade de desfrutar de um trabalho digno (United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women - INSTRAW, 2007). Apesar de ser menos visível no espaço público, sabe-se que a desigualdade de género se investe de força maior no espaço privado, onde a concetualização do sistema familiar como lugar de afetos tem fornecido uma leitura da família enquanto palco de violências (Oliveira, 2009) impedindo uma igualitária promoção de realização pessoal dos seus membros, da partilha de tarefas e de oportunidades, acumulando as mulheres as suas funções tradicionais de companheiras, mães e donas de casa com a profissão sem haver uma partilha de trabalhos com os companheiros (Oliveira & Temudo, 2008).

A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - CEDAW (1979) indica ainda como fatores potencialmente discriminatórios no acesso ao trabalho, a gravidez, os períodos de maternidade e amamentação ou as necessidades relacionadas com os cuidados aos/às filhos/as.

Embora se assista a uma maior inclusão dos homens nas responsabilidades entre o casal, nomeadamente, nos cuidados com os/as filhos/as, refletindo a centralidade que estes/as adquirem na constituição da família atual (França & Schimansky, 2009) e de ambos considerarem desejável uma divisão mais equitativa do trabalho doméstico e dos cuidados aos/às filhos/as (Fontaine & colaboradores, 2004), é na divisão das tarefas domésticas, das quais os homens estão praticamente ausentes, que se continua a assistir a uma acentuada assimetria, assimetria que é visível em todas as formas de conjugalidade (Torres, 2002; Torres & Silva, 1998; Torres et al., 2004), o que contradiz a “tendência de natureza modernizante, ao nível dos discursos no sentido de um reforço do papel dos homens na esfera privada” (Perista, 2002, p. 471).

Assim, a aparente mudança nas atitudes não parece refletir a prática, dado que os papéis conjugais e parentais continuam a ser estruturados em função do género (Fontaine & colaboradores, 2004; Guerreiro & Pereira, 2006). Se, ao nível dos valores se verifica uma clara adesão à norma da igualdade entre os sexos e à ideia que o trabalho constitui uma fonte de autonomia para as mulheres, a ligação da feminilidade com a maternidade e a família, assim como a ideia de que as crianças sofrem quando as mães trabalham são um impedimento para a existência de modelos de repartição igualitários de tarefas. De facto, e como defende Badinter (2010), o consenso social em torno do amor materno e a idealização da maternidade origina nas mulheres angústias e sentimentos de culpa quando não correspondem a um exigente padrão de maternidade intensiva.

O modelo social dominante que prevalece no nosso país atribui às mulheres a responsabilidade pela organização da vida doméstica e prestação de cuidados aos membros da família e aos homens a principal responsabilidade pelo trabalho laboral (Alcãiz, 2008; Wall, 2005). Este modelo permite às mulheres continuarem a verem divididos e fragmentados os seus papéis entre a casa e os/as filhos/as e o direito à participação na esfera pública (Aboim, 2007) tendo, como consequência, um peso excessivo das responsabilidades familiares e profissionais, o que dificulta as suas opções profissionais e pessoais (CIG, 2010).

Deste modo, apesar das mulheres representarem quase metade dos/as trabalhadores/as, reforça-se o facto destas continuarem a trabalhar sob condições, atitudes e costumes estabelecidos por um “código doméstico” (Crompton, 2006), ou seja, as mulheres ao entrarem no mercado de trabalho, entram num mundo construído por e para os homens, sendo que para estes as tarefas domésticas são periféricas em relação às suas vidas de trabalho.

De facto como afirmam Amâncio & Oliveira (2002, p. 48):

o ser mulher é socialmente pensado por forma a direccionar os comportamentos para uma única esfera de atividade, a esfera privada, a família. Deste modo, é de esperar que mesmo quando as mulheres saem desta esfera para trabalhar, as suas atividades sejam socialmente construídas com uma extensão das atividades domésticas e dos comportamentos a elas associados para o mundo de trabalho.

Assim, para Beauvoir (1949/2008) as mulheres são representadas como um segundo sexo, onde o seu papel ativo como agentes económicos e de desenvolvimento não tem sido, como já referenciado anteriormente, acompanhado por uma igual participação dos homens na divisão da esfera doméstica.

Os resultados do Inquérito Social Europeu – ESS - European Social Survey² (2010) mostram que nem sempre os homens parecem responder com maior investimento na esfera doméstica. Verifica-se que são os homens a viver em casal de duplo emprego os que mais tempo dedicam ao trabalho doméstico (5,6 horas por semana) quando comparados com os que estão fora do mercado de trabalho, num modelo de ganha-pão feminino ou os que vivem em casais, ambos fora do mercado de trabalho. Estes são os que menos investem no trabalho doméstico, dedicando os primeiros 4,9 horas por semana ao passo que as mulheres realizam 21,8 horas e os segundos 2,9 horas em média por semana em comparação com 26,1 horas por semana das mulheres. O inquérito revela ainda que são, sobretudo, as mulheres mais jovens as que menos se dedicam ao trabalho doméstico.

No mesmo sentido, os dados do relatório final da União Europeia sobre a reconciliação do trabalho, família e vida pessoal (Mills, et al., 2014) indicam que mesmo sendo as mulheres as principais provedoras do agregado familiar também são elas que gastam mais tempo com o trabalho doméstico quando comparadas com os seus companheiros. Verifica-se, que nos contextos em que os homens são os principais provedores do agregado, as mulheres gastam a mais 18 horas por semana no trabalho doméstico do que as mulheres provedoras principais, ao passo que numa situação contrária, os homens em contextos em que as principais provedoras do agregado são as mulheres apenas gastam 6 horas a mais em trabalho doméstico do que os homens como únicos provedores. Pelos resultados obtidos constata-se que os papéis de género ainda tem uma forte influência sobre o trabalho doméstico, independentemente, das alterações na contribuição económica do agregado familiar.

² Estudo de opinião sobre questões sociais, financiado pela Comunidade Europeia e realizado em 24 países europeus; c.f. <http://www.europeansocialsurvey.org/data/>

Os resultados obtidos anteriormente parecem ser corroborados pelos do Inquérito sobre a Qualidade de Vida - European Quality of Life Survey – EQLS³, realizado no ano de 2007 e 2011. A aplicação deste inquérito procurou estimar o tempo semanal médio despendido por homens e mulheres nos cuidados e educação aos/às filhos/as e nas tarefas domésticas, em atividades, como cozinhar. Os dados indicam que em relação ao trabalho doméstico as mulheres fazem, em média, mais 7 horas semanais do que os homens, aproximando-se da média europeia (5 horas semanais) e registando uma diferença menor do que a obtida no ano de 2007 (10 horas semanais). Esta diminuição deve-se, por um lado, ao aumento de 1 hora do trabalho doméstico masculino, que passa de 7 horas semanais em 2007 para 8 horas semanais em 2011 e, por outro, ao decréscimo de 2 horas no trabalho doméstico feminino, que passa de 17 horas semanais em 2007 para 15 horas semanais em 2011, aproximando-se assim da média de 14 horas no conjunto dos países analisados. Em relação aos cuidados e educação aos/às filhos/as, verifica-se que o número de horas dedicado a estes é muito superior ao número de horas dedicado ao trabalho doméstico. As mulheres dedicam a mais 7 horas semanais do que os homens a estes cuidados, dedicando ambos, em 2011 menos 1 hora semanal do que em 2007. Se no caso dos homens a diminuição de uma hora semanal em 2011 (15 horas semanais) os afasta da média europeia (18 horas semanais) para as mulheres, as 22 horas semanais registadas em 2011, situam-nas abaixo da média europeia (28 horas semanais), colocando-as a uma clara distância das mulheres irlandesas ou inglesas que dedicam mais de 40 horas semanais aos cuidados aos/às filhos/as. Obviamente que não podemos deixar de mencionar que estas diferenças espelham de forma clara as especificidades dos regimes de trabalho, de género e das políticas públicas de conciliação existentes nos diferentes países que compõem a União Europeia. Parece inegável que os homens têm vindo a aumentar a sua participação, sendo esta mais elevada nos cuidados aos/às filhos/as e onde o contexto doméstico se configura ainda pela disparidade, mantendo esta contribuição nos mesmos moldes.

As investigações nacionais e internacionais sobre a divisão sexual do trabalho familiar e ocupação do tempo mostram que as mulheres realizam, por comparação com os homens, mais do dobro do trabalho doméstico e familiar (Bianchi, Milkie, Sayer & Robinson, 2000; Crompton &

³ c.f. <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2012/64/en/1/EF1264EN.pdf>

Lyonette, 2007; Guerreiro, Rodrigues & Barroso, 2009; Guerreiro & Perista, 1999). Na realização destas tarefas, quando ambos participam, persiste uma divisão sexuada das mesmas, sendo que a participação dos homens se faz preferencialmente através de tarefas funcionais ou ligadas ao lazer, tais como, a manutenção do carro e bricolage ao passo que às mulheres cabem as tarefas menos atrativas, como cozinhar, lavar, limpar, tratar da roupa, tarefas que são, simultaneamente, as mais rotineiras e as que consomem mais tempo e energia (Amâncio, 2007; Bianchi et al., 2000; Blair & Lichter, 1991).

O estudo realizado sobre os usos do tempo e o valor do trabalho em Portugal por Heloísa Perista (1999, 2002) evidencia que o tempo do trabalho doméstico representava, em média, para as mulheres, cerca de 18% do tempo total semanal, enquanto os homens gastavam apenas 2,5% do seu tempo total semanal neste tipo de atividades. Verifica-se, assim, na sociedade portuguesa uma situação de profunda assimetria, em que o trabalho doméstico permanece central na estruturação do quotidiano das mulheres, mesmo para aquelas que estão integradas no mercado de trabalho. Isto permite que as mulheres despendam mais tempo do que os homens nas responsabilidades familiares, privando-se do tempo que poderiam dedicar a outras atividades de formação, culturais, de lazer ou a cuidados de saúde (Amâncio, 2007; ILO, 2010).

À luz destes resultados parece irrealista esperar um aumento significativo nas taxas de emprego ou no número de horas de trabalho uma vez que a contribuição dos homens no trabalho doméstico continua a ser apenas cerca de metade da contribuição das mulheres (Mils, et al., 2014).

Deste modo, em vez de alterar significativamente a divisão do trabalho na família, a entrada das mulheres no mercado de trabalho deu antes lugar ao que é designado “dupla jornada” de trabalho, visto que o tempo dedicado às tarefas domésticas e aos cuidados com os membros da família se adiciona ao tempo de trabalho pago (Fontaine, Andrade, Matias, Gato & Mendonça, 2007; França & Schimansky, 2009; Guerreiro & Pereira, 2006; Núncio, 2008). As atividades profissionais, surgem assim, num sistema de acumulação e não de substituição e, apesar, de se aceitar como natural traduz-se num desequilíbrio de partilha de tarefas e de responsabilidades entre homens e mulheres, o que facilita a manutenção da desigualdade de género. Se por um lado, se valoriza uma participação equilibrada entre homens e mulheres no mercado de trabalho, por outro, assiste-se a uma visão mais tradicional na esfera familiar,

cabendo às mulheres a principal responsabilidade do desempenho das tarefas e de prestação dos cuidados aos/às filhos/as (Aboim, 2010).

A ambivalência que se gera nas representações associadas aos papéis de género tem vindo a refletir-se numa divisão efetiva e desigual das tarefas, tornando a conciliação dos papéis familiares com os profissionais difícil, em particular para as mulheres (Fontaine, Andrade, Matias, Gato & Mendonça, 2007).

Circular quotidianamente entre a esfera da família e do domínio profissional traduz-se, por vezes, num abdicar de direitos legalmente definidos e permite que, muitas vezes, as mulheres tenham que tomar decisões e fazer opções, frequentemente difíceis, sobre o equilíbrio entre estas duas esferas, tentando conciliar expectativas contraditórias com que se deparam nas diferentes fases das suas vidas, e limitando o investimento que fazem na sua profissão, limites estes que, por sua vez, são reforçados por motivos exteriores à vida familiar e gerados em contexto de trabalho (Andrade, 2010, 2013; Matias, Fontaine, Simão, Oliveira & Mendonça, 2010; Torres, 2004) mantendo a “produção e reprodução da discriminação feminina” (Torres et al., 2004, p. 147).

Assim, para Amâncio e Oliveira (2002) a emancipação das mulheres através do trabalho não passa de uma ilusão, definindo-se como supermulheres que continuam a estar sobrecarregadas, quer com a profissão, quer com o trabalho doméstico, fenómeno que é transversal a várias classes sociais e vários setores profissionais.

Em Portugal, alguns estudos qualitativos (Pinto, 2003; Santos, 2007b; Santos & Cabral-Cardoso, 2008) comprovam a existência de um considerável nível de conflito entre o trabalho e a família em determinadas profissões. Simultaneamente são as mulheres que experienciam maiores níveis de conflito em articular a prática profissional com a vida familiar, níveis que são sentidos com maior intensidade quando existem crianças em idade dependente (Wall & Amâncio, 2007) e também são estas que recorrem mais frequentemente a serviços de apoio (Rodrigues, Barroso & Caetano, 2010).

As atividades profissionais de maior exigência podem gerar dificuldades no desempenho das responsabilidades familiares, embora, quando existe alguma autonomia ou flexibilidade de trabalho, essas sejam menores. Os longos horários de trabalho que inviabilizam o tempo para estar com a família podem provocar situações de conflito entre trabalho e família, assim como, a

ausência de entajuda conjugal ou familiar nos cuidados às crianças pode provocar maiores sensações de cansaço e ansiedade, o que se reflete nos comportamentos e responsabilidades profissionais (Guerreiro & Carvalho, 2007).

Para Guerreiro e Carvalho (2007) o tipo de profissão, o número de horas de trabalho, a existência de crianças na família e o modo de divisão das tarefas domésticas e dos cuidados aos/às filhos/as contribuem para o aparecimento de diferentes níveis de stress, sendo estes geradores de maior ou menor conflito entre as famílias. Contudo, estas variáveis aparecem também associadas, sistematicamente, ao stress trabalho-família, sendo este significativamente mais elevado nas mulheres do que nos homens (Crompton, 2006; Crompton & Lyonette, 2007; Guerreiro & Carvalho, 2007).

Algumas evidências mostram que a acumulação de papéis associados à assimetria da divisão das responsabilidades familiares e exercício do papel parental suscita sentimentos de sobrecarga e de conflito nas mulheres, para além, de sintomas de mal estar físico e psicológico. Realça-se, ainda, o facto de existir uma relação negativa entre a necessidade de investimento no trabalho e envolvimento parental (Andrade, 2006).

De acordo com a sobrecarga resultante da acumulação de vários papéis a que as mulheres estão sujeitas, podia esperar-se que sejam elas a sentir maior conflito e a fazer uso de um maior número de estratégias quando comparadas com os homens. Alguns estudos revelam, de facto, que a participação em múltiplos domínios leva a que as mulheres experienciem mais stress e tensão mas a utilização que estas fazem das estratégias de coping são menos eficazes do que nos homens (Hill, 2005).

Se partirmos também da premissa de que quanto mais tempo despendemos num papel maior a probabilidade de experienciar conflito, podemos indicar que as mulheres que passam mais tempo no espaço doméstico, vivenciarão um maior conflito ao contrário dos homens (Korabik, McElwain & Chappell, 2008).

No entanto, a investigação sugere que, num sistema onde todos os papéis (conjugal, parental e profissional) estão integrados, registam-se níveis mais elevados de bem-estar (Marks e MacDermid, 1996). Desta forma, o apoio conjugal, um ambiente profissional apoiante e condições de trabalho flexíveis têm sido associados a menores níveis de conflito entre os dois domínios. Para as mulheres, menos horas de trabalho e a satisfação quanto à qualidade dos

serviços de apoio aos/às filhos/as predizem uma melhor adaptação ao trabalho (Feldman, 2002).

As diferenças ao nível da conciliação entre os papéis familiares e profissionais, de acordo com o género, devem também ser analisadas em função das etapas do ciclo de vida, que pode traduzir-se em momentos de maior ou menor dificuldade neste processo e na escolha de determinadas estratégias de conciliação. Assim, o nascimento de uma criança corresponde ao início de uma nova etapa que exige reorganização e implica adaptações significativas (Relvas, 2000), quer nas rotinas quer na aquisição de maiores responsabilidades e diminuição do tempo de casal, podendo originar tensões conjugais, desequilíbrio e determinar um investimento maior no papel familiar mas também desenvolver competências psicológicas e sociais (Araújo & Canavarro, 2001). Alguns estudos revelam de facto que, para as mulheres, o papel maternal é uma principal fonte de tensão devido à sobrecarga a que estão submetidas (Milkie & Peltola, 1999 as cited in Matias, Silva & Fontaine, 2011), porém, outros estudos, mostram que passado o período de adaptação a esta mudança, a gestão habitual de ambos os papéis (familiar e profissional) pode ser retomada (Almeida, Wethington & Chandler, 1999 as cited in Andrade, 2006).

Embora o estudo comparativo efetuado por Andrade (2006, 2013) não analise diretamente as experiências reais de conciliação, verifica-se que a autora procura conhecer as estratégias antecipadas de conciliação de papéis por jovens adultos/as universitários/as e licenciados/as. Os resultados do estudo indicam que, pelo facto dos/das jovens licenciados/as já exercerem um papel profissional, avaliam a conciliação como algo que requer estratégias de concessão, ajustamentos, opções ou alterações a nível pessoal, familiar e profissional. Por contraste, os/as estudantes, fruto do seu distanciamento com esta temática, consideram que as estratégias de negociação e a partilha de papéis poderão resolver os seus problemas em relação à conciliação.

O estudo de Matias, Fontaine, Simão, Oliveira e Mendonça (2010) procurou caracterizar as diferentes estratégias de conciliação família-trabalho utilizadas por casais de duplo emprego com crianças em idade escolar. Os resultados revelam que as famílias portuguesas são bastante ativas no processo de conciliação, fazendo uso dos seus próprios recursos e de estratégias que se estendem desde um nível social mais amplo (apoio da comunidade, apoio no local de

trabalho) até ao domínio familiar e individual (capacidades de negociação no casal e de comunicação na família, competências de planeamento, traços de personalidade). Verifica-se a utilização de dois conjuntos principais de estratégias: um, pela utilização de recursos e apoio institucionais e, outro, mais relacional, associado à promoção do bem-estar, da harmonia familiar, competências de relacionamento interpessoal, revelando-se esta estratégia bastante útil face à escassez de apoios instrumentais, organizacionais e da rede pública formal. Para as mulheres e para os homens o recurso a estratégias institucionais e familiares/sociais são mais referenciadas do que os recursos ao local de trabalho. Foi, ainda possível constatar, que são as mulheres, quando comparadas com os homens, a usarem de um maior número de estratégias de conciliação relativas à divisão das tarefas em casa, à utilização de estruturas de apoio à infância e nas cedências na carreira profissional. Daí, se assumir que a tarefa da conciliação seja mais frequentemente direcionada para as mulheres.

5. Políticas de Conciliação nos Planos Nacionais e Europeus para a Igualdade

A conciliação entre as responsabilidades da vida familiar e responsabilidades da vida profissional, consagrado como um direito pela Constituição da República Portuguesa, surge assim, como consequência das mudanças sociais ocorridas nos países em desenvolvimento e tem assumido uma nova configuração, inserindo-se no quadro da União Europeia como um conjunto de políticas que pretendem criar condições para a promoção da igualdade de género entre homens e mulheres (Perista, Guerreiro, Jesus & Moreno, 2008), estratégia incluída nos Planos Nacionais de Emprego, desde 1998, e constituindo uma das temáticas com maior destaque no domínio das ciências sociais.

A CEDAW, aprovada em 1979, alude para a necessária modificação dos papéis de homens e mulheres na sociedade e na família e propõe planos de ação que promovam medidas orientadas para a abolição da discriminação. Recentemente, a Conferência de Pequim, de 1995, no seu Plano de Ação para as Mulheres, define como objetivo estratégico combater a desigualdade de acesso e participação nas estruturas e políticas económicas e fomentar a

articulação das responsabilidades familiares e profissionais de homens e mulheres (Vicente, 2002).

Ao nível da União Europeia, a produção de diretivas, respeitantes à conciliação entre a vida familiar e profissional, tem-se multiplicado. Entre as políticas relevantes nesta matéria destaca-se a Estratégia Europeia para o Emprego e as suas preocupações com o crescimento do emprego de homens e mulheres, tendo-se definido metas e orientações para a redução das assimetrias de género e a conciliação entre trabalho e família. A cimeira de Lisboa, no decurso da presidência da União Europeia de 2000, preconizou o estabelecimento de objetivos quantificáveis a nível das taxas de emprego, correspondendo 70% para os homens e 60% para as mulheres. Em 2005, no âmbito das ações dos parceiros sociais, o Quadro de Ação para a Igualdade entre Homens e Mulheres é consultado para, no ano de 2007, resultar um parecer que evidencia a necessidade de se definirem políticas que encorajem os homens a uma maior participação na vida familiar, com a criação de novas licenças e outras medidas facilitadoras da conciliação entre a vida familiar e profissional. Por outro lado, no Roteiro para a Igualdade de Mulheres e Homens (2006-2010)⁴, a Comissão Europeia vem contribuir com políticas internas e externas, definindo como uma das áreas de intervenção prioritárias, a conciliação da vida profissional com a vida privada e familiar (Comissão Europeia, 2008).

Nos anos mais recentes a extinta Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres, atualmente designada Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, desenvolveu, em parceria, projetos de intervenção nesta área, no sentido, de aplicar uma metodologia inovadora dirigida à resolução deste problema e identificar e analisar os papéis e estereótipos de género que conduzem à partilha desigual de responsabilidades entre homens e mulheres.

Pressionado pelo compromisso europeu com a igualdade de género, Portugal passou a adotar Planos Nacionais para a Igualdade, como materialização de uma estratégia de *mainstreaming*. De facto este processo apresentou uma considerável demora relativamente às reivindicações das representantes das mulheres portuguesas, surgindo o Primeiro Plano Global

⁴ c.f. http://www.cite.gov.pt/imgs/instrumcomunit/Roteiro_igualdade_homens_mulheres_2006_2010.pdf

para a Igualdade de Oportunidades (1997-1999)⁵, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros N° 47/1997, de 24 de março, apenas nove anos depois de se ter proposto a vários agentes políticos uma Plataforma Comum de Ação (Monteiro, 2011). Este plano formula sete medidas para garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, sendo analisada a conciliação da vida privada e profissional no objetivo 4. Verifica-se que este objetivo emerge claramente da vinculação às problemáticas da família, não estando ainda integrada a vida pessoal e persiste um enfoque acentuado para o incentivo na promoção de serviços de apoio, prestação de cuidados e para as novas formas de organização de trabalho. Das várias medidas do plano não se alude à problemática das assimetrias sexuais, da divisão sexual do trabalho, da diferença entre homens e mulheres, sendo o problema da conciliação, um problema das famílias (Monteiro & Portugal, 2013).

No II Plano Nacional para a Igualdade – II PNI (2003-2006)⁶, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros N° 184/2003, de 25 de novembro, a atividade profissional e vida familiar aparece como subárea da área setorial 1, em que se verifica um investimento de um grupo de medidas direcionadas para a divulgação de direitos em matéria de igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego, proteção da maternidade e paternidade e introdução de uma cultura de igualdade de género na sociedade em geral e nas empresas, em particular. Neste sentido o período de licença parental para assistência a filhos/as ou adotados/as até aos seis anos de idade é alargado de 6 para 12 meses, quando gozado a tempo parcial. Constatam-se que consideram que os problemas das mulheres na atividade profissional aparecem associados ao exercício dos seus direitos de maternidade e aos problemas de conciliação decorrentes do assumir as responsabilidades familiares. As medidas desenhadas neste ponto específico centram-se ainda numa forte aposta nos serviços de apoio à família e na sensibilização das entidades empregadoras, sendo secundarizada a dimensão da divisão sexual do trabalho, estando ausente a vida pessoal e com escassa possibilidade de avaliar as áreas de intervenção propostas (Ferreira et al., 2007).

⁵ c.f. <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1997/03/070B00.pdf>

⁶ c.f. <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2003/11/273B00.pdf>

Com a Resolução do Conselho de Ministros N° 82/2007, de 22 de junho, o III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género – III PNI (2007-2010)⁷, formula pela primeira vez na área 2 a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal tendo como referência a definição de prioridades na União Europeia. O seu campo de atuação destina-se à atividade pública e privada e integra dois objetivos: a promoção da conciliação entre a atividade profissional, vida familiar e pessoal e a promoção da maternidade e paternidade responsável. Para Ferreira et al., (2011) estas medidas não se baseiam no reconhecimento de uma desigualdade entre homens e mulheres, nas esferas *pública e privada*, mas sim na necessidade de conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal como promoção de um desenvolvimento sustentável que assenta no crescimento económico e incentivo à natalidade.

Nos planos precedentes verifica-se existir uma minimização da importância das desigualdades sociais pois, não só é olvidada a multidiscriminação como também se ignora a vulnerabilidade e especiais dificuldades de conciliação em grupos mais específicos, tais como, mulheres sós com filhos/as, mulheres com deficiência, imigrantes e idosas (Monteiro & Portugal, 2013).

O IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação – IV PNI (2011-2013)⁸, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros N° 5/2011, de 18 de janeiro, é o instrumento de políticas públicas de promoção da igualdade e enquadra-se nos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais e europeias, com destaque para a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a União Europeia, designadamente a Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2010-2015) e a Estratégia da União Europeia para o Emprego e Crescimento – Europa 2020⁹, de 2010, que consagra a nova estratégia da União Europeia para o Emprego e para a adoção do *mainstreaming* de género. Para isso, este plano prevê a adoção de um conjunto de medidas estruturadas em torno de áreas estratégicas, sendo a independência económica, mercado de

⁷ c.f. http://www.gep.msess.gov.pt/planeamento/rcm82_2007.pdf

⁸ c.f. http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/IV_PNI_2011_2013.pdf

⁹ Consagra a nova estratégia da União Europeia para o emprego, definindo como objetivo das políticas de emprego elevar para 75% a taxa de emprego de homens e mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos até ao ano de 2020.

trabalho e organização da vida profissional, familiar e pessoal uma das áreas alvo. Um dos objetivos centrais enquadrados nesta área estratégica é a disseminação e implementação de boas práticas de igualdade efetuada a partir do Prémio Igualdade é Qualidade¹⁰, no sentido de promover uma representação equilibrada de homens e mulheres nos níveis hierárquicos de decisão, políticas de conciliação entre as diferentes esferas e reduzir as assimetrias salariais e eliminar a discriminação.

O V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação – V PNI (2014-2017)¹¹, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros N° 103/2013, de 31 de dezembro, e que atualmente vigora, acompanha igualmente as prioridades definidas no plano precedente, estando a independência económica, mercado de trabalho e organização da vida profissional, familiar e pessoal definida na área estratégica 3 e composta por 9 medidas, entre as quais se destaca a redução das desigualdades, a promoção do empreendedorismo feminino, reforçar o acesso das mulheres a lugares de decisão económica. Este plano visa o reforço da igualdade de género em todas as áreas de governação e inclui uma forte componente de transversalização da dimensão da igualdade de género na atividade de todos os ministérios.

No âmbito governamental e como medida de intervenção política, o II Plano para a Integração dos/as Imigrantes - PII (2010-2013)¹², criado pela Resolução do Conselho de Ministros N° 74/2010, de 17 de setembro, tem como objetivo dar continuidade a uma nova geração de políticas sociais e contribuir para uma efetiva e sustentada integração dos e das imigrantes não só em diversas áreas setoriais, como a habitação, trabalho, educação, saúde, bem como, numa perspetiva transversal no que toca às questões do racismo, discriminação, diversidade e interculturalidade, igualdade de género e cidadania. Das 90 medidas que constam do plano, destacamos a medida 68, apoio à conciliação da vida privada, familiar e profissional das famílias imigrantes, que reforça a importância da participação de ambos os/as pais/mães

¹⁰ Prémio atribuído às empresas e entidades com políticas exemplares da área da igualdade entre mulheres e homens.

¹¹ c.f. http://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_IGUALD_GENERO.pdf

¹² c.f. http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Resolu%C3%A7%C3%A3o+de+Conselho+de+Ministros+n%C2%BA74%2F2010

neste processo mediante o acesso a infraestruturas como a rede de creches e do pré-escolar, implantadas em zonas de maior concentração de imigrantes.

Em 2013, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – CITE, concebeu e desenvolveu uma campanha nacional de promoção da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, esta entendida como um dos principais fatores para o incremento sustentável da igualdade de género no trabalho e na família. Esta campanha que durou aproximadamente 10 dias, contemplou muppis, um spot publicitário de televisão e rádio e contou com a voz da Presidente da Associação Corações Com Coroa, Catarina Furtado, para a mensagem de que conciliar a vida familiar com a profissional é ter tempo para ter tempo. Em simultâneo, foram passados 10 “programetes” de rádio, de um minuto cada, com testemunhos de várias entidades e pessoas que promovem a conciliação e/ou que dela usufruem. Ainda, no âmbito desta campanha, para sensibilizar os principais agentes de mercado de trabalho, a CITE ofereceu um presente simbólico, alusivo à temática da conciliação, aos/às diretores/as executivos/as das maiores empresas portuguesas, às associações patronais dos principais setores económicos e aos parceiros sociais.

A par destas políticas, e face a este conjunto de mudanças, os homens e mulheres do século XXI, tem sido confrontados diariamente com as questões e os desafios suscitados pela nova configuração do mundo de trabalho e do mundo familiar, daí a importância da implementação de medidas políticas e sociais que possam constituir uma resposta às dificuldades sentidas (Silva, Nogueira & Neves, 2010). Considerando que a pressão das responsabilidades familiares tende a ser mais significativa para as mulheres, particularmente, daquelas com filhos/as pequenos/as (Wall & Amâncio, 2007), a ausência de políticas efetivas que promovam a conciliação entre o trabalho e a vida familiar tende a aumentar as assimetrias entre homens e mulheres inseridos/as no mercado de trabalho e a reduzir as oportunidades de carreira para as mulheres (Guerreiro & Pereira, 2006). Dados provenientes de países ditos em desenvolvimento confirmam que a inexistência de políticas eficazes para gerir as responsabilidades familiares com as profissionais pode ter consequências graves para as sociedades, empresas, famílias, homens e mulheres. A dificuldade em conciliar as obrigações profissionais com as familiares tem contribuído para o declínio das taxas de natalidade porque as mulheres consideram ser difícil contabilizar o trabalho com a maternidade; nos casos em que seja insuficiente estruturas de apoio e acolhimento nos cuidados com as crianças, as famílias

confrontam-se com opções difíceis, como a entrega da guarda dos/as filhos/as mais novos/as aos/as irmãos/as mais velhos/as ou levá-los/as consigo para o trabalho, situações que conduzem ao abandono escolar ou mesmo ao trabalho infantil; as mulheres podem ver-se obrigadas a abandonar o mercado de trabalho ou a procurar trabalho a tempo parcial, com consequências negativas para os seus rendimentos, desenvolvimento de competências e direitos de expressão e proteção social (ILO, 2010). Do conjunto de medidas reconhecidas como facilitadoras da conciliação, também chamadas de políticas sociais “amigas da família” (*Family-Friendly Policies*), destinadas a facilitar e promover o acesso de todos os trabalhadores e trabalhadoras a um trabalho digno, apoiando explícita e sistematicamente as responsabilidades familiares não remuneradas, através da adequação de recursos (ILO, 2010), destacamos as seguintes: a criação de serviços de acolhimento de crianças (creches, serviços de programas de férias ou programa pós-escola, subsídios); suporte na prestação de cuidados a idosos (criação de serviços especializados na prestação de cuidados); licenças de maternidade/paternidade (licenças para apoio à família); incentivo à maior participação parental na vida familiar; flexibilização da organização do trabalho (medidas efetivas das horas de trabalho, trabalho a tempo parcial ou à distância, bancos de horas). Mostra-se, de igual forma relevante e necessário, infraestruturas viárias que facilitem o acesso rápido aos locais de trabalho e redes de transporte públicos que combinem horários entre serviços e emprego (Dulk, Doorne-Huiskes & Shippers, 1999; Guerreiro, Lourenço & Pereira, 2006). Outra fonte de apoio à família no cuidado das crianças é o recurso a familiares, nomeadamente, avós (Andrade, 2006, 2013).

No entanto, a utilização destas medidas tem sido pautada por normas de género, pelos pressupostos acerca do trabalho remunerado e pelas conceções acerca do trabalho e da família, como se pode verificar através do uso das licenças parentais, sendo estas raramente utilizadas pelos homens, pela penalização das mulheres de classe social mais baixa por serem beneficiárias de subsídios ou pela desvalorização do trabalho em tempo parcial pelas mulheres de classe social mais elevada (Whithead, 2008).

CAPÍTULO III

**AS MULHERES IMIGRANTES E A CONCILIAÇÃO: UMA REALIDADE POR
DESCORTINAR**

Este capítulo tem como foco a realidade das mulheres imigrantes no contexto da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. As mulheres imigrantes apresentam uma forte pressão social e familiar, situação que se agrava claramente pelas condições de trabalho, estrutura familiar e sua condição de migrante, pelo que se exigem respostas de atuação específicas na área da conciliação. O presente capítulo encontra-se subdividido em duas secções. Na primeira secção deste capítulo apresentamos as implicações que as migrações trazem para a vida das mulheres imigrantes, analisando as vulnerabilidades a que estão sujeitas a nível laboral e explorando os recursos familiares que influenciam e/ou condicionam uma eficaz conciliação das esferas familiar, pessoal e profissional. Na segunda secção mostramos um breve mapeamento das investigações realizadas a nível nacional e internacional, que analisam, direta ou indiretamente, a conciliação vivida pelas mulheres imigrantes. De facto, denota-se uma ausência científica que revele o verdadeiro impacto da imigração no fenómeno da conciliação, ressaltando a necessidade de se conhecer melhor a realidade das mulheres imigrantes para que, desse modo, se possam definir medidas capazes de promover um melhor equilíbrio entre os compromissos profissionais, familiares e outros de ordem pessoal e social.

1. As implicações da migração na vida familiar, profissional e pessoal: a difícil conciliação

Quando direccionamos o nosso olhar para a interligação entre a imigração e a conciliação do trabalho com a vida familiar e pessoal constatamos que, apesar da conciliação poder representar múltiplas dependências, a migração e as condições em que esta se processa podem fazer aumentar as dificuldades e as vulnerabilidades dos/as imigrantes, em especial, das mulheres imigrantes (Marques & Góis, 2012). De facto, as diferentes categorias identitárias (idade, género, nacionalidade) associadas ao tipo de migração (reunificação familiar, autónoma), às condições a que o/a migrante está sujeito/a nos países recetores, às políticas destes países em relação à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, à situação de regularidade e/ou irregularidade determinam, por si só, o impacto da migração nas populações (International Organization for Migration - IOM, 2004).

Simultaneamente, as mudanças inerentes ao fenómeno migratório envolvem todas as dimensões da organização social dos/as migrantes, incluindo as formas de organização da vida familiar, como a dimensão do agregado, os tipos de família, a natalidade, os papéis e interações com os membros do agregado familiar, e da vida profissional, como o tipo, o horário, a mobilidade, as condições de trabalho, a consolidação de novos papéis. Ora assiste-se que, são muitas as alterações que se operam no contexto migratório, onde as mudanças estruturais da sociedade e as conjunturas da imigração permitem que as famílias e as pessoas que realizam projetos migratórios se encontrem duplamente em transformação (Godinho, 2010).

As transformações vividas pelas populações imigrantes, que ocorrem, não apenas nos primeiros anos de residência no país recetor, mas que decorrem durante todo o ciclo migratório, envolvem alterações na forma da estrutura familiar. A alteração dos vínculos entre o público e o privado e a reinvenção dos sentimentos e da intimidade amorosa criam um novo espaço para o indivíduo no desenho da família e da sociedade em geral. O abrir fronteiras, permitindo o aumento das viagens e das migrações internacionais, facilita o aumento de relações íntimas "*cross cultural*" (Togni, 2008) contribuindo para uma nova alteração dos papéis familiares. Uma das primeiras terminologias utilizadas para caracterizar as uniões com pessoas de nacionalidade estrangeira foi denominada de casamentos mistos, que passa a representar indivíduos que possuem origens nacionais distintas (Godinho, 2010). Esta conceção dos relacionamentos pode constituir um fator de integração na sociedade recetora mas também pode funcionar como uma possibilidade de regularização e, nesse sentido, estas estratégias matrimoniais e de reunião familiar devem ser alvo de atenção, no que se refere, às questões relacionadas com o género (Raposo & Togni, 2009; Togni, 2008).

Nos relacionamentos transnacionais a relação de poder é, muitas vezes, considerada desigual, em que os sonhos femininos de um amor romântico podem conduzir a uma severa submissão doméstica (Giddens, 2001), localizada por uma soma de categorias como o género, nacionalidade e mobilidade. Estas relações desiguais, muitas das vezes, não tem origem, na relação a dois mas é sentida pelas relações sociais mais amplas, como a família do cônjuge, local de trabalho e instituições (Raposo & Togni, 2009). Assim, este tipo de casamentos inscrevem-se em hierarquias de alteridade que se têm vindo a refletir na relação conjugal e na definição de papéis de género: a mulher, imigrante, estrangeira e o homem nacional. Em alguns contextos matrimoniais verifica-se uma perda de individualização da mulher legitimada por

problemas jurídicos ou institucionais, pela falta de relações interpessoais, uma vez que o companheiro passa a ser o único vínculo afetivo e pela dependência económica. As mulheres sentem-se inseguras pela perda de autonomia, característica que não era visível nos seus países de origem (Togni, 2008).

Na verdade, o processo migratório pode reunir elementos de perda evidenciados pela ausência da família e dos/as amigos/as, pelas diferenças linguísticas, culturais e de habitação, pela mudança na posição social e pelo contacto com o grupo étnico e religioso que agravam a resolução da conciliação (Marques & Góis, 2012; Peixoto et al., 2006), elevando, assim, a vulnerabilidade das migrantes para responder eficazmente a este problema, o que se reverte de forma grave na vida das mesmas.

A questão da conciliação entre o trabalho e a família sempre foi analisada globalmente, não se considerando a sua heterogeneidade nem as suas especificidades, que interferem e implicam orientações específicas ao nível da reconciliação. É, particularmente evidente, que determinados grupos são mais vulneráveis às mudanças da reconciliação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal, destacamos assim deste grupo, as mulheres sós com filhos/as, mulheres imigrantes, mulheres com deficiência e mulheres idosas (Monteiro & Portugal, 2013; Wall & São José, 2004). Porém, os obstáculos no acesso aos serviços de guarda de crianças, a participação no mercado de trabalho, a condição socioeconómica, o desequilíbrio nas responsabilidades familiares podem também ser potenciadores de fragilidade e instabilidade perante o desafio de equilibrar a vida pessoal, familiar e profissional (Mills et al., 2014). Assim, e tendo em consideração os diferentes padrões de vulnerabilidade a que estas pessoas estão expostas torna-se necessário respostas integradas que possam colmatar as suas necessidades específicas (Gosh, 2009; Silva, Nogueira & Neves, 2010).

Todavia, apesar de todas as políticas de conciliação terem como objetivo principal aprimorar medidas que facilitem as estratégias das famílias neste âmbito, não podemos continuar a olhar de forma homogénea para o fenómeno da conciliação, assumindo que todas as pessoas se encontram nas mesmas condições (Alcãiz, 2008).

Sublinha-se, igualmente, a importância do processo de imigração e para a forma como este é potencialmente diferente segundo o género reproduzindo impactos na vida das mulheres imigrantes. No que concerne à vida familiar existe uma associação clara à divisão tradicional dos

papéis femininos e masculinos. Verifica-se que, em algumas comunidades, são as mulheres imigrantes que se encarregam da vida familiar e são responsáveis pela integração do agregado, sendo incumbidas de transmitir e dar continuidade aos valores e costumes (Abranches, 2007). As estruturas familiares destas mulheres também podem constituir um obstáculo à sua liberdade de escolha, colocando-as numa situação de não opção e dificultando a sua inserção no mercado de trabalho na medida em que a maioria não dispõem de familiares, no país recetor, para prestação de apoio informal, indispensável à conciliação entre o trabalho e a família (Louise Ackers, s/d as cited in Tavares & Ferreira, 1998). A retoma das suas carreiras profissionais é, assim, muitas das vezes suspensa até que os seus maridos e filhos/as estejam seguros/as nos seus empregos e percursos escolares (Inglis, 2003). Se a migração constitui um desafio em relação aos papéis familiares e económicos das mulheres, também se torna um estímulo quanto aos padrões de relacionamento com marido e filhos/as.

Efetivamente, conciliar a vida familiar e pessoal com a vida profissional não representa ser uma tarefa fácil uma vez que o projeto migratório agrava os encargos para as mulheres, pois para além do trabalho doméstico têm que trabalhar para se sustentarem, agudizando o problema da conciliação e também tornando mais complexa a sua solução (Peixoto, et al., 2006).

Neste sentido, se considerarmos na compaginação da vida pessoal, familiar e profissional, as famílias de classe social mais baixa as que apresentam menores índices de apoio por parte de redes informais ao longo da vida conjugal (Wall & Amâncio, 2007), no caso das famílias imigrantes, este aspeto, pode potenciar consequências negativas para o seu bem-estar e restringir as suas opções entre cuidados e emprego como forma de fugir a situações de pobreza (ILO, 2010). São numerosos os estudos com imigrantes que confirmam a importância do apoio social para a saúde mental e depressão. Se no processo migratório os/as imigrantes constroem um sistema de apoio a partir dos recursos disponíveis, ter uma rede pessoal provisória que lhes garanta esses recursos pode proporcionar-lhes uma maior participação social compartilhando experiências e problemas reduzindo os custos e riscos existentes neste processo (Moreno-Jiménez & Hidalgo, 2011).

Desta forma, a inserção laboral torna-se fundamental no contexto migratório, podendo trazer consequências, não só nas relações de género dos casais, mas também, no ganho de

“poder” ou autoridade das mulheres dentro da família. Esta emancipação pode também passar por um reequilíbrio na conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, manifestada na melhoria da qualidade de vida e numa distribuição mais equitativa das tarefas domésticas, pagamento e sustento económico dos lares (Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010). No entanto, as investigações tem revelado que as experiências profissionais das mulheres imigrantes estão vinculadas a uma perda de status laboral que origina reações desadaptativas com manifestações de índole depressiva e emocional, como tristeza, desespero, raiva e culpa, podendo esta instabilidade laboral se converter num stressor macrocontextual que interfere tanto na vida familiar como na profissional, cujos efeitos negativos se acentuam em função do tempo a que estão expostas a esta instabilidade (Moreno-Jiménez & Rodriguez, 2012).

Considerando a vida profissional como um campo em enorme fragmentação, caracterizada por fenómenos de precariedade e flutuação, no processo migratório esta facilita a emergência das mulheres imigrantes para trabalhar em certas áreas de emprego, desvalorizadas e geralmente mal pagas (Wall, Nunes & Matias, 2005b) apresentando também a sua fragilidade pela prevalência de modos de gestão marcados por masculinidades hegemónicas (Oliveira, 2009). De uma forma geral, as mulheres imigrantes efetuam trabalhos considerados tipicamente femininos e manifestam condições laborais muito precárias que se caracterizam pelos baixos salários, por longas e intensas jornadas, pela instabilidade, por uma ausência generalizada de vínculos contratuais, bem como, de proteção dos seus direitos enquanto trabalhadoras, com horários atípicos e prolongados e pela falta de formação e informação (Abranches, 2007; Moreno-Jiménez & Rodriguez, 2012; Peixoto, et al., 2006; Wall, Nunes & Matias, 2005a).

Estas características de trabalho associadas aos horários e custos praticados pelas instituições de apoio à infância tornam incompatível a conciliação das esferas laboral, familiar e pessoal. Se, as imigrantes trabalhadoras no espaço privado não podem conviver com a sua família, as imigrantes trabalhadoras no espaço público, pelas longas horas de trabalho em diferentes períodos do dia, sentem maiores dificuldades para cuidar dos/as seus/as filhos/as. Embora que, outras mulheres imigrantes, considerem que pelo facto de trabalharem como domésticas, o que lhes permite trabalhar em várias casas, lhes dá uma certa flexibilidade e facilidade para conciliar as duas esferas (Gil Araujo, 2010; Moreno-Jiménez & Rodriguez, 2012). Partindo de uma lógica igualitária, o trabalho de empregadas internas nega-lhes o direito de terem uma vida própria, ou seja, nega-lhes o direito de conciliarem a vida pessoal, familiar e

profissional, pois são consideradas a “ferramenta” para que outras mulheres o consigam fazer (Parella, 2009).

As mudanças globais ocorridas nos diferentes mercados de trabalho, com destaque para a procura massiva de mão de obra feminina, para suprir as novas necessidades de cuidados, que se prendem por trabalhos de apoio e cuidado doméstico, médico, crianças e idosos/as, limpezas, entre outros, (Orozco, 2007) promovem a formação dos chamados lugares transnacionais dirigidos por mulheres que praticam o exercício de maternidades transnacionais (Gil Araujo, 2010; Oso & Vilares, 2010). Na atualidade, torna-se impossível abordar o tema da *feminização das migrações* sem falar sobre as *cadeias globais de cuidados*, conceito que surge como um dos fenômenos mais paradigmáticos da globalização e da transformação dos sistemas de segurança social (Orozco, 2007). Este conceito é definido como estruturas em cadeia, de índole transnacional, que se “alimentam” para sustentar o quotidiano, onde os lares vão transpondo as tarefas de cuidados de umas pessoas para outras, com base em eixos de poder como o género, a classe social, a etnia ou o lugar de origem (Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010).

Numa situação global as mulheres são substituídas por outras mulheres nas tarefas habitualmente associadas a cuidados pessoais e aos afetos. As mulheres autóctones são substituídas nestas tarefas pelas mulheres imigrantes e estas, nos seus países de origem, são substituídas por mulheres, como as mães ou irmãs para tomarem conta dos/as seus/as filhos/as (Hochschild, 2001; Isaksen, Devi & Hochschild, 2008; Oso & Vilares, 2010). Assim, estabelece-se uma cadeia conectada por diferentes tipos de cuidadoras, em que as mulheres mais pobres criam os/as filhos/as das mulheres mais ricas, enquanto mulheres, ainda mais pobres, mais velhas ou mais rurais, lhes criam os/as filhos/as (Miranda, 2009). Apesar deste fenómeno implicar uma separação física durante períodos prolongados de tempo as relações sociais destas famílias vão-se mantendo à distância como se mantêm também os vínculos maternos e as suas obrigações económicas enviando dinheiro para o país de origem (Cólera, 2010; Moreno-Jiménez & Rodriguez, 2012), pois como refere Cólera (2010) os/as imigrantes desenvolvem novas formas para estar sem estar, para se fazerem presentes apesar de não estarem.

Neste processo as mulheres assumem a principal função do sustento do seu lar e rompem com o conceito tradicional de maternidade questionando a masculinidade (Oso & Vilares, 2010). Pode-se considerar que as mulheres imigrantes têm vindo a ganhar um espaço importante no mercado de serviços de apoio à família, desempenhando um papel fundamental para a subsistência da família mas também para a economia do país de origem, a partir das remessas que enviam (Wall, Nunes & Matias, 2005b). Contudo, estas práticas de cuidados reproduzem uma ideologia de género de domesticidade feminina (Parreñas, 2005).

Tendo em atenção que o trabalho das mulheres imigrantes se assume como um principal instrumento de conciliação entre o trabalho e a família para muitas famílias, em especial, para as mulheres autóctones, a ausência das famílias imigrantes nos debates sobre a conciliação corrobora a presença das mulheres imigrantes pensada única e apenas como força de trabalho (Gil Araujo, 2010). Por um lado, as crenças estereotipadas sobre as mulheres reforça a segmentação sexual no mercado de trabalho, influenciado por noção de tarefas apriori femininas e masculinas e por uma hierarquia social de ocupações que favorece o ingresso das mulheres no serviço doméstico, restringindo assim as suas estratégias de inserção laboral e social, por outro, a sociedade recetora e o mercado profissional expõem as mulheres a diferentes formas de opressão de género, etnia e classe relacionadas com a transferência transnacional (Moreno-Jiménez & Rodriguez, 2012). Partindo desta segmentação laboral, Pipher (2005) defende que os fluxos migratórios estão polarizados e estratificados segundo a etnia e o género.

Neste sentido, poderia falar-se de uma dupla exclusão das mulheres, primeira resultante dos fenómenos de precariedade do emprego associados a uma globalização económica que conduz as mulheres a modos de cidadania dependente, corporizada numa subordinação ou num reforço da situação de dependência na família que, são articuladas com um distribuição de recursos e governação desigual entre parceiros. A segunda associada a uma prevalência de dominação cultural masculina no mundo de trabalho (Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010).

As fronteiras internacionais concentram oportunidades em algumas sociedades e limitam oportunidades em outras (Cavallero, 2006). É crucial o entendimento sobre como estas oportunidades são, no caso das mulheres imigrantes geradoras de exclusão ou de inclusão. De facto, a inserção no mercado de trabalho não se reflete num reajustamento significativo das

responsabilidades domésticas e familiares ou numa alteração na divisão sexual das tarefas, continuando a caber à mulher, em larga medida, o papel de “cuidadora” (Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010).

A sociedade patriarcal cria condições sociais para que as mulheres, também, mas não só, em virtude da sua capacidade reprodutora (maternidade), sejam socialmente construídas focando-se centralmente nessa dimensão (Magalhães, 2009). Como lembra Bonald “as mulheres pertencem à família e não ao mundo. E a natureza fê-las para os cuidados domésticos e não para as funções públicas. A sua educação deve pois ser doméstica” (Bonald, s/d as cited in Cruz, 2004, p 79).

Os efeitos da divisão do trabalho doméstico nas mulheres são múltiplos. Os estudos revelam que de facto existe uma reafirmação dos papéis de género no contexto familiar após a imigração, com o aumento destas tarefas mas, por outro, a experiência migratória dos homens, com o contato com outras formas de ser, estar, pensar e agir pode levar a que ocorram ajustamentos nos papéis da família, passando a ter estes a responsabilidade com os/as filhos/as e a tratar as suas esposas de forma mais igualitária. Assim, a migração pode paralelamente ter um efeito de empowerment nos homens, especialmente nos jovens adultos, capacitando-os para desafiar os sistemas patriarcais intergeracionados dentro da família (Pipper, 2005).

Em termos de realização pessoal, o tempo tem sido um dos maiores limites para as mulheres imigrantes, que vivem sobrecarregadas por uma vida familiar e profissional. A assimetria no domínio das tarefas domésticas, as longas jornadas de trabalho e os escassos recursos económicos cerceiam fortemente o usufruto dos tempos livres. Estas mulheres não dispõem de tempo para construir valores, investir no espaço coletivo, reorganizar vidas, reivindicar, reconstruir, enfim aumentar a sua democracia, tomando voz no interior de práticas políticas que mapeiam a distinção normativa entre público e privado (Oliveira, 2009).

Carr (2004) defende que a globalização e conseqüentemente a migração pode funcionar como uma alternativa de autonomização para as mulheres, as suas famílias e a comunidade, se forem respeitados os princípios da defesa dos direitos e dos interesses das mulheres, o princípio da criação de oportunidade de envolvimento em iniciativas voluntárias e ações promotoras dos direitos humanos e da igualdade e o princípio da conciliação entre a vida familiar e a

profissional. Deste modo, a autora prevê que feministas, ativistas e governos possam trabalhar em conjunto para reinventarem a globalização de modo a que ela seja favorável quer a homens quer a mulheres (as cited in Gill, 2006).

De facto, as mulheres imigrantes revelam tensões específicas e enfrentam pressões fortes decorrentes do trabalho (longas horas), das dificuldades económicas e da discriminação, assim, a necessidade de conciliar trabalho e família, é natural que seja suscetível de ser um aspeto sensível, mas enquanto requisito para o bem-estar e para a realização individual torna-se essencial. Considerando alguns autores, que viver uma vida equilibrada implica satisfação e bom relacionamento no trabalho e na família (Moreno-Jiménez & Hidalgo, 2011), reencontrar um equilíbrio entre o profissional e o privado, em que mulheres e homens se comprometam na construção de um tempo de recuperação da liberdade, da felicidade e da realização pessoal torna-se necessário (Oliveira, 2003).

Embora, nos últimos anos, tenham emergido um conjunto de políticas em Portugal, sob regulação europeia, que visam alcançar a igualdade de género, as práticas sociais parecem ainda significadas por relações sociais pautadas pela desigualdade, ao nível das instituições, cuja natureza, razões e modos de manutenção ficam sem discussão. Assim, a tomada de consciência destas desigualdades tem de partir de todos os agentes sociais, tanto homens como mulheres e torna-se imperativo estabelecer o debate em torno destes dois eixos fundamentais, de modo a compreender a forma como eles condicionam as experiências das famílias imigrantes.

Ensaiai uma resposta para tais questões obriga previamente a reconhecer a realidade através das quais as mulheres imigrantes organizam as suas vidas familiares e as suas próprias modalidades de ação em termos de conciliação, modalidades essas que se constroem e se configuram culturalmente (Abranches, 2007). Assim caracterizar os percursos que acompanham diariamente a vida das mulheres imigrantes, recolocando na discussão académica a temática da conciliação trabalho-família e diversidade, contribuirá para uma nova impressão das trajetórias femininas da migração em Portugal e fornecerá orientações para o desenvolvimento de intervenções junto destas famílias, no sentido da melhoria da sua qualidade de vida e de uma integração efetiva no país recetor.

Pois, considerando que o nosso país se encontra numa fase de adaptação a novas significações culturais e que reconhece a centralidade da cultura, da linguagem e dos discursos

em torno da representação e do significado do género, parece necessário que o papel e contributo das mulheres na imigração seja um dado concreto e não meramente uma abstração (Gray, 1977).

2. Auscultação da realidade empírica: imigração e conciliação

A proliferação de estudos sobre a conciliação entre o trabalho e a família, é hoje uma evidência inquestionável no domínio das Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente, em Portugal. Contudo, em termos científicos, estes não assumem expressão que deem conta da natureza da sua relação com a imigração, especialmente, a partir da perspectiva das mulheres imigrantes. Por esta razão, o estado da arte em matéria de investigação sobre a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional das mulheres imigrantes em Portugal é ainda muito incipiente, fruto do investimento tardio do país na prossecução de pesquisa científica neste campo (Nogueira, Saavedra & Neves, 2006). De facto, a informação disponível sobre esta temática e neste contexto específico é ainda muito limitada e encontra-se dispersa por diferentes instituições ou áreas científicas, onde muitas das vezes, os resultados que surgem neste âmbito são trazidos pelas evidências encontradas e não por terem sido alvo prioritário de estudo. Considera-se, portanto, que ainda se assume que as características da migração nacional se podem generalizar a todo o cosmo (Peixoto, et al., 2006) não se dando a devida atenção à heterogeneidade dos grupos.

A produção científica sobre imigração e etnicidade em Portugal entre 2000 e 2008, identifica 38 estudos sobre as mulheres e relações de género e um grande vazio para as temáticas da família e das dinâmicas familiares, sendo o número de estudos efetuados durante este período apenas de 9 em 836 estudos, o que denota que os distintos modelos de organização familiar das populações imigrantes e as suas dinâmicas de fecundidade e natalidade, com impactos demográficos relevantes no nosso país, carecem ainda de investigação sistematizada e contínua (Machado & Azevedo, 2009), encontrando-se a investigação na área da imigração feminina e conciliação trabalho e família num estado embrionário. De facto, nos últimos cinco anos, a imigração enquanto problemática nunca foi discutida na literatura do trabalho e família (Grzywacz, Quandt, Arcury & Marín, 2006).

Porém, e com vista a mapear alguma produção científica mais recente, serão apresentados de seguida dados relativos a investigações publicadas a nível nacional e internacional sobre mulheres imigrantes e conciliação, embora, estas nem sempre adotem uma perspetiva de género e não disponham de uma visão extensa sobre o tema da conciliação na imigração.

No ano de 1998, Heloísa Perista procurou analisar o impacto da imigração na carreira profissional e autonomia financeira de mulheres imigrantes que vieram para Portugal por via de reunificação familiar. A autora conclui que os fatores que mais influenciam na história profissional destas mulheres são o casamento e a vida familiar, abandonando ou sacrificando a maioria destas as suas carreiras para se dedicarem aos cuidados da família, em específico das crianças. Normalmente, após o nascimento dos/as filhos/as, seguem o padrão predominante dos seus países de origem, ao contrário do que acontece no país recetor e, em alguns casos, regressam ao trabalho quando as crianças ficam mais velhas, adotando como estratégias um regime de trabalho em part-time, trabalho efetuado a partir de casa ou escolhem trabalhos específicos de forma a poderem conciliar com as responsabilidades familiares.

Karin Wall e São José (2004) procuraram explorar as estratégias usadas por famílias imigrantes para conciliar o trabalho com os cuidados das crianças na Finlândia, França, Itália e Portugal. Os resultados do estudo mostram a diversidade de estratégias utilizadas pelas famílias imigrantes para gerir as responsabilidades profissionais com os cuidados às crianças, variando estas de acordo com o padrão migratório das famílias. Verifica-se que os/as imigrantes trabalhadores/as altamente qualificados/as sentem-se pressionados pelas longas horas dedicadas ao trabalho, mas em termos de cuidados às crianças, geralmente, usam o recurso a serviços pagos, de âmbito privado e de alto custo. Os/as imigrantes trabalhadores/as não qualificados/as, alguns/as da primeira geração de migração, para além de estarem mais expostos/as a situações de segregação ocupacional, com baixos rendimentos, horários de trabalho longos e/ou atípicos, más condições de habitação, também sentem mais dificuldades em conciliar o trabalho com os cuidados às crianças, uma vez que os serviços de guarda não fornecem as necessidades de cuidados durante os seus horários de trabalho. Assim, as estratégias utilizadas passam pela recurso a soluções individuais e de baixo custo, tais como cuidar no local de trabalho, ou, em alternativa, as crianças ficam sozinhas nos horários pré e pós escolar e ao fim-de-semana, em que os/as filhos/as mais velhos/as cuidam dos/as mais

novos/as e responsabilizam-se pelas tarefas domésticas. Apesar deste grupo ter uma rede social forte que fornece suporte em algumas situações, nos serviços de guarda o recurso a esta rede é raro, uma vez que todas as famílias são trabalhadoras, estando geralmente ausente ou indisponível. Embora estes problemas sejam transversais a todas as mulheres, verifica-se que a situação das mães monoparentais se destaca como uma das mais vulneráveis, em que as estratégias adotadas de conciliação trabalho e família passam por dificuldades acrescidas em que a vida familiar é muitas das vezes sacrificada ou “interrompida”. Neste grupo o padrão de exclusão social é mais acentuado (Wall & São José, 2004), sobretudo no caso das mulheres cabo-verdianas, pois a pobreza, discriminação racial, mulher só e a falta de apoio formal e informal se juntam e conduzem mais facilmente ao isolamento e exclusão social (Wall, Nunes & Matias, 2005b). As migrações por uniões exogâmicas apresentam também vulnerabilidades em relação aos cuidados, pois as dificuldades de integração no mercado de trabalho e os problemas de isolamento das mulheres imigrantes levam a que a prática e a guarda dos cuidados se centre nas mães. As conclusões do estudo apontam, ainda, para a débil função do estado na promoção do bem-estar e proteção destas famílias.

Rosana Albuquerque (2005) ao observar o movimento associativo de mulheres imigrantes procurou compreender como estas analisam o seu papel e a sua participação nas associações de imigrantes em Portugal. O estudo revela que, apesar do papel e participação das mulheres ser definido como positivo nestas estruturas, não é sem dificuldades que estas mulheres o desenvolvem, identificando a falta de tempo como um entrave para participar nas atividades associativas, devido à sobrecarga laboral e à divisão desigual dos papéis no seio da família, onde as mulheres ainda assumem a responsabilidade das tarefas domésticas, o cuidar dos/as filhos/as e, em algumas famílias, dos/as idosos/as. A participação das mulheres está condicionada por um quotidiano preenchido pelo trabalho e cuidados à família, tendo que gerir acrobaticamente o tempo para se aliarem às atividades associativas. A investigadora verifica que estas mulheres, de forma a conciliarem a vida familiar com as exigências do tempo da militância em associações, iniciam a sua intervenção associativa com os/as filhos/as já em idade adulta ou contam com a ajuda familiar, nomeadamente das mães, no apoio aos/às filhos/as e por inscrições dos/as filhos/as em jardins de infância próximos das associações, mesmo considerando não serem estas estratégias pedagógicas corretas. O estudo evidencia que a participação destas mulheres no trabalho associativo, exige sempre um esforço diário de

conciliação da vida pessoal com a participação associativa, além da vida profissional, que se torna num combate duplamente exigente na medida em que interfere na esfera da vida pessoal e na esfera da vida pública.

Peixoto e colaboradores (2006) apresentam o relatório final do projeto “Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal”, no qual procuram estudar o universo das mulheres imigrantes de nacionalidade estrangeira no nosso país, tendo como grupos específicos de análise as mulheres provenientes dos PALOP, do Brasil e Europa de Leste. Focam-se, sobretudo, na sua inserção no mercado de trabalho, da educação e da formação profissional, nas condições familiares e da vida privada, na inserção e grau de centralidade em redes sociais, nos dispositivos jurídicos e políticos relevantes para a condição migrante. A partir dos resultados do relatório verifica-se que as estratégias de articulação entre a família e a atividade profissional são distintas entre os grupos de nacionalidade. No que concerne ao cuidado prestado aos/as filhos/as, verifica-se que as mulheres cabo-verdianas apontam a existência de uma estrutura familiar já residente em Portugal que lhes presta grande apoio no cuidado das crianças. Enquanto as mães trabalham, a maioria das crianças fica entregue aos cuidados das avós, tias ou primos/as, mas também ao cuidado de irmãos/as mais velhos/as, ficando habitualmente o dia inteiro na rua. É ainda mencionado o recurso a amas de bairro, podendo estas estar legais ou ilegais. No caso das imigrantes de Leste e brasileiras, a dependência das instituições, como escolas, creches ou amas é maior, pois não tem uma estrutura familiar que os/as auxilie, representando um encargo económico acrescido para os/as imigrantes. Um outro dado indicador deste estudo foram as redes de entreajuda que se geram entre a vizinhança em determinados bairros, especificamente, no caso da comunidade cabo-verdiana que potencia um maior apoio quer para a realização de tarefas domésticas, quer para o cuidado e a guarda das crianças. No que diz respeito ao trabalho doméstico, os resultados constatarem, de forma mais acentuada para as mulheres cabo-verdianas, uma ausência de partilha destas tarefas entre o casal e uma contribuição inexistente mesmo quando o homem se encontra numa situação laboral vulnerável, são as mulheres que asseguram a gestão doméstica. Em relação à ocupação do tempo, as três comunidades analisadas, evidenciam o espaço casa como a principal ocupação do tempo disponível que, resulta da necessidade de responder aos afazeres domésticos.

Ao reportarmos o fenómeno dos casamentos transnacionais para a utilização de estratégias de conciliação entre a vida familiar, o estudo de Ana Cristina Ferreira e Madalena Ramos (2008) sobre os padrões de casamento entre os/as imigrantes em Portugal, constata-se que neste padrão migratório, o casamento e imigração podem ser considerados como um bloqueio na vida familiar, mais concretamente, na vida das mulheres imigrantes, na medida em que, muitas das vezes, as estratégias adotadas por estas famílias passam pela guarda total das crianças às mães. As autoras verificam que a adoção desta estratégia pode ser tida, por um lado, pelos valores familiares mas, por outro, pode ser levada em consideração pela posição vulnerável que as mulheres imigrantes possuem dentro da esfera privada, a família, e na esfera pública, pelo ingresso no mercado de trabalho no país recetor, onde o cônjuge se encontra totalmente integrado socialmente e constitui o principal provedor. Desta forma a integração das mulheres imigrantes deriva do status do marido, levando a um sentimento inicial de pertencer ao país recetor mas acompanhado de solidão e isolamento social. Apesar destas mulheres se encontrarem mais protegidas economicamente estão constrangidas pelos papéis de género dentro da família que reforçam o carácter tradicional do papel das mulheres e dos homens. Contudo, quando as crianças ficam mais crescidas estas mulheres procuram alterar a sua posição, procurando conciliar a vida profissional com a vida familiar (Wall & São José, 2004).

O estudo sobre as vivências de amor e de intimidade nas mulheres imigrantes em Portugal (Silva, 2009) mostra que na relação conjugal, o casamento, a família e a maternidade impõem-se a estas mulheres, ficando ao encargo delas as responsabilidades domésticas e familiares e ao marido a responsabilidade profissional na prática da vida familiar e conjugal. Embora esta prática assimétrica seja comum em todas as mulheres imigrantes, é mais visível nas mulheres africanas e sul-americanas. O estudo revela que esta clara diferenciação dos papéis na relação conjugal não contribui para a tão desejada igualdade de género e que a situação de isolamento criada pela atribuição das tarefas domésticas e associada ao alto sentido de responsabilidade pelos cuidados dos/as filhos/as leva a um desequilíbrio familiar que excluiu as mulheres imigrantes do contexto social (Silva & Neves, 2011; Silva, 2009).

A dissertação de mestrado de Ulisses da Veiga (2010) analisa a problemática da conciliação da vida familiar e profissional na sociedade cabo-verdiana debruçando-se sobre as estratégias que as famílias utilizam e o papel do estado. Os dados obtidos revelam uma divisão assimétrica do trabalho doméstico e dos cuidados aos/às filhos/as, sendo a sua distribuição

com maior incidência nas mulheres. Verifica-se que os casais com maior escolaridade e com emprego qualificado recorre ao apoio das empregadas domésticas, contrastando com os casais menos escolarizados e com profissões menos qualificadas e mal remuneradas que utilizam os apoios familiares e seguem uma lógica de dupla jornada nos cuidados com terceiros. A realização de tarefas pontuais, menos exigentes, de caráter rotineiro e com menor carga horária (pequenos consertos em casa, fazer compras, levar e ir buscar crianças à escola) são, por vezes, asseguradas pelos homens. Os resultados apontam que as exigências, em termos de responsabilidades profissionais, levam a que os/as atores/as sociais organizem o seu dia tendo em consideração o ambiente profissional e a negociação psicológica. Por último, o autor salienta que as estratégias de conciliação entre trabalho-família na sociedade cabo-verdiana despontam num confronto entre a ideologia de género, sentido dos direitos e sentido das necessidades, pelo que chama a atenção para o uso dos benefícios do estado como agente indispensável nas políticas da famílias e nas políticas laborais.

O estudo de Malheiros, Padilla e Rodrigues (2010, 2011) sobre empreendedorismo imigrante feminino em Portugal procurou analisar as implicações que este pode ter na autonomia das mulheres, no processo de conciliação entre as esferas profissional e familiar e nas relações de género no âmbito privado. Tendo como base empírica a população imigrante feminina da Europa de Leste, dos PALOP e do Brasil, os resultados do estudo, para além de corroborar os dados obtidos na investigação anterior, comprovam que as iniciativas empreendedoras das mulheres imigrantes não desafiam a divisão sexual do trabalho reforçando na realidade os papéis tradicionais de género que perpetuam a dominação das mulheres. A distribuição assimétrica das tarefas e responsabilidades domésticas, embora seja um aspeto comum a todas as nacionalidades, é mais evidenciada no caso dos PALOP e menos acentuada na comunidade da Europa de Leste. Denota-se, ainda, alguma variação na distribuição das tarefas entre os casais de acordo com a faixa etária e o nível de escolaridade, sendo a repartição das tarefas maior em idades mais jovens (18-24 anos) e à medida que a escolaridade aumenta. Quanto a estes afazeres domésticos verifica-se que as mulheres imigrantes empreendedoras evidenciam, no país recetor, uma maior sobrecarga do que no país de origem, estando esta relacionada com a atual ausência de um suporte (familiar, social, empregado), contudo, as mulheres com maior autonomia financeira optam como estratégia a delegação destas funções num serviço pago ou nas filhas. No acompanhamento e cuidados aos/as filhos/as, embora a

partilha entre o casal apresenta um nível mais elevado, os resultados mostram que em 87% dos casos, são as mulheres as principais responsáveis por este encargo. Por último, os dados revelam a conciliação entre a vida familiar e profissional como um fator de satisfação, após abertura de atividade por conta própria, sendo este transversal a todos os grupos.

Em 2012, acompanhando de perto a metodologia usada no quadro do Fórum Gulbenkian das Migrações, que teve por finalidade fazer um diagnóstico da situação das migrações femininas em Portugal e formular um conjunto de recomendações sobre o tema, José Carlos Marques e Pedro Góis ao estampar o resultado deste labor, evidenciam as múltiplas vulnerabilidades das mulheres imigrantes na vertente da vida familiar. Os dados revelam que, se no país recetor, as mulheres imigrantes estão sozinhas ou apenas com o marido e os/as filhos/as sem uma rede familiar de suporte, que as remete para os cuidados aos/as filhos/as, no país de origem permanecem os/as seus/as filhos/as, tendo estas mulheres que serem mães à distância. O trabalho dos autores destaca a gravidade para a questão da conciliação entre a esfera laboral e a esfera familiar das imigrantes em Portugal e realça as dificuldades das mulheres imigrantes no acesso aos equipamentos de guarda das crianças pelos horários praticados e pelas prestações exigidas. Apesar da pressão social e familiar destas mulheres terem fortes paralelos com a das mulheres autóctones, os autores evidenciam que a especial condição de migrante amplia os riscos de discriminação e de exploração, pelo que sugerem respostas direcionadas quer da parte dos serviços públicos de apoio social quer da parte das organizações da sociedade civil.

O estudo de Cerdeira, Kóvacs, Peixoto, Dias e Egreja (2013) sobre os percursos laborais e de vida dos/as jovens imigrantes e descendentes de imigrantes nos novos setores de serviços conclui que as dificuldades de conciliação são sentidas não tanto por aqueles/as que têm família constituída, mas pelos que estão ainda a estudar e que têm horários prolongados (de noite ou fim-de-semana). O estudo revela, porém, que as novas formas de emprego, com contratos laborais mais curtos e o trabalho a tempo parcial, apesar da pouca segurança que oferecem para o futuro, trazem vantagens para os/as jovens, como a conciliação do trabalho com o estudo.

O estudo de Cecilia Menjivar (1999) procura analisar, a partir de mulheres imigrantes, a interseção do trabalho nas relações de género dentro da família e como as experiências da

migração alteram os papéis de género no trabalho. A autora verifica que em algumas comunidades as contribuições económicas das mulheres podem gerar situações de conflito no casal não trazendo de forma automática um ganho de autoridade às mulheres mas acrescentando-lhes sérios e graves consequências. Em muitas das vezes, os cônjuges para diminuir o sentimento de culpa associado ao papel social imposto, adotam por comportamentos de consumo de álcool que levam muitas das vezes a práticas abusivas e violentas contra as mulheres na esfera íntima.

Baker (2004) procura reportar as vozes de mulheres imigrantes mexicanas sobre as suas novas vidas em Iowa. A partir do seu estudo retrata que estas mulheres mantêm-se fiéis às suas ideologias tradicionais de género combatendo-se pela transgressão destas ideologias a partir dos seus comportamentos. As preferências destas mulheres recaem para não trabalharem no espaço público tendo presente ideologias de género muito marcadas e tradicionais, acreditando que devem permanecer no espaço doméstico. Contudo, como forma de garantir melhores condições de vida para as suas crianças, estas mulheres escolheram trabalhar fora do espaço privado, porém para elas o trabalho surge como uma extensão das suas obrigações familiares.

No mesmo sentido, Bandana Purkayastha (2005) procurou compreender como as mulheres imigrantes altamente qualificadas da Índia que migraram para os Estados Unidos a partir do processo de reagrupamento familiar reestabelecem o seu processo de carreira no país recetor. Os dados do seu estudo constataam que as desigualdades de género afetam negativamente o modo como estas mulheres reconstróem as suas carreiras profissionais, estando este processo extremamente entrelaçado com as suas responsabilidades familiares. Purkayastha observa que algumas destas mulheres colocam a carreira profissional para segundo plano e assumem serem mães a tempo inteiro por não conseguirem gerir de forma eficiente as responsabilidades profissionais com as responsabilidades familiares. Como forma de conseguirem conciliar a atividade profissional com a maternidade, a inserção na via profissional em regime de horário parcial ou a mobilidade profissional descendente como fuga aos horários atípicos, foram também opções destas mulheres.

No processo de construção da carreira, os resultados indicam que um sentimento de culpa acompanha estas mulheres, principalmente, se os/as filhos/as em contexto escolar vivenciam experiências de discriminação e de desintegração. Embora, os resultados evidenciem

que todas as mulheres contam com o apoio dos maridos neste processo de reconstrução da carreira, é visível uma ausência destes nas responsabilidades familiares pela própria exigência das suas profissões, estes também trabalhadores altamente qualificados. Estas mulheres sentem uma tensão constante entre o desejo de alcançar e construir uma carreira profissional com as exigências da vida familiar, sentimento claramente diferente dos seus companheiros e das restantes mulheres nativas do país recetor. O estudo revela que as mulheres que se dedicam à construção da carreira profissional adiam o processo de maternidade pela ausência de suporte familiar e económico. Por último, o estudo conclui que a condição de migrante para estas mulheres se encontrava veiculada ao poder político e económico do país recetor, onde configura uma desigual conquista das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho.

Grzywacz, Quandt, Arcury e Marín (2006) procuraram analisar e compreender a relação do trabalho/família com a experiência da imigração, no sentido de perceber como esta difere para homens e para mulheres e quais os seus efeitos na saúde mental. Partindo das experiências de imigrantes mexicanos/as a residir nos Estados Unidos da América e com recurso a uma metodologia mista, os/as autores/as concluem que a separação da família e do país de origem provoca tensão nos/as imigrantes mexicanos/as, sendo os níveis de tensão entre trabalho e família semelhantes para homens e mulheres. Os resultados do estudo indicam que altos níveis de tensão entre trabalho e família estão associados a maiores índices de stress, ansiedade e depressão, sendo estes sentidos em maior número pelas mulheres. Verifica-se, ainda, que estes efeitos, causados pelo trabalho/família na saúde mental, podem ser menores quando as realidades que os/as imigrantes experienciam coincidem com as suas expectativas, tais como, conseguirem enviar dinheiro para casa e encontrar um emprego. O trabalho dos autores e autora procura dar uma nova voz na literatura do trabalho e família e os resultados reforçam a existência clara de uma tensão entre trabalho e família, apesar das famílias poderem beneficiar do trabalho de outros/as, este trabalho tem os seus custos.

No mesmo ano, Christina Ho desenvolveu um estudo qualitativo com mulheres imigrantes altamente qualificadas de nacionalidade chinesa na Austrália. A investigadora observou que as migrantes qualificadas nem sempre transferem para o novo mercado de trabalho as suas habilitações e evidencia que a experiência da imigração é vivida de maneira

diferente para homens e para mulheres, onde os desafios de renegociar a vida profissional com os cuidados à família assumem uma nova configuração que acentua a feminização dos papéis tradicionais de género. Os resultados do estudo verificam que, para além das dificuldades de linguagem, do não reconhecimento das suas qualificações, da discriminação racial e sexual e da desvalorização da experiência profissional que as mulheres imigrantes vivenciam após a migração, a ausência de uma rede de suporte familiar e social, como as mães ou ajuda doméstica contratada, significa terem que assumir o comando da manutenção do trabalho doméstico e da vida familiar. Os dados mostram ser comum nestas mulheres a retirada permanente da esfera pública ou a mudança do regime de trabalho a tempo inteiro para um regime de trabalho a part-time como forma de organizarem a vida profissional com a familiar, reorientando as suas energias para o espaço privado, com a família e com a execução das tarefas domésticas. Muitas vezes devido a perturbações emocionais e de stress causadas pela migração, estas mulheres são o principal suporte emocional dos membros da família, auxiliando-os nesta transição. A autora conclui, ainda, que a sensação de dupla jornada é vivida de forma mais acentuada no país recetor, limitando as oportunidades de carreira, e que a imigração altera a própria conceção da identidade de género nestas mulheres, pois se antes se percecionavam como profissionais de sucesso, agora percecionam-se como donas de casa.

Chien-Juh Gu (2009) refere que a ação social da migração internacional cria um contexto genderizado único de trabalho/família que tem um impacto profundo nas famílias imigrantes.

Torna-se, assim possível, deste mapeamento verificar que, a questão da conciliação entre a vida pessoal, a vida familiar e a vida profissional, assume uma importância nuclear na análise das questões ligadas à feminização das migrações. É, por isso, natural que seja abordada em diferentes contextos de atuação e investigação, independentemente da temática, realçando, assim, a sua centralidade nas diferentes questões tratadas ao longo das investigações.

Assim, é necessário aprofundar e tornar mais explícita esta leitura, articulando-a com outras que equacionem a influência de outras categorias, além do género, nas trajetórias de vida dos/as imigrantes e nas próprias dinâmicas dos fluxos migratórios.

Síntese Integrativa

As migrações, e a título de síntese dos conteúdos partilhados ao longo dos capítulos anteriores, têm vindo a assumir uma importância crescente na transformação e desenvolvimento social em todo o mundo e despertado, no contexto das ciências sociais e humanas, um maior interesse para a compreensão das dinâmicas migratórias. Em Portugal, a Revolução dos Cravos, representou um momento de profundas mudanças sociais, ocasionando um aumento dos fluxos migratórios. Se até esta altura, o fenómeno emigratório era o que predominava na sociedade portuguesa, a partir desse período com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, consolidando-se depois a partir do início dos anos 90, a visão de Portugal surge como país, não só de emigração, mas também de imigração. Apesar desta visão tardia, Portugal passou a ser uma sociedade mais plural e diversificada, tendo-se vindo a confirmar um crescimento sustentado do número de imigrantes desde 1975. Verificando-se, atualmente, a preponderância dos mesmos grupos nacionais no total da população estrangeira a residir legalmente no nosso país, desde o início da década passada. Assim, como nacionalidades mais representativas temos o Brasil, Ucrânia e Cabo-Verde.

Nestas recentes reconfigurações, Portugal tem acompanhado a crescente *feminização* das migrações (Castles & Miller, 2003), em que do universo populacional estrangeiro se verifica claramente uma ligeira predominância do sexo feminino, sendo, nas comunidades brasileira e cabo-verdiana, o número de mulheres superior ao número de homens, contrariamente, ao observado na comunidade ucraniana. Embora, gradualmente se assista a um crescendo de estudos que caracterizam a realidade das mulheres imigrantes em Portugal, nem sempre estes analisam o género como categoria analítica das migrações. E, quando surge nas investigações é observado com uma certa indiferença, surgindo as mulheres ora em segundo plano ora pelo seu silêncio (Gonçalves & Figueiredo, 2005). Assim, sendo as migrações processos *genderizados* (Nolin, 2006), a ausência de um enfoque de género nas dinâmicas migratórias fomenta um estado de cegueira que tem como efeito a perpetuação de uma visão homogénea da realidade migratória e que vulnerabiliza as mulheres.

É no âmago desta pluralidade, complexidade e transformação social que emerge um espaço necessário de reelaboração no que concerne a dois grandes campos constitutivos da

identidade: a família e o trabalho. As novas configurações da vida familiar e do mercado de trabalho impõem exigências difíceis de assegurar em simultâneo que aumentam as dificuldades em torno da questão da conciliação da vida pessoal, família e trabalho. E, embora, no debate público e político, esta questão tenha assumido um lugar de destaque, verifica-se, ainda, ser uma área de incertezas, desafiando a sua recriação (Silva, Nogueira & Neves, 2010). Na tentativa de se pensar na possibilidade de intervenção neste domínio, são apresentados diferentes modelos que procuram explicar a relação existente entre trabalho e família, desde um modelo de segmentação das duas esferas, passando pela análise do conflito de papéis e para o seu carácter bidirecional, terminando com as perspetivas positiva, integradora e ecológica na análise desta relação. Tivemos também em atenção, as diferenças assinaláveis quanto à forma como homens e mulheres vivem e sentem tais esferas nas suas vidas, embora, os resultados em volta dos estudos de género sobre a relação entre trabalho e família sejam ainda pouco consistentes (Matias, Silva & Fontaine, 2011). Partindo da análise do trabalho remunerado e não remunerado, é possível verificar uma evolução crescente da participação das mulheres no mercado de trabalho e, se é inegável o movimento de entrada dos homens no universo familiar em áreas tradicionalmente femininas, não podemos deixar de sublinhar que este movimento não acompanhou em amplitude e velocidade o movimento de entrada das mulheres na esfera pública, persistindo ainda situações de profunda assimetria na divisão do trabalho doméstico e familiar, sendo assegurado, maioritariamente, pelas mulheres. Os estudos realizados em Portugal evidenciam a persistência de desequilíbrios na distribuição das tarefas e responsabilidades familiares, desequilíbrios que se agudizam quando há filhos/as em idade dependente no casal (Perista, 2002; Torres, 2001). Assim, se as atividades profissionais surgem num sistema de acumulação, dando lugar à dupla jornada de trabalho e que reflete uma divisão desigual das tarefas, a conciliação dos papéis familiares e profissionais torna-se uma tarefa mais difícil para as mulheres, sendo também geradora de maiores níveis de conflito.

Se somarmos à categoria género outras categorias, como a nacionalidade, mobilidade, classe social podemos verificar as múltiplas dependências que a conciliação pode representar. Na verdade, o processo migratório, ao reunir alguns elementos de perda, como a ausência de suporte familiar e social, perda de status laboral, mudança na posição socioeconómica, dificuldades de acesso aos serviços de guarda das crianças, amplia os riscos de discriminação e exploração e coloca as mulheres imigrantes num dos grupos mais vulneráveis para responder

eficazmente à resolução da conciliação, o que se reverte de forma grave na vida das mesmas, podendo potencializar consequências negativas para o seu bem-estar e restringir as suas opções. Tal, pode ser observado, pelo mapeamento da produção científica efetuado.

Desta forma, ensaiar um resposta para a questão da conciliação obriga previamente a conhecer a realidade através das quais as mulheres imigrantes organizam as suas vidas familiares e as suas modalidades de ação em termos de conciliação, assumindo assim, um olhar heterogéneo e plural para com o fenómeno da conciliação. Por fim, consideramos que incluir na história das migrações e da conciliação as trajetórias de vida das mulheres imigrantes é produzir uma ciência inclusiva, diversa e igualitária.

PARTE II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

CAPÍTULO IV
DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Privilegiando as vivências e os significados que as mulheres imigrantes atribuem às suas experiências de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, este capítulo pretende apresentar o desenho da investigação refletindo a nossa posição epistemológica e metodológica. Desta forma, este capítulo encontra-se subdividido em quatro secções. Na primeira secção começamos por apresentar os pressupostos teóricos e epistemológicos que presidem esta investigação e que contribuíram para uma maior reflexividade na constituição, análise e discussão dos resultados. Na segunda secção definimos a problemática da investigação, os objetivos principais e as perguntas de partida que orientaram este estudo. Partindo da heterogeneidade das mulheres imigrantes, a terceira secção, pretende caracterizar as mulheres participantes do estudo de nacionalidade brasileira, cabo-verdiana e ucraniana, residentes no distrito de Braga. Por último, na quarta secção, descrevemos as opções, estratégias e os procedimentos metodológicos adotados na operacionalização do estudo e que serviram como grelha de leitura da realidade migratória.

1. Pressupostos teóricos e epistemológico

1.1. Construcionismo social

Os estudos de género têm sido assumidos na psicologia e nas ciências sociais em geral, por distintos discursos, retratando o desenvolvimento e os debates epistemológicos internos na disciplina. Nesse sentido, as perspetivas teórica, epistemológica e metodológica adotadas para estudar o género não são indiferentes (Nogueira, Neves & Barbosa, 2005).

Atualmente, os desafios colocados à psicologia, mais concretamente, à psicologia social, emergiram dos debates inaugurados pelo pós-modernismo, como corrente geral, mas que na psicologia social se organizaram em torno da escola do construcionismo social (Gergen, 1994a, 1994b) ou mesmo da psicologia discursiva e da análise de discurso (Harré & Gillett, 1994; Parker, 1992; Potter & Wetherell, 1987).

Deste modo, neste estudo procurou-se obter um posicionamento crítico face a um domínio científico positivista (e.g., psicologia tradicional) que, frequentemente ao longo dos

tempos, privilegiou de um discurso universal, dominante e opressivo para as mulheres, pretendendo assim ter um olhar contextualizado e localizado da realidade feminina imigrante em Portugal e que se oriente para uma mudança social no sentido de favorecer a igualdade e justiça.

De acordo com Gergen (2001) a investigação e a intervenção psicológica pautaram-se, durante décadas, por uma insistente busca de leis universais que pudessem prever comportamentos e mostrar o que se pensava ser a real essência do ser humano. Aprisionada de princípios mestres como, a objetividade, a neutralidade e a imparcialidade, ditos da verdadeira ciência, a psicologia foi sendo ajustada e alicerçada conforme uma lógica positivista (Bem & Looren de Jong, 1997 as cited in Nogueira, Neves & Barbosa, 2005) afastando e excluindo outras formas que se vislumbrassem dissonantes (Neves & Nogueira, 2004).

O discurso positivista dominante (Gergen, 1973; Miller, 1999) levou a que a psicologia fosse construída partindo do pressuposto que existe sempre uma lei externa por detrás da ocorrência de qualquer fenómeno e que a sua medição é sempre suscetível de ser realizada de forma rigorosa (Nogueira, Neves & Barbosa, 2005).

Todavia, na procura pela construção de uma abordagem crítica dos fenómenos sociais, a psicologia social liberta-se da visão do conhecimento como algo de pertença individual e encontra no construcionismo social uma alternativa às formas tradicionais de conceber o conhecimento científico (Neves & Nogueira, 2004).

A publicação do artigo intitulado *Social Psychology as History*, da autoria de Gergen, em 1973, é considerada como o marco inaugural do construcionismo social. Neste artigo, o autor afirma que todo o conhecimento, incluindo o da psicologia, é histórico e culturalmente específico, assim, devemos obtê-lo por via da análise social (Gergen, 1973, 2008).

A perspetiva do construcionismo social surge como um movimento especialmente importante na psicologia social, sofrendo influências de um largo conjunto de disciplinas científicas, da qual se destaca o pós-modernismo. O pós-modernismo, enquanto movimento intelectual crítico, representa o questionar e o rejeitar do pensamento moderno e apela à aceitação do pluralismo, do contextualismo e do ecletismo (Nogueira, 2004).

De facto e para Ibañez (1994), na psicologia, a escola que melhor se adequa ao pensamento pós-moderno é o construcionismo social. Os/as construcionistas tecem críticas à

ideologia da representação, característica da modernidade, sustentando quatro mitos, sendo eles: a) o mito de um conhecimento válido que possa representar corretamente e fielmente a realidade; b) o mito do objeto como elemento constitutivo do mundo; c) o mito da realidade como independente dos indivíduos; e, por último, d) o mito da verdade como critério decisório (Nogueira, 2001a).

Burr (1995) refere que o que distingue o construcionismo da abordagem da psicologia mais tradicional é, fundamentalmente, o seu carácter anti-essencialista, anti-realista, a pressuposição da linguagem como pré-condição para o pensamento e como forma de ação social, e o seu foco na interação e nas práticas sociais, aliada à perspetiva do conhecimento como específico historicamente e culturalmente. Esta perspetiva, ao questionar os pressupostos do essencialismo e do humanismo, deslocou o foco da atenção da pessoa para a esfera social. A pesquisa construcionista desloca-se da natureza das pessoas ou da sociedade para as interações e para as práticas sociais daí resultantes (Gergen, 1994a).

Assim, para Nogueira (2001b), a psicologia, nesta perspetiva constitui o estudo do ser socialmente construído, o produto de discursos contingentes, do ponto de vista histórico e cultural, que transportam consigo uma complexa rede de relações de poder, onde as pessoas não podem ser retiradas e estudadas de forma independente fora deste sistema histórico, social e político.

Apesar da definição do construcionismo não reunir particular consenso entre os/as investigadores/as (Burr, 1995; Rasesa, Guanaes & Japur, 2004), é possível classificar, de construcionista social qualquer abordagem que seja orientada por um, ou mais, dos pressupostos que a seguir se apresentam.

O primeiro pressuposto que o construcionismo social defende é um posicionamento crítico face ao conhecimento fornecido como “verdade”, o conhecimento disponível, nomeadamente, para as observações objetivas do mundo, sendo estas de natureza individual e não enviesadas. Discorda das leituras positivistas e empiricistas próprias das ciências sociais tradicionais, no que respeita à suposição de que a natureza do mundo pode ser revelada a partir da observação, sendo que aquilo que existe corresponde àquilo que se percebe que existe.

Este pressuposto sugere ainda que as categorias com as quais se apreende o mundo não correspondem obrigatoriamente a divisões reais, sendo o género um exemplo ilustrativo

desta questão (Nogueira, 2001c). Embora, as observações do mundo indiquem a existência de duas categorias de seres humanos (homens e mulheres), o facto da masculinidade e feminilidade não representarem ser nenhuma realidade palpável e concreta, leva a que Gergen (1992) chame a atenção para esta distinção.

Ainda que se reconheçam as diferenças nos órgãos de reprodução, existentes em muitas espécies, importa questionar o porquê de tal distinção ter sido tão importante para que o conjunto das categorias da personalidade se baseasse nela (homem e mulher) (Burr, 1995).

Daí, a primeira utilização do conceito de género procurou acentuar a importância de se estudar homens e as mulheres como entidades interdependentes, colocando em evidência o facto das mulheres representarem um grupo social distinto dos homens e tradicionalmente desfavorecido em relação a este (Kelly-Gadol, 1987), onde as estruturas sociais geram mecanismos de opressão e sustentam assimetrias de poder que perpassam os eixos de género, classe e raça (Scott, 1986), refletindo a interseção de múltiplas formas de discriminação (Nash, 2008). Como defende Nogueira (2004, 2011b) o género não é um componente isolado da identidade pessoal, assumindo-se esta como interseccional e, por isso, como se faz o género encontra-se associado à raça, classe, orientação sexual, capacidade física, nacionalidade, estatuto migratório, religião e a tantos ingredientes identitários que constroem quem as pessoas são (DeFrancisco & Palczewnsky, 2007).

O segundo pressuposto sustenta que as formas e os termos pelos quais o mundo é compreendido e cada um individualmente correspondem a artefactos sociais, produtos de inter-relações entre as pessoas e com especificidades históricas e culturais. Para os/as construcionistas as descrições e explicações resultam de uma ação humana coordenada, onde as palavras somente adquirem significado quando inseridas num contexto relacional.

De acordo com o construcionismo social, as formas, as categorias e os conceitos como se compreende o mundo e como são utilizados são característicos de um tempo histórico e cultural (Burr, 1995; Nogueira, 2001c). O conhecimento é assumido como relativo e depende do tempo e da cultura, o que significa que não é apenas específico de culturas e momentos históricos particulares, mas produto dessa cultura e dessa história. De facto, se olharmos para o conceito de género, verificamos que ele carrega o peso da cultura e da tradição, o que se reflete posteriormente na enunciação de certas possibilidades sociais. O papel da cultura na construção

das diferenças sexuais e a assunção do género como processo determinante das relações sociais de poder entre os sexos desafiam os cânones sociais e científicos (Neves, 2011b).

Deste modo, as formas particulares de conhecimento que fazem parte de uma dada cultura correspondem a artefactos da mesma, não fazendo sentido diferenciar as formas de compreensão que estarão mais próximas da verdade (Burr, 1995).

O terceiro pressuposto advoga que as descrições do mundo ou do self são sustentadas ao longo do tempo devido às mudanças do processo social e não por uma validade objetiva. Para Burr (1995), este pressuposto indica que o conhecimento é sustentado pelo processo social e que o conhecimento do mundo e as formas comuns de o compreender não resultam da natureza do próprio mundo em si mesmo mas de versões do conhecimento construídas através das interações quotidianas entre as pessoas ao longo da vida. Assim, se justifica que todo o tipo de interação social, particularmente, a linguagem seja de grande interesse para os/as construcionistas sociais (Nogueira, 2001d).

Para a mesma autora, as ocorrências entre as pessoas no decurso da sua vida são encaradas como práticas durante as quais as versões partilhadas do conhecimento são construídas. Assim, as ideias correntes e aceites de compreensão do mundo e que se assumem como verdade são apenas produto, não da observação objetiva do mundo, mas do processo social e das interações nas quais as pessoas estão constantemente envolvidas.

Considerando a relação paralela existente entre conhecimento e a ação social, as compreensões negociadas do mundo assumem uma grande diversidade, tornando-se, assim possível falar de numerosas e possíveis construções sociais, onde cada construção pode convidar a uma determinada ação (Nogueira, 2001d).

O quarto pressuposto defende que o significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento. Na perspetiva do construcionismo social, a linguagem desempenha um papel radicalmente distinto do que é assumido pela psicologia tradicional, dado que esta defende que a linguagem representa ser uma expressão fácil de compreensão do pensamento e não uma pré-condição deste, ou seja, as pessoas usam a linguagem para dar expressão a algo já existente em si mesmas ou no mundo. O construcionismo social não considera a linguagem um meio claro e puro no qual os pensamentos e sentimentos se possam tornar acessíveis aos outros. Este pressuposto indica

que o uso da linguagem corresponde a uma forma de ação, tendo por isso um caráter performativo (Nogueira, 2001a), que tal como o gênero, não é algo que se tem, mas sim que se faz (Butler, 1990; Nogueira, 2004).

Resumindo e considerando que quando as pessoas falam entre si o mundo é construído, a linguagem não pode ser apenas considerada como um veículo passivo para os pensamentos e emoções (Burr, 1995). Desta forma, a insistência sobre a natureza partilhada dos códigos da linguagem, em constante mudança e que variam nos seus significados em função dos contextos é o pilar central do construcionismo social.

Neste estudo e assumindo-se o gênero como uma construção social, a linguagem torna-se algo fundamental porque a significação que as pessoas atribuem ao facto de ser mulher ou ser homem são fornecidos e mediados pela linguagem. O gênero resulta de um sistema de divisão sexual socialmente imposto, sendo por isso um produto construído (Oakley, 1972), um ponto de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente determinadas (Butler, 1990).

Por último, o quinto pressuposto refere que avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida cultural. Os conhecimentos ou entendimentos negociados entre as pessoas podem constituir várias formas de construções sociais do mundo, sendo que cada construção pode ter um modo particular de ação. Deste modo, as descrições ou construções do mundo suportam, por um lado, padrões de ação social e, por outro, de exclusão. As construções que fazemos do mundo estão, assim, conectadas a relações de poder, pois tem implicações para aquilo que é considerado permitido determinadas pessoas fazerem e para fazerem umas com as outras (Nogueira, Neves & Barbosa, 2005).

1.2. A teoria crítica

A contestação ao paradigma moderno pelas abordagens críticas, em meados dos anos 60, assinalou o princípio da chamada crise da psicologia (Ibáñez, 1994; Nogueira, 2001c), mais concretamente, um posicionamento contra um programa empiricista-positivista de acumulação de conhecimento. As transformações daí decorrentes tiveram como expressão mais visível o desenvolvimento de diferentes versões da psicologia social pós-moderna, entre as quais, a psicologia social crítica (Wiensfeld, 2000 as cited in Neves, 2008).

Partindo de um questionamento ao pensamento positivista, a teoria crítica aponta para a necessidade de uma ciência social alternativa que tenha como foco a história da sociedade, numa abordagem norteada de valores, ligada a questões de poder e que procura a transformação da realidade social (Nogueira, 2001d).

As perspetivas críticas por desafiarem as instituições e os valores sociais dominantes propondo alternativas à sua concetualização, distinguem-se, desta forma, das demais (Prilleltenski & Fox, 1997). Neste sentido, a psicologia deixa de ser um saber orientado por uma ideologia universal, centrada nos problemas individuais e constitui-se uma ciência comprometida com as questões sociais, partindo da análise de fatores estruturais, políticos e culturais que estão presentes nos problemas dos grupos, comunidades e das populações (Salazar & Cook, 2002).

A psicologia social crítica tem seguido algumas características que se unem a diferentes perspetivas e que se centram em três aspetos principais:

1 – A crítica radical à ciência tradicional e à sua não reflexividade, essencialmente, ao positivismo e à ideia de objetividade e neutralidade científica, que rejeita as influências históricas, culturais e políticas na construção da realidade social;

2 – A crítica às instituições sociais existentes;

3 – A proposta de construção de um conhecimento científico pautado por linhas de ação emancipadoras socialmente e individualmente, desmistificando as fontes de constrangimento e de opressão de pessoas (Azevedo, 1995 as cited in Nogueira, 2001c).

A reflexividade e o constante auto-questionamento (características do construcionismo e da epistemologia feminista) presente na teoria crítica apontam para um enquadramento paradigmático que favorece a difusão de variantes discursivas que derivam de diferentes enquadramentos teóricos e epistemológicos mas também de distintos recursos metodológicos. Assim, esta teoria não aponta um método único e correto de construir o conhecimento mas sugere a existência de estratégias metodológicas distintas, de acordo com o objeto de pesquisa (Nogueira, 2001c). Como defende Parker (1999) a psicologia crítica não determina uma posição epistemológica em detrimento da outra, pelo contrário, aproxima as múltiplas variedades de perspectivas radicais da disciplina.

A articulação de várias metodologias de investigação, para Neves e Nogueira (2004), ampliam as diferentes formas de ver o objeto em estudo, o que aumenta também a credibilidade e apreciação dos resultados. A pluralidade metodológica adotada nos estudos feministas expõe o compromisso dos/as investigadores/as face à mudança social e torna cada um/a de nós mais responsável pelo conhecimento que produz (Neves & Nogueira, 2005).

Por último, adotando uma perspetiva social crítica articulada com a psicologia feminista crítica, este estudo, para além de procurar promover o poder das mulheres imigrantes, tornando-as visíveis no contexto migratório, pretende utilizar uma abordagem metodológica qualitativa no sentido de difundir e dar voz às experiências das mulheres imigrantes, tal qual elas as vivenciam, e numa tentativa de favorecer a igualdade e justiça social (Nogueira, Neves & Barbosa, 2005).

1.3. Género e Feminismos

Ao nos direcionarmos para esta secção, torna-se importante referir que apenas será apresentado um breve enquadramento da evolução histórica dos feminismos.

Em 1981, Maria de Lourdes Pintasilgo definia o feminismo como uma designação que engloba movimentos do fim do século passado e movimentos sociais de hoje e que é a denúncia e a luta contra as práticas sexistas. Consideram-se sexistas as atitudes, práticas, hábitos, e, em muitos casos, a própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo – só por esta razão – seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social (Pintasilgo, 1981, p.12).

Na representação dos feminismos é possível identificar a existência de três vagas, definidas em função das preocupações e das questões centrais colocadas às mulheres, em cada período histórico (Kaplan, 1992). A primeira vaga do feminismo situa-se entre o final do século XIX e o início do século XX e caracteriza-se por uma preocupação pela igualdade, pela procura de relações sociais igualitárias e pela alteração de condições sociais desiguais (Humm, 1992). As principais reivindicações desta vaga foram sobretudo o fim à discriminação, e conseqüentemente, o direito civil e político, com acesso pelo direito ao voto, direito à educação e ao emprego. Nesta vaga, as preocupações centrais da história do feminismo diziam respeito à emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado para a sua incorporação no estado moderno, industrializado, como cidadãs de pleno direito tal como os homens (Evans, 1994 as cited in Nogueira, 2011a). Reclamavam, assim, o direito a uma identidade e a um espaço próprios, independentes das figuras tutelares masculinas, do pai ou do marido.

A segunda vaga do feminismo surge por volta dos anos 60 e prolonga-se até meados dos anos 80 (Kaplan, 1992). Assumiu como tema central o reconhecimento da opressão a que as mulheres estavam sujeitas no trabalho, no seio da família nuclear e no planeamento familiar. Nesta vaga, em especial, no fim dos anos 60, há um ressurgimento da expressão feminista que reavive o interesse pelas questões das mulheres e do género, em especial, pelas mulheres que se dedicavam ao espaço familiar e percecionadas como dependentes, subvalorizadas e isoladas (Segal, 1995). As desigualdades sofridas pelas mulheres não só na esfera pública como na privada orientaram a maior parte das reivindicações desta época, desigualdade, que segundo Beaslet (1999) apenas pode ser ultrapassada a partir de uma verdadeira revolução. Assim, esta vaga representa um período próspero de grande atividade e criatividade, tanto ativista como académica.

A terceira vaga do feminismo, também designada por pós-feminismo, emerge no fim dos anos 80 e identifica-se por ser um movimento de contestação aos feminismos, considerando que os seus objetivos estariam extintos e que as reivindicações pela igualdade seriam nocivas para as mulheres (Kaplan, 1992). Muitos consideravam que o feminismo já não fazia sentido, que estaria fora de moda, tendo esta ideia sido sistematicamente propagada e reforçada pelos órgãos de comunicação social, daí ser caracterizada também com o aparecimento do movimento anti-feminista backlash, este que se opõe a qualquer medida que pudesse constituir

um progresso efetivo para a igualdade de direitos nas oportunidades das mulheres, nas representações de género, na prestação de cuidados na família e no espaço privado e público, representando estes serem objetivos desta vaga e da atualidade de hoje. Contudo, apesar de, na Europa Ocidental, as mulheres serem consideradas legalmente iguais aos homens, na prática essa igualdade não se verifica, principalmente, no que diz respeito às vidas privadas das mulheres (Nogueira, 2011a).

O feminismo desta vaga foca-se, ainda, na heterogeneidade e pluralidade da categoria mulher, nas diferenças entre as mulheres, tendo em conta as várias outras categorias com que se pode intersejar (por exemplo, etnia, classe social, idade, etc) (Beasley, 1999).

2. Problemática da investigação, objetivos e perguntas de partida

As novas realidades sociais e as novas formas de organização de trabalho, cada vez mais estruturadas e organizadas, procuram promover e desenvolver novos fenómenos sociais que obrigam a uma profunda reflexão quanto às formas, tempos de trabalho e lazer existentes. Embora a conciliação entre o trabalho, a família e a vida pessoal se assuma como uma problemática de interesse científico e, em termos legislativos, esteja enquadrada no conjunto de políticas para promoção da igualdade de género e integração efetiva dos/as imigrantes, facto é que não existem dados que espelhem com clareza esta realidade nos contextos de vida das mulheres imigrantes, colocando, assim, em causa a sua real adaptação e integração ao país recetor e ao contexto de trabalho.

Tendo em consideração que a migração, para algumas mulheres, pode e constitui um reforço das suas vulnerabilidades familiares, laborais e sociais (Crenshaw, 1991; Peixoto et al., 2006; Miranda, 2009; Neves, 2008; Neves, 2010a; Neves, 2010b; Neves, Nogueira, Topa & Silva, *in press*; Neves & Miranda, 2011), esta investigação confirma o seu interesse numa tentativa de escrutinar as especificidades da imigração feminina na organização e conciliação da vida pessoal, familiar e profissional em Portugal.

Focou-se a nossa atenção para estas esferas centrais na vida das mulheres imigrantes, pois, à semelhança do que acontece, não só no nosso país, mas em muitos países de receção, a sujeição das mulheres imigrantes a modos de incorporação laboral menos visíveis, menos

valorizados e mais desfavoráveis do que a média nacional (Abrantes & Peixoto, 2012), confrontando-se estas, não raras vezes, com situações de elevada flexibilidade e precariedade laboral (Peixoto, 2008), frequentemente marcadas por empregos pouco qualificados e invisíveis, com sobrecarga de horários e sujeitas a situações de exploração (Padilla, 2008), não geram, apenas, efeitos complexos nas relações sociais de género como dificultam a articulação da vida familiar e reforçam as desigualdades no seio do trabalho feminino.

Tal como as mulheres autóctones, as mulheres imigrantes também tendem a enfrentar situações de dupla jornada de trabalho mas a sua condição de migrante agudiza o problema da conciliação entre o trabalho e a família, tornando este de difícil resolução perante uma ausência ou limitação de recursos e de apoio (e.g. familiar, social, económico) e uma ampliação face ao risco, exploração e discriminação a que estão sujeitas no seu dia-a-dia (Marques & Góis, 2012; Peixoto, et al., 2006; Wall, Nunes & Matias, 2005b). Acentuando-se este risco social quando se entrecruzam pertenças identitárias específicas, como a nacionalidade, idade, qualificações, estado civil, entre outras.

As evidências encontradas na dissertação de mestrado “Vivências de amor e de intimidade em mulheres imigrantes” (2009) da autora desta investigação, ao colocarem a nu o contexto privado e íntimo das mulheres imigrantes, realçaram o aspeto sensível da vida familiar. Se é visível nas experiências íntimas das mulheres imigrantes uma conceção de amor romântico, de um “amor sacrífico”, a vinculação aos papéis tradicionais femininos, com especial centralidade para a maternidade desequilibra a vida familiar, sendo da responsabilidade destas mulheres toda a prática pelas responsabilidades domésticas e cuidados às crianças. Aliada a esta figura tradicional acompanha-as a instabilidade, precariedade laboral e social que dificulta uma resolução da conciliação pela escassez de suporte, que as sobrecarrega e as empurra para a esfera do privado, excluindo-as do contexto social e laboral, para poderem cuidar dos seus/as filhos/as.

Se tivermos em atenção a baixa taxa de natalidade no nosso país e a alta contribuição das mulheres imigrantes para este reverso, as questões que se colocam pela necessidade de organizar um quotidiano, conciliado com a vida familiar, pessoal e profissional podem condicionar a própria decisão de ter filhos/as, de quantos/as filhos/as e de qual o momento ideal para os/as ter. Não podemos deixar, também, de ter em conta que estas decisões são

muitas das vezes tomadas em função da dinâmica da sociedade (rede de serviços de apoio) e sob influência de padrões culturais, sociais e económicos que, no caso das mulheres imigrantes, não respondem de forma efetiva às suas exigências e aumentam as suas vulnerabilidades.

Por estas razões, se pretendemos uma real integração das mulheres imigrantes, conhecer e aprofundar os seus percursos e as suas especificidades, no âmbito da conciliação, contribuindo para um novo referencial de análise nos estudos sobre migrações femininas, é crucial.

2.1. Objetivos

Deste modo, os objetivos principais deste estudo são:

a) Caracterizar e analisar as vivências e os discursos de mulheres imigrantes em Portugal (brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas) no que concerne à conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;

b) Compreender e conhecer as estratégias utilizadas nos domínios da vida familiar e da vida profissional das mulheres imigrantes para facilitar a conciliação e o modo como estes domínios se articulam com a organização do género dentro da família.

Como objetivos específicos, é nossa intenção:

a) Compreender o impacto do processo migratório na conciliação, no que se refere, à independência e autonomia das mulheres imigrantes;

b) Compreender as desigualdades existentes entre homens e mulheres no respeitante à vida familiar, vida pessoal e vida profissional;

c) Percecionar e analisar os usos do tempo no quotidiano;

d) Compreender de que forma o fenómeno da imigração condiciona as estratégias de conciliação entre o casal.

2.2. Perguntas de partida

O nosso estudo seguiu como orientação três questões de partida que foram definidas e ganharam consistência ao longo dos capítulos anteriores. Assim as questões de investigação específicas elaboradas e orientadas no nosso estudo, são:

- a) Como as mulheres imigrantes constroem significado das suas experiências de conciliação entre a vida pessoal, familiar e a vida profissional?*
- b) Quais as estratégias utilizadas para conciliar a vida pessoal e familiar com a profissional?*
- c) Como as mulheres imigrantes fazem uso dos seus tempos?*

3. Caracterização das participantes

Por assumirmos que a conciliação entre a vida familiar e profissional é um problema social das sociedades atuais que mais tem repercussões para as mulheres, optou-se por incidir a nossa investigação na população feminina imigrante, mais precisamente, nas três nacionalidades mais representativas no nosso país (SEF, 2012) e a residir no distrito de Braga. Embora fosse interessante alargar o campo de análise a outras zonas do país, por limitações de tempo, razões económicas e logísticas delimitamos a nossa investigação apenas a este contexto geográfico. Para além da localização geográfica da investigadora, uma das razões que também motivaram esta escolha e que serviram de linhas orientadoras para este estudo, foram os resultados obtidos, após realização de dissertação de mestrado, que permitiram equacionar a possibilidade de haver uma relação estreita entre os construtos imigração e conciliação da vida familiar, pessoal e profissional, sendo estes recorrentes nos discursos das mulheres imigrantes mas ausentes na área da investigação. Nesta investigação participaram 30 mulheres imigrantes, 10 de cada nacionalidade. Consideramos, assim, como critérios de seleção e inclusão para este estudo, mulheres imigrantes provenientes do Brasil, Ucrânia e Cabo-verde; residentes no distrito de Braga; que entendessem e falassem a língua portuguesa; que exercessem uma profissão; e, que fossem mães de filhos/as com idade dependente, existindo, por isso, uma relação de cuidado com estes/as. Uma das razões para esta última opção prende-se com o facto de serem

as mulheres, aquelas que acumulam um maior número de horas de trabalho, quando se combina tempo de trabalho profissional e tempo de trabalho familiar e doméstico (Frone, et al., 1992; Perista, 1999; Wall & Guerreiro, 2005) e por evidenciarem níveis mais elevados de conflito relativamente aos homens (Hill, 2005). Consideramos que esta opção nos oferece maiores probabilidades de cada participante poder refletir, apoiadas nas suas próprias experiências, em questões que diariamente lhes são colocadas, pelas exigências da vida familiar e profissional.

No que diz respeito à caracterização da população, o tamanho e a representatividade da população como um todo não foram uma preocupação para a constituição da amostra, uma vez que estes aspetos não assumem um papel de destaque na investigação qualitativa (Guerra, 2006). Procurou-se, apenas, maximizar a variabilidade discursiva com o intuito de obter a heterogeneidade de discursos sobre a temática em estudo auscultada a partir da voz de cada mulher imigrante. Pois, como refere Lombart (1995), a heterogeneidade da amostra permite que se atribua um maior peso retórico às semelhanças discursivas que se identificam à medida que se transcreve e se analisa as entrevistas. A dado momento optamos por interromper a recolha de dados por considerarmos que estes se estavam a tornar repetitivos e não traziam informações novas, atingindo o seu ponto de saturação (Bertaux, 1997). Apesar de não existir consenso quanto ao número de entrevistas a realizar, assumimos como mais importante nesta recolha a qualidade e profundidade dos depoimentos (Boutin, 1997).

A seleção da amostra assumiu um caráter intencional na medida em que procuramos incluir pessoas que obedecessem a características específicas que se pretendia investigar. Trata-se, por isso, de uma amostra não probabilística do tipo intencional. O critério de conveniência funcionou na escolha das participantes, entrevistando as que se mostravam disponíveis, sendo que esta abordagem possibilitou que as mulheres indicassem outras mulheres permitindo a angariação de novas entrevistadas, constituindo-se esta amostra a partir do chamado efeito da “bola de neve”.

De forma a preservar as identidades das participantes, foi adotado a utilização de uma letra que corresponde à inicial da nacionalidade e de seguida um número para referenciar as suas citações.

Quanto às características sociodemográficas das participantes de nacionalidade brasileira, as idades oscilam entre os 28 e 54 anos de idade, com uma média de idades de 38 anos. O nível de escolaridade destas mulheres situa-se entre o 6º ano e o mestrado, sendo que duas das mulheres têm o 6º ano de escolaridade, outras duas mulheres o ensino secundário, cinco a licenciatura e uma o mestrado. Estas são, maioritariamente mulheres casadas, vivendo três em união de facto. Relativamente ao nível profissional, todas as participantes, com exceção de uma, exercem uma profissão a tempo inteiro, sendo que para seis não é exigido qualificação profissional, tendo poucas delas conseguido ascender a posições mais qualificadas, com exceção de duas participantes. Apenas, uma destas mulheres se encontra em situação irregular mantendo-se, desde a sua chegada a Portugal, vinculada ao exercício de trabalhos precários. Todas têm filhos/as com idade inferior a doze anos e por isso numa situação de dependência, tendo sete mulheres um único/a filho/a com idades compreendidas entre os oito meses e seis anos de idade, duas mulheres tem três, oscilando as idades entre quatro e vinte e quatro anos, e a restante sete filhos/as, desde os dois até aos vinte e oito anos de idade. O rendimento mensal do agregado familiar das participantes varia dos 700 a 6000 euros. Quanto ao tempo de permanência no país, verifica-se que duas estão em Portugal há quatro anos, outras duas mulheres há seis anos, duas há oito anos, duas há onze anos, uma há doze e outra há vinte e cinco anos, com uma média de permanência de 9,5 anos. As informações encontram-se detalhadas na tabela seguinte.

Tabela 1*Dados sociodemográficos das participantes de nacionalidade brasileira*

Participante	Idade	Habilitações Literárias	Estado Civil	Ocupação (País de Origem)	Ocupação Atual	Número de Filhos/as	Rendimento do Agregado	Tempo de Permanência
B1	33	12ºano	Casada	Técnica de Farmácia	Cuidar de Idosos	1 (2,5 A)	2000€	8 anos
B2	31	Licenciatura	Casada	Instrutora de Condução	Vendedora de Loja	3 (11, 6, 4 A)	1400-1800€	6 anos
B3	36	Licenciatura	U. Facto	Gestora Comercial	Engenheira	1 (6 A)	2200-2600€	11 anos
B4	46	6ºano	Casada	Dona de casa	Confeção de Salgados	7(28,23,16,12,9,6,2 A)	700€	11 anos
B5	42	12ºano	Casada	Marketing	Promotora de Vendas	1 (5 A)	1300€	8 anos
B6	28	Mestrado	U. Facto	Estudante	Administrativa	1 (1,5 A)	1700€	4 anos
B7	54	Licenciatura	Casada	Professora	Professora	3(24,21, 11 A)	6000€	25 anos
B8	46	6ºano	U. Facto	Vendedora de loja	Esteticista	1 (4 A)	1400€	12 anos
B9	29	Licenciatura	Casada	Trabalhadora/Estudante	Vendedora de loja	1 (8M)	2500€	6 anos
B10	34	Licenciatura	Casada	Trabalhadora/Estudante	Trabalhadora/Estudante	1 (2 A)	1500€	4 anos

Quanto às características sociodemográficas das participantes de nacionalidade cabo-verdiana as idades variam entre os 32 e 44 anos de idade, com uma média de idades de 36 anos. O nível de escolaridade destas mulheres situa-se entre o 6º ano e a licenciatura, sendo que duas das mulheres tem o 6º ano de escolaridade, uma concluindo em Portugal a partir do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – RVCC, enquadrado na Iniciativa Novas Oportunidades. Duas mulheres têm o 9ºano, enquadrado uma no mesmo processo de validação de competências. Cinco tem o ensino secundário, em que para uma é obtido a partir do mesmo processo de validação, descrito anteriormente, e uma possui a licenciatura. De sublinhar, que das cinco mulheres com o ensino secundário, quatro têm frequência do ensino superior em Portugal mas sem conclusão. Estas são, maioritariamente mulheres casadas, vivendo apenas duas em união de facto. Relativamente ao nível profissional, todas as participantes exercem uma profissão, em que para cinco não é exigido qualificação profissional, e nenhuma das participantes conseguiu ascender a posições mais qualificadas. Todas têm filhos/as numa situação de dependência, tendo cinco mulheres dois filhos/as com idades compreendidas entre os dois anos e quinze anos de idade, duas mulheres têm um, oscilando as idades entre os três e oito anos, uma tem quatro, com idades desde seis e os vinte e três anos e por último, uma tem três, com idades entre os cinco meses e os dois anos. O rendimento mensal do agregado familiar das participantes varia dos 485 a 5000 euros. Quanto ao tempo de permanência no país, verifica-se que três estão em Portugal há dez anos, uma há dezoito, uma há oito, uma há quinze, uma há dezassete, uma há onze, uma há dezasseis e outra há treze anos, com uma média de permanência de 12,8 anos. As informações encontram-se detalhadas na tabela 2.

Tabela 2*Dados sociodemográficos das participantes de nacionalidade cabo-verdiana*

Participante	Idade	Habilitações Literárias	Estado Civil	Ocupação (País de Origem)	Ocupação Atual	Número de Filhos/as	Rendimento do Agregado	Tempo de Permanência
C1	38	Licenciatura	Casada	Estudante	Mediadora de Seguros	3 (12,7 A e 5 M)	5000€	18 anos
C2	44	6º ano (CRVCC)	Casada	Doméstica	Empregada Doméstica	4 (23,20,14,6)	485€ + 100€*	8 anos
C3	36	12ºano	Casada	Estudante	Administrativa	2 (9 e 2A)	1700€	10 anos
C4	33	12ºano	U. Facto	Estudante	Vendedora de Loja	1 (3 A)	800€	15 anos
C5	32	9ºano	Casada	Proprietária Restaurante	Cabeleireira	2 (13, 10A)	1000€	10 anos
C6	43	12º ano (CRVCC)	Casada	Administrativa	Op. Têxtil	2 (10 e 7A)	485€	17 anos
C7	32	12º ANO	Casada	Estudante	Administrativa	1 (6A)	1800€	10 anos
C8	34	6ºano	Casada	Vendedora de loja	Op. Têxtil	2 (15 e 4 A)	1200€	11 anos
C9	36	9º ano (CRVCC)	Casada	Cuidar dos sobrinhos	Op. Têxtil	2 (9 e 3 A)	2000€	16 anos
C10	33	12º ano	U. Facto	Estudante	Administrativa	1 (8A)	1400€	13 anos

No que diz respeito às características sociodemográficas das participantes de nacionalidade ucraniana as idades variam entre os 27 e 39 anos de idade, com uma média de idades de 35,1 anos. O nível de escolaridade destas mulheres situa-se entre o 12º ano e a licenciatura, sendo que seis mulheres têm o ensino secundário e quatro mulheres a licenciatura. De acrescentar, que uma das mulheres que possui o ensino secundário tem frequência do ensino superior mas sem conclusão. Quanto ao estado civil, seis são casadas e quatro vivem em união de facto. Relativamente ao nível profissional, todas as participantes exercem profissões que não exigem qualificação profissional. Nenhuma das participantes conseguiu ascender a posições mais qualificadas. Todas têm filhos/as numa situação de dependência, tendo quatro mulheres dois filhos/as com idades compreendidas entre um mês e dezoito anos de idade, três mulheres têm três, oscilando as idades entre um ano e os dezanove anos, três têm um, com idades desde os seis aos treze anos de idade. O rendimento mensal do agregado familiar das participantes varia dos 400 a 3000 euros. Quanto ao tempo de permanência no país, verifica-se que três estão em Portugal há dez anos, três há nove, duas há onze, uma há oito e uma há quatro anos, com uma média de permanência de 9,1 anos. As informações encontram-se detalhadas na tabela 3.

Tabela 3*Dados sociodemográficos das participantes de nacionalidade ucraniana*

Participante	Idade	Habilitações Literárias	Estado Civil	Ocupação (País de Origem)	Ocupação Atual	Número de Filhos/as	Rendimento do Agregado	Tempo de Permanência
U1	44	Licenciatura	U. Facto	Professora	Auxiliar Educação	3 (16, 12, 7)	500€	9 anos
U2	34	12º ano	U. Facto	Administrativa	Operária Têxtil	1 (13 A)	500€	4 anos
U3	39	12ºano	U. Facto	Vendedora	Vendedora	3(19, 17, 8 A)	1000€	11 anos
U4	27	Licenciatura	U. Facto	Professora Dança	Operária Têxtil	2 (8, 1 A)	1000€	9 anos
U5	32	12ºano	Casada	Administrativa	Operária Têxtil	2 (6 A, 1 M)	1000€	10 anos
U6	38	12º ano	Casada	Secretária	Operária Têxtil	2 (18A, 8 M)	1000€	9 anos
U7	39	Licenciatura	Casada	Enfermeira	Operária Têxtil	1(8A)	1000€	8 anos
U8	33	12ºano	Casada	Contabilista	Operária Têxtil	2 (11, 14 A)	1200€	10 anos
U9	30	12º ano	Casada	Estudante	Empregada de Balcão	1 (6 A)	1600€	10 anos
U10	35	Licenciatura	Casada	Psicóloga	Licença de Maternidade	3 (14,3,1 A)	3000€	11 anos

4. Procedimentos de Investigação

4.1. Recolha de Dados

A realização deste estudo consistiu numa série de etapas para que fosse possível a sua concretização. Em primeiro, a escolha deste tema exigiu uma pesquisa bibliográfica de forma a permitir objetivar um conhecimento mais rigoroso e aprofundado sobre o tema em estudo.

Numa fase inicial a recolha de dados consistiu no contato com instituições (cf. Anexo I), cujo foco de intervenção se relacionasse com a imigração ou houvesse contato direto com esta população. As instituições que aceitaram colaborar neste estudo foram os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes - CLAI, Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS e Jardins de Infância/Creches, todas pertencentes ao distrito de Braga. O acesso às restantes participantes foi também conseguido por intermédio das participantes já entrevistadas, que serviram como contato privilegiado, permitindo o acesso a outras mulheres que se disponibilizaram e mostraram interesse em participar no estudo. Estas instituições ou participantes, após auscultarem as disponibilidades das mulheres imigrantes para a participação no estudo e da sua autorização, forneceram-nos o seu contato telefónico. Cada participante foi contactada por telefone pela investigadora para a marcação da entrevista. Neste primeiro diálogo cada participante foi informada de que se tratava de um estudo de doutoramento em psicologia social e que a sua colaboração passaria por participar numa entrevista cujos conteúdos específicos seriam expostos e devidamente explicados no momento. A entrevista foi de seguida marcada em função da disponibilidade da participante no que respeita à data, à hora e ao local. Individualmente, foi dada informação detalhada de quais os objetivos do estudo e das condições da sua participação, a garantia da confidencialidade e a responsabilidade pela divulgação das interpretações realizadas, seguido do preenchimento do Consentimento Informado (cf. Anexo II), que incluiu a autorização para a entrevista ser gravada em formato áudio. A investigadora foi a única responsável pela administração do total de entrevistas realizadas em estudo.

Todas as entrevistas decorreram em locais onde foi possível usufruir de um espaço privado (um gabinete ou sala de reuniões) fornecido pelas instituições ou centros ou nos casos

em que a participante assim o preferiu, no domicílio ou em locais de lazer onde estiveram asseguradas as condições de privacidade e confidencialidade. Neste contexto, tornou-se possível um ambiente ainda mais informal e relaxado, possibilitando a conversação.

Este trabalho de recolha empírica, de preparação e execução durou cerca de 9 meses, estendendo-se de fevereiro de 2011 (período em que iniciaram as entrevistas exploratórias) até outubro de 2011.

Todas as entrevistas foram gravadas em formato áudio, sendo este um dos formatos de gravação mais utilizado na investigação qualitativa (Murray, 2003; Polkinghorne, 2005) e tiveram o consentimento das entrevistadas. A sua duração variou entre a uma hora (mínimo) e as três horas e meia (máximo). Esclarece-se, no entanto, que houve duas entrevistas que, mesmo sendo divididas em duas partes, tiveram a duração superior a cinco horas e que, por isso, foram gravadas em diferentes momentos, devidamente acordado entre ambas as partes.

Durante todo este processo, o acesso às participantes não foi fácil e foram algumas as recusas de participação, quer por omissão (não respondendo aos contatos telefónicos ou não comparecendo nos locais), quer por indisponibilidade de tempo, sendo este um dos fatores mais presentes, apesar de demonstrarem interesse pelo tema da investigação. Todo este decurso tornou a etapa de recolha de dados demorada pois obrigou a sucessivos contatos de forma a conseguir um número desejável de participantes.

Importa ainda mencionar algumas iniciativas que, entretanto, não tiveram desenvolvimento, mas que fizeram parte, numa fase inicial, de um conjunto de diligências com vista à recolha de informação empírica. Estas diligências prenderam-se com os contatos institucionais com as associações cabo-verdiana, mais brasil e ucraniana da cidade do Porto, pela participação em alguns eventos sociais promovidos pelas associações para as diferentes comunidades promovendo a partilha de vivências de imigração. Acabamos por abandonar estas iniciativas por considerarmos que a recolha de dados seria mais demorada visto à distância e, por considerarmos, após realização da minha dissertação de mestrado, que o distrito de Braga reunia condições favoráveis pela ausência de dados científicos, no que concerne, à temática da imigração feminina, mais concretamente, da conciliação trabalho e família, como já referido anteriormente.

Contudo, nesta recolha de dados, houve o cuidado, por parte da investigadora, de assumir uma postura de reflexividade e de estimular o discurso de cada participante criando um clima de confiança para que a pessoa pudesse revelar atitudes, sentimentos e vivências correspondentes àquilo que de facto eram os seus pensamentos e vivências sobre os temas que foram abordados. No decorrer deste processo, houve também espaço para que fossem tomados procedimentos de ação tendo como horizonte a mudança social, conscientização e autonomização destas mulheres, em especial, em situações de revelação de abuso e de discriminação mas também perante as ativações do estado emocional.

4.2. A técnica de entrevista como instrumento de coleta de dados

A recolha de dados sobre as experiências acerca da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar das mulheres imigrantes exigiu a exploração intensiva e aprofundada dos respetivos significados para a pessoa, traduzidos sob a forma de linguagem. Assim, como método utilizado para a recolha da informação empírica para o nosso estudo, foi concebido um guião de entrevista em profundidade, semiestruturado, qualitativo e de questões abertas (cf. Anexo III), destinado a ser aplicado a mulheres imigrantes de nacionalidade brasileira, cabo-verdiana e ucraniana.

A escolha da entrevista semiestruturada, como técnica para a recolha de dados, deve-se ao facto de se considerar ser este o melhor instrumento para adquirir uma compreensão detalhada da realidade a estudar, o que possibilitou que ao longo da entrevista novas questões pudessem ser formuladas.

A construção deste guião partiu de uma revisão da literatura realizada sobre o tema de investigação e análise de outras entrevistas já elaboradas sobre o tema. Alguns estudos revelaram ser particularmente úteis enquanto elementos orientadores na formulação de determinado conjunto de questões (Perista, 1999; Torres, 2004). Foram também realizadas entrevistas a técnicos/as do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, em Lisboa, do CLAI, de Braga e Guimarães, e Associações de Imigrantes no Porto de forma a levantar as reais necessidades da população imigrante nesta área. Por último, a partir do uso do

método de reflexão falada ou “thinking aloud” (Goldman, 1971) foi aplicada a entrevista exploratória a três mulheres imigrantes das três nacionalidades em estudo. Este método permitiu registar as primeiras impressões em relação aos tópicos da entrevista e avaliar facilidades e dificuldades no sentido de um melhor ajustamento do guião. É de sublinhar que na realização das entrevistas exploratórias, se procedeu à sua imediata transcrição integral de modo a que se pudesse afinar o guião de entrevista, em algumas áreas, cujo primeiro esboço foi realizado a partir da literatura e das entrevistas aos/às técnicos/as das instituições, como já referido acima. Assim, este guião foi construído progressivamente a partir da interação com a recolha de dados e sua análise.

O guião versou sobre doze tópicos de análise: a) Caracterização sociodemográfica da participante; b) Motivação para a imigração; c) Vida familiar; d) Relacionamento Conjugal; e) Situação Laboral; f) Perceção do trabalho próprio e do cônjuge; g) Uso dos tempos; h) Perspetivas de integração ou fixação; i) Cenas significativas; j) Desafios; k) Ideologia Pessoal; l) Tema de vida.

No primeiro tópico, foi recolhida informação como a idade, estado civil, habilitações académicas, ocupação profissional, o número de filhos/as e a nacionalidade destes/as, o rendimento mensal do agregado e o tempo de permanência no país recetor.

O segundo tópico, corresponde à descrição do processo migratório, nomeadamente, quanto à motivação para a imigração.

O terceiro tópico reporta-se para um grupo de questões referentes à vida familiar, genericamente, centra-se nas características da vida familiar das mulheres imigrantes e nas suas alterações após o projeto migratório. Dentro deste tópico existem ainda duas subáreas: uma relativa à experiência dos cuidados aos/às filhos/as versando sobre as soluções adotadas no que toca à guarda e cuidados das crianças, divisão deste trabalho e quais as facilidades e dificuldades antes e após o processo migratório; e outra área que inclui um conjunto de questões mais específicas sobre a divisão do trabalho doméstico no casal incidindo sobre as construções sociais de género. Ambas as áreas procuram, também avaliar a influência mútua (positiva ou negativa) da vida profissional na vida familiar e vice-versa.

O quarto tópico centra-se na experiência e percepção da conjugalidade ao longo do tempo, nomeadamente, em termos de fatores de apoio ou constrangimento da relação para a vida familiar e profissional.

O quinto tópico está centrado no percurso laboral, antes e após a imigração. Procura compreender quais as estratégias adotadas para um maior equilíbrio na relação entre o trabalho e a família das mulheres imigrantes, a influência mútua (positiva ou negativa) da vida familiar na vida profissional e conseqüentemente maior ou menor autonomização e a implementação de políticas de conciliação do trabalho com a família, isto na percepção das mulheres imigrantes.

O sexto tópico procura avaliar qual a percepção e sentimento de justiça das mulheres imigrantes, perante a execução do seu próprio trabalho e do trabalho efetuado pelo cônjuge.

O sétimo tópico inclui um grupo de questões mais específicas sobre a utilização dos tempos livres.

O oitavo tópico procura levar a entrevistada a uma retrospeção da sua vida e de si, dos ganhos e/ou perdas, das mudanças no seu ser, nas decisões tomadas desde o momento que imigrou. Por último, a entrevistada fará uma viagem ao futuro no sentido de se visualizar.

Os restantes tópicos de conclusão da entrevista, encorajam e desafiam as mulheres imigrantes participantes no estudo a uma descrição de melhores cenas e desafios da sua vida e que com base nas histórias contadas lancem uma mensagem para outras mulheres imigrantes.

Convém acrescentar que o guião construído para este estudo foi utilizado de forma bastante flexível, explorando livremente o pensamento da participante.

4.3. O registo individual de utilização do tempo como instrumento de coleta de dados

De complemento às entrevistas qualitativas e em simultâneo, foi utilizado também, como técnica de recolha de dados o registo individual de utilização do tempo (cf. Anexo IV). Este registo foi construído com base em instrumentos utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística na avaliação da ocupação do tempo (INE, 2001). De igual modo às entrevistas exploratórias e partindo da utilização do mesmo método de reflexão falada, este foi aplicado no final da

entrevista. A aplicação deste registo teve como objetivo identificar e caracterizar os diferentes usos do tempo para mulheres imigrantes e seus companheiros, conferindo particular visibilidade aos modos de vida das mulheres imigrantes e às formas diferenciadas como mulheres e homens se posicionam face a estes. Os modos de vida dos indivíduos podem estar condicionados, conjuntural e estruturalmente, pela posição que ocupam na sociedade interferindo, não só, ao nível das representações, aspirações, necessidades, mas revertendo-se, também, sobre os modos de pensar e de usar o tempo (Perista, 1999), que se multiplicam, quando o género, idade, etnia, nacionalidade, níveis de rendimento, valores culturais ou religiosos contribuem como fator decisivo para a diferenciação seletiva.

Obviamente, que o uso do tempo não pode ser apenas um assunto individual e privado, também é coletivo e público, revelando ser um instrumento essencial de apoio à decisão política, contribuindo com orientações para a conciliação da vida familiar, pessoal com a profissional e que vem quebrar com a invisibilidade mantida pelas estatísticas de componentes não monetarizadas da atividade humana, como o trabalho doméstico e cuidados às crianças (Durán, 2013).

Durante este procedimento observou-se a inviabilidade da aplicação do mesmo a mulheres de nacionalidade ucraniana pelas suas dificuldades ao nível da escrita. Apenas, uma da referida nacionalidade entregou o registo completo. Todas as restantes mulheres participantes do estudo procederam ao preenchimento do registo acerca do tempo despendido nas diferentes atividades humanas expresso em termos de duração (horas) ao longo do dia, durante sete dias. Após entrega dos diários, as mulheres registaram, por escrito, as atividades desenvolvidas, por elas e pelos seus companheiros, ao longo de um dia em intervalos de 1 hora. O diário cobriu as 24 horas existindo um registo contínuo das atividades ao longo de uma semana (7 dias), sendo esta exemplificativa do ciclo da realização das atividades humanas. Os registos foram entregues e levantados pela investigadora, após o seu preenchimento. O feedback obtido pelas entrevistadas foi positivo revelando estas que a aplicação do registo lhes permitiu uma perceção concreta e real, inclinando-se, para a forma como têm ocupado o seu tempo. Ficou a promessa de que esta utilização do tempo seria revista para se dedicarem um pouco mais a elas.

Por fim, este registo permitiu avaliar as desigualdades existentes entre homens e mulheres na afetação do tempo, partilha das tarefas domésticas, e que se repercutirá no mercado de trabalho e na família.

5. Métodos de análise dos dados

5.1. Análise temática

Os dados recolhidos foram analisados segundo uma metodologia de Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), privilegiando, como já referido anteriormente, uma abordagem qualitativa.

As abordagens qualitativas são incrivelmente diversas, complexas e cheias de nuances (Holloway & Todres, 2003). Para Braun e Clarke (2006), a análise temática deve ser compreendida como um método fundamental no âmbito da análise qualitativa, por ser o único método de análise que proporciona um conjunto de competências fundamentais e essenciais para a condução de outras formas de análise qualitativa (Guest, et al., 2012).

A análise temática consiste num método de identificar, relatar e analisar temas que emergem dos dados mas pode também implicar uma interpretação de vários aspetos relacionados com o tema da pesquisa (Boyatis, 1998 as cited in Braun & Clarke, 2006). Apesar da análise temática ser frequentemente utilizada por investigadores e investigadoras que realizam pesquisas qualitativas na área das ciências sociais, não é ainda possível verificar consenso quanto à sua definição e quanto à forma de a realizar (Attride-Stirling, 2001; Tuckett, 2005).

Contudo, tal como os outros métodos, a análise temática é compatível com diferentes paradigmas, concretamente, os essencialistas ou os construcionistas e a partir desta liberdade teórica, a análise temática torna-se uma ferramenta de pesquisa flexível e útil que fornece uma rica e detalhada análise dos dados (Braun & Clarke, 2006).

Na utilização desta análise temática é essencial, tornando-se desta forma importante, que haja um entendimento entre o enquadramento teórico e método utilizado em função dos objetivos da investigação.

Neste sentido, a análise temática neste estudo é conduzida por uma perspectiva construcionista que não foca a motivação ou a psicologia individual, mas que procura compreender como as experiências e os significados são efeitos de uma gama de discursos que operam na sociedade, isto é, procura uma compreensão dos contextos sociais, culturais e políticos.

Tendo em atenção que a análise temática pode funcionar como um método para refletir a realidade ou para a desconstruir, na realização de uma investigação, reconhecer os nossos posicionamentos teóricos e epistemológicos e torná-los claros torna-se imperativo. Por isso, na responsabilidade de dar voz às mulheres imigrantes que participaram neste estudo, não nos assumimos como meros porta vozes dos discursos que foram partilhados e que escutamos a partir das entrevistas efetuadas, porque este ato de dar voz não pode, por um lado, ser considerado como um ato isolado ou neutro e por outro, porque envolve sempre uma decisão de quem investiga, nomeadamente, na seleção das unidades discursivas, isolando-as de um corpo de análise mais vasto, editando-as e reposicionando-as no texto (Fine, 2002).

Assim, o uso da análise temática envolveu diferentes processos de tomada de decisão, que foram ponderados, pela investigadora num diálogo permanente e reflexivo, antes do início da análise dos dados (Braun & Clarke, 2006).

A adoção da análise temática serviu, inicialmente, para organizar previamente toda a informação recolhida uma vez que consideramos que o corpo de análise era demasiado extenso e diversificado (quatrocentas e noventa e cinco páginas de transcrição). Tratou-se, por isso, numa, fase inicial, de um tipo de análise temática de caráter meramente descritivo, embora, posteriormente se passasse a uma interpretação dos dados, procurando-se ir além da mera descrição. Nesta análise, algumas decisões foram tomadas ao longo dos diferentes momentos da investigação empírica. Uma das primeiras decisões prendeu-se com a procura de aspetos discursivos considerados mais relevantes para definição do que contaria como tema, este sendo em função das questões a investigar (conciliação trabalho-família, imigração e género) e sugestões provenientes da fundamentação teórica e não da quantidade de vezes que as pessoas

entrevistadas os referissem, porém, outros surgiram dos próprios dados. Optamos, também por uma explanação mais detalhada dos dados dentro de cada tema por nós selecionado e considerado como o mais expressivo. Este processo contemplou, assim, um papel ativo da investigadora na identificação dos temas.

Para se proceder à análise temática existe uma série de procedimentos a adotar, que importa obedecer (Braun & Clarke, 2006):

- Familiarização com os dados – A partir da transcrição das entrevistas, que requer uma audição atenta e repetida do material, estamos a obter um conhecimento profundo da informação recolhida, o que nos permite anotar potenciais categorias iniciais.

- Gerar os códigos iniciais – Os dados são codificados em função dos objetivos da investigação. Este processo de codificação/designação permite a organização do material em grupos de significados. Todos os extratos são codificados e agrupados trabalhando e dando igual atenção a todo o material.

- Procurar temas – Todos os códigos são anotados numa folha à parte, procurando encontrar relações entre eles de modo a fundir as categorias em temas, refinando-os, reclassificando-os e descrevendo-os com mais precisão. Neste processo foi decisivo a elaboração de uma lista dos temas/categorias e em simultâneo uma grelha com excertos do texto, relacionando estes com o tema em que se inseriam. No final obtivemos uma listagem de potenciais temas e subtemas e todos os extratos dos dados codificados com relações a estes permitindo uma compreensão de cada tema.

- Rever os temas – Todos os extratos codificados são relidos no sentido de verificar se formam um conjunto integrado, analisamos assim a existência de ambiguidade e, se necessário, adotamos uma terminologia mais precisa. Num segundo momento, o conjunto de temas é revisto de modo a verificar se as informações contidas nos dados estão presentes e se refletem os significados evidenciados. Assim, devemos retomar aos textos, relendo-os e recodificando-os podendo aqui surgir novos temas e novas relações. Será possível, no final desta fase, ter uma ideia dos diferentes temas, como se articulam e sobre o que nos indicam dos dados, podendo estar esquematizadas em forma de árvore temática.

- Definir e nomear os temas – Neste momento deve-se unir, definir e refinar os temas, anotar as relações que existem entre eles, procurar padrões que façam sentido e que expliquem coerente e convincente os dados.

- Produção do relatório –Apresentar conclusões, selecionar os dados mais importantes da investigação e apresentando uma narrativa sobre a forma como os exemplos estão ligados entre si. Independentemente do objetivo do texto, este deve expressar todo o processo de análise convencendo os/as leitores/as do seu mérito e validade. O relatório deve apresentar uma descrição concisa, não repetitiva e coerente do conjunto de dados dentro de um tema e entre os temas. Os temas devem ser exemplificados com extratos, elucidando o que se que demonstrar, mas não se limitar a estes, e apresentar uma narrativa analítica que argumente estes temas com os objetivos da investigação e seus fundamentos teóricos.

Neste processo, foram tidos em conta dois critérios: a homogeneidade interna, os dados dentro dos temas devem ter coerência entre si e, da homogeneidade externa, as distinções entre os temas devem ser claramente identificáveis.

Prosseguiremos no próximo capítulo com a apresentação e discussão dos resultados.

CAPÍTULO V
VIVÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL DE MULHERES
IMIGRANTES

O presente capítulo visa apresentar e discutir os resultados do estudo empírico efetuado, descrevendo os dados das três comunidades presentes no estudo: brasileira, cabo-verdiana e ucraniana. A análise dos resultados começa por se centrar nos percursos migratórios das mulheres imigrantes, procurando explorar as motivações e constrangimentos sentidos neste processo. Um segundo tema que deriva da análise dos dados relaciona-se com os papéis de género assumidos no contexto familiar, retratando práticas e hábitos de partilha de tarefas e a sua relação com a esfera profissional. O terceiro tema encontra-se associado ao contexto profissional e à sua interferência na vida familiar. De seguida, procederemos a uma análise de medidas de ação social facilitadoras de uma melhor conciliação entre a vida pessoal, familiar e a vida profissional. Por último, expomos a análise da utilização do tempo pelas mulheres imigrantes e seus companheiros, estando este repartido em cinco tempos: o tempo despendido ao trabalho remunerado; ao trabalho doméstico; aos cuidados com as crianças; ao lazer e vida pessoal; e ao descanso noturno. Terminamos este capítulo com a discussão dos resultados.

1. Apresentação de Resultados

A apresentação dos resultados do estudo realizado será precedida por uma representação esquemática, que foi pensada de forma a facilitar a leitura dos dados. Esta encontra-se organizada em função dos respetivos temas e subtemas, refletindo, deste modo, os que emergiram da leitura do nosso corpus de análise, identificados a partir da Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), sendo eles:

Tabela 4

Principais temas do estudo

Temas
Percursos migratórios no feminino – motivações, constrangimentos e facilidades
Dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as, as tarefas domésticas e uma vida a dois
Vida Profissional: articular com a família
Medidas ideais facilitadoras de conciliação trabalho e família

Os temas identificados não serão apresentados pelas diferentes nacionalidades das participantes em estudo, dado que muitas categorias são comuns às três nacionalidades, pelo que se decidiu apresentá-los de forma agrupada, fazendo depois referência às nacionalidades e às participantes que os produzem, bem como apresentando excertos dos discursos das participantes que lhe dão corpo, no sentido de representar os significados atribuídos pelas mulheres às suas vivências de conciliação. Cada excerto dos discursos das participantes será acompanhado por uma letra (inicial da nacionalidade), número e idade, de forma a contextualizar algumas das análises realizadas. Na tabela seguinte apresentam-se os principais temas e os subtemas incluídos que resultaram da nossa análise.

Tabela 5

Temas e subtemas do estudo

Temas	Subtemas
Percursos migratórios no feminino – motivações, constrangimentos e facilidades	Trajectoria de Imigração Constrangimentos e facilidades da imigração
Dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as, as tarefas domésticas e uma vida a dois	Cuidados dos/as filhos/as Organização do trabalho doméstico Relacionamento amoroso
Vida Profissional: articular com a família	Perda de identidade profissional Exigências e condições de trabalho Discriminação e desigualdades na inserção laboral
Medidas ideais facilitadoras de conciliação trabalho e família	

1.1. Percursos migratórios no feminino – motivações, constrangimentos e facilidades

Atravessar o oceano ou deixar uma terra, separando-se fisicamente das suas raízes, com rumo a um país distante e desconhecido, abarca uma multiplicidade de motivações ou de tipologias: desde ser-se forçada a procurar por motivos económicos, afetivos ou escolher

livremente outras paragens para viver, trabalhar e construir família. O primeiro tema que advém do nosso corpus de análise *Percursos migratórios femininos – motivações, constrangimentos e facilidades*, para além de, apresentar as decisões que estão por detrás do projeto migratório para estas mulheres, pretende colocar em evidência as múltiplas potencialidades e fragilidades que o mesmo potencia. Assim, a partir deste tema, advieram dois subtemas, que incluem outros sucessivamente mais específicos, e que procuram explorar os aspetos mais proeminentes dos dados: (1) Trajetória de Imigração; (2) Constrangimentos e facilidades da imigração.

Tabela 6

Subtemas do tema percursos migratórios femininos – motivações, constrangimentos e facilidades

Subtema	Subsubtemas
Trajetória de Imigração	Reagrupamento familiar Alcançar melhores condições financeiras e de vida A procura de um crescimento pessoal e científico A escolha por Portugal
Constrangimentos e facilidades da imigração	Convivendo com a marca cultural Confrontando-se com as dificuldades Reconhecendo aspetos favoráveis neste percurso

1.1.1. Trajetória de Imigração

As mulheres imigrantes deste estudo decidiram abandonar os seus países e encetar uma lógica migratória, instalando-se em Portugal, o que envolve uma complexidade de razões, das quais podemos mencionar: *a) o reagrupamento familiar; b) o alcançar melhores condições financeiras e de vida; c) a procura de um crescimento pessoal e científico; e, d) a escolha por Portugal.*

a) Reagrupamento Familiar

O desejo de querer estar próxima do companheiro que veio antes ou a existência de um relacionamento amoroso determina a decisão de metade das participantes no estudo, com maior expressão para as mulheres brasileiras e dos países da Europa de Leste, que

percecionam a sua vinda como parte de um projeto familiar e como forma de manter viva as suas histórias de amor.

B2 *"Vim para cá, porque conheci o meu marido e como a vida dele era cá, o amor falou mais alto e deixei tudo o que tinha lá e vim para ficar com ele". (31 anos de idade)*

U6 *"Primeiro, veio marido, depois eu. A família está separada, eu estava lá sozinha com filho. Depois chegou 2 anos, eu decidi vir". (38 anos de idade)*

b) Alcançar melhores condições financeiras e de vida

O alcance de melhores condições financeiras e de vida constituiu um aspeto comum em todas as nacionalidades e assumiu uma participação própria e autónoma destas mulheres na luta por uma mudança de vida face às dificuldades materiais pelas quais passavam, dificuldades essas impulsionadas pelo desemprego e pelos baixos salários auferidos. Estas dificuldades são ampliadas por ruturas conjugais, em consequência de deceções, infidelidades, conflitos ou por viuvez, as quais, muitas vezes, conjugadas com a subsistência de filhos/as menores, constituíram uma das principais razões desta decisão.

B5 *"Foi uma época assim complicada. Eu fui casada lá e estava trabalhando nessa multinacional, mas ela fechou e eu fiquei desempregada. Nesse espaço de tempo, houve um problema com o meu relacionamento, nós começamos a entrar em divórcio e após a separação eu resolvi vir". (42 anos de idade)*

c) A procura de um crescimento pessoal e científico

O crescimento científico, facilitado por acordos e pela atribuição de bolsas de estudo, sendo uma das razões que explica a imigração de metade das cabo-verdianas jovens e de uma mulher brasileira, não é associado, no caso das cabo-verdianas, ao desejo de imigrar mas a uma necessidade de conseguir alcançar um curso superior, que não era possível nos seus países de origem e garantir, posteriormente, uma condição económica estável. Contudo, para todas as cabo-verdianas, este processo foi interrompido devido a gravidezes precoces e à necessidade de

ingresso no mercado de trabalho, sendo retomado, mais tarde, apenas por uma das mulheres. Contrariamente às outras entrevistadas, estas mulheres não se percebiam como imigrantes.

C3 *“Quer dizer, não imigrei propriamente, vim para estudar, tirar um curso e ir embora”. (36 anos de idade)*

d) A escolha por Portugal

Para todas as mulheres, a experiência de imigrar para Portugal foi única, não existindo anteriormente qualquer projeto de imigração para outro país. A escolha de Portugal como destino da imigração tem subjacente *os relacionamentos amorosos*, em que a seleção do país, para a maioria das mulheres das três nacionalidades, parte do companheiro. Os motivos desta escolha refletem também a *importância das redes familiares e sociais* na caracterização dos movimentos migratórios, bem como, a velocidade e facilidade do movimento dentro do espaço schengen, tendo maior expressão para as mulheres ucranianas com percurso de imigração autónomo. *A proximidade linguística* foi também decisiva nesta opção, principalmente, para metade das mulheres cabo-verdianas e uma brasileira. Para uma das mulheres originárias do Brasil, Portugal surgia como uma via para chegar a outros países da Europa.

B7 *“Eu não teria vindo para Portugal, se não tivesse conhecido ele...Se ele estivesse na China, eu ia para a China...eu sou muito romântica, foi pelo casamento”. (54 anos de idade)*

C4 *“Primeiro, por causa da língua, era mais fácil. E depois era também mais fácil conseguir uma bolsa para aqui, que na altura, atribuíam muitas bolsas de estudo para Portugal”. (33 anos de idade)*

U7 *“A minha irmã estava aqui e sempre dizia para eu vir, até que vim visitá-la e acabei por ficar”. (39 anos de idade)*

Todas as mulheres tinham como expectativa fazer deste um projeto temporário, o que na realidade não aconteceu. Se fosse hoje, para cinco mulheres, quatro de nacionalidade brasileira e uma de nacionalidade ucraniana, esta decisão de imigrar não seria tomada em nome de um amor nem pela difícil separação dos/as filhos/as.

B1 *“Tinha planos para ficar aqui 2, 3 anos...Era Europa, país de primeiro mundo, achava que a gente ia chegar, arrumar um bom emprego, juntar dinheiro e ir embora, mas infelizmente não aconteceu...Nenhum imigrante se consegue estabelecer em 2, 3 anos”. (33 anos de idade)*

1.1.2. Constrangimentos e facilidades da imigração

O encontro com um novo país pode revelar-se um percurso repleto de enganos ou de descobertas, à medida que as experiências com o/a outro/a se vão sucedendo, e funcionar como um mecanismo capaz de alterar as biografias individuais bem como influenciar a vida destas mulheres em sociedade. Este tema é composto por três subtemas: *a) Convivendo com a marca cultural; b) Confrontando-se com as dificuldades; c) Reconhecendo aspetos favoráveis neste percurso.*

a) Convivendo com a marca cultural

A imagem que os meios de comunicação social transmitem das mulheres imigrantes em geral, acaba por ter uma influência muito relevante na perceção que os/as cidadãos/as dos países de destino têm das mulheres imigrantes, em especial, de algumas comunidades. As vivências destas mulheres estiveram aprisionadas a preconceitos e estereótipos, que associam, as brasileiras a uma imagem sexualizada e à prostituição e as cabo-verdianas a interações marcadas pelo medo, escravidão e pelo discurso da “pobre coitada”.

B4 *“Até hoje, uma brasileira entra num café e abre a boca para pedir alguma coisa e as pessoas olham de uma maneira como se ela tivesse ali para se jogar para cima de um homem ou para se prostituir”. (46 anos de idade)*

C1 *“Acho que nessa altura ainda havia muito medo do desconhecido, que, como lhe disse, aqui em Braga, em 93 não se viam muitos cabo-verdianos...e era um bocado o mito daquilo que ouviam na televisão. Se reparar nos noticiários, as pessoas ouviam muito as situações de violência e associavam. E também nos perguntavam coisas incríveis, como eu me conseguia habituar a*

vestir roupa normal, achavam que nós lá vivíamos de tanguinhas, havia aquela ideia de África, que é um bocado deturpada". (38 anos de idade)

Na trajetória destas mulheres, os episódios de preconceito foram vivenciados sob a forma de olhares, palavras ou comportamentos. Os seus discursos relatam vivências depreciativas, expressas por comentários menos agradáveis por parte de homens e mulheres portuguesas, pelo assédio sexual e exploração laboral nos locais de trabalho, pelo desrespeito humano, que originaram situações de discriminação, exclusão e racismo. Estas experiências não foram sentidas por quatro mulheres de nacionalidade cabo-verdiana.

B1 *"Recebi vários convites para sair, os homens queriam deixar telefone para ligar. Das mulheres, às vezes, chegava um casal para atender e elas não deixavam eu falar com o marido". (33 anos de idade)*

C2 *"Trabalhava de dia e de noite, sábados, domingos e feriados, eu e o meu marido e ao fim do mês só tinha um ordenado. Trabalhava como uma escrava". (44 anos de idade)*

U3 *"As pessoas não gostam de imigrantes e falavam mal, diziam "olha a imigrante...". (39 anos de idade)*

Esta ideia é, muitas vezes, absorvida por algumas mulheres brasileiras, que acabam por agir de forma discriminatória em relação às brasileiras profissionais do sexo, responsabilizando-as pela construção de mulher "fácil" e julgando-as pela sua forma de ganhar a vida. Contudo, algumas delas reconhecem que a situação de prostituição, às vezes, é por escolha e, outras, por engano e exploração.

B1 *"Eu sentia que me abordavam muito por eu ser brasileira, embora que eu acho que eu não tenho proximidade nenhuma, não tenho aparências nenhuma, sempre deixei muito claro qual era o meu objetivo cá, mas mesmo assim". (33 anos de idade)*

Como estratégia para lidar com este preconceito, as brasileiras procuraram redefinir um novo eu e uma nova forma de ser e de estar mais introvertida e menos espontânea, distanciando-se do estereótipo associado à boa disposição e exuberância. As cabo-verdianas estudantes protegem-se dentro do próprio grupo, assim como as ucranianas com redes de amizade no país e as restantes isolam-se.

B7 *"Era mais espontânea, mais transparente, mais alegre, mas para me adaptar à sociedade portuguesa tive que perder muito da minha espontaneidade. Vocês são mais introvertidos, mais contidos, e nós, a nossa espontaneidade às vezes choca, choca-vos...e para não ser mal interpretada, e eu como mulher, e mulher casada, tive que, digamos, me transformar numa pessoa mais contida, menos faladora...e, pelo cargo que ocupava também, porque eu comecei logo a dar aulas, no ensino público, quer dizer... além de o meu marido ser um médico dentista de uma cidade pequenina, eu tinha aquela, digamos, não vou dizer responsabilidade, mas um certo dever de ter uma postura de mulher do senhor doutor e aos poucos eu reduzo a minha expansividade, porque eu sempre me sentia observada. Abria a boca, lá vai...Tá todo o mundo a olhar para mim". (54 anos de idade)*

c) Confrontando-se com as dificuldades

Embora considerassem que recomeçar um novo projeto de vida acarretaria novas responsabilidades que podem colidir com contratemplos inesperados, o tipo de dificuldades que encontraram, decorrentes do desconhecimento das condições sociais, económicas e culturais do país recetor, não acompanharam as suas expectativas iniciais de ilusão quanto a um novo país. Denota-se pelos seus discursos que as dificuldades em se adaptar às condições climatéricas e às regras de convivência foram mais relatadas pelas cabo-verdianas e brasileiras, enquanto que as ucranianas expressam mais dificuldades de adaptação na utilização de serviços públicos, tais como, na saúde, nos serviços de guarda às crianças e na utilização de licenças de maternidade.

C8 *“Quando cheguei, o frio era terrível. Eu não me dou nada com o frio e isso também foi muito complicado a mudança de clima. Na altura, senti muito”. (34 anos de idade)*

U7 *“No início não gostou porque toda a vida foi diferente, tudo, língua, comida, lei, saúde”. (39 anos de idade)*

As dificuldades em relação à língua portuguesa falada e escrita são relatadas por todas as mulheres de diferentes nacionalidades. Contudo, para as cabo-verdianas e brasileiras, esta dificuldade surge devido à existência de diferenças ao nível da pronúncia e/ou divergências de sentido de palavras usadas num país e não no outro, sendo superada em pouco tempo e pelo esforço das participantes. No caso das ucranianas, com exceção de uma, esta dificuldade continua a ser sentida mesmo com o passar de anos. Esta situação agrava-se pelo horário diurno dos cursos de aprendizagem de Língua Portuguesa, que impossibilita a sua frequência por parte destas mulheres.

C4 *“Lá não falamos português, a língua é crioulo, então não é que fosse difícil, mas por causa do sotaque daqui, ouvia e ficava muito confusa, mesmo nas aulas”. (33 anos de idade)*

U9 *“Eu lembro-me de uma dificuldade tremenda que eu tinha no início que era a língua, tinha noção que não falava bem, foi uma coisa que me marcou e que odiava, queria dizer coisas e não conseguir expressar-me de forma como eu me expressava se falasse na minha língua. Penso que essa foi a maior dificuldade, a que me deu tantas complicações”. (30 anos de idade)*

As mulheres cabo-verdianas menos habilitadas e as mulheres brasileiras, caracterizam as relações humanas com o povo português como distantes e formais pelo modo de ser do povo português, o que reduz o contato social, ficando estas mulheres restritas às relações de trabalho e isolando-se dentro do seu habitat natural. Apesar das ucranianas não abordarem de forma direta este aspeto, mencionam nos seus discursos um olhar de dominação, de superioridade visível no contexto laboral.

B5 *“O povo europeu, não só o português, são pessoas muito frias, muito distantes e nós estamos acostumados sempre sorrisos e sempre conversas de qualquer pessoa, e isso foi complicado”. (42 anos de idade)*

C8 *“Aqui a sociedade, quem já foi para África sabe que as pessoas lá são muito mais... Vês uma pessoa, paras, falas com ela, perguntas se ela está bem. Aqui o ambiente é outro, é diferente...E quando cheguei aqui essa foi a minha carência e eu acabei também por me fechar em concha e vivendo igual as pessoas”. (34 anos de idade)*

A percepção do sistema legal como dificultador nos processos de regularização foi também uma contrariedade sentida pela maioria das mulheres brasileiras e por duas mulheres ucranianas. O facto de não terem autorização para residir e trabalhar no nosso país impede-as de ter acesso ao mercado de trabalho e beneficiar dos seus direitos legais, gerando-se uma situação em que não podem ser contratadas por não estarem regulares e não se conseguirem regularizar por não ter contrato de trabalho, o que as coloca em maior risco de exclusão.

U7 *“Eu não sabia ler, não sabia escrever, não sabia qual o documento que era preciso para ter visto legal. A minha patroa só dizia: “Precisas de visto legal”. E eu explicava: “Eu não posso estar legal, porque não tenho contrato de trabalho”. E ela dizia: “Nós não podemos dar contrato, porque não estás legal.” e eu dizia o contrário, não percebia o que se passava”. (39 anos de idade)*

As dificuldades no processo de regularização aumentam por serem mulheres solteiras ou separadas, permanecendo uma das mulheres brasileiras em situação irregular no momento da entrevista, o que impede a regularização dos/as seus/suas filhos/as nascidos/as no Brasil. A exigência de numerosa documentação e o pagamento de taxas e multas elevadas acrescem a estas dificuldades. Consideram, ainda, haver por parte do SEF um questionamento invasivo das suas reais motivações no país e um atendimento distante e insuficiente face às suas necessidades. Daí, para duas brasileiras e uma ucraniana, o casamento surgiu como forma de obter a regularização no país.

B3 *“É um bocado complicado a gente encontrar facilidades, porque sempre foi muita batalha, mesmo para tirar nacionalidade, documentos. Com o meu marido, foi muito mais simples, porque ele era jogador. Eu não, era documento para isso, documento para aquilo, mudou a lei, depois vai para um lugar e depois vai para outro, era uma falta de informação”. (36 anos de idade)*

U9 *“Decidimos casar, só mesmo por iniciativa dele para ajudar a legalizar-me, senão era capaz de viver sem estar casada, porque eu nunca fiz questão”. (30 anos de idade)*

Os constrangimentos acima mencionados aliados às saudades da família e dos/as filhos/as deixados/as nos seus países de origem levaram a que estas mulheres se sentissem sós num mundo que pensavam não lhes pertencer, o que as forçou a um crescimento pessoal com novas readaptações nas suas vivências pessoais.

B1 *“Você cria um abismo, assim, na tua vida interior e são coisas que você...eu continuo tendo os meus pais, tenho a minha família, tenho contato e tudo, mas é assim, você cria uma distância muito grande e eu não sei até que ponto vale a pena realmente”. (33 anos de idade)*

U3 *“Custou-me a vida por ficar sem filhos”. (39 anos de idade)*

d) Reconhecendo aspetos favoráveis neste percurso

Em relação às condições facilitadoras encontradas em Portugal, verifica-se que a comunidade ucraniana foi a que mais apoio recebeu de pessoas portuguesas sem ligação de proximidade. Este apoio centrou-se quer na aprendizagem da língua, quer em situações de acolhimento. As mulheres cabo-verdianas estudantes sentiram uma boa receção efetuada por jovens cabo-verdianos/as também estudantes e as restantes mulheres puderam contar com o apoio de pessoas da mesma nacionalidade aqui residentes ou portuguesas/as.

B3 *“A sorte de cada imigrante é quando chega cá ter um anjo, ter uma pessoa que tipo te adote, entre aspas, porque senão...foi quando conhecemos um*

casal, ele era brasileiro e ela portuguesa, que era amigo do meu marido e que nos ajudaram imenso". (36 anos de idade)

C10 *"Quando vim para Braga, já tinha alguém à minha espera, tinha amigos que já conhecia e tinha combinado com eles que vinha para cá e isso facilitou...para arranjar casa, arranjar os companheiros para dividir o apartamento, ajudaram na inscrição, abertura de conta". (33 anos de idade)*

U5 *"Pessoas portuguesas ajuda muito, tinha uma pessoa portuguesa que ela era igual como mãe, ajudou muito. Ajudou com casa, a arranjar roupa, ajudou também a estudar português, falava este é bebé, tudo isto no primeiro mês". (32 anos de idade)*

A inserção rápida no mercado de trabalho não qualificado foi também considerada por grande parte das mulheres, em especial das mulheres com projeto autónomo, como um aspeto favorável no iniciar deste percurso, embora, posteriormente, seja evidente a dificuldade em ascender a outros postos de trabalho e a ocorrência de situações marcadas pela exploração laboral.

U2 *"Cheguei aqui, passou 4 dias e arranjou logo emprego no hotel". (34 anos de idade)*

A segurança do país e uma vida mais calma são também aspetos favoráveis apontados pelas participantes de nacionalidade brasileira e ucraniana.

B10 *"Facilidades é a qualidade de vida. Segurança, poder andar com um relógio, poder andar com joias, poder andar sozinha com o carro à noite ou então deixar o saco no banco ao lado. São coisas que vocês não tem noção". (34 anos de idade)*

1.2. Dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as, as tarefas domésticas e uma vida a dois

As mudanças inerentes ao fenómeno migratório envolvem todas as dimensões da organização social dos e das migrantes, incluindo as formas de organização familiar. Este segundo tema, *“Dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as, as tarefas domésticas e uma vida a dois”*, procura apresentar as narrativas a partir de um olhar íntimo da vida familiar das mulheres imigrantes nos percursos migratórios e mostra as continuidades ou transformações em termos de configuração familiar.

Dos discursos em torno do tema vida familiar, combinaram-se vários olhares que resultaram em três subtemas, os quais apresentamos separadamente: (1) Cuidar dos/as filhos/as; (2) Organização do trabalho doméstico; e, (3) Relacionamento amoroso.

Tabela 7

Subtemas do tema “Dinâmicas genderizadas da vida familiar: o cuidar dos/as filhos/as, as tarefas domésticas e uma vida a dois”

Subtema	Subsubtemas
Cuidar dos/as filhos/as	Cuidados às crianças A guarda das crianças Pressões e benefícios do papel maternal
Organização do trabalho doméstico	Divisão e/ou partilha das tarefas domésticas Estratégias utilizadas na gestão da casa A sobrecarga na acentuação do trabalho doméstico Avaliação de justiça na divisão das tarefas
Relacionamento Amoroso	

1.2.1. Cuidar dos/as filhos/as

Ser mãe pode constituir a experiência mais gratificante da vida destas mulheres, contudo, a clara necessidade de cuidar dos/as filhos/as, ao concorrer com o exercício de uma atividade profissional, torna-se um dos principais focos de dificuldade, identificados pelas mulheres imigrantes, em compatibilizar o trabalho com a família. Este subtema agrega outros três subtemas: *a) Cuidados às crianças; b) A guarda das crianças; c) Pressões e benefícios do papel maternal.*

a) Cuidados às crianças

Com a experiência migratória, a maioria das mulheres imigrantes, com exceção de três, descobriu ou voltou a sentir e assumir um novo papel nas suas vidas, o de ser mãe. A vivência da maternidade requer uma série de tarefas, em especial, tarefas de cuidados e de acompanhamento das crianças que nem sempre, para estas mulheres, é vivida e partilhada com igual responsabilidade com os seus cônjuges. Verifica-se, pelos discursos de oito mulheres brasileiras e de doze mulheres ucranianas e cabo-verdianas, que predominam, ainda, situações em que as tarefas relativas ao cuidado com as crianças, como dar banho, vestir, alimentação, trocar fraldas, continuam a ser, maioritariamente, responsabilidade das mulheres, sendo a mãe a principal cuidadora e o seu papel indispensável e insubstituível. Para estas mulheres, é unânime a construção de uma relação mais intensa entre mãe e criança.

B2 *“Para começar, não há amor maior do que o amor de mãe. As outras pessoas podem ser ótimas, podem gostar, mas não é igual. Eu acho que a mãe é única, até porque há uma ligação muito forte desde que eles estão dentro da barriga. Só quem é mãe é que sabe”. (31 anos de idade)*

C9 *“Todo esse trabalho é feito por mim, o banho, dar de comer, sempre foi, porque ele nunca se ajeitou a dar em pequenos”. (42 anos de idade)*

U5 *“Cuidar dos filhos é sempre eu. Não tenho paragem”. (32 anos de idade)*

A partilha entre o casal destes cuidados, para a comunidade cabo-verdiana e ucraniana, surge por volta dos dois anos de vida da criança ou a partir do nascimento do/a segundo/a filho/a, sendo assumida por homens em idade ainda jovem e com qualificação superior, no caso dos cabo-verdianos. Contudo, se para a comunidade cabo-verdiana esta partilha surge livremente para a comunidade ucraniana é efetuada por turnos, em função dos horários laborais do casal.

C6 *“Quando ele era pequenino, era eu, claro, sempre, a nível de cuidados era sempre eu. Até aos 2 anos. A partir daí, o pai começou a assumir, porque quando ele era bebé ele não se sentia à vontade para dar banho, cuidar dele, mas, depois, se calhar, também queria mostrar que era capaz e começou por*

iniciativa própria a tomar certas atitudes que dantes era eu que fazia e agora ele faz na perfeição". (43 anos de idade)

U4 *"Com a minha filha, até ao ano, ele nem pegava nela ao colo, nem nada... Eu percebia que tinha família e tinha que ficar em casa, ele não. Ele queria outra vida. Depois de um ano ele fez tudo, porque eu fui trabalhar no primeiro turno". (27 anos de idade)*

Nestas comunidades, a partilha destes cuidados teve também origem na situação profissional precária e instável dos cônjuges que os remeteu para o contexto familiar, sendo sentida por três homens, dois de nacionalidade cabo-verdiana e um de nacionalidade ucraniana.

C2 *"Com os outros sempre fui eu que assegurei todos os cuidados de fraldas, dar de comer. Com a menina, ele estava a receber o subsídio de desemprego e foi ele que esteve mais tempo com ela". (44 anos de idade)*

Apenas três mulheres, duas brasileiras e uma cabo-verdiana, referem uma partilha conjugal entre o casal em relação aos cuidados com os/as filhos/as desde o nascimento.

C3 *"Somos os dois. Se ele está em casa, adianta o jantar, dá banho e isso tudo. Se estou eu, faço eu, se estamos os dois, dividimos sempre". (36 anos de idade)*

Os cuidados com as crianças também são partilhados pelos/as filhos/as mais velhos/as, sendo esta uma prática mais frequente da comunidade ucraniana do que as restantes comunidades e das famílias com baixos recursos económicos. Especifica-se aqui o facto de na altura destes cuidados a entrevistada B4, se encontrar no país recetor só com os/as filhos/as.

B4 *"Ela é que me ajudava com banho, tirava cocó, punha fralda para lavar. Às vezes, eu saía para trabalhar aos fins de semana e, quando chegava, a sala estava toda mudada, mesmo pequenina ela fazia, ela limpava". (46 anos de idade)*

Na comunidade brasileira, as tarefas relacionadas com o transporte das crianças para a escola são aquelas em que a exclusiva responsabilização do homem se torna mais significativa.

B5 *“De manhã quem leva é sempre o homem, buscar é sempre eu”. (42 anos de idade)*

Com menos expressão, as tarefas de apoio ao estudo e à realização dos trabalhos escolares são um hábito de partilha entre o casal evidenciado nas nacionalidades cabo-verdiana e ucraniana, quando os cônjuges têm formação superior. O ingresso no curso de aprendizagem de língua portuguesa para os homens ucranianos leva a que tenham que assumir esta função de auxílio.

C10 *“O apoio ao estudo é com o pai. Ele é engenheiro e gosta de matemática, física, ciências e essa parte é com ele. Eu fico com português e história”. (33 anos de idade)*

U10 *“Trabalhos da escola, só marido é que ajuda, porque eu não percebo assim muito de português como ele”. (35 anos de idade)*

As ausências ao trabalho, quer por acompanhamento dos/as filhos/as às consultas de saúde infantil quer por situação de doença, são assumidas na grande maioria pela mãe, com exceção, de no momento, os pais que se encontram desempregados assumirem esta função. Metade das mulheres ucranianas, refere que o acompanhamento dos/as filhos/as é rotativo com o marido ou é uma tarefa feita a dois, pelo pai e pela mãe. Ambas as situações são consideradas, por todas as mulheres, como um aspeto da vida familiar que interfere na vida profissional pela incompreensão das entidades patronais, que exigem, por vezes, compensações pelas saídas de trabalho e agem com penalizações.

B7 *“Sempre fui eu. O meu marido dizia-se sempre muito cansado e eu habituei. Eu até podia faltar na escola, porque tinha o justificativo da falta. E acho que é um pouco da educação que a gente tem, de serem as mães. Depois o meu horário de trabalho facilitava e sempre fui eu”. (54 anos de idade)*

U3 *“Às consultas agora vamos um de cada vez por causa do trabalho...Se faltava um dia, mandava-me embora. Ninguém percebia que criança doente e não tem ninguém aqui da família para olhar. Precisava de tratar da menina e patrões não queriam”. (39 anos de idade)*

C7 *“Até para sair 15 minutos antes para ir buscar o meu filho ao colégio, cheguei a compensar aos sábados”. (32 anos de idade)*

Contudo, as mulheres trabalhadoras com horários atípicos procuram agendar a marcação das consultas para os seus dias de folga para não interferir com a vida profissional.

B2 *“Consultas marco para os meus dias de folga”.(31 anos de idade)*

b) A guarda das crianças

As soluções em termos de equipamentos e de guarda das crianças a que as mulheres imigrantes recorrem, combinam com um conjunto diversificado centrado na adoção de estruturas formais e soluções informais para cuidados às crianças.

Ter um/a filho/a com um a dois anos de idade e tomar conta dele/a significou, para treze mulheres, com maior expressão para as de nacionalidade ucraniana, ficar em casa a prestar os cuidados necessários, verificando-se assim uma matriz maternocêntrica. Com exceção de duas mulheres, as restantes interromperam o seu percurso profissional. Constatou-se que, nesta fase, o tempo de permanência das mulheres imigrantes no país recetor é curto, com uma duração máxima de 3 anos de permanência. Para três mulheres, duas cabo-verdianas e uma ucraniana, esta decisão esteve relacionada com o estado de saúde frágil das crianças. Uma das mulheres ucranianas encontrava-se, no momento de realização da entrevista, de licença de maternidade.

C9 *“Quando tive a minha filha, estava a terminar a licença e decidi ficar até ao ano em casa com ela”. (36 anos de idade)*

Delegar as crianças de tenra idade ao cuidado de uma ama, sem ser da segurança social, é outra das soluções informais encontradas apenas por uma mulher brasileira e duas mulheres

cabo-verdianas. O horário de funcionamento das amas da segurança social é um entrave à sua escolha.

B3 *“Desde pequenina que estive na ama”. (36 anos de idade)*

O recurso aos cuidados de guarda de uma empregada doméstica e cuidar no local de trabalho foram soluções minoritárias, apresentadas apenas por duas mulheres brasileiras e uma cabo-verdiana. Verifica-se, neste caso, que para estas mulheres, o facto de trabalhar por conta própria e os recursos económicos elevados tiveram impacto nos modos de guarda escolhidos.

B7 *“Tinha uma empregada de confiança já há 8 anos, que me auxiliava e ficava com as crianças”.(54 anos de idade)*

C1 *“Neste momento, a minha licença já terminou, mas como eu tenho escritório em casa, sou trabalhadora independente, não tenciono levá-la. Como ela também está a mamar e enquanto posso, vou estar com ela”. (38 anos de idade)*

As amas ou empregadas domésticas são descritas, por algumas mulheres, como alguém com uma ligação afetiva muito forte ao núcleo familiar, sendo caracterizadas como amigas ou mesmo como uma espécie de avós para os/as filhos/as, o que transparece no extrato que abaixo se transcreve.

C4 *“Ela cuida dela como se fosse uma neta, trata como uma neta, chama de neta e ela é avó para cá, avó para lá...há uma preocupação, por isso ela é como uma mãe para mim e como uma avó para ela”. (33 anos de idade)*

Dentro das soluções informais, destaca-se ainda um modo de guarda partilhado com o marido e filho/a mais velho/a, ainda adolescente, em que se procura compatibilizar os horários do casal com os cuidados da criança, ou deixar os/as filhos/as aos cuidados da avó, no país recetor ou de origem. Este modo de guarda foi adotado por três mulheres ucranianas e duas cabo-verdianas com baixos recursos económicos.

U7 *“Quando a minha filha nasceu, o meu marido trabalhava no turno da noite e eu trabalhava no turno das 6:00h até às 14:00h. Quando eu trabalhava ficava o marido com filha e depois, quando eu volto a casa, o marido foi dormir, porque precisa da noite para trabalhar e eu fico com filha”. (39 anos de idade)*

C6 *“A minha sogra ajudou bastante, veio passar aqui uns dias e acabou por ficar 1 ano comigo e ajudou a cuidar dele”. (43 anos de idade)*

Nesta fase etária, os equipamentos de natureza formal, não necessariamente públicos, como as creches e infantários, são soluções de cuidados às crianças adotados apenas por seis mulheres imigrantes, uma ucraniana e as restantes cabo-verdianas e brasileiras. Verifica-se que a desconfiança relativamente aos cuidados prestados à criança, a frequência do contágio de doenças e a dificuldade adicional de encontrar uma vaga na creche ou no infantário são algumas desvantagens apontadas pelas mulheres imigrantes, que as levam a não optarem por este tipo de guarda das crianças.

U7 *“Na Ucrânia a mulher tem 3 anos de licença e não temos problema em colocar depois a filha no infantário. Aqui são 4 meses e depois tens que entregar para alguém. Deixei a minha filha com uma senhora, mas não a conhecia, não sabia se ela faria bem ou mal à minha filha e ficava muito preocupada. Marquei infantário, mas precisa mais ou menos um ano para ela entrar no infantário, está à espera”. (39 anos de idade)*

Com exceção de cinco mulheres, é recorrente nos seus discursos evidenciarem que, no que respeita à prestação de cuidados às crianças, não confiam na competência de outras pessoas, uma vez que não lhes reconhecem a mesma qualidade de desempenho da mãe. Para as mulheres brasileiras e cabo-verdianas, este cuidado só pode ser assumido com a mesma aptidão pela avó materna.

C10 *“A única pessoa em quem eu confio inteiramente a minha filha é a minha mãe”. (33 anos de idade)*

A partir dos 2, 3 anos de idade, a inserção das crianças em equipamentos coletivos de natureza formal, como creches e infantários ganha relevo, sendo uma das soluções utilizadas em maior número pelas mulheres brasileiras. As razões apontadas para esta escolha prendem-se com o facto de poderem contribuir para o desenvolvimento de competências, em termos de relacionamento interpessoal. Contudo, a rigidez dos horários praticados pelas instituições é também mencionada como dificuldade, em especial, pelas mulheres cabo-verdianas.

U9 *“Depois decidi mandá-la para a escolinha...A razão principal é que lhe estava a fazer falta conviver com outras crianças, até lá acho que um bebé só quer a mãe e a mama, mas a partir de 1,5/2 anos já precisa de outras crianças, de conviver com elas”. (30 anos de idade)*

C7 *“O colégio do meu filho fecha às sete e eu só saía às sete. Tive que pedir para sair mais cedo 10 minutos, vou sempre a correr e mesmo assim ele é sempre o último menino a sair”. (32 anos de idade)*

Verificamos que a guarda dos/as filhos/as em idade escolar, durante o período pré e pós-escolar, período em que as mulheres imigrantes se encontram a trabalhar, passa pela utilização de equipamentos de ATL's. Esta solução, embora não seja uma opção muito comum entre as restantes mulheres imigrantes, não foi referenciada pelas mulheres brasileiras.

U4 *“Agora de manhã ela vai para o ATL, porque a escola começa às nove e eu tenho que trabalhar às oito”. (27 anos de idade)*

Ponderam-se outras opções, como o recurso à ama em tempo parcial ou à guarda do pai, nos períodos pós-escolar, de fim de semana ou noturno, em especial para algumas mulheres brasileiras e ucranianas com horários atípicos.

B2 *“No final de semana, como trabalho, quem fica com elas é o pai”. (31 anos de idade)*

C4 *“Agora ela está no infantário e na ama, porque eu trabalho até tarde e não tenho ninguém que fique com ela após o horário do infantário”. (33 anos de idade)*

Durante o período extra letivo ou de fim de semana, uma das soluções encontradas por estas mulheres, para fazer face às dificuldades económicas, passa também pela autonomização dos/as filhos/as em idades muito jovens, ficando estes/as em casa sozinhos/as ou sendo deixados/as a cargo de irmãos/ãs mais velhos/as.

C8 *“O meu filho teve que crescer. Inclusive com 7 anos, já teve que ter direito a chave de casa para entrar em casa. O ATL era muito caro para eu tê-lo lá. Por 3:30h tinha que pagar muito dinheiro, então como não tinha possibilidade de pagar esse dinheiro, a única coisa que eu podia fazer era arriscar a deixá-lo sozinho em casa. Ele chegava em casa, fechava a porta e não abria para ninguém. Assim é até hoje”. (34 anos de idade)*

Mais raramente, encontramos ainda situações em que, depois das aulas, as crianças ficam em casa com a mãe, em todo o período de tempo não letivo, quer seja porque a mãe é trabalhadora por conta própria, quer seja porque o horário de trabalho é conciliável com o horário escolar dos/as filhos/as. Outra das situações referidas é as crianças ficarem com a mãe no seu local de trabalho. Verifica-se que ambas as situações são adotadas apenas pelas mulheres de nacionalidade cabo-verdiana.

C5 *“Se saírem da escola ou vem ter comigo aqui ao salão ou eu tenho que fechar e ir buscá-las, depois ficam aqui comigo até à hora de ir para casa”. (32 anos de idade)*

Nos países de origem, a atribuição de licenças de maternidade até aos 3 anos de idade e as avós representaram um modo de guarda significativo que cobriu os cuidados às crianças para a maioria das ucranianas. De salientar que, para as sete mulheres de diferentes nacionalidades que imigraram sem os/as filhos/as, as avós foram a delegação de guarda escolhida.

U2 *“Na Ucrânia quando estava a trabalhar, eu morava perto da minha mãe, na mesma rua e ela ficava com ele”. (34 anos de idade)*

U8 *“Na Ucrânia a mulher tem 3 anos para ficar com filhos”. (33 anos de idade)*

Com menos frequência, o recurso a uma empregada, a guarda exclusiva da mãe, pelo facto de ser doméstica, e a rede de vizinhos/as e amigos/as foram soluções encontradas apenas para as entrevistadas B2, C5, C2 e C8.

B2 *“Lá a criança não passa o dia todo na escola. No caso dela, era só a parte da manhã, na parte da tarde ficava em casa com uma babá, que assegurava os cuidados da minha filha e os cuidados da casa”. (31 anos de idade)*

C2 *“Lá os meus filhos ficavam comigo”. (44 anos de idade)*

C8 *“Lá é diferente, temos sempre um amigo que nos leva o filho à escola, uma pessoa que não trabalha e que pedimos para tomar uma vacina com filho e essa pessoa acaba por fazer”. (34 anos de idade)*

c) Pressões e benefícios do papel maternal

As exigências de se ser mãe e de ter uma nova vida familiar com filhos/as pode gerar sentimentos de sobrecarga de papéis e dar conta de tensões e pressões sobre as mulheres imigrantes. Este subtema procura evidenciar os obstáculos e constrangimentos, assim como os ganhos associados ao desempenho envolvido na maternidade, partilhados pelas imigrantes.

A distribuição e limitação do tempo pessoal, sentido com maior frequência pelas brasileiras, surge como um constrangimento colocado pela maternidade, o que é evidente nas transcrições que se seguem.

B1 *“Eu adoro cuidar do meu filho, é ótimo, prazeroso, mas em contrapartida o dia em que ele está em casa, uma coisa negativa é que não tenho mais tempo. Eu tenho que me dividir e é muito cansativo, é quase não sobrar tempo nenhum para mim”. (33 anos de idade)*

As mulheres com filhos/as pequenos/as revelam que as exigências da vida familiar são sentidas e percebidas como fator de ansiedade e stresse e identificadas como fator de dificuldade na conciliação de papéis.

U4 *“Chego a casa depois do trabalho muito cansada, zangada e, às vezes, berro. Podia ter mais calma se não trabalhasse, mas é assim, vais trabalhar, chegas a casa e a X é “Mãe quer isto, quer isto”. O Y quer o colo, está sempre a pedir colo, é muito complicado. E eu ando muito nervosa, às vezes, quero sair ou ir para a cama, e não ouvir nada mas tenho na mesma que fazer de comer, estar com eles e, quando eles choram, por exemplo, ele agora à noite não dorme, há uma semana que não dorme à noite e eu fico mesmo cansada, estou na fábrica e a dormir”. (27 anos de idade)*

O cansaço físico e o sentir desdobrar-se para assumir e conciliar os papéis profissionais e familiares são também expressos pelas mulheres, com predominância para as cabo-verdianas.

C6 *“A dificuldade é que eu venho muito cansada do trabalho, que eu não estou sentada, não paro, estou sempre a correr e chego a casa e a minha vontade é sentar, pôr as pernas para cima e descansar. E os meus filhos cheios de energia não me deixam ter tempo sequer para pensar”. (43 anos de idade)*

A ausência de suporte familiar torna-se um dos principais constrangimentos em conciliar a família com o trabalho, visível nas três nacionalidades.

C1 *“Nos dias em que sou eu a levá-los à escola, tenho que levar a pequenita também porque não tenho com quem deixar. Enquanto que em Cabo Verde eu ia poder pagar para ter uma empregada para estar o tempo todo, aqui não posso dar-me a esse luxo e, por outro lado, lá teria outro tipo de apoio, tenho a mãe, irmãs, o meu pai”. (38 anos de idade)*

A impossibilidade de dar a atenção desejada aos/às filhos/as leva a que as mulheres se sintam ambivalentes e culpadas quanto ao desempenho que apresentam no exercício da maternidade. Contudo, assumir o protagonismo nos cuidados das crianças, em especial, para as cabo-verdianas e ucranianas, mães pela primeira vez em Portugal, pode ser acompanhado por sentimentos de medo ou de insegurança por não saberem se estarão, de facto, a cuidar corretamente dos/as seus/as filhos/as.

B6 *“Ele era muito pequeno e não consegui desligar-me dele. Ia para o trabalho mesmo culpada, não conseguia fazer nada, mesmo. Sabe, não tinha vontade de trabalhar, porque sentia-me culpada. Sentia que enquanto mãe deveria estar com ele porque era uma fase importante na vida dele e então desisti”. (28 anos de idade)*

U5 *“É difícil cuidar de um bebé, não sabemos porque chora, se ele está bem, se eu estou a fazer bem. Eu tive imenso medo de ter de cuidar sozinha, até de dar banho, ele é tão pequenino que tenho medo de deixar cair. Normalmente, as mulheres tem mães, sogras que interferem, ajudam, que dão aquelas dicas. Eu não tive e foi um desafio, porque estava muito preocupada com o assunto”. (32 anos de idade)*

E, sendo a maternidade considerada como uma das grandes mudanças das suas vidas pessoais, a solução encontrada por estas mulheres para cumprir a duplicidade de papéis e funções e, desta forma, responder às exigências familiares e profissionais é abdicar delas próprias e do seu tempo pessoal para estarem com os/as seus/as filhos/as, cuidando deles/as e vivendo para eles/as.

B6 *“Eu sinto que a minha vida mudou bastante. Eu lembro que eu dormia muito, adorava estar em casa, fazer a unha, fazer o cabelo, essas coisas e hoje em dia não tenho tempo para isso. Com um filho pequeno, às vezes eu olho e digo “Meu Deus!, eu estou com umas unhas aqui tão feias”, mas não tenho tempo. Priorizo estar com o meu filho do que uma ida ao cabeleireiro. Para*

mim, é mais importante ficar com o meu filho do que fazer outras coisas e, por isso, coloco-me em segundo plano para estar com ele". (28 anos de idade)

C1 *"Eu para os filhos estou sempre. Quando saio, venho sempre com eles. Tempo sozinha, sozinha, já não me lembro de ter. Quando o meu filho mais velho começou a crescer um bocadinho a ser um pouco mais autónomo, eu inscrevi-me num ginásio, mas depois tive que arranjar um atestado médico para desistir, era impensável, ou ia muito cedo ou então estava fora de questão". (38 anos de idade)*

Por outro lado, os discursos das mulheres imigrantes mostram que o exercício do papel maternal as ajuda a desenvolver determinadas capacidades, como ser mais paciente e tornarem-se mais responsáveis. E, para a generalidade das mulheres das diferentes nacionalidades, a maternidade representa a principal fonte de enriquecimento emocional, sendo, simultaneamente, um importante fator de realização e de gratificação pessoal.

C9 *"Com os filhos uma pessoa aprende a ser mais paciente e a tolerar melhor as coisas". (36 anos de idade)*

U9 *"Eu acho que a maior satisfação da minha vida é a minha filhota. Apesar de o meu marido ser uma pessoa importante, para mim a minha filha estende-se a um nível mais acima, portanto, toda a satisfação e realização que eu tenho é com ela. Uma coisa que eu vejo que a faz feliz eu fico feliz. É isso que me dá mesmo felicidade". (30 anos de idade)*

1.2.2. Organização do trabalho doméstico

Perscrutar o interior de um lar direciona-nos para a organização do quotidiano doméstico, que pode constituir-se um espaço de desigualdades e de adversidades na vida familiar, e suscitar sentimentos de sobrecarga e de conflito entre os papéis familiares e profissionais. Ao descortinar as vivências do quotidiano mais "privado" das mulheres imigrantes, este tema procura desvendar os hábitos de partilha conjugal e divisão das tarefas domésticas, bem como revelar as práticas de delegação e estratégias utilizadas pelas mulheres imigrantes na execução

das mesmas. Este subtema agrega como subtemas: a) *Divisão e/ou partilha das tarefas domésticas*; b) *Estratégias utilizadas na gestão da casa*; c) *A sobrecarga na acentuação do trabalho doméstico*; d) *Avaliação da justiça na divisão das tarefas domésticas*.

a) *Divisão e/ou partilha das tarefas domésticas*

No espaço doméstico, a assimetria e a reduzida divisão conjugal das tarefas domésticas são realidades vivenciadas e destacadas nos discursos da maioria das mulheres imigrantes das diferentes nacionalidades. Contudo, verifica-se que a condição atual de desempregado do marido levou, no caso de duas mulheres cabo-verdianas e uma ucraniana, a uma distribuição das tarefas entre o casal, ainda que não consensual e não partilhada na totalidade.

C5 *“Uiii, é assim, grande parte das tarefas em casa é assumida por mim. O meu marido cozinha uma vez por ano. Ele pode até ajudar na arrumação, mas na parte que lhe interessa. Se ele entrar no escritório dele e estiver o computador ou uma coisa fora do lugar, aí sim, ele arruma, mas a minha parte, tipo, pegar uma loiça, lavar, cozinhar, isso não”. (32 anos de idade)*

U6 *“Agora ele ajuda um pouco mais, mas berra um bocadinho e mesmo assim sou eu que tenho de organizar tudo”. (38 anos de idade)*

Ao analisar os hábitos de partilha conjugal, verificamos que as participantes no estudo assumem que existem tarefas específicas delas e revelam que são as maiores responsáveis pelas tarefas de caráter rotineiro, tais como, limpeza, preparação das refeições, tratamento e passagem da roupa, sendo comum a todas as nacionalidades.

U3 *“Passar a ferro, tratar da roupa, lavar a loiça, é mesmo meu, cozinhar, então”. (39 anos de idade)*

Contrariamente, todas foram unânimes ao mencionar não existirem tarefas específicas para os seus companheiros, traduzindo-se o seu papel e desempenho apenas como ajuda ou colaboração quando pedido.

B4 *“Só me ajuda, não tem tarefa específica, eu peço e ele vai-me ajudando”.*

(46 anos de idade)

Habitualmente, a participação dos homens no contexto doméstico recai mais para tarefas de natureza administrativa, tais como o pagamento de contas de água, luz e renda da casa e gestão do orçamento familiar, sendo esta prática muito expressiva nos casais de nacionalidade ucraniana em que a principal fonte de rendimento económico no agregado familiar é suportada pelos homens. Verifica-se também a própria demissão de algumas mulheres relativamente à execução desta tarefa, apenas uma indica problemas de compreensão linguística para a não execução da mesma.

U10 *“É ele, porque eu não quero. Para quê? É trabalho dele, trabalho de homem. Ninguém decide, é assim a vida, ele começou a fazer e eu não quero. Eu sou mulher, não sou contabilista. Marido sabe melhor trabalhar com contas, isto não significa que eu não sei, eu também sei, se eu precisar, eu também sei, mas para quê se tem ele que faz isto melhor que eu?”.* (35 anos de idade)

O hábito de partilha desta responsabilidade entre os dois elementos do casal apenas ocorre no lar de três participantes das diferentes nacionalidades em estudo, que optam pela divisão conjunta do pagamento das contas referentes ao espaço doméstico e aos/as cuidados com os/as filhos/as.

B8 *“Tudo dividido 50-50, em tudo. Nós não misturamos dinheiro, não gosto disso, acho ridículo. Ele ganha o dinheiro dele, eu ganho o meu e marcamos tudo e pagamos tudo metade-metade, dividimos. Eu acho o correto isso”.* (46 anos de idade)

As restantes mulheres, quatro brasileiras, cinco cabo-verdianas e uma ucraniana assumem serem as principais gestoras da economia do “lar” por se considerarem com mais capacidade de organização e por se encontrarem mais tempo no contexto familiar.

B1 *“Porque ele é um pouco, não que é descuidado, mas está ali o dinheiro na conta e depois vai vagassando e eu gosto de pagar as contas, deixar tudo organizado, como faço tudo pela net e estou disponível em casa, já me despacho com isto”. (33 anos de idade)*

Embora não haja uma divisão equilibrada nos hábitos da organização doméstica, todas as mulheres expressam e valorizam o trabalho masculino quando efetuado, não se verificando a mesma situação ao contrário, o que é menos sentido pelas mulheres cabo-verdianas.

B1 *“Eu valorizo muito o trabalho dele, mas eu acho que ele, pelo facto de eu trabalhar em casa, ele desvaloriza o meu trabalho, acha que eu tenho tempo para fazer tudo”. (33 anos de idade)*

Os discursos da maioria das participantes revelam que a vida familiar não funciona se o homem for o responsável e recaírem nas mulheres as responsabilidades de âmbito profissional e reforçam este papel distinto. Para as mulheres brasileiras mais velhas e/ou com baixa escolaridade, esta percepção se fundamenta pelas diferenças biológicas e construções sociais dos homens e das mulheres. Embora esta percepção também se evidencia nas cabo-verdianas e ucranianas, o comportamento do cônjuge, a falta de jeito ou a incapacidade que os homens têm para realizar o trabalho doméstico foram aspetos apontados com maior saliência.

B7 *“Se quer que lhe diga, acho meio difícil, poderá funcionar durante algum tempo limitado, mas é qualquer coisa, para mim assim, não digo inaceitável, mas muito fora do vulgar pela própria natureza do homem. Só se ele tiver um acidente e ficar com uma deficiência, mas eu acho que um homem sem nenhuma deficiência, sem nenhuma doença grave, pela sua própria natureza e pela própria educação macho que ele teve e nós tivemos, ele é que vai à luta, ele é que vai procurar, acho difícil. Embora ele já não seja o mantenedor número um, como era, agora ele divide, mas acho difícil”. (54 anos de idade)*

C10 *“Uma coisa que eu sempre gostei é que um homem peça uma mulher em casamento, que seja o pai da casa, o homem da casa...o chefe de família que*

tome as decisões como no tempo da minha avó. No fundo, gosto de um homem que tome as rédeas da situação e, por isso, ser sustentado, por uma mulher e ficar em casa, acho que não funciona". (33 anos de idade)

U9 *"No meu caso, não. O meu marido é um desastre em algumas coisas". (30 anos de idade)*

Em menor número e embora na prática isso não aconteça, algumas mulheres, mais evidenciado pelas ucranianas, percebem os homens a assumir a responsabilidade doméstica do contexto familiar.

U1 *"Pode. Eu conheço o sucesso das mulheres através da ajuda do homem. Ganha aquele que pode ganhar, mas o outro trata da vida da casa. Eu conheço exemplos que homem faz jantar, limpa a casa e mulher só ganha dinheiro e funciona. E eu concordo". (44 anos de idade)*

Com exceção das entrevistadas B3, B6 e C10, os testemunhos revelam terem existido, na infância e adolescência destas mulheres, práticas educativas diferenciadas no ambiente familiar e um modelo rígido e inflexível ao nível dos papéis de género.

C7 *"Para o meu pai, era os rapazes a ver televisão e as raparigas a trabalhar. O meu pai era machista e a minha mãe acabava por dançar ao som da música do meu pai. O meu pai e os homens ficava a ver a bola ou lá num canto a fumar o cigarrinho deles, enquanto as mulheres limpavam, cozinhavam e tratavam da lida de casa". (32 anos de idade)*

b) Estratégias utilizadas na gestão da casa

Face às dificuldades e constrangimentos colocados pela conciliação dos papéis familiares e profissionais, é natural que as mulheres imigrantes tenham desenvolvido um conjunto de estratégias. A este respeito e ao nível de recurso ao serviço pago, foi valorizado, enquanto estratégia para a arrumação do espaço doméstico, o recurso aos serviços de uma empregada

doméstica a meio tempo ou uma a duas vezes por semana, por duas mulheres brasileiras e uma cabo-verdiana qualificadas e com recursos económicos elevados.

B7 *“Tenho a sorte de ter uma empregada a meio período que me orienta quase tudo em casa, cozinha, limpa a casa, passa a ferro”. (54 anos de idade)*

C1 *“Tenho uma empregada que vai uma vez por semana e dá aquela limpeza à casa”. (38 anos de idade)*

Em virtude da idade precoce dos/as filhos/as e em situações de maior fluxo de trabalho, as participantes C7, U2, B3 e U10 mencionaram a utilização, no passado e atualmente de forma esporádica, de uma empregada doméstica, uma vez por semana, e de já ter contratado o serviço mensal de limpeza. Contudo, as mulheres de nacionalidade ucraniana e cabo-verdiana são as que menos recorrem ao serviço pago de empregada doméstica.

B3 *“Dia da faxina, agora eu com a situação da tese, tenho uma menina que vai pelo menos uma vez por mês, dar uma geral, porque mais também não dá para eu pagar e não compensa”. (36 anos de idade)*

Embora com pouca expressão, a contratação de serviços de engomaria e o recurso a comida pré-cozinhada, são consideradas estratégias frequentes na redução de tempo despendido com o trabalho doméstico, utilizadas apenas pelas entrevistadas B3, B9, C5, C7 e U9.

U9 *“De vez em quando, chamo uma menina para passar a ferro, que é o que me ocupa mais tempo. Tenho que disponibilizar logo 3 horas e eu não as tenho”. (30 anos de idade)*

C5 *“Quando tenho trabalho até mais tarde, acabo por não fazer o jantar e elas acabam por desenrascar ou vão comprar comida fora”. (32 anos de idade)*

Dado que as soluções apresentadas anteriormente não são comportáveis para o orçamento familiar da grande maioria das mulheres participantes em estudo, verifica-se o uso de

estratégias de planificação, simplificação, antecipação e delegação na realização e organização do trabalho doméstico. No que diz respeito à arrumação e limpeza do espaço doméstico, as mulheres trabalhadoras com horários atípicos procuram como estratégia a utilização dos dias de folga para efetuar esta tarefa ao passo que as restantes mulheres definem um dia específico, geralmente ao sábado, para se dedicarem à arrumação e limpeza geral deste espaço.

B2 *“Bem, os trabalhos domésticos é nos meus dias de folga. Nos dois dias de folga, um deles é totalmente dedicado à casa, lavar, passar, tratar desses detalhes todos, é de manhã até à noite na casa”. (31 anos de idade)*

U7 *“A limpeza é feita aos sábados ou à sexta-feira”. (39 anos de idade)*

Um grupo mais pequeno de mulheres brasileiras opta pela organização de uma rotina específica e é o que apresenta, durante a semana, um maior número de estratégias quanto à manutenção quotidiana da limpeza e arrumação. Procuram ter sempre tudo organizado, não deixando acumular tarefas de um dia para o outro, nem que isso implique um desgaste físico e ocupação de maior tempo diário, considerando ter que haver uma certa disciplina.

B1 *“Eu tenho os dias todos organizados. À segunda-feira, como a casa vem do final de semana, precisa de uma arrumadela. Na terça, geralmente eu passo a roupa. Na quarta, descanso um pouco, para, na quinta, já começar a fazer aquela limpeza melhor e acabar na sexta”. (33 anos de idade)*

B5 *“Tento sempre deixar a casa arrumada. Se eu tirar alguma coisa do lugar, eu ponho logo no sítio de volta para estar tudo mais ou menos organizado. Tipo cozinhei, eu só vou dormir se a cozinha estiver limpa. A roupa eu vou passando, conforme vai saindo da máquina. Tenho um método que funciona para não estar todos os dias com a casa bagunçada. Acho que é uma questão de disciplina”. (42 anos de idade)*

Na preparação das refeições, cozinhar em maiores quantidades, obtendo refeições para os almoços/jantares seguintes, ou aproveitar as sobras são estratégias, referidas em maior

número pelas ucranianas, seguidas, pelas cabo-verdianas. De realçar, a necessidade que estas mulheres sentem de deixar as refeições preparadas para os restantes elementos da família.

U3 *“Ontem acordei às sete da manhã, já fiz o almoço, fiz a mais um bocadinho para deixar para o jantar, porque ontem entrei às dez da manhã e só saí do trabalho às oito da noite. E assim deixo tudo pronto e eles comem. À noite, se venho mais cedo, faço a mais, porque, quando tenho comida do outro dia, é mais fácil”. (39 anos de idade)*

Na organização e gestão da casa, as ucranianas são as que mais delegam e partilham a execução deste trabalho com os/as filhos/as jovens. Em menor número, as cabo-verdianas e brasileiras começam a inculcar esta ideia de responsabilidade e partilha nos/as filhos/as.

B3 *“Hoje eu tento, como ela já tem 6 anos, inculcar ela nas atividades: “X vem comigo, vamos fazer o jantar. Tu lavas e eu faço”. (36 anos de idade)*

U1 *“Acordamos de manhã, tomamos o pequeno almoço, limpamos cozinha todos. Por exemplo, nós temos regra, ao pequeno almoço, cada um lava o seu prato. Ao almoço, não estamos juntos, só ao jantar. Ai, eles tem dias intercalados, cada um limpa a cozinha. Eu posso adiantar as refeições e eles terminam, por exemplo, deixo segundo prato, falta a sopa e eles fazem”. (44 anos de idade)*

c) A sobrecarga na acentuação do trabalho doméstico

A limpeza, arrumação da casa e preparação das refeições assumem-se como áreas de preocupação que, embora não sejam sentidas de igual forma, constituem dificuldades particulares a cada uma das mulheres participantes no estudo. Para as brasileiras, a principal dificuldade na gestão doméstica relaciona-se com a falta de tempo para a execução de todas as tarefas, que torna difícil a conciliação das vertentes pessoal, familiar e também profissional. Ao passo que as cabo-verdianas referem sentir um cansaço físico excessivo na execução de tarefas em simultâneo, que têm de ser conciliadas com a vida profissional. Em menor número, as ucranianas expressam quer a falta de tempo quer o cansaço físico.

B2 *“A minha maior dificuldade é a falta de tempo, porque se você reparar a gente trabalha 8 horas por dia, mas, quando chega a casa, não pára, continua a trabalhar. Por isso que eu digo que nós mulheres trabalhamos muito mais que os homens, eles saem de manhã e depois chegam em casa, tomam um banho e lá está a janta feita, tudo arrumadinho e nós não. De manhã, tem que se pôr a pé mais cedo, pôr as meninas prontas, arrumar o pequeno-almoço, depois tratar de mim, para depois sair. Enquanto o meu marido, não. Levanta, toma banho, faz a barba, toma o pequeno-almoço e vai”. (31 anos de idade)*

C3 *“Cansaço, só. Acho que é mais cansativo. Quando estou em casa, nunca paro, tenho sempre alguma coisa para arrumar, para fazer: são os brinquedos espalhados na sala, a comida para fazer, colocar a mesa. E por isso sinto que estou sempre a correr”. (36 anos de idade)*

U4 *“Não tenho tempo. Quero ter tempo para mim, fazer coisas que gosto, como crochet e não faço. Às vezes, estou tão cansada que deixo tarefas para amanhã”. (27 anos de idade)*

Perante as dificuldades sentidas, verifica-se que estas mulheres não conseguem responder de forma eficaz às exigências da esfera familiar e profissional. Enquanto que as brasileiras cedem/abdicam do uso do seu tempo pessoal, as cabo-verdianas e ucranianas respondem com manifestações de índole depressiva e emocional, como ansiedade, irritação e nervosismo.

B3 *“Ele todos os dias faz a barba, faz a careca, se cuida, vai ao ginásio, e eu? Pintar o cabelo é de 3 em 3 meses, não vou ao ginásio, então é essa sensação: ele precisa disso e eu, se calhar, abdiqueei disso e já estou acostumada a isso. O dia que eu quero relaxar, eu tenho que abrir mão de alguma coisa e abrir mão de alguma coisa implica deixar uma máquina para amanhã, deixar a minha filha com alguém. Então, prefiro não ir”. (36 anos de idade)*

C6 *“Por vezes, tenho dores de cabeça. Um dia, aconteceu-me de estar tão cansada e enervada por causa do trabalho que fui trabalhar e deixei o fogão ligado”. (43 anos de idade)*

Todas as mulheres revelam sentir o aumento das responsabilidades devido à constituição da vida familiar, agudizando-se esta sensação pela acentuação da dupla jornada de trabalho e pela ausência de suporte, quer familiar, quer social e económico no país recetor.

B3 *“Nós sabemos que nós mulheres é que temos que fazer tudo pelas crianças e para a casa. E porque é que ainda temos que trabalhar na rua? Não é possível. Antigamente, as mulheres cuidavam dos seus filhos, não havia preocupações, não havia aquela sensação de estou a falhar...porque percebo que nós estamos a fazer muito mais do que eles...fazemos um triplo, daqui a pouco, quadruplo trabalho e temos que ser mulheres, cuidar de nós, da casa, dos filhos, não dá”. (36 anos de idade)*

U8 *“Aumentou as responsabilidades, claro que aumentou, mas também aprendi muita coisa. Lá tinha dois filhos, mas como tinha sogros, ajudavam-me muito, e quando cheguei a Portugal, fiquei sozinha com dois filhos, fiquei com mais responsabilidade e tive de aprender sozinha. Se fosse na Ucrânia, não sentia isso, tinha outro apoio”. (33 anos de idade)*

Contudo, com exceção das brasileiras, a maior expressão do grupo de mulheres ucranianas seguida das cabo-verdianas diz respeito ao facto de não sentirem dificuldades na execução deste trabalho, visto que este já constitui um hábito e um dever nas suas vidas.

C8 *“É o nosso dever! Não temos o que reclamar!”. (34 anos de idade)*

U7 *“Não é difícil, porque estou habituada e preparada. Para nós, isto é vida normal. É vida de mulher”. (39 anos de idade)*

As mulheres participantes encontram na vida familiar mais motivos de regozijo, sentindo-se realizadas pessoalmente. Porém, quando questionadas sobre se costumam sentir-se

sobrecarregadas com o trabalho que efetuam em casa, a grande maioria, com maior manifestação das brasileiras, responde afirmativamente, não se sentindo dessa forma nos seus países de origem. Indicam como principais motivos dessa alteração a ausência de suporte familiar, a falta de recursos económicos para contratar o serviço pago e a não atribuição da responsabilidade oficial pelas lidas da casa nos seus países de origem.

B2 *“Sinto-me sobrecarregada, sim. É naquela questão de não ter apoio da família e não conseguir ter os mesmos serviços que tinha lá. Podia contratar umas pessoas para me ajudarem no trabalho doméstico, mas com esse dinheiro posso proporcionar passeios, almoços e tenho que fazer outra gestão”. (31 anos de idade)*

C5 *“Sim, sinto-me sobrecarregada, nunca posso contar com ele e tenho que ser sempre eu”. (32 anos de idade)*

U4 *“Normalmente, nunca precisei de ajudar em casa, não tinha responsabilidade com nada, a minha mãe fazia tudo. Agora não”. (27 anos de idade)*

Para as restantes mulheres, em especial para as de nacionalidade ucraniana, o motivo da não sobrecarga deve-se ao facto de estarem no gozo de licenças de maternidade ou de licenças de assistência a menores, à partilha do trabalho doméstico com os/as filhos/as e à utilização do serviço pago.

U6 *“Agora não sinto sobrecarga porque estou em casa com filha”. (38 anos de idade)*

Ao colocarmos a tónica sobre qual seria o sentimento do companheiro em relação aos trabalhos domésticos, todas as mulheres participantes, sem exceção, foram da opinião da não sobrecarga dos companheiros.

U5 *“Marido sente-se cansado, porque ele trabalha muito, mas em casa não”. (32 anos de idade)*

d) Avaliação da justiça na divisão das tarefas domésticas

Ao procurar conhecer a avaliação das mulheres imigrantes sobre a percepção da justiça na divisão do trabalho doméstico, observa-se que a consciência de injustiça, ainda pouco visível, está mais presente nas brasileiras do que nas ucranianas e em apenas uma mulher cabo-verdiana.

B2 *“É injusta, não é? Porque é que sou eu que fico com tudo? Se tivesse mais uma mão se calhar não me sentia tão sobrecarregada. Talvez seja um bocadinho culpa minha, não sei. Fazes e pronto. Chegar assim a um acordo”.*
(31 anos de idade)

Contudo, a maioria das mulheres considera a divisão do trabalho doméstico justa, apontando como principal fator desta avaliação a maior responsabilidade profissional e económica do cônjuge. Um número muito reduzido de mulheres aponta ainda o desempenho dos papéis tradicionais e a prática cultural instalada na sociedade portuguesa na decisão desta avaliação. Todos os fatores levam a um comportamento de permissividade e aceitação face ao comportamento do marido.

B6 *“Talvez pela cultura portuguesa, acho que os homens estão muito mal habituados. Acho que as mães de cá habituaram-nos a fazer-lhes tudo. Ao contrário, eu tenho um irmão e a minha mãe ensinou-o a fazer tudo. E, por isso, não posso exigir ao meu marido o que ele não pode dar-me”.* (28 anos de idade)

C3 *“Eu acho que sim, que é justo, quer dizer ele vem do trabalho cansado e não vou estar a exigir isso dele”.* (36 anos de idade)

U9 *“O meu marido podia fazer mais, podia, mas muitas vezes prefiro ser eu a fazer, porque sei que faço melhor, porque estou mais habituada que ele. Eu podia sobrecarregá-lo mais e pedir para me fazer mais coisas, mas ao mesmo tempo, se calhar, eu depois tinha que refazer, porque não iria ficar satisfeita com o resultado. O estereótipo todos nós temos e a lida da casa é para a mulher. Tenho noção que a maior parte dos maridos, tenho conhecimento pela vida de outras famílias, em que maridos não ajudam nem metade daquilo que o*

meu marido ajuda, portanto não quero esticar-me, sobrecarregá-lo, porque acho que é uma coisa que eu devo fazer". (30 anos de idade)

Ao passo que, para os homens, a consciência de justiça na divisão do trabalho doméstico entre o casal está mais presente nos casais ucranianos e cabo-verdianos, no caso das mulheres brasileiras, surge por parte do cônjuge uma consciência de injustiça, contudo não há alteração do comportamento.

B4 *"Por vezes, ele diz assim, eu até podia fazer mais, te ajudar mais, mas depois acaba por não fazer". (46 anos de idade)*

C6 *"Ele avalia que eu é que tenho obrigação de fazer, tu é que és mulher, tu é que és dona de casa, isto está na cabeça dele, no psíquico dele que é minha obrigação, é a mentalidade. Se eu não fizer, sou uma má esposa. Acho que é difícil mudar isto". (43 anos de idade)*

1.2.3. Relacionamento Amoroso

Quando dirigimos o nosso olhar para as dinâmicas relacionais íntimas das mulheres imigrantes, vemos que o conflito entre os papéis de género afetam substancialmente a vida das mulheres imigrantes. Pelos discursos analisados, é notório que, na vivência deste relacionamento amoroso, a partilha de responsabilidades familiares origina conflitos no relacionamento do casal.

B3 *"Eu briguei muito no começo, limpava sozinha. Hoje não estou mais me chateando, porque eu também não posso acabar o relacionamento por causa do trabalho doméstico e sei que o meu marido quanto mais eu falo, menos ele faz". (36 anos de idade)*

A educação parental é também um fator que proporciona discussão no casal sentido por todas as mulheres das diferentes nacionalidades. Revelam existir desacordos quanto às práticas

e regras de educar os/as filhos no casal, sendo os homens mais autoritários e as mães mais benevolentes.

U10 *“Eu queria ensinar meninos num sistema e marido noutra e nós sempre discutimos”. (35 anos de idade)*

U8 *“O encarregado de educação sou eu, mas, quando há confusões na escola, vai o meu marido, ele vai sempre que é para resolver problemas”. (33 anos de idade)*

É unânime que a chegada de uma criança e o exercício de uma atividade profissional implicam um conjunto de transformações na vida da família, há obrigações e cuidados acrescidos e dá-se uma redução drástica do tempo disponível para a vivência amorosa na relação a dois.

C3 *“Afeta muito, porque não temos assim muito tempo um com o outro. Além de estarmos a trabalhar, quando chegamos a casa, é um a cuidar da X e o outro a cuidar da casa. Depois, chegas à noite muito cansada e não tens tanto tempo para estarmos os dois a namorar”. (36 anos de idade)*

Para as mulheres ucranianas e cabo-verdianas, a vulnerabilidade económica do agregado agudiza as situações de conflito entre o casal.

C6 *“Agora esta fase menos boa, a situação económica não é estável e uma pessoa fica com a cabeça cheia, acaba por ser saturante e discutimos mais”. (43 anos de idade)*

Na relação conjugal, o choque cultural é também mencionado pela participante B10 como motivo de discussão no casal.

B10 *“Às vezes, temos algumas discussões por causa do choque cultural. Eu não entendo ele e ele não me entende”. (34 anos de idade)*

Nestas discussões, verifica-se o recurso à violência física e verbal, manifestada pelas entrevistadas B4, B10, U1 e U4, em que muitas vezes a condição de imigrante não proporciona outro tipo de saída para estas mulheres. A entrevistada U1 desculpabiliza este comportamento pelos ciúmes que o companheiro sentia dela, logo, na opinião dela, existia amor.

U1 *“Fechou-me no carro. Imagina, homem que tinha cinto de judo e de boxe, todas as qualificações possíveis e disse-me “Eu pensei que vivia com a mulher mais pudica do mundo e afinal vivo com uma puta!”...Bateu-me, partiu-me a cara, partiu-me o nariz e não me deixava sair do carro...De repente, abre o carro, cai de joelhos, começa a abraçar-me “Oh, meu amor, desculpa, desculpa...”. Mas aquilo eram desconfianças, ele amava-me”. (44 anos de idade)*

O tipo de horários longos, atípicos, de fim-de-semana e as exigências profissionais proporcionam momentos em que os desencontros conjugais são frequentes, o que limita as oportunidades de diálogo, de afeto, de estarem a dois, interferindo com o relacionamento íntimo e conjugal do casal. Face às longas horas de trabalho noturnas, a participante C9 retrata a existência de conflitos conjugais pela incompreensão por parte de companheiro, que a levaram a abandonar um trabalho em que se sentia realizada em detrimento de outro que não a completa.

C4 *“Chegávamos os dois muito cansados. Eu entrava às 15:00 e saía às 0:00. Ele saía de manhã cedo e só chegava ao final da tarde, e quando nos encontrávamos, eu estava muito cansada e afetava um bocado, sim”. (33 anos de idade)*

U9 *“Ultimamente, vimo-nos pouco devido aos horários diferentes que temos. Muitas vezes, ele tem serviços à noite, chega a casa e eu já estou a dormir. Outras vezes, eu tenho trabalho fora e chego a casa ele já está a dormir. Mas passar muito tempo juntos raramente acontece. Às vezes ele passa por aqui e pomos a conversa em dia, mas nada mais do que isso”. (30 anos de idade)*

C9 *“Conflitos, quando trabalhava no intermarché, muitas vezes era por causa do horário. Eu saía às 21:00, mas, como tínhamos que deixar tudo arrumado e*

limpo, às vezes eram 21:30 e ainda estava lá. Ele ligava-me começava a discutir, porque tinha os meus filhos para dar de comer e ele, como é muito nervoso, achava inadmissível uma criança ficar até às 22:00h sem jantar. Às vezes, ficava lá à minha espera e ele tem uma voz assim muito aguda e começava para lá a falar, a chamar a atenção e eu ficava toda envergonhada”.
(36 anos de idade)

As maioria das mulheres brasileiras indica que a distribuição do tempo de lazer também é percebida como conflito.

B7 *“Geralmente, é na gestão de horários que ele tem para se divertir que são muitas mais horas do que as que eu tenho. Eu fico mais em casa, não que eu acho que a companhia dos meus filhos não seja uma coisa maravilhosa, mas acho que teria que ser mais equilibrado”.* (54 anos de idade)

1.3. Vida profissional: articular com a família

A vida profissional é uma das dimensões da vida quotidiana que ocupa grande parte do tempo, energia e investimento emocional, mas que se assume de importância fundamental na inserção social das mulheres imigrantes. O terceiro tema “Vida profissional: articular com a família” procura desvendar os trilhos percorridos no mundo laboral, após a imigração, e retrata as atuais dinâmicas laborais destas mulheres, focando as implicações e a sua interferência na vida amorosa e na família. Este tema engloba três subtemas: (1) Perda de identidade profissional; (2) Exigências e condições de trabalho; (3) Discriminação e desigualdades na inserção laboral, que a seguir se apresentam de forma esquemática.

Tabela 8

Subtemas do tema “Vida Profissional: articular com a família”

Subtema	Subsubtemas
Perda de identidade profissional	
Exigências e condições de trabalho	Horários laborais Desgaste emocional Ambiente profissional
Discriminação e desigualdades na inserção laboral	

1.3.1. Perda de identidade profissional

Na descrição das trajetórias profissionais, os discursos das mulheres imigrantes mostram um percurso profissional, que se foi delineando com o tempo e de acordo com o leque de oportunidades e constrangimentos que foram surgindo. Após a vinda para Portugal, a inserção no mercado de trabalho não qualificado representa ser a primeira experiência profissional para a maioria das participantes do estudo. Neste percurso as mulheres brasileiras, com exceção das entrevistadas B4 e B7, indicaram desempenhar funções nas áreas da restauração, do comércio e do atendimento ao público.

B8 *“Quando eu vim para cá, fui trabalhar num restaurante, depois trabalhei numa empresa de alarmes, como rececionista, depois fui para a rua trabalhar com vendas, depois trabalhei num salão como manicure e fiquei nessa área sempre”. (46 anos de idade)*

No caso das mulheres brasileiras, qualificadas e em idade jovem, com exceção da B6, assiste-se a uma falta de reconhecimento das suas competências, habilitações e experiência profissional desenvolvida nos países de origem, o que as impede de desempenharem funções afins às suas qualificações e habilitações nos países recetores. A mesma situação não ocorre para a entrevistada mais velha B7, que obteve rapidamente a equivalência do seu curso

superior, podendo candidatar-se aos concursos públicos para lecionar e hoje desempenhar a profissão exercida anteriormente no país de origem.

B7 *"Na Universidade de Lisboa, onde eu fui pedir a equivalência do curso, fiquei bastante surpreendida, porque as pessoas em geral diziam que pelo facto de ser português e inglês nunca ia ter equivalência. Mas, mesmo assim, eu nunca acreditei e apanhei o comboio para Lisboa e consegui. O processo não foi demorado e candidatei-me a dar aulas sobre o compromisso de honra que no prazo de 90 dias trazia os documentos de equivalência. Consegui e, a partir daí, nunca mais deixei de trabalhar". (54 anos de idade)*

Na comunidade cabo-verdiana desenham-se, de igual modo, dois quadros de inserção laboral. Para as mulheres com baixas habilitações escolares e as mais velhas, o setor das limpezas, mais especificamente, ser empregada interna em casas particulares absorveu a mão-de-obra destas mulheres, como a seguir se transcreve.

C6 *"Arranjei um trabalho a dias e depois arranjei uma senhora e fui trabalhar para ela como empregada interna na casa dela". (43 anos de idade)*

No caso das restantes cabo-verdianas em idade jovem que vieram para Portugal para concluir o ensino superior, com exceção da C5, verifica-se sobretudo o exercício de funções nas áreas da restauração e do atendimento ao público em simultâneo com a conclusão do curso.

C4 *"Só comecei a trabalhar, porque já não tinha bolsa e então comecei a fazer um part-time. O meu primeiro emprego foi no MacDonald's, trabalhei lá durante 7 meses, entrava às 18:00h e ia até à 0:00h e durante o dia estudava". (33 anos de idade)*

Todas as ucranianas sentiram, em termos laborais, um retrocesso e a maioria destas desempenharam predominantemente atividades no setor têxtil, percurso significativo no presente, mas também na área da restauração, como ajudantes de cozinha ou empregadas de balcão.

U2 *“Primeiro, foi no hotel. Depois, o segundo foi numa fábrica de calças, depois na embalagem e, mais tarde, na pastelaria”. (34 anos de idade)*

Tal como as restantes mulheres qualificadas, as ucranianas também se deparam com o não reconhecimento das suas habilitações. Apenas para a participante U4, o setor têxtil foi uma área de desempenho profissional, para as restantes e apenas neste grupo de mulheres, o exercício da atividade como empregada interna e como mulher a dias foi a opção possível.

U7 *“Eu, quando cheguei e procurei trabalho, o que consegui foi limpeza de casas”. (39 anos de idade)*

É unânime que o desemprego de média duração empurra estas mulheres para o exercício destas ocupações, uma vez que é a forma de garantirem a sua sobrevivência pessoal e das suas famílias. Muitas vezes, a situação de vulnerabilidade económica leva a que tenham de omitir as suas qualificações para conseguir obter um trabalho, como refere a entrevistada B3.

B4 *“Na altura, sentia muita dificuldade, mas sabia que não podia parar, eu tinha que trabalhar, porque senão não podia manter um apartamento, manter uma ama, não podia dar aquilo que eles precisavam”. (46 anos de idade)*

B3 *“Quando cheguei cá, foi muito difícil encontrar trabalho, lembro até hoje que mandei quase 150 currículos. Foi então que comecei a mentir nos meus currículos que eu tinha habilitação superior, porque senão não havia hipótese de trabalho, comecei não é a mentir foi a omitir”. (36 anos de idade)*

Esta desvalorização profissional e a perda de status social provoca estados de frustração, desânimo e tristeza e resulta para a maioria das mulheres numa conformação temporária ou permanente com trabalhos abaixo das suas qualificações.

U1 *“A minha única pena, a maior que sinto, ainda não consegui repor esta mágoa, coisa que ainda me faz muita falta, não é a família, não é a falta dos*

meus pais, é o meu trabalho. Conseguir recuperar o meu trabalho. Embora agora esteja neste programa ocupacional na escola, não é a mesma coisa do que dar aulas". (44 anos de idade)

Como resposta a uma ausência e/ou insatisfação em relação às alternativas de emprego, surgiu a via do empreendedorismo. Contudo, se para as participantes B3, B4 e B9, este empreendedorismo se caracteriza pela necessidade económica, a partir da confeção de salgados para fora ou a abertura do próprio negócio, para as entrevistadas B8 e C5 reflete o desejo de aumentar os rendimentos, de obter independência e materializar uma oportunidade de negócio.

B9 *"Quando vim para cá, vim com o objetivo de transferir a minha faculdade, só que no primeiro ano, eu não consegui, não me deram a equivalência, então como eu estava em casa sem fazer nada surgiu a ideia de abrir essa loja, porque na altura em Braga não tinha e depois não voltei mais para a faculdade". (29 anos de idade)*

B8 *"Calhou de eu fazer o curso no Porto de unhas de gel e, como já estava nessa área, decidi abrir um negócio só meu". (46 anos de idade)*

Para a participante B3, esta não acomodação a par de um processo de desemprego que a levou a procurar novas saídas, como o regresso à escola, permitiram-lhe construir uma nova identidade profissional.

B3 *"Em 2008, tento de novo ver se o meu curso dava na Universidade do Minho e foi quando me disseram que se calhar com o processo de bolonha, com a minha licenciatura conseguia fazer o mestrado. Como tinha que fazer mais 2 anos para obter equivalência da minha licenciatura, optei pelo mestrado e, a partir daí, a minha vida ufa, entrei numa outra dimensão cultural". (36 anos de idade)*

Embora em termos laborais não tenha havido uma evolução, verifica-se nas mulheres cabo-verdianas e com baixa escolarização que a vinda para Portugal acentuou uma valorização

educacional acrescida, obtida pelos centros de reconhecimento e validação de competências que as motivou para continuar a estudar e poderem reconstruir novas identidades profissionais.

C6 *"Sempre que aparece alguma coisa para estudar, eu vou atrás para ver se melhora, que eu não quero acabar a minha vida assim nessa condição. Agora como acabei o 12º ano, a minha ideia é continuar, trabalhar de dia e estudar à noite". (43 anos de idade)*

1.3.2. Exigências e condições de trabalho

As experiências profissionais destas mulheres encontram-se marcadas por um conjunto de constrangimentos relacionados quer com as condições quer pelas exigências de trabalho que acentuam a interferência profissional na vida familiar. A exploração deste subtema inclui a sua divisão em outros denominados de: *a) Horários laborais; b) Desgaste emocional; c) Ambiente profissional.*

a) Horários laborais

Do ponto de vista da conciliação entre o trabalho e a família, a carga e o regime de horário laborais podem agudizar as dificuldades sentidas pelas mulheres imigrantes e condicionar fortemente a articulação entre as duas esferas. É com grande expressão que as participantes no estudo apontam, nos seus discursos, o horário como a maior interferência do trabalho relativamente à família e à vida pessoal.

B3 *"Por dia, posso trabalhar 12, 13 horas sem nunca ter horário de saída e isso claro que interfere um bocado na minha vida familiar". (36 anos de idade)*

U1 *"Neste momento, só o horário afeta a vida familiar. Tenho um horário maluco, não tenho condições para jantar, porque quando chego depois de ir buscar a menina, já é muito tarde e sinto sempre que não consigo dar tempo aos filhos. Dedico-me tanto à vida profissional para sustentar a família que eu começo a ter saudades de tornar-me uma dona de casa, acredita?. Eu que*

estava sempre a lutar pela vida profissional, sinto que estou a falhar nas limpezas". (44 anos de idade)

Algumas mulheres trabalhadoras por conta de outrem deparam-se com horas excessivas de trabalho ou com solicitações das entidades patronais para realizarem horas extraordinárias que, por vezes, não são pagas e que as priva do seu tempo livre, designadamente, do seu tempo para estar com a família, interferindo negativamente na gestão dos papéis familiares.

B6 *"Inclusive, agora onde estou, trabalho imenso e as horas extras não são remuneradas. Quando tenho contentores para sair, equivale a 15 dias antes trabalhar a mais uma hora por dia". (28 anos de idade)*

C8 *"Às vezes, as muitas horas que eu tenho que trabalhar não consigo dar muita atenção aos meus filhos, não estou presente. Às vezes, sinto muita dificuldade, depende das encomendas que temos, não tenho hora para sair e tudo...Às vezes, saio às 5:30 da manhã e venho e o meu filho já está a dormir. Muitas vezes, nem cruzo com ele. Não vou chegar e acordá-lo e só o vejo no outro dia à tarde e isso é muito complicado". (34 anos de idade)*

Para as mulheres trabalhadoras por conta própria, a jornada de trabalho é caracterizada também por longos períodos de trabalho, muitas vezes, sem ter horários de saída estabelecidos.

B8 *"Dedico muito tempo à parte profissional desde as 9:30 às 21:00 e, normalmente, trabalho por marcação, mas, se tiver uma cliente que vem, eu atendo". (46 anos de idade)*

As mulheres participantes no estudo que se deparam com horários laborais atípicos, trabalhos de fim de semana e/ou por turnos, salientam a influência negativa da relação conflitual entre os papéis profissionais e familiares, pois este tipo de horário impede-as de estarem, habitualmente, presentes nos momentos de convívio familiar, o que as faz sentir que perdem o crescimento dos/as seus/as filhos/as.

C4 *“O horário que tenho não me permite estar o tempo que queria com a minha filha. Só estou com ela nas minhas folgas e a folga que tenho à semana de manhã, ela fica na creche. Às vezes, ela faz coisas que eu fico espantada, mas, quando falo com a ama apercebo-me que ela já tinha feito isso e então sinto que perco os primeiros momentos”. (33 anos de idade)*

Como estratégia de manter os convívios familiares, as participantes B2 e U3 mencionam aproveitar as horas de almoço no local de trabalho.

U3 *“No fim de semana passado, eu estava a trabalhar e eles esperaram pelo meu intervalo para comermos pizza”. (39 anos de idade)*

A entrevistada C8 refere mesmo o facto de ter ajustado, ao longo da sua vida, a vida familiar à vida profissional como forma de assegurar o seu posto de trabalho.

C8 *“Eu é que tive sempre que ajustar a minha vida familiar com o trabalho para não o perder”. (34 anos de idade)*

Além do número de horas de trabalho, para as mulheres ucranianas trabalhadoras no setor têxtil, o tempo gasto nas deslocações entre a residência e o local de trabalho, devido à ausência de transportes, constitui um aspeto que provoca tensão e acentua a dificuldade de conciliar o trabalho com a família, o que não se verifica para a entrevistada U8, possibilitando-lhe o seu horário uma melhor gestão da vida familiar.

U5 *“Como fábrica fica muito longe, perde muito tempo em fazer viagens e fica menos tempo para a família”. (32 anos de idade)*

U8 *“O meu horário é muito bom, das seis da manhã até às duas da tarde. Chego a casa e ainda tenho a tarde toda para mim”. (33 anos de idade)*

b) Desgaste emocional

Algumas mulheres imigrantes no exercício das suas funções, com maior expressão para as trabalhadoras do setor têxtil, são acompanhadas por sensações de cansaço físico e por sentimentos de nervosismo, pressão e stress profissional devido a todo o contexto e tipo de trabalho em que estão inseridas, sendo muito frequente a transferência destas emoções para a esfera familiar.

U6 *“O nosso trabalho é muito difícil, porque tem muito nervoso, patroa está sempre a berrar, tem que se estar sempre a trabalhar, estão sempre a dizer “Não interessa família, não interessa filhos, aqui tem que trabalhar. Se você quer comer sopa, eu também quero e por isso vai trabalhar!”. E, quando chego a casa, já venho cansada de ouvir isto e passo este nervosismo para eles”. (38 anos de idade)*

As entrevistadas B3, B7 e C7 revelam que a multiplicidade de papéis que as mulheres assumem atualmente e o desempenho profissional potenciam a invasão da esfera profissional na vida familiar, desgastando as suas vidas.

B7 *“Todas lutam muito para tentar conciliar tantas facetas, tantos papéis e há uma exigência grande da sociedade que interfere muito...Digamos, assim, são muitas facetas que acabam por criar um certo stress, um certo desgaste na vida da mulher, das mulheres em geral”. (54 anos de idade)*

C7 *“Às vezes, não consigo me desligar do meu trabalho, saio às sete, mas vou para casa e ainda estou lá a trabalhar. Imagine, enquanto estou a cozinhar levo o portátil e estou a responder a emails e a responder a colegas de trabalho. Estou de férias e todos os dias ligo o computador. E isso, às vezes, gere um bocadinho de desconforto. Muitas vezes, o meu marido está a falar para mim e eu não o estou a ouvir”.(32 anos de idade)*

Verifica-se que os discursos das mulheres trabalhadoras por conta própria, com exceção das participantes B9 e C5, não consideram que a vida profissional interfira na dimensão familiar. Embora as participantes B6, B7 e U6, trabalhadoras por conta de outrem, expressam a

segmentação das duas esferas, a entrevistada C1, nesta tentativa de separação, declara sentir-se numa guerra constante.

C1 *“Eu não posso deixar que a minha vida profissional afete a familiar, aliás é um guerra constante que tenho com a minha chefe”. (38 anos de idade)*

B6 *“Acho que dá para conciliar as duas coisas, desde que haja tempo para tudo. Acho que a vida profissional não se pode sobrepor à vida familiar, mas acho que pode funcionar as duas coisas. Eu adoro o meu trabalho, adoro estar lá, divirto-me, porque é algo que me instiga, desafia, faz-me sentir-me útil, sentir-me mulher”. (28 anos de idade)*

c) Ambiente Profissional

As participantes trabalhadoras da área têxtil revelam sentir, no seu ambiente de trabalho, um mau relacionamento interpessoal com a chefia e colegas de trabalho, constituindo-se este um dos fatores de insatisfação no local de trabalho. Observa-se que, para as mulheres ucranianas, as maiores dificuldades de relacionamento interpessoal são com a chefia e colegas de trabalho portugueses/as, não se verificando estas dificuldades com as colegas de trabalho da mesma nacionalidade. Estas mulheres mostram também discordância face às políticas laborais existentes. Ao passo que as mulheres cabo-verdianas têm um péssimo relacionamento interpessoal quer com chefias quer com colegas de trabalho portugueses/as.

U5 *“Não gosto das pessoas, não gosto do patrão, do trabalho. Não gosto da política da fábrica. Trabalhar não é muito difícil, só que patrão quer que somos máquinas e está sempre a dizer “Mais rápido, mais rápido!”. E devia olhar para todas as pessoas não só para nós estrangeiros. Nós não trabalhamos mal, trabalhamos bem, só que ele sempre, sempre, todos os dias diz que “Nós somos burros”. (32 anos de idade)*

Em contraste, como fatores de satisfação, as restantes mulheres inseridas noutras categorias profissionais revelam ter um ambiente agradável e de companheirismo no local de trabalho, pelo que não há interferência negativa na vida familiar. A participante B3, apesar de

sentir reconhecimento profissional, menciona as dificuldades sentidas por ser a única mulher num ambiente de trabalho predominantemente masculino.

C1 *“Satisfação é que eu posso dizer que eu sou muito querida no meu trabalho, não falo só pelos clientes, mas pelos meus colegas de trabalho, basta eu não aparecer um dia que já me estão a ligar, temos um ótimo grupo de trabalho”.
(38 anos de idade)*

B3 *“Negativos, sou a única mulher da empresa e foi muito complicado entrar numa fábrica só de homens e ter que mandar. Procuo colaborar no trabalho deles, mas ainda assim tem uma pessoa que não aceita o que eu digo, eu falo e ele não responde...Um homem já vem imposto, né, nós é que temos que nos impor”. (36 anos de idade)*

1.3.3. Discriminação e desigualdades na inserção laboral

Ao retratar as trajetórias profissionais das mulheres imigrantes, deparamo-nos com um cenário de vivências discriminatórias que obstaculizam a sua inserção no mercado de trabalho e a conciliação da vida profissional com a vida familiar. Se nos direcionarmos para o gozo e cumprimento dos seus direitos legais, verifica-se, pelos discursos das mulheres imigrantes, a violação destes ou a sua não proteção em algumas situações pelo facto de serem imigrantes e por serem mulheres. Para as mulheres de nacionalidade brasileira e a partir do discurso da entrevistada B7 constata-se que, no passado, não foi autorizada a dispensa de horário para amamentação por ser imigrante.

B7 *“Fui informada pelas colegas que tinha direito a redução de horário para amamentar e o diretor da escola recusou. Eu escrevi para o Ministério da Educação, isso foi há 21 anos atrás e o Ministério me respondeu que o diretor tinha autoridade para dar ou negar e eu me senti muita discriminada. Foi muito duro para mim! Tinham todas direito. Eu fui a única que não tive!...Nessa altura, tive até dores pós-parto, infeção no peito e foi discriminação. O diretor não podia expulsar-me da escola, porque eu entrei pelo concurso, mas teve a capacidade*

de fazer isso, porque ele sabia que tinha poder para isso. Um abuso de autoridade, uma falta de humanidade que era uma mãe querer amamentar o seu filho e trabalhar ao mesmo tempo". (54 anos de idade)

Atualmente, a história repete-se de, igual forma, para a entrevistada B6. Contudo, para além da não dispensa para a amamentação que a impede de cuidar dos/as filhos/as, verifica-se, pelo excerto um certo desconhecimento dos seus direitos e uma resignação de forma a manter o seu posto de trabalho.

B6 *"Como ele tem 1 ano e três meses, acho que já não tenho direito à amamentação e, se eu pedisse, acho que já estaria excluída, porque eu comecei aqui a fazer um estágio e desisti porque estive lá 2 meses e não tive direito à amamentação e o meu chefe sabia que eu estava a amamentar e não me deixou. E eu não sabia nem o que fazer, porque diziam-me que eu tinha direito e o que é que eu ia fazer, saía mais cedo? Não me sentia com liberdade para sair nas minhas horas de amamentação e desisti". (28 anos de idade)*

No caso das mulheres cabo-verdianas e ucranianas, em especial as trabalhadoras do setor têxtil, assiste-se a uma não proteção da sua segurança e saúde no período de gravidez, visto que são mantidas na execução de trabalhos que exigem bastante esforço físico. Para as entrevistadas U3 e U4, a gravidez foi motivo para um despedimento fácil.

U6 *"Estava grávida e sempre carreguei sacos grandes e pesados. Eu falava só que não queriam saber, depois filha nasceu prematura. Mesmo quando não podia dar horas, patrão dizia estás grávida, mas podes trabalhar". (38 anos de idade)*

U3 *"Quando veio homem, eu engravidei e fui à fábrica e contei à patroa. Eu pensei que a patroa ia ouvir-me, mas, quando patroa soube que estava grávida, mandou-me embora". (39 anos de idade)*

A não atribuição de horas pelas entidades patronais para se dedicarem ao estudo levou a que as entrevistadas C6 e U5 abdicassem do direito de estatuto de trabalhadoras-estudantes.

C6 *“A nível de ser trabalhadora-estudante, temos direito ao dia, quando temos provas, mas eu nunca beneficieei disso, senão no trabalho ainda me mandavam embora”. (43 anos de idade)*

U5 *“É muito difícil fazer cursos para aprender português, porque patrão nem sempre dá hora para ir estudar, patrão quer que seja sempre a trabalhar e por isso é difícil”. (32 anos de idade)*

Algumas entidades patronais adotam a estratégia de fuga ao pagamento de segurança social ou de impostos associados ao trabalho, passando pela não declaração ou pela declaração parcial das suas trabalhadoras dos dias efetivamente trabalhados ou pela omissão da remuneração real auferida pelas mulheres imigrantes.

B8 *“Me enrolaram tanto, diziam que iam fazer contrato, fui ficando 1 mês, fui ficando 2, depois me diziam que estava na segurança social, me retiravam o dinheiro da segurança social e não pagavam e eu não entendia nada”. (46 anos de idade)*

Embora na dedicação à atividade profissional, as perspetivas de progressão e promoção profissional sejam reduzidas como forma de responder às exigências familiares, muitas vezes esta promoção não é permitida a estas mulheres nos seus locais de trabalho por serem imigrantes, como revela o extrato seguinte da entrevistada U4.

C7 *“Eu já recebi uma proposta em que iria ter uma posição superior à que tenho agora, com uma remuneração muito acima do que o que ganho agora e não aceitei pela minha família”. (32 anos de idade)*

U4 *“Vejo que pessoas que trabalham há 1 ano já são encarregadas ou qualquer coisa e comigo nunca acontece e já estou lá há 7 anos”. (27 anos de idade)*

Todo este conjunto de situações leva a que maioria das mulheres imigrantes, com exceção das participantes B7, B8, B9 e C1, encare o trabalho que executam na vida profissional como uma forma de sobrevivência económica e não como uma forma de realização profissional.

B5 *“Modo de realização eu não posso dizer, acredito que é mais um modo de sustento”. (42 anos de idade)*

Apesar das vivências sentidas, apenas sete mulheres imigrantes referem o processo migratório como uma perda de autonomia e independência quer na esfera familiar e pessoal quer na esfera profissional. Quatro referem encontrarem-se na mesma situação e todas as restantes, com grande expressão para as ucranianas indicam, sentir um ganho na sua autonomização.

U9 *“Cresci, sem dúvida. Aprendi a desenrascar-me ainda mais em algumas situações porque estou longe da minha terra”. (30 anos de idade)*

1.4. Identificação de medidas facilitadoras de conciliação trabalho e família

Por último, neste tema, são identificadas medidas que as participantes no estudo consideram ser as ideais para uma melhor gestão da vida pessoal, familiar e profissional.

Tabela 9

Medidas facilitadoras de conciliação entre trabalho e família

Medidas facilitadoras de conciliação
Aumento da licença de maternidade
Organização do tempo de trabalho
Melhor acesso a equipamentos de infância
Incentivos financeiros
Maior divulgação de informação
Sensibilidade da entidade patronal
Acesso a maiores redes de transportes

Na tentativa de compreender que tipo de medidas preventivas e de ação social as mulheres imigrantes implementariam para potenciar uma melhor conjugação entre a vida pessoal, familiar e a vida profissional, as participantes indicam como medida prioritária a nível laboral a opção nas formas de organização do tempo de trabalho. Entre estas formas de organização, destacam a redução do número de horas de trabalho, a flexibilidade de horário, trabalho contínuo e o teletrabalho.

B6 *“Trabalhar a partir de casa, metade do tempo em casa, metade no escritório, muitas coisas podem ser feitas em casa, é uma boa proposta para o governo, aqueles trabalhos virtuais para mães”. (28 anos de idade)*

C1 *“Era importante haver flexibilidade de horário para as mulheres que trabalham por conta de outrem”. (38 anos de idade)*

U4 *“Acho que o que se podia fazer era menos horas de trabalho para mulheres que têm filhos ou retirar turno normal, porque só compensa para quem vive perto da empresa”. (27 anos de idade)*

Simultaneamente, alertam para a necessidade de se combater, a partir de maior fiscalização nas empresas, as atitudes discriminatórias que, frequentemente, ocorrem a nível laboral, em especial contra a mulher grávida e imigrante. Além disso, apelam à sensibilidade das entidades patronais e do estado para as questões familiares.

B2 *“Em relação à empresa, uma mulher adia muito o plano de ser mãe, porque ou se é mãe ou se tem uma carreira profissional. Há determinadas empresas em que se tiver um filho, já era, temos essa consciência. Então, como querem que uma mulher possa ter uma carreira profissional e ser mãe ao mesmo tempo? Não nos dão esse direito, não nos dão essa segurança”. (31 anos de idade)*

C8 *“Trabalhei numa fábrica em Y em que me obrigaram a trabalhar além da minha hora sem me avisar e eu com um filho de 6 anos em casa, sem ninguém para cuidar. Acho que deveria de haver mais sensibilidade dos patrões para as*

questões da família...Acho também que devia de haver mais fiscalização no trabalho". (34 anos de idade)

U5 *"Eu mudava a política da fábrica que é só trabalho, só trabalho. Tu não podes estar doente, sair mais cedo para ir buscar filhos, quando estão doentes". (32 anos de idade)*

Outra das medidas prioritárias sugeridas pelas participantes passa pela melhoria nos equipamentos para a infância e juventude, pelo alargamento do horário de funcionamento, em especial, horários de fim de semana e noturnos, pela prioridade e acessibilidade das mulheres imigrantes a estes equipamentos, por um maior número de amas da Segurança Social e pela existência de serviços de guarda das crianças nos seus locais de trabalho.

B5 *"Olha, eu acho errado, supermercados, shopping, abrir sábados, domingos e feriados. Você não vê repartições públicas abrir sábados, domingos e feriados...e financeiramente ganham mais do que nós e têm com quem deixar os seus filhos. Agora se você tem o seu filho e não tem com quem deixar, porque é que o infantário não está aberto? Porque não colocam nas empresas um local para uma pessoa deixar os filhos, já que é obrigado a ir trabalhar para sustentar o teu filho? Mas o governo procura forma de você trabalhar mais, mas ter um lugar estável onde possa deixar os seus filhos, para você trabalhar com mais segurança e dar um modo de vida diferente aos seus filhos, isso eles não se preocupam. Infelizmente, não". (42 anos de idade)*

C4 *"Acho que deviam de haver amas da Segurança Social que ficassem com crianças à noite, mesmo que pagássemos mais. Acho que devíamos ser apoiadas como as trabalhadoras de dia. Eu, se trabalhasse de dia, tinha uma ama da Segurança Social e pagava 10€, enquanto que assim pago 200€. Acho que devíamos ter outro apoio, porque não temos família cá e, se fosse da Segurança Social, já não teria tanta despesa". (33 anos de idade)*

U1 *"Acho que deveria haver medidas que ajudem os imigrantes a poderem conciliar, como melhor acesso a colocar o filho na escola, haver prioridade, porque não temos outros recursos, haver uma melhor receção e que fosse*

permitido nas instituições entregar crianças a menores com termo de responsabilidade”. (44 anos de idade)

O aumento da licença de maternidade para dois anos é também uma medida apresentada de conciliação para as mulheres imigrantes, assim como, os incentivos financeiros para as famílias, nomeadamente, a partir do aumento do abono de família.

U7 *“Eu não percebo o porquê de quem governar fazer lei para a mulher grávida ficar com filha só 4 meses. É muito, muito pouco tempo. É preciso, mais ou menos, 1 a 2 anos, porque a filha é pequenina e vamos sempre preocupadas. Se é preciso dar peito, a fábrica é muito longe e não pode vir e é muito difícil para a mulher”. (39 anos de idade)*

B3 *“Acho que devia de haver mais incentivos financeiros. Ganho de abono de família 22€, porquê? Acho que o governo nessa situação esquece um pouco a gente”. (36 anos de idade)*

As mulheres ucranianas mencionam a melhoria das redes de transportes públicos com veículos mais frequentes para facilitar a deslocação entre o local de trabalho e o domicílio, o que seria uma forma de poupar tempo.

U5 *“Acho que devia de haver mais transporte públicos. Se tivesse mais transporte nas minhas 2 horas de almoço podia vir a casa e sempre adiantava alguma coisa”. (32 anos de idade)*

A entrevistada U9 menciona esta ser uma questão remetida para o domínio privado da família, pelo que deve ser resolvida no seio familiar.

U9 *“Eu sinceramente não vejo solução para esse tipo de coisas vindo de fora, acho que é uma questão de família, de ajustar horários. Acho que é uma questão interna e não externa”. (30 anos de idade)*

2. Utilização do tempo e duração das atividades das mulheres imigrantes em Portugal e seus companheiros

2.1. Os usos do tempo

A informação disponível relativa à contabilização da utilização do tempo pelas mulheres imigrantes e seus companheiros terá como análise a repartição do tempo dividido pelo:

- tempo despendido em trabalho remunerado;
- tempo despendido em trabalho doméstico;
- tempo despendido em trabalho de cuidados com as crianças;
- tempo para o lazer e para a vida pessoal;
- tempo para o descanso noturno;

Serão apresentados, de seguida, os principais resultados desta análise.

2.1.1. Duração e gestão do trabalho remunerado

O tempo que as mulheres imigrantes dedicam ao trabalho remunerado, mais especificamente, à vida profissional revela ser de extrema importância para compreendermos como o restante uso do tempo - para o trabalho doméstico, cuidados com os/as filhos/as e/ou lazer - é ajustado em função do tempo gasto no trabalho remunerado. Deste modo, pela análise efetuada aos registos preenchidos pelas mulheres imigrantes, constata-se que a duração média semanal de trabalho feminino é superior às 30 horas, sendo que as mulheres de nacionalidade cabo-verdiana dedicam mais tempo ao trabalho remunerado (35,21 horas) do que as mulheres brasileiras (32,55 horas). Contudo, não se verifica a mesma duração semanal para as entrevistadas C1 e B5, cujo horário semanal de trabalho remunerado é de 14 horas, para a entrevistada B4, que tem um horário de trabalho de 12 horas semanais, e para a entrevistada C3, que se encontra de licença de assistência à filha. Relativamente à duração semanal do trabalho masculino, é evidente uma diferença significativa entre os homens a viverem com as

participantes de nacionalidade cabo-verdiana e os que coabitam com as participantes de nacionalidade brasileira, sendo que os primeiros dedicam em média 38,10 horas ao trabalho remunerado e os segundos 50,23 horas. Verifica-se também nestes últimos que todos, com exceção de um, trabalham semanalmente acima das 42 horas semanais, sendo que os companheiros das entrevistadas B5 e B7 se encontram acima das 60 horas semanais, contrastando com os companheiros das entrevistadas C2 e C6, que foram atingidos pelo desemprego.

Ao comparar o tempo dedicado pelo casal ao trabalho remunerado, observa-se que as participantes de nacionalidade cabo-verdiana dedicam semanalmente menos 2,89 horas do que os homens. Tendo em conta que, no momento do registo, dois homens se encontravam numa situação de desemprego, podemos concluir que este diferencial tenderia a se acentuar de forma mais expressiva.

Contudo, quando dirigimos o nosso olhar para as mulheres brasileiras, verifica-se uma expressão significativa quanto ao tempo dedicado ao trabalho remunerado, sendo 17,68 horas inferior em relação aos seus companheiros. Este resultado também se torna expressivo, quando comparado com o das mulheres cabo-verdianas.

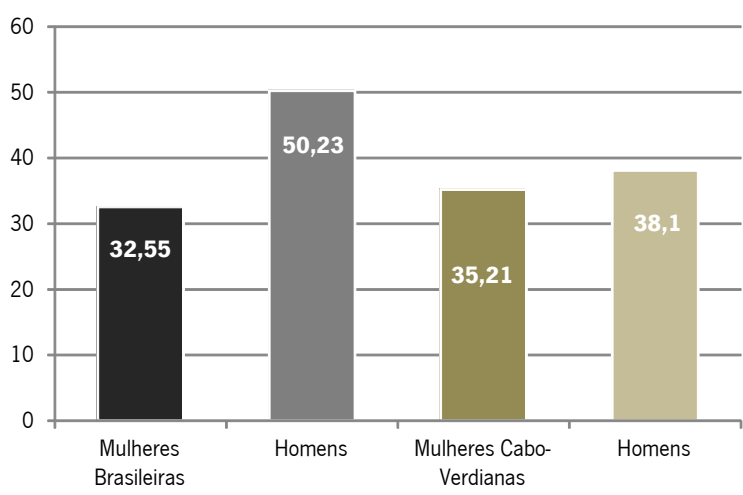


Gráfico 1: Tempo médio semanal em horas de trabalho remunerado de mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros

2.1.2. O tempo dedicado ao trabalho doméstico

As atividades domésticas constituem uma das formas de trabalho não remunerado que ocupam parte integrante da vida quotidiana das mulheres imigrantes. Ao analisar o tempo afeto ao trabalho doméstico e registado diariamente pelas mulheres imigrantes, verifica-se que a participação masculina no trabalho doméstico é inexistente ou pontual. Os dados revelam que as mulheres de nacionalidade brasileira dedicam em média ao trabalho doméstico 24,95 horas por semana, destoando com os seus companheiros, que apenas dedicam, em média, 3,73 horas por semana. Neste grupo, verifica-se a ausência da realização do trabalho doméstico por parte dos companheiros das participantes B2, B4, B5 e B7 e a realização com duração abaixo da uma hora diária no que respeita aos companheiros das participantes B6 e B10.

No caso das participantes de nacionalidade cabo-verdiana percebe-se um cenário semelhante, em que as mulheres assumem um papel preponderante na execução destas tarefas, consagrando, em média, 26,33 horas por semana a este trabalho, ao passo que os seus companheiros dedicam em média 6,33 horas, sendo este número totalizado, em grande parte, pelos companheiros das participantes C2 e C6. Constata-se nos restantes casos uma não partilha do trabalho doméstico, em especial, os companheiros das entrevistadas C5 e C7, situando-se o companheiro da entrevistada C3 abaixo da uma hora diária e os restantes abaixo da meia hora diária.

Ao comparar as mulheres de nacionalidade brasileira com as mulheres de nacionalidade cabo-verdiana, verifica-se que, na execução deste trabalho, as mulheres cabo-verdianas empregam, em média, 1,38 hora por semana a mais do que as mulheres brasileiras. Em ambas as nacionalidades, as mulheres que registam uma maior ocupação do tempo com a realização do trabalho doméstico são aquelas em que o seu trabalho remunerado é efetuado no domicílio. Em relação aos companheiros, observa-se que os das mulheres de nacionalidade cabo-verdiana dedicam, em média, 2,60 horas por semana a mais a este trabalho do que os companheiros das mulheres de nacionalidade brasileira. Contudo, para os homens, as tarefas domésticas não representam uma forma de ocupação de tempo significativa.

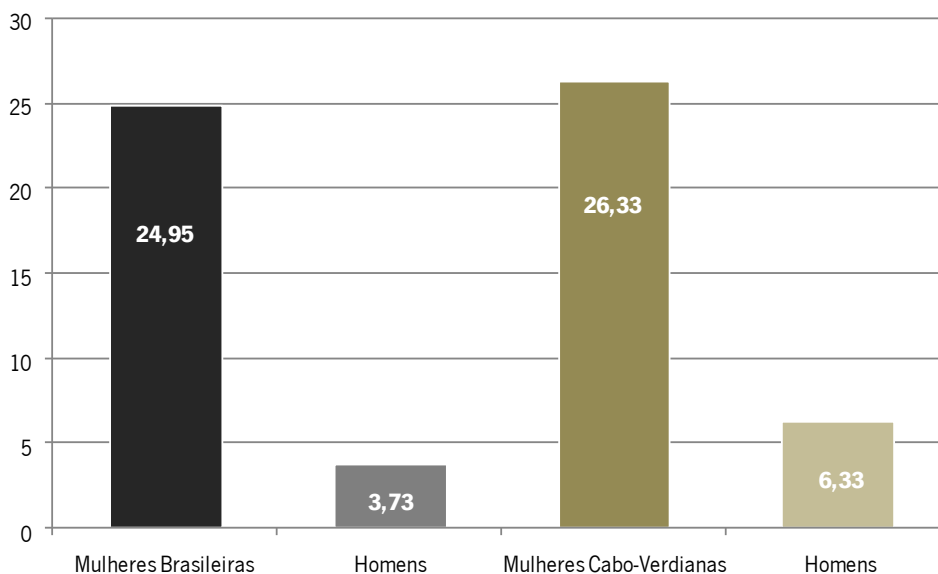


Gráfico 2: Tempo médio semanal em horas dedicado ao trabalho doméstico pelas mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros

2.1.3. Tempo despendido nos cuidados prestados aos/às filhos/as

Partindo do pressuposto de que a atividade de cuidar das crianças não se inclui na ocupação do tempo de trabalho doméstico, a análise do uso do tempo semanal despendido pelas mulheres imigrantes e seus companheiros centrou-se nos cuidados prestados às crianças, no que concerne à alimentação, aos hábitos de higiene, ao apoio no trabalho escolar e a outros acompanhamentos/cuidados infantis. Deste modo, o tempo médio despendido pelas mulheres brasileiras nos cuidados com os/as filhos/as, de 23,66 horas por semana, é superior ao dos seus companheiros, que é de 11,95 horas semanais. Nesta análise, constata-se que as mulheres com crianças com idade inferior a 1 ano são as que dedicam mais tempo a estes cuidados, como acontece com a entrevistada B9, que despende 6,50 horas diárias. Embora com menos expressão, observa-se também que as que empregam menos tempo a este cuidado recorrem ao serviço pago, como presenciado no caso da entrevistada B7, ou contam com o apoio do cônjuge, como descrito pela entrevistada B1, dedicando ambas 1,37 horas diárias.

No caso das mulheres cabo-verdianas, o tempo médio semanal despendido nos cuidados aos/as filhos/as, de 18,43 horas, é significativamente superior ao dos seus

companheiros, de 9,12 horas por semana. Com exceção do companheiro da entrevistada C6 que totaliza um maior número de horas dedicado a estes cuidados, 23,50 horas semanais, quando comparado o casal e em comparação com os restantes homens do grupo. Ao termos em atenção o nível de qualificação dos companheiros, constata-se que o tempo despendido nestes cuidados é maior para os que possuem níveis superiores de qualificação, destacando-se o companheiro da participante C7, que dispõe de 20,00 horas por semana nestes cuidados. Para os restantes homens, o tempo consagrado a estes cuidados tem muito pouca expressão e o companheiro da entrevistada C5 não presta nenhum cuidado aos/às filhos/as.

Ao confrontar os resultados obtidos pelas mulheres de nacionalidade brasileira com os obtidos pelas mulheres de nacionalidade cabo-verdiana, constata-se que, na prestação dos cuidados às crianças, as mulheres brasileiras gastam, em média, 5,23 horas por semana a mais do que as mulheres cabo-verdianas. No caso dos homens, são também os companheiros das mulheres brasileiras que registam uma maior ocupação do tempo com estes cuidados, 2,83 horas a mais por semana do que os companheiros das mulheres cabo-verdianas.

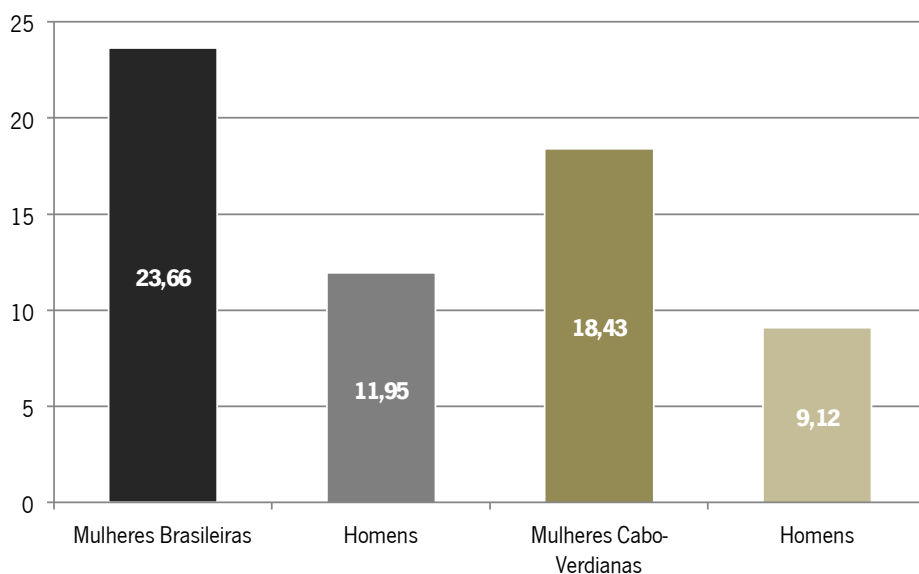


Gráfico 3: Tempo médio semanal em horas gasto com os cuidados com os/as filhos/as de mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros

2.1.4. Tempo para o lazer e para a vida pessoal

Reservar algum tempo para si ou ganhar/perder o seu tempo a cultivar outros interesses, relações e desfrutar de atividades só se torna possível no tempo que sobra ao final do dia ou da semana. Este tempo é, muitas vezes, limitado não só pelas condições do trabalho remunerado mas também pelas necessidades e exigências familiares, que privam o uso deste tempo e fazem com que seja subtraído pelos outros.

A disponibilidade e uso deste tempo livre é assimétrico para homens e para mulheres. Os dados obtidos pelo registo corroboram esta disparidade, revelando que as mulheres de nacionalidade brasileira gozam, em média, 31,34 horas por semana, enquanto que os seus companheiros disfrutam, em média, de um total de 46,22 horas por semana. Esta diferença evidencia-se de forma acentuada nas mulheres com filhos/as com idade inferior a 2 anos de idade. Na utilização do tempo de lazer, é notório que as mulheres brasileiras usufruem de menos 14,88 horas semanais do que os seus companheiros.

Embora a utilização deste tempo seja considerado pelas mulheres brasileiras de extrema importância para reposição de energia e como forma de compensar o lado profissional, maternal e marital, é unânime na análise a privação de algumas atividades desejadas e a ocupação deste tempo com a família, vivendo para ela como elas próprias o citam.

Para além de se evidenciar uma utilização do tempo que se altera com a migração, visto estas mulheres considerarem que nos seus países de origem cuidavam mais de si e gozavam mais da vida social, também se distancia da utilização do tempo masculino pois verifica-se nestes a prática de atividades desportivas e convívios sociais frequentes.

Na comunidade cabo-verdiana, verifica-se, de igual modo, a mesma desigualdade ao nível da utilização do tempo. Se para as mulheres o tempo médio usado por semana é de 32,57 horas, 57,95 horas por semana são gastas a favor dos homens. Nestes casais, a diferença na ocupação do tempo entre homens e mulheres torna-se significativa, desfrutando os homens 25,38 horas por semana a mais do que as mulheres. No entanto, chama-se a atenção para o facto de existirem, neste grupo, dois homens em situação de desemprego, o que pode desvirtuar os resultados da análise.

Na utilização deste tempo livre, constata-se que as mulheres cabo-verdianas privilegiam a companhia da família, mais em concreto, a dos/das filhos/as, mas procuram usufruir deste tempo também para descansar, obtendo um prazer mais tranquilo como ver televisão e se “esticar” no sofá. Apenas a entrevistada C2 refere assistir à celebração religiosa dominical no tempo livre e a C5 menciona o raro contacto com amigos/as africanos/as.

As mulheres cabo-verdianas revelam sentir a falta do convívio social, da prática desportiva e também das visitas e momentos familiares que tinham no seu país de origem e que faziam parte da ocupação do seu tempo livre. Algumas mulheres revelam o desejo de desenvolver um trabalho comunitário neste tempo livre, caso seja possível.

Para os homens, este tempo é ocupado com a prática desportiva, assistência a jogos desportivos com amigos, visionamento de televisão e descanso.

Em suma, ao confrontar os resultados da utilização do tempo com o lazer, podemos indicar que as mulheres de nacionalidade brasileira usufruem de menos 1,23 horas por semana do que as mulheres cabo-verdianas. No caso dos homens, a diferença na utilização do tempo com o lazer é mais expressiva, os companheiros das mulheres brasileiras gozam de menos 11,73 horas por semana do que os companheiros das mulheres cabo-verdianas.

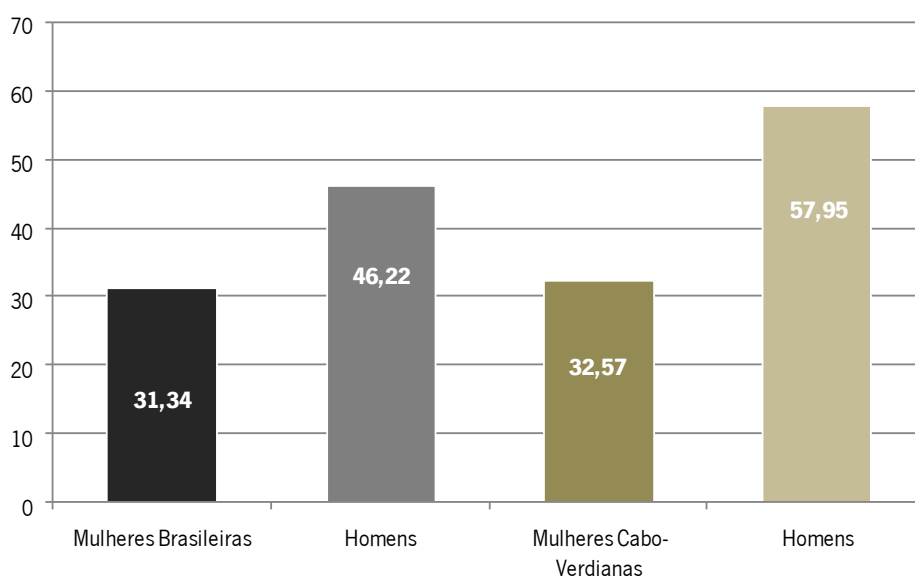


Gráfico 4: Tempo médio semanal em horas dedicado ao lazer de mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros

2.1.5. Tempo para o descanso noturno

O tempo dedicado ao sono pode constituir-se um tempo ganho na medida em que se torna um descanso necessário para enfrentar as restantes tarefas do quotidiano de forma mais clara e enérgica. Pela análise dos registos das mulheres brasileiras e seus companheiros constata-se que a maioria ainda se encontra acordada às onze da noite e a hora de deitar está muito concentrada entre a meia noite e a uma da manhã. A hora de acordar situa-se entre as sete e as oito da manhã. Não se verifica nenhuma discrepância, quer para as mulheres brasileiras quer para os seus companheiros, quanto ao tempo dedicado ao sono, sendo este de 55,49 horas por semana.

No que diz respeito aos ritmos de tempo de deitar e acordar verifica-se que a hora de deitar para as mulheres cabo-verdianas e seus companheiros se centra entre as onze da noite e meia noite e que a hora de acordar se situa entre as seis e sete da manhã. Em relação ao tempo dedicado ao sono, as mulheres cabo-verdianas dormem semanalmente 55,61 horas e os homens 56,51 horas. Embora não seja significativa, assiste-se a uma ligeira diferença no tempo dedicado ao sono entre homens e mulheres, beneficiando os homens de mais 0,13 horas.

Ao relacionar o tempo dedicado ao descanso noturno entre as mulheres brasileiras e as mulheres cabo-verdianas e entre os homens, não se registam discrepâncias significativas.

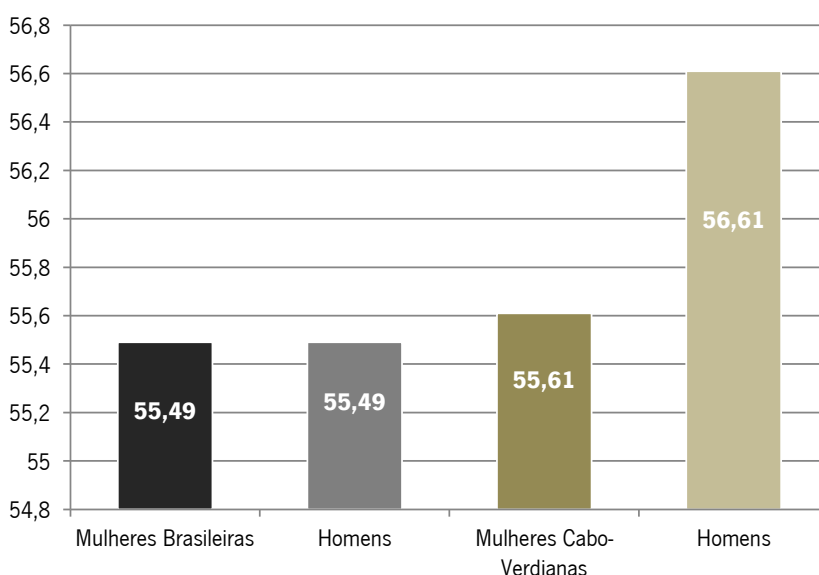


Gráfico 5: Tempo médio semanal em horas de descanso noturno de mulheres brasileiras e cabo-verdianas e seus companheiros

2.1.6. Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo o sexo e nacionalidade

Considerando que o dia tem 24 horas e que uma semana é constituída por 168 horas, os gráficos seguintes pretendem ilustrar a forma como homens e mulheres distribuem e partilham o seu tempo de atividades e qual o peso de cada uma destas no tempo total semanal.

Assim, pela representação gráfica, é possível observar que às mulheres brasileiras é-lhes reservada a vida familiar, em que o tempo dedicado às tarefas domésticas (14,85%) conjugado com o tempo dedicado com os cuidados com os/as filhos/as (14,09%) representa um tempo superior (28,94%) ao despendido com o trabalho remunerado (19,38%). Em sentido oposto, para os homens o trabalho remunerado (29,89%) surge como principal forma de ocupação do tempo, seguido pelo lazer (27,51%), assumindo estas atividades maior preponderância na gestão dos tempos masculinos.

Em relação ao tempo dedicado ao lazer, verifica-se que os homens beneficiam cerca de uma vez e meia mais do que as mulheres, representando o lazer para estas apenas 18,65%, do seu tempo. O trabalho doméstico (2,22%) e os cuidados com os/as filhos/as (7,11%) revelam ser atividades com pouca representação no tempo masculino. Podemos assim concluir, pelos resultados obtidos, que homens e mulheres não repartem o tempo de forma semelhante, sendo o descanso noturno o único tempo que não apresenta diferenças assinaláveis entre homens (33,27%) e mulheres (33,04%).

Mulheres Brasileiras

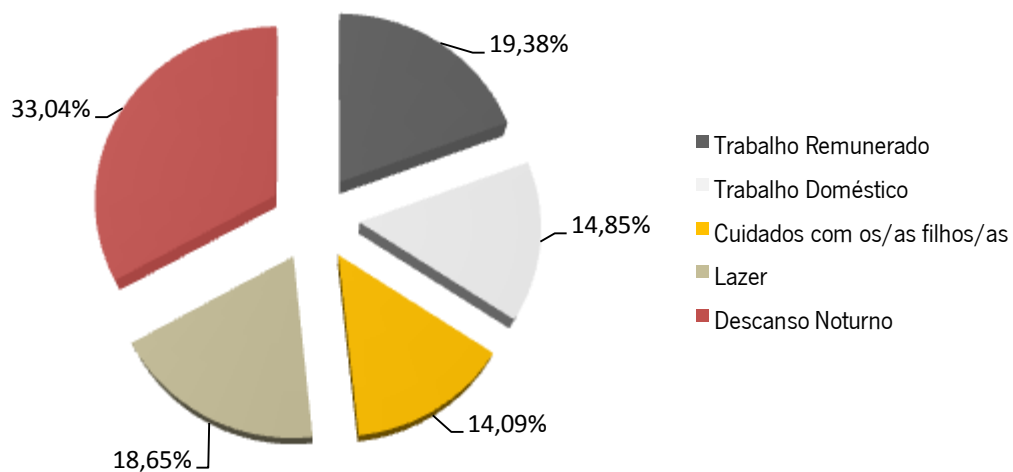


Gráfico 6: Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo as mulheres brasileiras

Homens

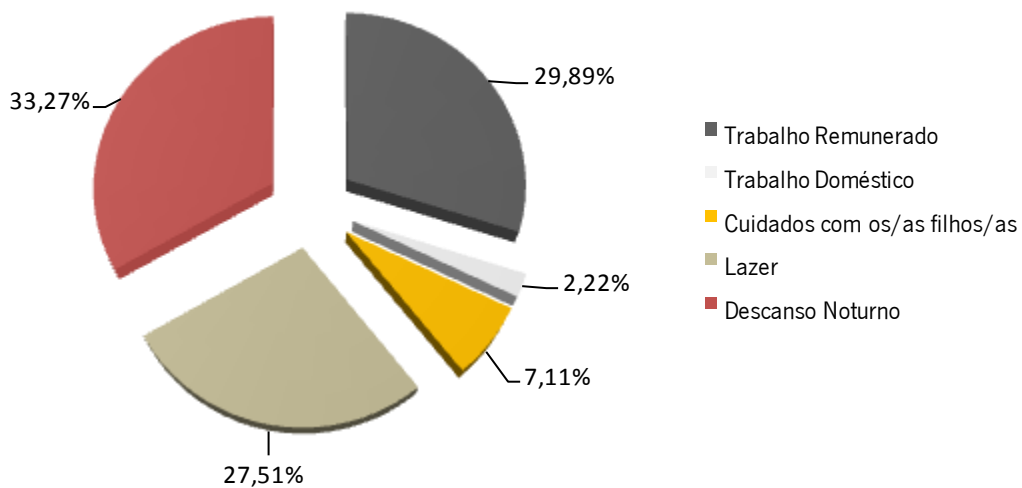


Gráfico 7: Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo os homens

Pela análise gráfica, constata-se que para as mulheres cabo-verdianas o tempo dedicado à vida familiar, comparativamente aos outros tempos, assume uma ocupação predominante. Nestas atividades de âmbito familiar, o trabalho doméstico (15,68%) surge como principal função a exercer, seguido dos cuidados com os/as filhos/as (10,88%), sendo o total destes dois tempos superior ao dedicado ao trabalho remunerado (20,97%). Esta comparação permite aferir claramente o peso e o contraste de prioridades na vida das mulheres cabo-verdianas. Para os homens, a atividade que assume maior expressão na ocupação do tempo é o lazer (34,49%), sendo este tempo superior a uma vez e meia ao das mulheres (19,38%). Embora existam dois homens na situação de desemprego, verifica-se que, mesmo assim, o trabalho remunerado representa uma maior ocupação de tempo (22,68%), quando relacionado com o tempo dedicado às atividades de contexto familiar. A participação masculina no trabalho doméstico (3,77%) e cuidados com os/as filhos/as (5,42%) torna evidente que os homens, mesmo tendo disponibilidade, tendem a ocupar o seu tempo com atividades fora do contexto familiar. Por último, pelos resultados, são notórias as diferenças existentes entre homens e mulheres na repartição do tempo, o descanso noturno assume-se como sendo o único tempo em que a desigualdade entre homens (33,63%) e mulheres (33,10%) não é expressiva.

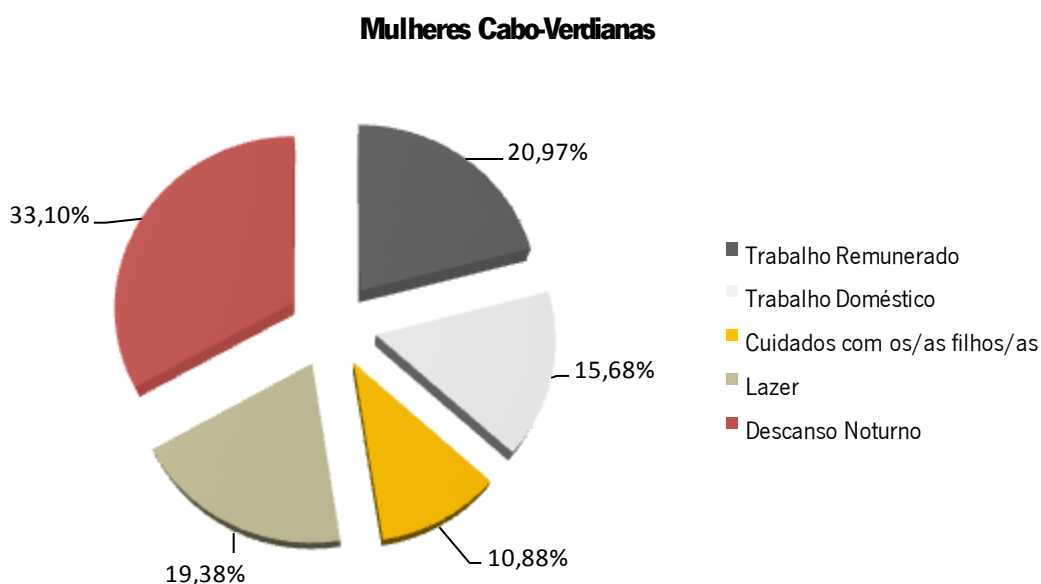


Gráfico 8: Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo as mulheres cabo-verdianas

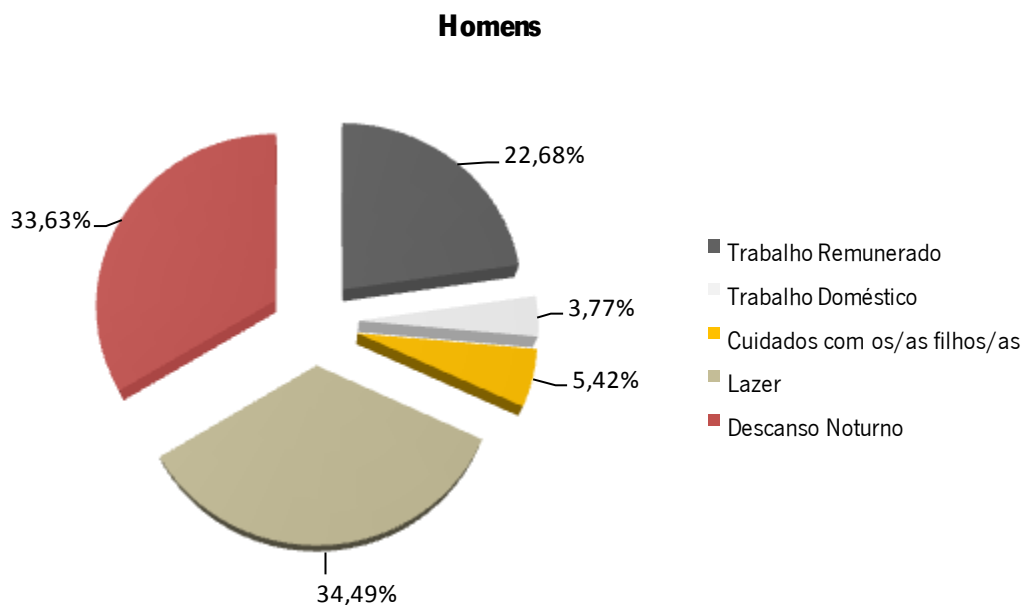


Gráfico 9: Distribuição do tempo semanal pelas diferentes atividades segundo os homens

2.2. Um olhar conclusivo sobre os usos do tempo repartido entre homens e mulheres

Espelhando o nosso olhar sobre a análise efetuada em relação aos usos do tempo, podemos concluir que um dos aspetos que ressalta destes resultados é o padrão geral do tempo atribuído ao trabalho doméstico, marcado por uma acentuada assimetria na afetação do tempo que homens e mulheres declaram gastar com este trabalho. Segundo este padrão, o “fardo” doméstico pesa bastante mais sobre as mulheres do que sobre os homens: trabalhando as mulheres brasileiras em média cerca de sete vezes mais do que os homens; e as mulheres cabo-verdianas cerca de quatro vezes mais do que os homens, sendo as diferenças entre os sexos maiores para as mulheres de nacionalidade brasileira e seus companheiros. Assistimos, por um lado, a uma rigidez face à mudança deste padrão, pois, embora o casal trabalhe sobretudo a tempo inteiro, a participação dos homens neste contexto não se verifica e, por outro, a uma partilha forçada, em consequência do desemprego de dois homens, devido ao contexto de recessão económica que o nosso país atravessa.

No que respeita ao tempo prestado aos cuidados dos/as filhos/as, é também evidente uma significativa diferença entre homens e mulheres, uma vez que elas trabalham o dobro deles. Podemos ainda concluir que a dedicação a estes cuidados se torna maior com a existência de crianças de faixa etária abaixo dos três anos, como evidenciado pelas mulheres brasileiras e seus companheiros, quando comparados com as mulheres cabo-verdianas e seus companheiros.

Olhando de seguida para o trabalho remunerado, os resultados mostram que a condução de uma carreira profissional e o sustento familiar são duas funções geralmente atribuídas ao homem. No caso das mulheres brasileiras, a duração média do trabalho remunerado é inferior à duração normal, que se situa entre as 35 e 40 horas semanais, trabalhando o homem mais do que a duração normal de trabalho e cerca de uma vez e meia mais que as mulheres. Embora não existam diferenças substanciais entre as mulheres cabo-verdianas e seus companheiros, convém reforçar que continuam a ser eles que ocupam maior tempo com o trabalho remunerado, mesmo existindo dois homens em situação de desemprego. Podemos aferir que este modelo do homem como “ganha-pão” vem justificar e reforçar a redução do tempo consagrado ao contexto familiar.

Em relação ao lazer, o grande diferencial na utilização do tempo livre entre homens e mulheres em benefício dos homens pode revelar-se um indicador de fraca integração social das mulheres.

Por fim, a análise aos usos do tempo torna visível os modos diferenciais que homens e mulheres imigrantes assumem nos diversos contextos da vida, assistindo-se a uma reduzida mudança nas relações de género dentro da família e cabendo às mulheres o desempenho de tarefas de âmbito privado.

3. Discussão de Resultados

Da exposição dos dados anteriores podemos avançar com a discussão de resultados que permite compreender não só os percursos migratórios das mulheres brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas presentes em Portugal, mais concretamente, a residir no distrito de Braga mas, reflete as vivências, discursos e práticas destas mulheres, tornando audíveis as suas vozes, em

relação à temática da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. Os dados permitem compreender quais as estratégias que estas mulheres utilizam no seu quotidiano para facilitar a articulação entre as duas esferas de vida e de que modo estas esferas estão organizadas em função da pertença de género.

Deste modo, este estudo parte de uma abordagem construcionista social em que se procura a compreensão dos processos psicossociais das significações dadas pelas próprias mulheres às suas experiências e vivências de conciliação, assumindo a linguagem uma posição primordial, onde as mulheres se tornam protagonistas principais das suas próprias histórias.

Os discursos das mulheres participantes no estudo ilustram a grande diversidade nos percursos migratórios e a multiplicidade de motivações das mulheres e das suas famílias. Pelos resultados observa-se um paradigma clássico da migração para a maioria das participantes de nacionalidade brasileira e ucraniana, surgindo estas em segundo plano na decisão de emigrar, deslocando-se passivamente para se juntarem aos seus maridos/companheiros por via da reunificação familiar, encarceradas pelo sonho do amor romântico. Este ideal e discurso do amor que é para sempre, que vence todos os obstáculos e que supera todas as dificuldades afeta as aspirações destas mulheres, levando-as a sacrificarem-se e a dedicarem-se mais à componente emocional e afetiva da relação (Giddens, 2001; Torres, 2001). Deste modo, os papéis tradicionais de género protagonizados por estas mulheres coloca-as numa posição de maior subalternidade e submissão (Silva, 2009).

As restantes mulheres das diferentes nacionalidades em estudo apresentam-se como motores diretos e principais protagonistas no processo da imigração. O desejo de um crescimento pessoal e científico, incidindo mais nas mulheres cabo-verdianas, e o querer fugir da pobreza e da instabilidade profissional, mas também de vivências conjugais falhadas, comum nas três nacionalidades, leva a que estas mulheres encontrem na imigração um acesso para uma nova vida, deixando para trás as experiências negativas na expectativa de uma qualquer forma de emancipação, autonomia e libertação. Perante esta *feminização* dos fluxos migratórios em Portugal (Castles & Miller, 2003; Moreno-Jiménez & Rodríguez, 2012) parece-nos evidente que a análise deste fenómeno não pode fazer-se deixando à margem a discussão sobre a influência das questões de género.

Os fluxos migratórios das três nacionalidades em estudo revelam que a existência dos relacionamentos amorosos influenciaram na escolha do nosso país como um destino migratório. Verifica-se que a proximidade histórica e linguística que une o Brasil e Cabo-Verde a Portugal tem reforçado as redes migratórias e mantém os fluxos em direção ao território português. Para as mulheres ucranianas com percurso autônomo, as diferenças salariais e no nível de vida divulgadas pela rede de familiares e amigos/as, bem como, a facilidade de movimento no nosso país, constituíram-se fatores chave nesta decisão.

Assistimos, neste atravessar fronteiras, que as mulheres imigrantes confrontam-se com infindos obstáculos e resistências no contacto com a sociedade recetora que comprometem uma integração efetiva, verificando-se a existência de diferenças e aspetos comuns nas três nacionalidades. Para as mulheres brasileiras, a invisibilidade e/ou fragilidade laboral constitui um dos entraves no acesso à regularização, dificultado quer pelos meios legais, quer pelos meios financeiros, como pela ausência e insuficiente informação dos serviços legais, dificuldades que se acrescem pelo estado civil das mulheres. Perante a instabilidade emocional que todo este cenário promove nas mulheres imigrantes, o casamento surge como uma via para obter a nacionalidade e garantir alguma segurança, embora, não se verifique que seja uma regularidade frequente, tal como observado no estudo de Ferreira e Ramos (2008).

As narrativas construídas pela imprensa, veiculadas pelas novelas, produtos comercializados e reforçada pela situação mediatizada das mães de Bragança (Padilla, 2007), fabricam e produzem mensagens deturpadas e estereotipadas assentes na imagem da mulher brasileira como exótica e sensual, orientada para práticas sexuais, na da mulher cabo-verdiana a funções subalternas, sendo também visível na população ucraniana, embora, de forma menos acentuada. Este retrato predominantemente negativo e categorização exacerbada e distorcida, marcado pela colonialidade, sexismo e racismo e diferenciado em função das diferentes nacionalidades, não espelha de todo a realidade e acentua a discriminação e a hostilidade que estas mulheres vivenciam e estão sujeitas (Marques & Góis, 2012) com repercussões nas suas diferentes esferas de vida, nomeadamente, a nível pessoal, familiar, laboral e social.

Nas suas trajetórias de vida e ecoando as suas vozes, verifica-se que as representações sociais existentes na sociedade portuguesa face às mulheres imigrantes explicam e reforçam ainda mais a relação entre estas e a indústria do sexo (Gomes, 2013; Padilla, 2007) e

evidenciam um mecanismo de reprodução da desigualdade e discriminação pela sua condição de imigrante com implicações nos seus modos de ser, sentir, viver e de estar na sociedade que resultam na reestruturação de um novo modo de vida, o que para Machado (2007), fortalece a subordinação destas mulheres. Deste modo, e como referenciado por Fernandes (2013), estas representações operam nas suas práticas quotidianas de modo a desqualificar as suas habilitações, competências, valores e assim desqualificando-as como pessoas, multiplicando-se os marcadores de exclusão e opressão por ser-se mulher, imigrante e a sua nacionalidade. Tal como comprovado no estudo de Gomes (2013), o imaginário social é construído como uma ordem discursiva imbricada em relações de poder e de género, onde *raça*, género e sexualidade se intersejam e afetam a experiência de mulheres de todas as classes e inserções sociais.

Independentemente da forma como resistem a este imaginário construído sobre elas em Portugal, as suas experiências são pautadas por terem que lidar com o preconceito e a discriminação e sobreviver. Constatase, que após a vivência migratória, todas as mulheres se transformam, se tornam diferentes e numa tentativa de se protegerem e de se integrarem na sociedade, algumas participantes brasileiras procuram “esconder” a sua identidade, reduzindo a expansividade, a alegria, a espontaneidade, disfarçando a pronúncia e distanciando-se do seu grupo de pertença. Embora, reconheçam existir histórias de engano e exploração vinculadas à prostituição, verifica-se ser comum responsabilizarem as “outras” mulheres brasileiras em Portugal por esta construção negativa, agindo sobre elas com preconceitos que reforçam e geram uma marca de hostilidade entre as próprias mulheres, autóctones e brasileiras, e brasileiras entre si (Padilla, 2007). Verifica-se, desta forma, uma resignação destas mulheres face à sua posição na sociedade e uma aproximação e reprodução da ordem discursiva hegemónica, deixando elas próprias de serem vítimas do estereótipo para se tornarem agentes do mesmo.

Ao contrário, as cabo-verdianas académicas e ucranianas encontram dentro das suas próprias comunidades (endogrupo), uma âncora de defesa/proteção quando as tensões tornam a inserção social mais problemática, porém, as restantes mulheres adotam como estratégia o isolamento confinando-se, apenas, ao contexto de trabalho, o que as exclui do tecido social, conformando-se, assim, com a posição social que ocupam na sociedade.

Ora, podemos concluir que se as fronteiras deveriam constituir uma proteção, um lugar de reivindicação de direitos, por vezes, assiste-se à exclusão, ao acentuar das marcas culturais, onde o ser mulher, ser mulher imigrante e a nacionalidade lhes confere um estatuto de inferioridade.

Perante os discursos destas mulheres, a experiência migratória envolve outras perdas relatadas pelas diferenças culturais, linguísticas e climatéricas e o afastamento da família alargada, em especial, dos/as filhos/as. Contudo, o sentimento de segurança do país e a melhoria na qualidade de vida são vantagens enumeradas pelas comunidades brasileiras e ucranianas quando comparadas com os seus países de origem.

Escrutinando o quotidiano *privado* e íntimo das mulheres imigrantes, um dos aspetos que ressalta destes resultados é o padrão regular e assimétrico das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças, comum a todas as nacionalidades. No que respeita às tarefas domésticas, verifica-se que a participação masculina assume mais um caráter de ajuda do que, propriamente, um caráter de responsabilidade, não beneficiando as mulheres com uma redução do trabalho doméstico. Todas as mulheres evidenciam, no país recetor, um aumento das suas responsabilidades e uma sensação de maior sobrecarga do que no país de origem, estando esta relacionada com a ausência de suporte familiar, financeiro e social, que resulta em estratégias de conciliação distintas entre os grupos de nacionalidade e influenciadas pelo padrão migratório das famílias. Assim, constata-se que são as mulheres, com maiores recursos económicos e escolaridade, as que mais frequentemente recorrem ao serviço doméstico pago, mais evidenciado pelas mulheres brasileiras, contrastando com as mulheres de baixos recursos económicos que recorrem a estratégias familiares e individuais. As ucranianas são as que mais delegam esta responsabilidade nas/os filhas/as e as mulheres cabo-verdianas assumem-se como as principais responsáveis por este trabalho, o que pode constituir um fator de risco e de fragilidade para estas mulheres na resolução eficaz da conciliação (Duxbury, Lyons & Higgins, 2008) e potenciar consequências negativas para o seu bem-estar (ILO, 2010).

Um dado importante que sobressai desta investigação é que nas comunidades ucranianas e cabo-verdianas, embora as mulheres, em algumas situações, se assumam como as únicas provedoras do lar isso não se reverte numa maior autonomia e poder de decisão na esfera familiar, tal como observado em outros estudos (Menjívar, 1999; Peixoto, et al., 2006). Desta

forma, o papel económico na esfera familiar não é condição de promoção da igualdade de género, uma vez que são as mulheres que seguem uma lógica de dupla jornada (França & Shimansky, 2009; Guerreiro & Pereira, 2006), assistindo-se assim a uma transição de um sistema de patriarcado para outro. O espaço doméstico continua, desta forma, a ser um fator de diferenciação e uma das áreas privilegiadas para a reprodução das desigualdades de género pois as construções sociais e culturais acerca da masculinidade e feminilidade definem a distribuição de poder na família e impõe espaços diferenciados para homens e mulheres (Aboim, 2004).

Verifica-se que os discursos genderizados e classicistas na comunidade ucraniana e cabo-verdiana legitimam a sua submissão pelo facto de serem mulheres e serem imigrantes, levando-as a uma não reivindicação desta prática assimétrica, em que o dever das mulheres, a incapacidade e falta de jeito dos homens para assumirem a vida familiar as acompanha. Este não questionar e não colocar em causa o modelo tradicional das relações de género (Amâncio, 2003), culmina numa posição normalizadora e conformista e na adoção de um discurso que acentua e assenta nas diferenças sexuais e que nega a desigualdade, não reconhecendo, por isso, estas mulheres, a necessidade de agir perante ele. Mesmo que se evidencie, como no caso das mulheres brasileiras, uma postura mais reivindicativa e um sentimento de injustiça perante esta assimetria, na prática esta vai-se diluindo e perdendo força porque consideram não poder terminar uma relação por causa das tarefas domésticas. Neste sentido, estas mulheres carregam uma herança social e cultural em que a vida familiar e a intimidade se revelam como um modelo de felicidade e de proteção contra todas as ameaças da vida (Giddens, 2010), o que gera doses difíceis de negociação. De facto, a sociedade patriarcal e os discursos de género criam condições para que as mulheres sejam socialmente construídas focando-se numa única esfera de atividade, a família (Amâncio & Oliveira, 2002). Daí, não se possibilitar mudanças efetivas naquilo que se consideram ser pontos menos positivos nas práticas da conciliação e implicar uma ausência de estratégias para lidar com as responsabilidades, o que afeta a sua perceção em relação ao conflito. Prescrevendo-se, desta forma, uma determinada e única forma de se traçar os percursos e vivências a dois.

Um dado curioso desta investigação é a existência de um discurso de maior valorização do trabalho doméstico feminino por parte dos homens cabo-verdianos e um sentimento de injustiça na divisão do trabalho doméstico por parte dos companheiros das mulheres brasileiras, ao contrário do que acontece na comunidade ucraniana. Esta aproximação de discursos, entre o

casal, quanto ao sentimento de justiça na realização do trabalho doméstico e a sua valorização, pode indicar uma alteração aos sistemas patriarcais intergeracionados dentro das suas famílias de origem (Pipper, 2005) e a existência de condições para que a igualdade se possa estabelecer na vida dos casais.

Em relação à vivência da maternidade e às tarefas de cuidados e acompanhamento dos/as filhos/as, os resultados indicam que estas são as que mais influenciam a vida e o percurso profissional das mulheres imigrantes. De facto, embora se assista nestas tarefas a uma maior partilha, mais evidenciada nos homens jovens e qualificados da comunidade cabo-verdiana, o que pode refletir os efeitos da migração na desconstrução dos sistemas dominantes (Pipper, 2005), são ainda as mulheres as principais responsáveis por estes cuidados. Esta partilha, evidencia-se, no caso da comunidade brasileira pelo transporte à escola, ao passo que para os homens cabo-verdianos e ucranianos com formação superior se verifica mais no apoio ao estudo.

A fase inicial de um projeto migratório, em que os alicerces ainda não estão bem firmes, força as mulheres, após o nascimento dos/as filhos/as, e de forma a poderem conciliar com as responsabilidades familiares, a interromper ou a abandonar o percurso profissional, situação que vai de encontro aos estudos nacionais e internacionais apresentados (Perista, 1998; Purkayastha, 2005). Embora esta seja uma solução para a maioria das mulheres, as ucranianas são as que mais seguem o padrão predominante dos seus países de origem, ficando com as crianças até aos 2, 3 anos de idade, situação que se altera profundamente a partir desta faixa etária. Como forma de conciliar a vida familiar e profissional, o recurso a serviços pagos ou a pessoas ganha preponderância de forma distinta para as mulheres das diferentes nacionalidades e em função das suas estruturas familiares, condições socioeconómicas e tipo de trabalho. Constata-se que nas famílias de baixos rendimentos e com a existência de horários mais longos, atípicos ou noturnos, os horários e custos de funcionamento dos serviços públicos e privados condicionam a escolha destas mulheres. Assim, a preferência pelo serviço de cuidado de amas para as mulheres brasileiras, também visível nas mulheres cabo-verdianas, ou o recurso às avós, apenas utilizado por esta comunidade, torna-se uma opção. Na comunidade ucraniana, a migração permitiu a especialização e distribuição em determinadas tarefas de cuidados baseadas nos interesses e horários do casal, assim a partilha de cuidados e guarda dos/as filhos/as é efetuada por turnos entre o casal ou pelos filhos/as mais velhos/as. Uma das outras

soluções encontradas em todas as nacionalidades foi a autonomização dos/as filhos/as em idade ainda jovem, deixados/as a sós nos horários pré e pós-escolar ou a utilização dos ATL's para as cabo-verdianas. Neste tipo de solidariedade familiar verifica-se que as crianças são obrigadas a crescer ou ver a sua infância interrompida, negligenciando-se, assim, as suas necessidades como crianças (ILO, 2010).

As mulheres relatam dificuldades em encontrar vaga nos serviços de equipamentos de apoio à infância, a falta de informação de acesso a estes serviços e a rigidez de horários destas instituições. Contudo, o recurso ao serviço pago de creches e instituições também assume a sua relevância, em especial, para as mulheres brasileiras.

De forma minoritária, a utilização de uma empregada doméstica ou cuidar no local de trabalho foram também opções utilizadas pelas mulheres brasileiras e cabo-verdianas com elevados recursos económicos e/ou trabalhadoras por conta própria.

Os resultados evidenciam que é patente nestas mulheres a existência de valores maternalistas e tradicionalistas dando grande relevo à vida familiar e à valorização do papel insubstituível da mãe, que enriquece de forma intensa as suas vidas relacional e emocional, sentindo-se realizadas pessoalmente mas que limitam, excluem a formulação de outras identidades, o que, para Nogueira (2011a), acabam por adquirir competências e crenças que afetam o seu comportamento social e que constituem uma peça fundamental no esquema da desigualdade. O tempo dedicado aos/às filhos/as por estas mulheres é sentido como limitado devido às exigências profissionais e por isso exibem um discurso de abdicar de si mesmas para poderem estar com eles/as, correspondendo, desta forma, a um padrão, a que Badinter (2010) designa de maternidade intensiva.

De acordo com Tajfel e Turner (1986) cada indivíduo procura uma identidade social positiva para atribuir significado e objetivo à vida, sendo estas ativadas em função da sua centralidade. Tendo em atenção esta posição, a maternidade assume centralidade para estas mulheres, por isso é natural que quando a manutenção desta relação é colocada em causa, a sua identidade e autoestima fiquem comprometidas, surgindo os sentimentos de culpa e levando a que estas mulheres, como defende Jack (1991) silenciem as suas necessidades e priorizem as dos seus/as filhos/as, aqueles/as que são significativos/as e importantes nas suas vidas. Logo, o tempo e investimento dedicados a este papel serão maiores.

Podemos destacar que as barreiras, sobretudo sociais, continuam a ser superiores às enfrentadas pelos migrantes do sexo masculino e que as migrações estão mais orientadas para os homens, como a manutenção dos papéis sociais distintos, que se traduzem na maior responsabilidade das mulheres na esfera familiar e que constroem mais o quadro migratório requerendo processos negociais e a adoção de estratégias de conciliação, frequentemente mais complexas, como, onde e com quem deixar os/as filhos/as (Ferreira & Ramos, 2008). Apesar dos lentos progressos que se têm vindo a registar ao nível de uma maior partilha de funções, as exigências da vida familiar, em especial para as mulheres com filhos/as pequenos/as, para além de provocarem sensações de maior cansaço e stresse, acarretam limitações em termos de disponibilidade de tempo e flexibilidade de horários (Guerreiro & Carvalho, 2007; Wall & Amâncio, 2007), verificando-se, nas mulheres imigrantes, uma interrupção ou intermitência associadas ao nascimento dos/as filhos/as, acompanhamento a consultas infantis ou faltas por doença dos/as filhos/as, que reduzem a experiência profissional, dificultam a progressão na carreira e reduzem o capital económico feminino, o que pode significar uma desvantagem na conquista laboral, constituir-se um obstáculo à paridade na situação profissional das mulheres e ao reequilíbrio na conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional (Guerreiro & Pereira, 2006). É também de realçar que na conquista de uma autonomia financeira, estas mulheres não rompem com a fronteira dos muros da casa e da família, continuando a ser este um dos principais espaços de ocupação do tempo disponível. Este quotidiano preenchido pelas tarefas e cuidados à família condiciona claramente o acesso a outros círculos de socialização e de relação e exclui-as do contexto social, inibindo, desta forma, a sua inclusão na sociedade recetora (Silva, 2009).

Simultaneamente às barreiras da vida familiar outras surgem com igual ou maior poder na vida profissional, que se agrava pela condição destas mulheres. Assistimos a um ingresso da maioria das mulheres em áreas tradicionais consideradas tipicamente femininas, como, o cuidar de crianças ou idosos/as e o atendimento ao público (Amâncio, 2003). Esta inserção possibilita-lhes o acesso a contextos onde o seu papel social é demarcado por uma invisibilidade, sujeitas a modos de incorporação laboral mais desfavoráveis e menos valorizáveis, confrontando-se com situações de elevada precariedade e flexibilidade, com longas e intensas jornadas que interferem com a vida familiar e pessoal e em que a perda da sua identidade profissional se evidencia (Moreno-Jiménez & Rodríguez, 2012), o que reforça e reproduz as desigualdades de género no

seio da força do trabalho feminino e expõe as mulheres a diferentes formas de opressão. No nosso estudo, verifica-se que as mulheres imigrantes operárias do setor têxtil são também “invadidas” por um maior desgaste emocional e um péssimo ambiente profissional sendo, frequente, o transporte destas emoções para a esfera familiar (Carlson & Frone, 2003). A cultura organizacional a que estão submetidas exige-lhes longas horas de trabalho em horários irregulares e são intolerantes para com as necessidades familiares e pessoais, o que não facilita o equilíbrio entre as várias esferas. Como consequência destas limitações à oportunidade de trabalho, o que surge imediatamente não é a ideia de construir uma carreira profissional mas sim a ideia de ter um emprego, uma atividade remunerada que lhes permita um meio de sobrevivência, assim o trabalho é percebido mais como um meio de sustento e não tanto de realização profissional. Assim, estas mulheres assistem, muitas das vezes, resignadamente, a violações dos seus direitos legais enquanto trabalhadoras, como direito à amamentação sentido pelas mulheres brasileiras ou, pela não proteção da sua segurança e saúde no período de gravidez, no caso das mulheres cabo-verdianas e ucranianas operárias do setor têxtil ou pela incompreensão das entidades patronais às faltas para assistência aos/as filhos/as. Ora as múltiplas discriminações a que são submetidas por serem mulheres por serem imigrantes remete-as para um segundo plano e expõe-nas a situações de maior exploração, onde muitas vezes o silêncio das suas vozes é, no seu entender, a melhor solução.

Em suma, é possível constatar que a resposta perante os dilemas e desafios de conciliar a vida pessoal, familiar e profissional assume-se da inteira responsabilidade destas mulheres. Concluimos, ainda, que o cenário que encontramos no presente, revela que as migrações e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional encontram dados que apontam claramente as visões genderezadas, não se tornando, para as mulheres imigrantes, espaços de reconfiguração das tarefas e dos papéis individuais e familiares mas espaços subtis, encapsulados e disfarçados de desigualdade.

REFLEXÕES FINAIS

“O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro”.

(Mia Couto, 2014, p.5)

Este momento pretende sintetizar os principais pontos de chegada deste projeto de investigação, apresentando as grandes regularidades e tendências que se nos afiguram detetáveis e que foram analisadas à luz dos questionamentos iniciais e a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam todo o estudo. É neste espaço também que queremos refletir acerca dos principais resultados apurados, quer em termos de medidas e propostas de cariz prático quer em termos de linhas e pistas de pesquisa a desenvolver e a aprofundar no futuro.

Esta investigação, inserida numa perspetiva feminista crítica e nos pressupostos do construcionismo social, pretende romper com o discurso da psicologia tradicional e impulsionar uma leitura subjetiva da realidade migratória feminina, em que as especificidades de um tempo e de um espaço pessoal se entrelaçam. Assumimos, assim, uma valorização de que todo o conhecimento produzido se encontra geograficamente e historicamente localizado (Haraway, 1988; Oliveira & Amâncio, 2006).

É de salientar, que na produção deste conhecimento científico a reflexividade, a mudança social em direção à autonomização das mulheres imigrantes acompanharam passo a passo este percurso, assumindo, desde já, que os resultados desta investigação, apesar de não serem generalizáveis, são resultados possíveis e que podem ser usados para promover o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, em que os direitos das mulheres sejam respeitados. A nossa leitura dos discursos das mulheres imigrantes que conosco partilharam a história das suas vidas, correspondem a pontos de vista inevitavelmente influenciados pelo nosso próprio percurso profissional, académico e pessoal, por isso, excluimos desta produção científica a noção de verdades absolutas, neutralidade e imparcialidade.

Neste trabalho procurou-se estudar as vivências e os discursos das mulheres imigrantes brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas no palco da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Procuramos também conhecer quais as estratégias utilizadas nos domínios da vida

familiar e profissional para uma melhor facilitação da conciliação. Da apreciação geral do fenómeno da imigração feminina no espaço da conciliação sobressaem alguns aspetos.

Assim e olhando para os percursos e quotidianos das mulheres imigrantes, as evidências do estudo mostram que a nível familiar existe um padrão regular e assimétrico das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças entre homens e mulheres, comum a todas as nacionalidades, sendo as mulheres as maiores responsáveis pela execução destas, concorrendo em simultâneo com o exercício de uma profissão a tempo inteiro. Quando se verificam situações de redução destas tarefas para as mulheres, elas não ocorrem à custa de maior participação masculina mas pela utilização de estratégias distintas entre os grupos de nacionalidade. As mulheres imigrantes brasileiras com maiores recursos económicos e escolaridade recorrem ao serviço pago contrastando com as mulheres de baixos recursos económicos que recorrem a estratégias individuais e familiares, como no caso das cabo-verdianas e ucranianas. Desta forma, o género enquanto categoria reguladora das práticas sociais opera como elemento condicionante das práticas de conciliação. Os discursos encontrados nesta investigação são claramente genderizados e classicistas sofrendo influência dos *scripts* culturais e sociais que balizam a forma de serem mulheres e de se dizerem mulheres (Neves, 2008), que culmina numa posição normalizadora e conformista. Verifica-se que se as comunidades cabo-verdiana e ucraniana legitimam a sua submissão, a reivindicação da comunidade brasileira vai perdendo força em nome da relação amorosa. Assim, estas mulheres ao não percecionarem a desigualdade negam também a necessidade de agir perante as assimetrias, não encetando a transformação social mas confirmando consensos, situação que se reflete nas gerações mais jovens, as dos/as seus/as filhos/as.

No país recetor, a ausência de suporte familiar, financeiro e social coloca as mulheres em situações de maior sobrecarga que se traduz em cansaço e stresse associado à relação entre a vida familiar e profissional.

A vivência da maternidade revela também um aspeto sensível e preocupante, pela falta de informação de acesso a estes serviços e pela insuficiência taxa de cobertura de equipamentos de apoio à infância, sobretudo até aos 3 anos de idade, e a funcionar em horários atípicos. Verifica-se que, de forma a poderem conciliar as responsabilidades familiares, a interrupção ou abandono do percurso profissional por parte das mulheres imigrantes é uma solução frequente.

Além do esforço económico adicional a que as famílias são obrigadas na procura de soluções privadas, os dados revelam ainda que em famílias de baixos rendimentos as crianças ficam sozinhas ou ao cuidado de irmãos/as um pouco mais velhos/as, o que não reflete soluções socioeducativas desejáveis. Nesta investigação também ficou patente, embora com pouca expressão, uma maior partilha destes cuidados nos homens jovens e qualificados da comunidade cabo-verdiana. É visível a existência de valores maternalistas e para a valorização do papel insubstituível da mãe que levam a que estas mulheres exibam um discurso de abdicar delas próprias, diminuindo o uso dos seus tempos.

Quanto às diferenças entre homens e mulheres a nível profissional, importa sublinhar duas tendências centrais. A primeira contrasta os rendimentos pessoais obtidos por homens e mulheres, ficando estas em clara desvantagem e em serviços que não correspondem às suas qualificações. A segunda, mesmo que as mulheres se assumam como únicas provedoras do lar isso não se reverte numa maior autonomia na esfera familiar nem numa transformação nas relações sociais de género.

Da abordagem global desenvolvida é evidente a assimetria existente entre homens e mulheres imigrantes na divisão do trabalho pago e não pago. Na realidade, o diferencial de horas dedicadas ao trabalho pago, pelos dois sexos, é muitíssimo inferior ao que se verifica para o trabalho não pago, ficando as mulheres numa clara e expressiva desvantagem.

Pelas evidências do estudo observamos o papel de uma ideologia dominante que atravessa as relações sociais em todos os domínios e instituições, na vida familiar, profissional e até mesmo nas migrações.

As recomendações que passamos a formular decorrem essencialmente do que, ao longo desta investigação, pudemos constatar, bem como do que as mulheres imigrantes relataram sobre elas mesmas, sobre as suas vidas, sobre as suas inquietações e dilemas pessoais. Tendo como preocupação dar voz às mulheres imigrantes, é das suas vozes que fazemos enraizar as recomendações que aqui apresentamos. Tais recomendações, por nós, consideradas como realistas, serão feitas sobretudo na perspetiva dos direitos das mulheres imigrantes residentes em Portugal e numa perspetiva da igualdade de género com a pretensão de melhorar as suas vivências e estão enquadradas e enformadas por um conjunto de aspetos que importa sublinhar e considerar.

Partimos para estas recomendações, assumindo que a questão da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional é uma problemática central na promoção dos direitos humanos e que compromete toda a sociedade, por isso, a sua resolução não pode ser da exclusiva responsabilidade dos indivíduos, das suas famílias ou considerada como um duelo que apenas diz respeito às mulheres. Deste modo, e considerando a natureza pluridimensional da conciliação, pretendemos alargar o nosso olhar para ações e medidas de carácter político, social e organizacional que possam ser promotoras de uma maior justiça social.

É imprescindível, incorporar, de modo mais explícito e eficaz, uma perspetiva de género nos programas para a promoção da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional mas também nas políticas migratórias. Insistimos na necessidade de se criar mecanismos de informação, sensibilização e divulgação dos seus direitos enquanto mulheres e imigrantes no contexto da conciliação, bem como da reivindicação de direitos que permitam perspetivar novas possibilidades de estar e de agir mais igualitárias e equitativas, e na adoção de um discurso menos centrado nos referenciais masculinos. É urgente desconstruir nas mulheres imigrantes este posicionamento conformista contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica que consiga derrubar as resistentes paredes que dividem o espaço pessoal, familiar e o profissional e (des)ocultar as práticas que reforçam a sua subordinação, porque, precisamente, como se afirmava nas *Novas Cartas Portuguesas*, nenhum edifício semântico pode ficar de pé, com a denúncia da dominação e opressão das mulheres (Barreno, Horta & Costa, 2010).

Neste sentido, a criação e o alargamento de meios de apoio imediato é essencial, de forma a suprir as necessidades das mulheres imigrantes. Foi notória uma presença deficitária de instituições de apoio social, tornando-se urgente criar ou estender ações e serviços através de estruturas e agências governamentais e/ou administrações locais que sejam de fácil acesso para os/as que residem em localidades periféricas, privilegiando assim abordagens integradas e pluridisciplinares. Como domínios de intervenção, realçamos, a atenção psicossocial, o apoio jurídico e administrativo e a formação para a cidadania, promovendo o exercício da livre expressão e consciencialização dos seus direitos.

Não esquecendo que cada um/a de nós como cidadão/ã assume um papel ativo na promoção de uma sociedade inclusiva e justa, a reinvenção dos discursos, tornando-os mais diversificados, e de outros modos de ser e estar que dialoguem e confrontem visões

hegemónicas devem operar na sociedade no sentido da plena integração das mulheres imigrantes na esfera profissional e social mas também para que a cidadania e as migrações ganhem novos contornos e novas significações modificando as relações de poder baseadas na universalização do masculino, pois parafraseando Simone de Beauvoir (1949/2008) “on ne naît pas femmes: on le devient”.

Ao nível das políticas, partimos da mesma sugestão defendida por Miranda (2009), que estas devem ser analisadas, criadas ou redesenhadas numa vertente transnacional e a partir de uma coordenação efetiva entre os países recetores e os países de origem das mulheres imigrantes.

Assim, e do ponto de vista das políticas familiares, parece-nos importante refletir sobre alguns traços específicos. Em primeiro lugar, realçamos a ausência de apoios familiares que as mulheres imigrantes estão sujeitas no país recetor, dependendo, por isso, totalmente de serviços escolares e de equipamentos de apoio à infância que assegurem a guarda e os cuidados às crianças num horário contínuo, revelando este um dos aspetos de maior vulnerabilidade para as mulheres imigrantes. Em segundo lugar, não se verifica existir uma política consistente para as famílias imigrantes, o que significa colocar no mesmo plano, famílias autóctones, famílias com outros tipos de estrutura e suporte, pressupondo implicitamente que todas têm os mesmos recursos para lidarem com situações, problemáticas de sobrevivência, de participação no mercado de trabalho e de conciliação. Neste sentido, consideramos assim, que um diálogo intercultural que se baseie no princípio da igualdade, no reconhecimento do direito à diferença, na liberdade de escolha e na participação da conciliação deve ter em conta as próprias especificidades de cada grupo.

Dentro das políticas sociais, e no que diz respeito aos equipamentos sociais de apoio à primeira infância, torna-se fundamental e urgente a criação de estruturas de cariz público, como, creches ou amas da segurança social, de qualidade, práticas, de baixo custo e/ou de acesso gratuito, com horários flexíveis e adequados às necessidades das mulheres imigrantes. A inexistência ou limitação na oferta deste tipo de serviços coloca as mulheres em situações em que se veem obrigadas a recuar na vida profissional. Assim, estas estruturas de apoio assumem-se como um meio essencial de garantir a possibilidade de conciliação e de prevenir um dos fatores potencialmente mais discriminatórios para estas mulheres.

Uma outra medida dentro das políticas sociais seria o alargamento da licença da maternidade com uma duração próxima da realidade migratória dos seus países de origem e medidas que possam assegurar os direitos da maternidade, como usufruir de licenças por razões familiares. Torna-se também necessário incentivar e estimular o uso da licença parental por parte dos homens, suscitando o questionamento dos modelos tradicionais de masculinidade e feminilidade e a construção de uma nova cultura de cuidado, emergindo, assim, novas conceções, comportamentos e atitudes face à paternidade e uma maior partilha de preocupações, ocupações que fazem parte deste novo papel. É fundamental, possibilitar a transformação da família num lugar onde a justiça e equidade são decisivas no sentido de criar condições e vivências mais gratificantes e proporcionar o avanço da igualdade nas várias esferas da vida das mulheres imigrantes (Graal, 2013). Os inventivos financeiros, com o aumento do valor do abono de família podem também constituir-se uma fonte de suporte em situações de maior sufoco.

A organização social e a cultura das organizações em geral e das empresas em particular devem promover a igualdade de género e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional como um direito e um dever dos trabalhadores e das trabalhadoras migrantes, bem como, assumir uma responsabilidade social com base em princípios éticos e de valorização da diversidade, enquanto agentes reguladores da sociedade (Amaro, Moura, Neto, Quintino & Serapicos, 2008).

Se a inserção das mulheres imigrantes no mercado de trabalho constitui um dos pilares fundamentais no processo de integração em qualquer sociedade recetora (Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010), consideramos que a nível laboral, são necessários programas de informação e formação dirigidos aos órgãos de gestão das empresas e um reforço da atividade inspetiva sobre entidades que violam os direitos dos/as trabalhadores/as imigrantes, especialmente, contra as mulheres grávidas e/ou com filhos/as pequenos/as, de modo a evitar práticas de atuação discriminatórias e enviesadas daquilo que a lei prevê. Simultaneamente, parece-nos fundamental que as mulheres imigrantes possam também recolher formação e conhecimento dos seus direitos e deveres no mercado laboral. Encontramos nos relatos das mulheres imigrantes participantes neste estudo, um desconhecimento acerca dos seus direitos e acerca de como agir perante as discriminações e desigualdades. A divulgação a partir de folhetos informativos deve constituir-se um meio de fácil acesso.

Garantir oportunidades de trabalho com o mesmo nível de reconhecimento e igualmente remuneradas para homens e mulheres e apoio à contratação da mulher imigrante grávida e/ou com filhos/as pequenos/as, é essencial.

Por outro lado, consideramos que as próprias entidades patronais devem assumir uma postura ativa e funcionar como um elo na resolução da conciliação para as famílias imigrantes. Assim, destacamos algumas medidas, que em algumas empresas com boas práticas de conciliação têm sido implementadas, embora o número seja, ainda, muito reduzido:

- A proliferação de protocolos com creches e jardins de infância que possam assegurar os cuidados das crianças;

- Apoio na logística familiar, por exemplo, para os casais trabalhadores por turnos, havendo a possibilidade de guarda das crianças, por parte da entidade patronal, no período de entrada e saída dos/as pais/mães;

- Horários de trabalho adaptados às mulheres imigrantes, verifica-se que muitos dos horários praticados não valorizam uma adaptação ao horário da família;

- Implementação de serviços de restauração aliviando, desta forma, a preparação prévia das refeições;

- Aumentar a rede de transportes de serviços públicos, recuperando perdas significativas de tempo e possibilitando às mulheres imigrantes a mobilidade necessária para que esta não possa constituir um travão às perspetivas de emprego;

- A adoção de novas formas de organização e gestão do trabalho, designadamente, o teletrabalho, o trabalho no domicílio e trabalho parcial são exemplo de boas práticas. Apesar de existir o *Prémio Igualdade é Qualidade*, e de reconhecermos a sua importância, consideramos que não tem a visibilidade e reconhecimento merecidos, não passando de uma iniciativa que não possui a eficácia desejada. A possibilidade de um horário em trabalho flexível e de um plano que promova a conciliação e a igualdade de género, como foi possível auscultar das mulheres imigrantes, não é uma prática recorrente nas instituições para as quais exercem a sua profissão.

O uso do tempo, sendo um assunto coletivo e público (Dúran, 2013) e considerado um dos maiores limites na vida destas mulheres, não pode ficar à margem destas recomendações. Deste modo, é essencial redesenhar uma nova temporalidade na sociedade, tendo em conta e,

como defende Róciska Dárcy de Oliveira (2009), a vida das pessoas como um todo de importância, quer se trate da vida profissional, pessoal e política quer da vida familiar e pessoal. Só assim, as mulheres poderão dispor de um tempo para tomar voz e exercer a sua cidadania contribuindo para o seu empoderamento e conferindo-lhes a autonomia necessária. A adoção de programas que visem incentivar as mulheres a participar na vida social e associativa podem constituir-se espaços de pensar e fazer, possibilitando-lhes vivenciar a democracia em espaços quotidianos e informais. Neste sentido, e trazendo à memória as palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo (1989) *“A presença das mulheres na política só faz sentido, se pela sua maneira de viver a política, contribuírem para alargar um horizonte novo para a sociedade”*.

Por último, e ao aproximarmo-nos do final desta dissertação, apresentamos aquelas que, no nosso entender, poderão ser consideradas algumas limitações deste estudo mas que, simultaneamente, podem fornecer novas pistas e abrir novos caminhos para prosseguir e aprofundar a investigação futura.

Gostaríamos de referir que, apesar das participantes da nossa investigação constituírem, na sua maioria, um grupo distinto do ponto de vista das suas pertenças identitárias, habilitações académicas, idade, ocupações laborais, número de filhos/as, são de três nacionalidades específicas residentes em Braga, o que nos leva a interrogar se as vivências de mulheres de outras nacionalidades e residentes noutro contexto geográfico nos poderia ter trazido uma outra compreensão para o fenómeno, se tivéssemos tido a oportunidade de as ouvir e de incluir as suas histórias neste cenário.

Ainda no tocante à constituição das participantes, todas as mulheres são casadas e/ou vivem em união de facto, o que não possibilitou descortinar a realidade de mulheres sós, mulheres solteiras, mulheres divorciadas e mulheres viúvas com filhos/as em idade dependente, no sentido de conhecer e perceber até que ponto existem diferenças e semelhanças nas suas vivências de conciliação. Consideramos que, se tivesse sido possível incluir neste estudo pedaços da vida destas mulheres, teríamos contribuído para um novo olhar nesta análise e permitido reconfigurar outros cenários sociais.

Por outro lado, a não problematização das vivências de conciliação nos relacionamentos biculturais poderá ter-nos levado a negligenciar práticas que possam agudizar as desigualdades de género para estas mulheres. Seria interessante aprofundar de que forma os relacionamentos

transnacionais e as diferenças culturais transformam as relações íntimas no sentido de uma maior igualdade na prática da conciliação e que espécies de significados e estratégias de conciliação navegam no quotidiano destes casais.

Pelo exposto, seria, assim, interessante incluir no desenvolvimento de estudos próximos sobre a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional amostras mais alargadas e com maior diversidade em relação às participantes mas também em relação aos seus companheiros.

Outras das limitações prendeu-se com o desconhecimento da língua, o que nos levou a que, no caso das mulheres ucranianas, acedêssemos apenas a mulheres que dominassem a língua portuguesa. Mesmo assim, coloca-se o risco para que algumas questões não tivessem sido bem entendidas pelas participantes. Algumas das participantes não compreenderam o significado de algumas questões colocadas, não respondendo em concreto ao pretendido. Sentimos, desta forma, a necessidade de reformular e adaptar algumas questões, no sentido de as tornar mais próximas dos seus discursos. Contudo, a nível escrito foi visível a inviabilidade na aplicação do auto-registo, o que não possibilitou verificar na prática a real utilização do seu tempo e dos/seus companheiros.

Seria também interessante englobar um olhar das entidades patronais face às mulheres imigrantes, visto que as problemáticas podem ser distintas. Seria interessante descortinar as formas de organização de trabalho e que tipo de soluções são adotadas por estas instituições laborais para promover a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional das mulheres imigrantes trabalhadoras.

Nestas últimas páginas de leitura que compõem e encerram a presente investigação, queremos, ainda, afirmar que este projeto, constitui, para nós, um projeto de cidadania plural e de compromisso com o futuro.

Esperamos que ao conhecer os espartilhos da vida destas mulheres e a forma como estes as condicionam e as encarceram em contextos que a sociedade teima em reservar-lhes se possam construir respostas mais inclusivas e assentes em princípios como a liberdade, a democracia e a justiça, reconhecendo, para lá das diferenças e com as diferenças, em cada outro/a uma pessoa (Pinto, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, Sofia (2004). As orientações normativas da conjugalidade. In k. Wall (Coord.), *Famílias no Portugal Contemporâneo* (pp.169-229). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia (2006). *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia (2007). Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus. In K. Wall & L. Amâncio (Org.), *Família e Género em Portugal e na Europa* (pp. 35-92). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia (2010). Género, família e mudança em Portugal. In K. Wall, S. Aboim & V. Cunha (Coords.), *A vida familiar no masculino – negociando novas e velhas masculinidades* (pp. 39-66). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Abranches, Maria (2007). *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos. Estratégias de (re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*. Lisboa: ACIDI
- Abrantes, Manuel & Peixoto, João (2012). Género, Imigração e Flexibilidade Laboral: O caso dos serviços domésticos. In S. Casaca (Coord.), *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos vetores de (des)igualdade* (pp. 133-161). Coimbra: Edições Almedina
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (2010). *II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013)*. Lisboa: ACIDI. Retirado de http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2010-2013+em+portugu%C3%AAs
- Albuquerque, Rosana (2005). Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade. In SOS RACISMO (Eds.), *Imigração e Etnicidade - Vivências e trajectórias de mulheres em Portugal* (pp. 37- 49). Lisboa: SOS Racismo.
- Alcañiz, Mercedes (2008). Las Políticas de conciliación entre el ámbito laboral y el familiar. Cambio o continuidad en el sistema de Género?. *Ex aequo, 18*, 85-102.

- Alvarenga, Carlos (2002). Reflexão sobre a História e a Migração em Portugal. In SOS RACISMO (Eds.), *A Imigração em Portugal - Os movimentos humanos e culturais em Portugal* (pp. 21-28). Lisboa: SOS Racismo.
- Alvim, Filipa (2008). *Mulheres (In)visíveis*. Relatório da Campanha Acabar com a Violência Sobre as Mulheres. Amnistia Internacional. Retirado de http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Relatorio_das_Mulheres.pdf
- Amaro, Fausto, Moura, Rui, Neto, António, Quintino, Celeste, Serapicos, Rui (2008). *Igualdade de Género no Trabalho: Situações, Problema e Perspectivas de Futuro*. Lisboa: AEDES/ISCSP
- Amâncio, Lígia (2002). O género na psicologia social em Portugal. Perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros. *Ex aequo*, 6, 55-75.
- Amâncio, Lígia (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 168, 687-174.
- Amâncio, Lígia (2007). Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva. In k. Wall & L. Amâncio (Org.), *Família e Género em Portugal e na Europa* (pp.181-210). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Amâncio, Lígia & Oliveira, João (2002). Liberdades Condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 45-61. Retirado de <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n40/n40a03.pdf>
- Anderson, Robert, Dubois, Hans, Leončikas, Tadas & Sándor, Eszter (2012). *Third European Quality of Life Survey – Quality of Life in Europe: Impacts of crisis*. Luxembourg: Publication Office of the European Union. doi:10.2806/42471
- Andrade, Cláudia (2006). *Antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais na transição para a idade adulta: estudo diferencial e intergeracional* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Andrade, Cláudia (2010). “Juggling act”: questões relativas às relações trabalho-família no contexto actual. *Exedra*, 3, 135-148.
- Andrade, Cláudia (2013). *Relações Trabalho-Família e Género: caminhos para a conciliação*. Lisboa: Coisas de Ler.

- Andreassi, Jeanine & Thompson, Cynthia (2008). Work-Family Culture: Current Research and Future Directions. In k. Korabik, D. Lero & D. Whitehead (Eds.), *Handbook of Work-Family Integration* (pp.331-352). London: Academic Press.
- Araújo, A.F. & Canavarro, M.C. (2001). Mães de bebês prematuros: factores psicossociais e reacções emocionais na prematuridade. Comunicação oral apresentada no Congresso Internacional Percursos no Feminino – Saúde e Psicopatologia da Mulher. Braga: Universidade do Minho.
- Assistência Médica Internacional (2007). *Dossier Migrações I*. Retirado de <http://www.ami.org.pt/media/pdf/migracoes1.pdf>
- Assis, Gláucia (2007). Mulheres Migrantes no passado e no presente: género, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, 15(3), 745-772. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a15v15n3.pdf>
- Ashforth, Blake & Mael, Fred (1989). Social Identity Theory and Organization. *Academy of Management Review*, 14(1), 20-39. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/258189.pdf?acceptTC=true&jpdConfirm=true>
- Attride-Stirling, Jennifer (2001). Thematic networks: na analytic tool for qualitative research. *Qualitative Research*, 1, 385-405. Retirado de <http://www.cin.ufpe.br/~ssj/Thematic%20networks%20an%20analytic%20tool%20for.pdf>
- Azevedo, Liliana & Silva, Alberta (2005). Mulheres Imigrantes e Violência Doméstica. In SOS RACISMO (Eds.). *Imigração e Etnicidade - Vivências e trajectórias de mulheres em Portugal* (pp.139-149). Lisboa: SOS Racismo.
- Badinter, Elisabeth (2010). *O Conflito – A Mulher e a Mãe*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Baganha, Maria (2009). The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends. *International Migration*, 47, 3, 5-20. doi: 10.1111/j.1468-2435.2009.00522.x
- Baganha, Maria Ioannis, Marques, José & Góis, Pedro (2004). Novas imigrações, novos desafios: A imigração do Leste Europeu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 95-115.
- Baganha, Maria Ioannis, Marques, José & Góis, Pedro (2010). *Imigração Ucraniana em Portugal e no Sul da Europa: A emergência de uma ou várias comunidades?*. Lisboa: ACIDI.

- Baker, Phyllis (2004). It is the only way I can survive: Gender paradox among recent Mexican immigrants to Iowa. *Sociological Perspectives*, 47(4), 393-408. doi: 10.1525/sop.2004.47.4.393
- Baptista, Patrícia (2011). *Imigração e Trabalho Doméstico: O caso português*. Lisboa: ACIDI.
- Barreno, Maria, Horta, Maria & Costa, Maria (2010). *Novas Cartas Portuguesas*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Beasley, Chris (1999). *What is a feminism? An introduction to feminism theory*. London: Sage Publications.
- Beauvoir, Simone (1949/2008). *O Segundo Sexo I*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Berger-Rouleau, Laurence (2010). *Migrer au féminin*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bertaux, Daniel (1997). *Les Récits de Vie: Perspective Ethnosociologique*. Paris: Nathan.
- Bianchi, Suzanne, Milkie, Melissa, Sayer, Liana & Robinson, John (2000). Is anyone doing a housework? Trends in the gender division of household labor. *Social Forces*, 79 (1), 191-228. Retirado de <https://www.soc.umn.edu/~elkelly/Bianchietal2000HouseworkTrends.pdf>
- Blair, Sampson & Lichter, Daniel (1991). Measuring the division of household labor: Gender segregation of housework among American couples. *Journal of Family Issues*, 12, 91-113. doi: 10.1177/019251391012001007
- Bourdieu, Pierre (1996). On the family as a realized category. *Theory, Culture & Society*, 13, 19-26. doi: 10.1177/026327696013003002
- Bourdieu, Pierre (1998). *La Domination Masculine*. Paris: Seuil.
- Boutin, Gérald (1997). *L'entretien de recherche qualitatif*. Québec: Presses de l'Université de Québec.
- Boyd, Monica & Grieco, Elisabeth (2003). *Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory*. Retirado de www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=106
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101.

- Brettell, C. B. (2000). Theorizing migration in anthropology: the social construction of networks, identities, communities and globalscapes. In C.B. Brettell & J.F. Hollifield (Eds.). *Migration Theory* (pp. 97-135). Londres: Routledge.
- Brofenbrenner, Urie (1989). Ecological Systems Theory. *Analysis of Child Development*, 6, 187-249.
- Brumer, Anita (2009). Género, Família e Globalização. *Sociologias*, 21, 14-23. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/02.pdf>
- Burr, Vivien (1995). *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Butler, Judith (1990). *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Cabecinhas, Rosa (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias* (Tese de Doutoramento). Retirado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25/1/TESE_RC_FINAL.pdf
- Cabecinhas, Rosa (2003). Categorização e Diferenciação: A percepção do estatuto social de diferentes grupos étnicos em Portugal. *Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura*, 5, 69-91. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1591>
- Carlson, Dawn & Frone, Michael (2003). Relation of behavioral and psychological involvement to a new four-factor conceptualization of work-family interference. *Journal of business and psychology*, 17 (4), 515-535. Retirado de http://download.springer.com/static/pdf/120/art%253A10.1023%252FA%253A1023404302295.pdf?auth66=1417562092_6ce528a558184b9d2fcf2ef477b5c36c&ext=.pdf
- Carlson, Dawn & Grzywacz, Joseph (2008). Reflections and Future Directions on Measurement in Work-Family Research. In K. Korabik, D. Lero & D. Whitehead (Eds.), *Handbook of Work-Family Integration* (pp.57-74). London: Academic Press.
- Casa do Brasil de Lisboa (2004). *A "Segunda Vaga" de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*. Lisboa: Casa do Brasil.
- Casaca, Sara (2010). A (des)igualdade de género e a precarização do emprego. In V. Ferreira (Org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal*:

- Políticas e Circunstâncias* (pp.261-290). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Castles, Stephen (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios – Dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*. Fim de Século.
- Castles, Stephen & Miller, Mark (2003). *The Age of Migration*. New York: Guildford Press.
- Cavallero, Eric (2006). An immigration-pressure model of global distributive justice. *Politics Philosophy Economics*, 5, 97-127. doi: 10.1177/1470594X06060621
- Convention on the Elimination of Discrimination against Women – CEDAW (1979). Retirado de <http://stasek.com/alittlehelp/programs/cedaw.pdf>
- Cardeira, Maria, Kóvacs, Ilona, Peixoto, João, Dias, João & Egreja, Catarina (2013). *Percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes nos novos setores de serviços*. Lisboa: ACIDI.
- Chant, S. (1992). *Selective migration, gender and migration in developing countries*. Londres: Belhaven Press.
- Chaves, Tiago (2012). Empreendedorismo no setor de beleza: brasileiras na Quinta do Conde. In B. Padilha, E. Rodrigues, E. Masanet, G. Fernandes, M. Gomes & T. França (Orgs.), *Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa. Atas do 2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa* (pp.129-158). Lisboa: ISCTE.
- Clark, Sue (2000). Work/Family Border Theory: A new theory of work/family balance. *Human Relations*, 53, 747-770. doi: 10.1177/0018726700536001
- Cólera, Carmen (2010). Te escuchas aquí al lado. Usos de las tecnologías de la información y la comunicación en contextos migratorios transnacionales. *Athenea Digital*, 19, 239-248. Retirado de <http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/viewFile/210963/280291>
- Comissão Europeia (2008). *Manual para a Integração da Dimensão de Igualdade de Género nas Políticas de Inclusão Social e Protecção Social*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2010). *Women and Men Portugal 2010*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

- Correia, Cristina & Neves, Sofia (2010). Ser Brasileira em Portugal – Uma Abordagem às Representações, Preconceitos e Estereótipos Sociais. In C. Nogueira et al. (Org.) *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 378-392). Retirado de <http://www.actassnip2010.com/conteudos/actas/Genero6.pdf>
- Correia, Cristina & Neves, Sofia (2011). Ser Brasileira em Portugal – uma abordagem às representações, preconceitos e estereótipos sociais. In V. Oliveira, E. Leandro & J. Amaral (Eds.), *Migração: múltiplos olhares* (pp.175-185). S. Carlos: Pedro & João Editores/Editora da UNIR-EDUFRO.
- Costa, Paulo (2008). A situação de irregularidade dos estrangeiros perante a lei portuguesa. *Working paper, 5*. Retirado de <http://pmcosta.com.sapo.pt/wp05.pdf>
- Costa, Waldecíria (2009). *Na procura do país irmão, o encontro com o primo distante. Significados atribuídos à experiência de imigração por mulheres brasileiras no Distrito do Porto* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Braga.
- Cramer, Kenneth & Thoms, Norm (2003). Factor structure of the silencing the self scale in women and men. *Personality and Individual Differences, 35*, 525-535. doi: 10.1016/S0191-8869(02)00216-7
- Crenshaw, Kimberlé (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity, Politics and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review, 43*, 1241-99. Retirado de <http://www.peopleofcolororganize.com/wp-content/uploads/pdf/mapping-margins.pdf>
- Crespo, Ana, Monteiro-Ferreira, Ana, Couto, Anabela, Cruz, Isabel & Joaquim, Teresa (2008). *Variações sobre Sexo e Género*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Crompton, Rosemary (2006). *Handbook of gender and women's studies*. Sage Publications.
- Crompton, Rosemary & Lyonette, Clare (2007). Família, Género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português. In k. Wall & L. Amâncio (Org.), *Família e Género em Portugal e na Europa* (pp. 93-128). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Crosby, Faye (1984). Job satisfaction and domestic life. In M. Lee & R. Kanungo (Eds.), *Management of work and personal life: Problems and opportunities* (pp.41-62). New York: Praeger.

- Cruz, Maria (2004). Uma questão de violência simbólica. In M. Cruz & M. Carvalho (Org.), *Mulheres em Movimento* (pp. 41-94). Lisboa: Ela por Ela.
- Cruz, Sara (2010). *Migrações e Relações Sociais de Género – A Intervenção do Projecto SauDar e o Acesso aos Cuidados de Saúde da População Imigrante* (Tese de Mestrado). Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13533/1/Sara%20Cruz%5B1%5D...pdf>
- Damaske, Sarah & Gerson, Kathleen (2008). Viewing 21st Century Motherwood Through a Work-Family Lens. In K. Korabik, D. Lero & D. Whitehead (Eds.), *Handbook of Work-Family Integration* (pp.233-248). London: Academic Press.
- D'Almeida, André & Silva, Pedro (2007). *Impacto da imigração em Portugal nas contas do Estado*. Coimbra: ACIDI.
- Delgado, Anabela, Amorim, Carlota, Dias, Carlos & Paulino, Paula (2014). Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal com base nos Censos 2011. In INE (Eds.), *Revista de Estudos Demográficos – N°53* (pp. 35-76). Lisboa: INE.
- DeFrancisco, Victoria & Palczewski, Catherine (2007). *Communicating Gender Diversity. A critical approach*. London: Sage Publications
- DGV/CE (1996). *Guia de boas práticas: Conciliar a vida profissional, familiar e social*. Coimbra: Graal.
- Diário da República (1997). Resolução do Conselho de Ministros n° 49/1997, de 24 de março. Lisboa: Diário da República.
- Diário da República (2001). Decreto Lei n° 4/2001, de 10 de janeiro. Lisboa: Diário da República.
- Diário da República (2003). Resolução do Conselho de Ministros n° 184/2003, de 25 de novembro. Lisboa: Diário da República.
- Diário da República (2007). Resolução do Conselho de Ministros n° 82/2007, de 22 de junho. Lisboa: Diário da República.
- Diário da República (2010). Resolução do Conselho de Ministros 74/2010, de 17 de setembro. Lisboa: Diário da República.

- Diário da República (2011). Resolução do Conselho de Ministros n° 5/2011, de 18 de janeiro. Lisboa: Diário da República.
- Diário da República (2013). Resolução do Conselho de Ministros n° 103/2013, de 31 de dezembro. Lisboa: Diário da República.
- Dias, Sónia, Rocha, Cristianne & Horta, Rosário (2009). *Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres Imigrantes Africanas e Brasileiras – Um estudo qualitativo*. Lisboa: ACIDI.
- Drach-Zahavy, Anat & Somech, Anit (2008). Coping with Work-Family Conflict: Integrating Individual and Organizational Perspectives. In k. Korabik, D. Lero, & D. Whitehead (Eds.), *Handbook of Work-Family Integration* (pp.267-286). London: Academic Press.
- Dulk, Laura, Doorne-Huiskes, Anneke & Schippers, Joop (1999). Organizações “Amigas da Família” – Uma comparação internacional. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, 31-50. Retirado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/847/1/2.pdf>
- Durán, María (2013). *O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Dutra, Delia (2013). Mulheres do sul também migram para o sul, paraguaias no Brasil. *Anuario Americanista Europeo*, 11, 93-108. Retirado de <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/95/73/93/PDF/217-739-1-PB.pdf>
- Duxbury, Linda, Lyons, Sean & Higgins, Christopher (2008). Too Much To Do, and Not Enough Time: An Examination of Role Overload. In K. Korabik, D. Lero & D. Whitehead (Eds.), *Handbook of Work-Family Integration* (pp.125-140). London: Academic Press.
- Eagly, Alice (1987). *Sex differences in social behaviour: A social-role interpretation*. New York: Erlbaum.
- Edwards, Jeffrey & Rothbard, Nancy (2000). Mechanisms linking work and family: Clarifying the relationship between work and family constructs. *Academy of Management Review*, 25(1), 178-199. doi: 10.5465/AMR.2000.2791609
- European Institute for Gender Equality – EIGE (2013). *A study of collected narratives on gender perceptions in the 27 EU Member States: Synthesis Report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. doi: 10.2839/18824

- Feldman, Daniel (2002). Managers' propensity to work long hours: A multilevel analysis. *Human Resource Management Review*, 12(3), 339-357. doi: 10.1016/S1053-4822(02)00064-5
- Ferin, Isabel, Santos, Clara, Filho, Willy & Fortes, Ilda (2008). *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*. Lisboa: ACIDI.
- Fernandes, Danubia (2013). Representações da diferença: a mulher brasileira migrante na mídia impressa da Europa. *Anuario Americanista Europeo*, 11, 217-237. Retirado de <http://www.red-redial.net/revista/anuario-americanista-europeo/article/viewFile/205/258>
- Ferreira, Ana Cristina & Ramos, Madalena (2008). Padrões de Conjugalidade entre os Imigrantes em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 43, 79-107.
- Ferreira, Ana Cristina & Ramos, Madalena (2012). Padrões de casamento dos imigrantes brasileiros residentes em Portugal. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29(2), 361-387. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v29n2/a09v29n2.pdf>
- Ferreira, Sara, Taveira, Maria do Céu & Saavedra, Luísa (2009). Trabalho e Família: Esferas necessariamente divergentes ou potencialmente convergentes?. *Psicologia, Educação e Cultura*, vol. XIII, 1, 105-120.
- Ferreira, Virgínia et al. (2007). Estudo de Avaliação do II Plano Nacional para a Igualdade: Relatório para a CIDM.
- Ferreira, Virgínia et al. (2011). *Estudo de Avaliação do III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género: Relatório Final para a CIG*. Lisboa: Associação para a Extensão Universitária. Retirado de http://www.cig.gov.pt/wpcontent/uploads/2013/12/III_PNI_Cidadania_e_Genero_2007_2010_Relatorio_Externo_de_Execucao.pdf
- Fine, Michelle (2002). *Disruptive voices: the possibilities for feminist research*. University of Michigan Press.
- Fonseca, Lucinda (2011). Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. In M. Lages & A. Matos (Coord.), *Povos e Culturas – N° 13 – 2009, Portugal Intercultural* (pp. 519-564). Lisboa: ACIDI e CEPCEP.

- Fonseca, Maria, Ormond, Meghann, Malheiros, Jorge, Patrício, Miguel & Martins, Filipa (2005). *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. Lisboa: ACIME.
- Fonseca, Lucinda & Silva, Sandra (2010). *Saúde e Imigração: Utentes e serviços na área de influência do Centro de Saúde da Graça*. Lisboa: ACIDI.
- Fontaine, Anne Marie, Andrade, Cláudia, Matias, Marisa, Gato, Jorge & Mendonça, Maria (2004). Reflexões acerca da conciliação entre a vida familiar e profissional: o Projecto Framework. *Ex aequo*, 11, 97-108.
- Fontaine, Anne Marie, Andrade, Cláudia, Matias, Marisa, Gato, Jorge & Mendonça, Maria (2007). Family and work division in dual earner families in Portugal. In I. Crespi (Ed.), *Gender mainstreaming and family policy in Europe: perspectives, research and debates* (pp.167-198). Macerata: EUM.
- França, Ana Leticia & Shimansky, Édina (2009). Mulher, Trabalho e Família: Uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. *Emancipação*, 9(1), 65-78.
- Frone, Michael, Russel, Marcia & Cooper, Lynne (1992). Antecedents and outcomes of work-family conflict: Testing a model of work-family interface. *Journal of Applied Psychology*, 77, 65-79.
- Frone, Michael (2000). Interpersonal conflict at work and psychological outcomes: testing a model among young workers. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5, 246-255. doi/10.1037/1076-8998.5.2.246
- Frone, Michael (2003). Work-family balance. In J.C. Quick & L. E. Tetrick (Eds.), *Handbook of Occupational Health Psychology* (pp. 143-162). Washington, DC: American Psychological Association.
- Gaspard, Françoise (1998). Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: figuras de mulheres migrantes e das suas filhas na Europa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 5, 83-101.
- Gergen, Kenneth (1973). Social Psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 309-330.
- Gergen, Kenneth (1992). *Lo yo saturado*. Barcelona: Paidós.

- Gergen, Kenneth (1994a). *Realities and relationships. Soundings in social construction*. Cambridge: Harvard Press.
- Gergen, Kenneth (1994b). Exploring the pos-modern. Perils or potentials?. *American Psychologist*, 49(5), 412-416.
- Gergen, Kenneth (2001). *Feminist reconstructions in psychology. Narrative, gender and performance*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Gergen, Kenneth (2008). A psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 475-484. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/18.pdf>
- Giddens, Anthony (1996). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2001). *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora
- Giddens, Anthony (2010). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil Araújo, Sandra (2010). Una sociología (de las migraciones) para la resistência. *Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 19, 235-249. Retirado de <http://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/viewFile/2025/1905>
- Gill, Rebecca (2006). Global Feminism: Trends in the Literature. *Organization*, 13, 589-598. doi:10.1177/1350508406064689.
- Girona, Jordi (2007). *Amor importado, migrantes por amor: la constitucion de parejas entre españoles y mujeres de América Latina y Europa del Este en el marco de la transformación actual del sistema de género en España*. Proyectos de Investigación Científica y Desarrollo Tecnológico.
- Godinho, Susana (2010). *Novos Possíveis: Estratégias Identitárias de Mulheres Oriundas da Guiné-Bissau em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- Góis, Pedro (2008a). *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ACIDI.
- Góis, Pedro (2008b). *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão* (2º edição). Lisboa: ACIDI.

- Góis, Pedro & Marques, José (2014). *Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular*. Lisboa: ACIDI.
- Goldman, L. (1971). *Using tests in counseling*. Santa Monica: Goodyear Pubs.
- Gomes, Mariana (2013). *O imaginário social <Mulher Brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação* (Tese de Doutoramento). ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Gonçalves, Carlos (2006). *A família e a construção de projectos vocacionais de adolescentes e jovens* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Gonçalves, Marisa & Figueiredo, Alexandra (2005). Mulheres Imigrantes em Portugal e mercado de trabalho: Diferentes percursos, inserções laborais semelhantes. In SOS RACISMO (Eds.), *Imigração e Etnicidade- Vivências e trajectórias de mulheres em Portugal* (pp. 63-83). Lisboa: SOS Racismo.
- Goode, William (1960). A theory of role strain. *American Sociological Review*, 25(4), 483-496.
- Ghosh, Jayati (2009). *Migration and Gender Empowerment: Recent Trends and Emerging Issues*. United Nations Development Programme: Human Development Research Paper. Retirado de http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdrp_2009_04.pdf
- Graal (2013). *Papá dá licença? Por uma parentalidade partilhada*. Lisboa: Graal
- Grassi, Marzia & Évora, Iolanda (2007). *Género e Migrações Cabo-Verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gray, Vicky (1977). The image of women in psychology textbooks. *Canadian Psychology Review*, 18, 46-55.
- Greenhaus, Jeffrey & Beutell, Nicholas (1985). Sources of Conflict between Work and Family Roles. *The Academy of Management Review*, 10 (1), 76-88. Retirado de <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=c62126b8-732b-4ab4-9ef5-98c1ae8f5f0d%40sessionmgr110&vid=1&hid=109>

- Greenhaus, Jeffrey & Powel, Gary (2003). When work and family collide: deciding between competing role demands. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 90, 291-303. Retirado de http://ac.els-cdn.com/S0749597802005198/1-s2.0-S0749597802005198-main.pdf?_tid=9151cd56-7a84-11e4-9b22-00000aab0f01&acdnat=1417567232_7d40d1fd5495ef4f41ff898cf4959e37
- Greenhaus, Jeffrey & Powel, Gary (2006). When work and family are allies: A theory of work-family enrichment. *Academy of Management Review*, 31(3), 72-92. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/20159186.pdf?&acceptTC=true&jpdConfirm=true>
- Grzywacz, Joseph, Quandt, Sarah, Arcury, Thomas & Marin, Antonio (2006). The work-family challenged and mental health: Experiences of Mexican immigrants. *Community, Work & Family*, 8(3), 271-279. doi: 10.1080/13668800500142236
- Grzywacz, Joseph & Bass, Brenda (2003). Work, family and mental health: testing different models of work-family fit. *Journal of Marriage and Family*, 65, 248-261. doi: 10.1111/j.1741-3737.2003.00248.x
- Grzywacz, Joseph & Marks, Nadine (2000a). Reconceptualizing the work-family interface: An ecological perspective on the correlates of positive and negative spillover between work and family. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5(1), 111-126.
- Grzywacz, Joseph & Marks, Nadine (2000b). Family, work, work-family spillover and problem drinking during midlife. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 336-348. Retirado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1741-3737.2000.00336.x/pdf>
- Guacira, Louro (1997). *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Guerra, Isabel (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*: Estoril: Príncipia
- Guerreiro, Maria das Dores (2000). *Emprego, Família e Atividades Comunitárias: uma relação mais equilibrada para mulheres e homens*. Lisboa: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições da Vida e do Trabalho.
- Guerreiro, Maria das Dores (2009). Trabalho e Família - Na senda de novos equilíbrios. *Dirigir*, 107, 3-6.

- Guerreiro, Maria das Dores & Perista, Heloisa (1999). *Trabalho e Família – Inquérito à Ocupação do Tempo*. Lisboa: INE.
- Guerreiro, Maria das Dores & Pereira, Inês (2006). *Responsabilidade Social das Empresas, Igualdade e Conciliação Trabalho-Família: Experiências do Prémio Igualdade é Qualidade*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, Maria das Dores, Lourenço, Vanda & Pereira, Inês (2006). *Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar – Manual para as Empresas*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, Maria das Dores & Carvalho, Helena (2007). O stress na relação trabalho-família: uma análise comparativa. In k. Wall & L. Amâncio (Org.), *Família e Género em Portugal e na Europa* (pp. 93-128). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Guerreiro, Maria das Dores, Rodrigues, Eduardo & Barroso, Alexandre (2009). *Quality of life in a Changing Europe. Principais Apuramentos. Relatório de Pesquisa*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia: Instituto Universitário de Lisboa.
- Guest, Greg, MacQueen, Kathleen & Namey, Emily (2012). *Applied Thematic Analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Gu, Chien-Juh (2009). *Immigration and Work-Family Concerns*. Western Michigan University. Retirado de http://works.bepress.com/chien-juh_gu/7
- Haraway, Donna (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/3178066.pdf?acceptTC=true&jpdConfirm=true>
- Harré, Rom & Gillett, Grant (1994). *The discursive mind*. London: Sage Publications.
- Hellermann, Christiane (2004). Uma relação difícil? Mulheres Imigrantes da Europa de Leste e redes sociais. In Dinâmicas multiculturais. Novas faces, outros olhares. Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Instituto de Ciências Sociais.
- Hidalgo, Carmen, M. & Moreno-Jiménez, Pilar (2011). Medición y predicción de la satisfacción con la vida en inmigrantes empleados en España. Diferencias según su situación administrativa. *Anales de Psicología*, 27, 1, 179-185.

- Hill, Jeffrey (2005). Work-family facilitation and conflict, working fathers and mothers, work-family stressors and support. *Journal of Family Issues*, 26(6), 793-819. doi: 10.1177/0192513X05277542
- Ho, Christina (2006). Migration as Feminisation? Chinese Women's Experiences of Work and Family in Australia. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32(3), 497-514. doi: 10.1080/13691830600555053
- Hochschild, Arlie (2001). Global care chains and emotional surplus value. In W. Hutton & A. Giddens (Eds.), *On the edge. Living with global capitalism* (pp.130-146). Londres: Vintage.
- Holloway, Immy & Todres, Les (2003). The status of method: flexibility, consistency and coherence. *Qualitative Research*, 3, 345-357.
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette (1999). Introduction: Gender and Contemporary U.S. Immigration. *American Behavioral Scientist*, 42, 565-576. doi: 10.1177/00027649921954363
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette (2000). Feminism and Migration, *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 571, 107-120. doi:10.1177/000271620057100108
- Humm, Antonia Maria (1992). *Feminisms: a reader*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Ibañez, Tomas (1994). Constructing a representation or representing a construction?. *Theory and Psychology*, 4, 363-381.
- ILO – International Labor Organization (2008). *Women and men migrant workers: Moving towards equal rights and opportunities*. Geneva: ILO.
- ILO - International Labour Organization (2010). *Work and Family: The way to care is to share!*. Geneva: ILO.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2001). *Inquérito à Ocupação do Tempo: principais resultados 1999*. Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2012a). *Census 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2012b). *A População Estrangeira em Portugal*. Lisboa: INE.

- INE – Instituto Nacional de Estatística (2013). *Dia da Comunidade Luso-Brasileira (22 de Abril)*. Lisboa: INE.
- Inglis, Christine (2003). *Mothers, Wives, and Workers: Australia's Migrant Women*. Migration Information Source, Migration Police Institute. Retirado de <http://www.migrationpolicy.org/article/mothers-wives-and-workers-australias-migrant-women/>
- INSTRAW – United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women (2007). *Feminization of Migration. Gender, Remittances and Development, Working Paper 1*. Retirado de http://www.renate-europe.net/wp-content/uploads/2014/01/Feminization_of_Migration-INSTRAW2007.pdf
- IOM – International Organization for Migration (2004). *Glossary on Migration*. Geneva:IOM.
- Isaksen, Lise, Devi, Sambasivan & Hochschild, Arlie (2008). Global Care Crisis: A Problem of Capital, Care Chain, or Commons?. *American Behavioral Scientist*, 52, 405-425. Retirado de <http://abs.sagepub.com/content/52/3/405.full.pdf+html>
- Jack, Danna (1991). *Silencing the Self. Women and Depression*. Cambridge: Harvard University Press.
- Jacobs, Jerry & Gerson, Kathleen (2004). *The Time Divide: Work, Family, and Gender Inequality*. Cambridge: Harvard University Press.
- Kaplan, Gisela (1992). *Contemporary Western European feminism*. London: UCL Press.
- Kelly-Gadol, J. (1987). The social relation of the sexes. Methodological implications of Women's History. In S. Harding (Eds.), *Feminism and Metodology* (pp.15-28). Indiana: Indiana Press.
- King, Russel & Zontini, Elisabetta (2000). The role of gender in the South European Immigration model. *Papers*, 60, 35-52.
- Kofman, Eleonore et al. (2000). *Gender and International Migration In Europe: employment, welfare and politics*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

- Korabik, Karen, McElwain, Allyson & Chappell, Dara (2008). Integrating Gender-Related Issues into Research on Work and Family. In K. Korabik, D. Lero & D. Whitehead (Eds.), *Handbook of Work-Family Integration* (pp.215-232). London: Academic Press.
- Lages, Mário, Policarpo, Verónica, Marques, José, Matos, Paulo & António, João (2006). *Os Imigrantes e a População Portuguesa: Imagens Recíprocas*. Lisboa: ACIME.
- Laufer, Jackeline (1995). Conciliation vie familiale/vie professionele. In Institut National de la Statistique et des études économiques, *Les femmes* (pp. 163-165). Paris: Service de Droits de Femmes/Isee.
- Lawson, Victoria (2002). Book Review: Gender and International Migration in Europe: employment, welfare and politics. *Progress in Human Geography*, 26, 419-421. Retirado de <http://phg.sagepub.com>
- Levent, Tuzin & Nijkamp, Peter (2011). Migrant Female Entrepreneurship : Driving Forces, Motivation and Performance. In S. Desai, P. Nijkamp & R. Sough (Eds.), *New directions in regional economic development: The role of entrepreneurship theory and methods, practice and policy* (pp. 198-236). UK: Publishing Limited.
- Lisboa, Teresa (2007). Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização de assistência. *Estudos Feministas*, 15(3), 805-821. Retirado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38115317>
- Lombart, M. (1995). Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidade. *Revista de Psicología Social Aplicada*, 5 (1/2), 165-184.
- Lopes, António (2013). *Estratégias Mobilizadas pelos Migrantes Cabo-Verdianos em Portugal no atual contexto da Crise* (Dissertação de Mestrado). Retirado de http://www.cm-amadora.pt/images/artigos/informacao_geografica/pdfs/tese_estrat_migrantes_cabo_verdianos.pdf
- Lopes, Robéria (2006). *Concepções científicas e pessoais sobre a educação-formação profissional: contributos para a elaboração de um modelo teórico* (Tese de Doutoramento). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga.

- Macedo, Ana Gabriela & Amaral, Ana Luísa (2005). *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Edições Afrontamento.
- Machado, Igor (2007). Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal. Retirado de <http://nuevomundo.revues.org/5889#text>
- Machado, Fernando & Azevedo, Joana (2009). A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas. In *Revista Migrações* (pp.7-31). Lisboa: ACIDI. Retirado de http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_4/Migr4_Art1.pdf
- Machado, Fernando & Perista, Heloísa (1997). Femmes immigrés au Portugal: identités et différences. *CIEMI – Centre d'Information et d'Etudes sur les Migrations Internationales*, 9(52), 91-103.
- Maciel, Diana & Marques, Ana Cristina (2008). Do ganha-pão à valorização pessoal: a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos. *Working Paper*, 43, 1-36. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Retirado de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/718/1/CIES-WP43_Marques%20e%20Maciel_.pdf
- Magalhães, Maria (2009). Liderança em tempos híbridos: combater o medo, criar ilhas de liberdade. In E. Macedo & M. Koning (Coords), *Reinventando Lideranças: Género, Educação e Poder* (pp. 23-32). Porto: Fundação Cuidar o Futuro & Livpsic.
- Malheiros, João & Baganha, Maria Ioannis (2000). Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do século XXI. *Janus 2001 - Anuário de Relações Exteriores, Público e UAL*, 190-191.
- Malheiros, Jorge (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- Malheiros, Jorge, Padilla, Beatriz & Rodrigues, Frederica (2010). *Mulheres Imigrantes Empreendedoras*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Malheiros, Jorge & Fonseca, Lucinda (2011). *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- Marks, Stephen & Macdermid, Shelley (1996). Multiples roles and the self: A theory of role balance. *Journal of Marriage and the family*, 58, 417-432.

- Marques, José & Góis, Pedro (2008). Imigrantes Altamente qualificados em Portugal: uma tipologia. *Revista Migrações*, 2, 73-94.
- Marques, José & Góis, Pedro (2010). Quando os extremos se tocam: imigrantes ucranianos em Portugal. In M. I. Baganha, J. Marques & P. Góis, *Imigração Ucraniana em Portugal e no Sul da Europa: A Emergência de uma ou varias comunidades?* (pp.25-118). Lisboa: ACIDI.
- Marques, José & Góis, Pedro (2012). *A Emergência das Migrações no Feminino – Feminização das migrações de (e para) Portugal e suas consequências sociopolíticas*. Cascais: Príncipeia.
- Marques, José, Góis, Pedro & Castro, Joana (2014). *Impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal*. Lisboa: ACIDI
- Matias, Marisa (2007). *Vida Profissional e Familiar: Padrões de Conflito e Facilitação na Gestão de Múltiplos Papéis* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Matias, Marisa, Andrade, Claudia, Fontaine, Anne Marie, Biasoli-Alves, Zélia & Martinez, Cláudia (2008). Gender differences in family to work facilitation in Portuguese and Brazilian families. In A. M. Fontaine & M. Matias (Eds.), *Family, work and parenting: International perspectives* (pp.79-94). Livpsic/Legis Editora: Porto.
- Matias, Marisa, Fontaine, Anne Marie, Simão, Cláudia, Oliveira, Egídio & Mendonça, Maria (2010). *A conciliação trabalho-família em casais de duplo-emprego*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Braga: Universidade do Minho.
- Matias, Marisa, Silva, Andreia & Fontaine, Anne Marie (2011). Conciliação de papéis e parentalidade: efeitos de género e estatuto parental. *Exedra*, 5, 57-76.
- Menjívar, Cecília (1999). The Intersection of Work and Gender. *American Behavioral Scientist*, 42 (4), 601-627. doi:10.1177/00027649921954381
- Menjívar, Cecília (2003). The Intersection of Work and Gender. In Hondagneu-Sotelo, P. (Eds.), *Gender and U.S. Immigration: Contemporary Trends* (pp.101-126). Berkeley: University of California Press.

- Miller, E. (1999). Positivism and clinical psychology. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 6, 1-16.
- Mills, Melinda, et al., (2014). *Gender equality in the workforce: Reconciling work, private and family life in Europe. Final Report*. European Union. Retirado de http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/documents/140502_gender_equality_workforce_ssr_en.pdf
- Miranda, Joana (2009). *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*. Lisboa, ACIDI.
- Momsen, Janet (2000). Book Review: Migration and gender in developed world. *Progress in Human Geography*, 24, 676-677.
- Monteiro, Rosa & Portugal, Sílvia (2013). As políticas de conciliação nos planos nacionais para a igualdade: Uma análise dos quadros interpretativos. *Ex aequo*, 27, 97-111.
- Monteiro, Rosa (2011). *Feminismo de Estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas, metamorfoses* (Dissertação de Doutoramento). Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/16758/3/Tese.pdf>
- Moreno-Jiménez, Pilar & Hidalgo, Carmen (2011). Medición y predicción de la satisfacción con la vida en inmigrantes empleados en España. Diferencias según su situación administrativa. *Anales de Psicología*, 27(1), 179-185.
- Moreno-Jiménez, Pilar & Rodríguez, Luisa (2012). “Sin nosotras el mundo no se mueve”- Mujeres inmigrantes en el context laboral español. *Athenea Digital*, 12(2), 3-31.
- Morokvasic, Mirjana (1984). Bird of Passage are also Women. *International Migration Review*, 18 (4), 886-907.
- Mullen, Jane, Kelley, Elizabeth & Kelloway, Kevin (2008). Health and Well-being Outcomes of the Work-Family Interface. In K. Korabik, D. Lero & D. Whitehead (Eds.), *Handbook of Work-Family Integration* (pp.191-214). London: Academic Press.
- Murray, B. L. (2003). Qualitative research interviews: Therapeutic benefits for the participants. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 10, 231-238.

- Nascimento, Inês (2007). *Investimento no trabalho e na parentalidade e relação interpapéis: Uma análise da transmissão intergeracional* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto.
- Nash, Jennifer (2008). Re-thinking intersectionality. *Feminist review*, 89, 1-15. Retirado de <http://www.palgrave-journals.com/fr/journal/v89/n1/pdf/fr20084a.pdf>
- Neves, Sofia (2007). Psicologia, Diversidade Social e Multiculturalidade: Caminhos cruzados. *Psychologica*, 45, 125-145.
- Neves, Sofia (2008). *Amor, Poder e Violências na Intimidade: Os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra: Quarteto.
- Neves, Sofia (2010a). Tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual em Portugal e Interseccionalidade: Um estudo de caso. *Psicologia*, 2 (XXIV), 177-196.
- Neves, Sofia (2010b). Sonhos Traficados (escravaturas modernas?): Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal. In S. Neves & M. Fávero (Coord.), *Vitimologia: Ciência e Activismo* (pp. 125-221). Coimbra: Almedina
- Neves, Sofia (2011a). Women trafficking for sexual exploitation en Portugal: Life narratives. *International Journal of Humanities and Social Science*, 17(1), 186-192. Retirado de http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_1_No_17_Special_Issue_November_2011/20.pdf
- Neves, Sofia (2011b). Género e Ciências Sociais...ou quando a ciência também é política. In S. Neves (Eds.), *Género e Ciências Sociais* (pp.15-24). Castelo da Maia: Edições Ismai.
- Neves, Sofia & Nogueira, Conceição (2003). A Psicologia Feminista e a Violência contra as Mulheres na Intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 43-64.
- Neves, Sofia, & Nogueira, Conceição (2004). Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Ex-aequo*, 11, 123-138. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4008/1/4.pdf>
- Neves, Sofia, & Nogueira, Conceição (2005). Metodologias Feministas: a Reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a15v18n3.pdf>

- Neves, Sofia & Miranda, Joana (2011). *Género e Migrações*. Ex aequo 23. (Eds.). Porto: Afrontamento.
- Neves, Sofia, Nogueira, Conceição, Topa, Joana & Silva, Estefânia (in press). Mulheres Imigrantes em Portugal: uma análise de género. *Tempo Social*.
- Nogueira, Conceição (2001a). Construcionismo Social, Discurso e Género. *Psicologia*, *XI*(1), 43-65.
- Nogueira, Conceição (2001b). Contribuições do Construcionismo Social a uma nova Psicologia do Género. *Cadernos de Pesquisa*, *112*, 137-153. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16105.pdf>
- Nogueira, Conceição (2001c). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género – Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, Conceição (2001d). A análise do discurso. In L. Almeida & E. Fernandes (Eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação* (pp.15-48). Braga: Universidade do Minho.
- Nogueira, Conceição (2004). “Ter” ou “fazer” o género: O dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social. In N. Guareschi (Ed.), *Estratégias de invenção do presente – a Psicologia Social no contemporâneo* (pp.249-284). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Nogueira, Conceição (2011a). *Lição de Síntese*. Braga: Universidade do Minho.
- Nogueira, Conceição (2011b). Introdução à teoria da Interseccionalidade nos Estudos de Género. In S. Neves (Eds.), *Género e Ciências Sociais* (pp.67-78). Castelo da Maia: Edições Ismai.
- Nogueira, Conceição, Neves, Sofia & Barbosa, Carlos (2005). Fundamentos Construcionistas Sociais e Críticos para o Estudo do Género. *Teoria, Investigação e Prática*, *2*, 1-15. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3954/1/artigo%20fundamentos%20Oconstrucionistas>
- Nogueira, Conceição, Saavedra, Luísa & Neves, Sofia (2006). Critical (Feminist) Psychology in Portugal. Will it be possible?. *Annual Review of Critical Psychology*, *5*. Retirado de

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6359/1/arPortugal%20ARCP%205.pdf>

Nolin, Catherine (2006). *Transnational Ruptures: Gender and Forced Migration*. Aldershot: Ashgate.

Núncio, Maria (2008). *Mulheres em Dupla Jornada: A Conciliação entre trabalho e família*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Oakley, Ann (1972). *Sex, Gender and Society*. London: Maurice Templesmith.

Oishi, Nana (2002). *Gender and Migration: An Integrative Approach*. Retirado de <https://escholarship.org/uc/item/0s04g29f#page-4>

Oliveira, João & Amâncio, Lígia (2006). Teorias Feministas e Representações Sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, 14(3), 597-615. Retirado de <http://www.redalyc.org/pdf/381/38114302.pdf>

Oliveira, Mónica & Temudo, Eva (2008). Mulheres Estudantes Trabalhadoras na Universidade do Porto – Uma licenciatura “fora de tempo” ou “sem tempo”? *Ex aequo*, 18, 147-173.

Oliveira, Rosiska (2003). *Reengenharia do Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

Oliveira, Rosiska (2009). Mulheres e(m) Liderança: Género, Educação e Poder. In E. Macedo & M. Koning (Coords), *Reinventando Lideranças: Género, Educação e Poder* (pp. 43-58). Porto: Fundação Cuidar o Futuro & Livpsic.

Organização Internacional do Trabalho (2007). *Report by the working group issues on gender mainstreaming in the organization*. Geneva: OIT. Retirado de http://www.ilo.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/published_docs/periodicals_and_newsletters/wggi_report_2007.pdf

Organization for Economic Co-Operation and Development (2008). *International Migration Outdoor*. Paris: Organization for Economic Co-Operation and Development.

Orozco, Amaia (2007). Global Care Chains. Gender, Migration and Development Series. Working Paper 2. INSTRAW.

Oso, Laura & Villares, Maria (2010). La inserción socio-laboral de los emigrantes Gallegos en Europa: los casos de Francia y Países Bajos. *Estudios Migratorios*, 2 (1), 7-30.

- Padilla, Beatriz (2006a). Redes sociais de los brasileiros recién llegados a Portugal: solidariedade étnica o empatia étnica?. *Revista Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, 14, 49-61. Retirado de http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6505/1/ALT_14_04.pdf
- Padilla, Beatriz (2006b). Integração dos Imigrantes Brasileiros recém-chegados na Sociedade Portuguesa: Problemas e Possibilidades. In I. Machado (Org.), *Um mar de identidades: Imigração brasileira em Portugal*. São Carlos: Edefscar.
- Padilla, Beatriz (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise. In J. Malheiros (Org.), *Imigração brasileira em Portugal* (pp.113-134). Lisboa: ACIDI.
- Padilla, Beatriz (2008). O empreendedorismo na perspectiva de género: Uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal. In C. Oliveira & J. Rath (Org.), *Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante, N°3*, (pp. 191-215). Lisboa: ACIDI.
- Padilla, Beatriz (2013). Género y Migraciones: Nuevas reconfiguraciones y protagonismos de las mujeres latino-americanas. A modo de introducción. *Anuario Americanista Europeo*, 11, 1-9. Retirado de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00957301/document>
- Paiewonsky, D. (2007). Feminisation of Migration. *Gender, Migration and Development Series*, Working Paper 1, INSTRAW.
- Papademetriou, Demetrious (2008). *A Europa e os seus imigrantes no Século XXI*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Parella, Sònia (2009). Políticas públicas de género y mujer inmigrante. In R. Zapata & A. Miret (Coord.), *Políticas y gobernabilidad de la inmigración en España* (pp.207-226). Madrid: Ariel.
- Parker, Ian (1992). *Discursive dynamics: Critical analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- Parker, Ian (1999). Critical psychology: Critical links. *Annual review of critical psychology. Discourse Unit*, 1, 3-18.
- Parreñas, Rhacel (2005). The Gender Paradox in the Transnational Families of Filipino Migrant Women. *Asian and Pacific Migrants Journal*, 14(3), 243-268.

- Peixoto, João (2004). *País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*. SOCIUS, 2. Retirado de <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200402.pdf>
- Peixoto, João (2005). *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*. Lisboa: ACIME.
- Peixoto, João, et al. (2006). *Mulheres Imigrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa.
- Peixoto, João (2008). Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes. *Revista Migrações*, 2, 19-46. Retirado de http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_2/migracoes2_art1.pdf
- Peixoto, João (2012). *A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos*. SOCIUS, 5. Retirado de https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4892/1/WP_5_2012socius.pdf
- Peixoto, João & Figueiredo, Alexandra (2007). Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In J. Malheiros (Org.), *A Imigração Brasileira em Portugal* (pp.87-111). Lisboa: ACIDI.
- Peixoto, João, Marçalo, Carolina & Tolentino, Nancy (2011). *Imigrantes e Segurança Social em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- Pereira, Sónia (2008). Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica. *Revista Migrações*, 2, 47-71.
- Perista, Heloísa (1998). Mulheres em Diáspora na União Europeia: percursos migratórios e trajectórias profissionais e familiares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50, 153-164.
- Perista, Heloísa (1999). *Os Usos do Tempo e o Valor do Trabalho – uma questão de género*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Perista, Heloísa (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, 37 (163), 447-474. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218732780P9jPM6nt5lk17YP4.pdf>

- Perista, Heloísa, Guerreiro, Maria das Dores, Jesus, Clara & Moreno, Maria Luísa (2008). A Igualdade de Género no Quadro da Responsabilidade Social – O Projecto Equal Diálogo Social e Igualdade nas Empresas. *Ex aequo*, 18, 103-120.
- Pina, Cláudia & Magalhães, Graça (2014). Principais tendências demográficas: as últimas décadas. In A. Delgado & K. Wall (Coords.), *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança* (pp. 25-42). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Instituto de Ciências Sociais.
- Pinho, Filipa (2007). A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira. In J. Malheiros (Org.), *Imigração Brasileira em Portugal* (59-86). Lisboa: ACIDI.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1981). *Os Novos Feminismos, Interrogação para os Cristãos?*. Lisboa: Morais Editores.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1989). Notas Manuscritas. Retirado de <http://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Documentos/0273.029.pdf>
- Pinto, Ana (2003). As diferenças de género na perceção do conflito trabalho-família. *Comportamento Organizacional e Gestão*, 9 (2), 195-212.
- Pinto, António (2004). *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração*. Lisboa: ACIME.
- Pipper, Nicola (2005). *Gender and Migration*. Global Commission in International Migration.
- Pires, Rui (2002). Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001. *Sociologia: Problemas e práticas*, 39, 151-166. Retirado de http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-652920020002000008&lng=pt&nrm=iso
- Pires, Rui (2007). Fluxos Migratórios: Dinâmicas e Modos de Gestão. In A. Vitorino (Eds.), *Imigração: Oportunidade ou ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração* (pp. 45-63). Estoril: Principia.
- Poelmans, Steven, Stepanova, Olena & Masuda, Aline (2008). Positive Spillover Between Personal and Professional Life: Definitions, Antecedents, Consequences and Strategies . In

- K. Korabik, D. Lero & D. Whitehead (Eds.), *Handbook of Work-Family Integration* (pp.141-156). London: Academic Press.
- Polkinghorne, Donald (2005). Language and Meaning: Data collection in Qualitative Research. *Journal of Counseling Psychology, 52*(2), 137-145. doi: 10.1037/0022-0167.52.2.137
- Portes, Alejandro (1999). *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Lisboa: Celta Editora
- Potter, Jonathan & Wetherell, Margaret (1987). *Discursive and social psychology*. London: Sage Publications.
- Prilleltenski, Isacc & Fox, Dennis (1997). Introducing critical psychology: values, assumptions and status quo. In D. Fox & I. Prilleltenski (Eds.), *Critical psychology: an introduction* (pp.3-20). London: Sage.
- Provedoria da Justiça (2008). *Relatórios sociais: Imigração, Direitos das mulheres, Infância e juventude, Protecção da saúde, Sistema penitenciário*. Lisboa: Provedoria de Justiça – Divisão de Documentação.
- Purkayastha, Bandana (2005). Skilled migration and cumulative disadvantage: the case of highly qualified Asian Indian immigrant women in the US. *Geoforum, 36*, 181-196. Retirado de http://ac.els-cdn.com/S0016718504000648/1-s2.0-S0016718504000648-main.pdf?_tid=a4f89f68-7a90-11e4-a5f4-00000aab0f27&acdnat=1417572419_5069cad34502b94f72d6afa5b4ba71e7
- Raposo, Paulo & Togni, Paula (2009). *Fluxos Matrimoniais entre Brasileiras e Portugueses: Género e Imigração*. Lisboa: ACIDI.
- Rasera, Emerson, Guanaes, Carla & Japur, Marisa (2004). Psicologia, Ciência e Construcionismos: Dando Sentido ao Self. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 17*(2), 157-165. Retirado de http://www.taosinstitute.net/Websites/taos/Images/ResourcesManuscripts/Lorenzi_psychology,%20science%20and%20constructionisms%20-%20making%20sense%20of%20the%20self.pdf

- Reitzes, Donald & Mutran, Elizabeth (2002). Self-Concept as the Organization of Roles: Importance, Centrality and Balance. *The Sociological Quarterly*, 43(4), 647-667. Retirado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1533-8525.2002.tb00070.x/pdf>
- Relvas, Ana (2000). *O ciclo vital da família. Perspetiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, Eduardo, Barroso, Margarida & Caetano, Ana (2010). Trabalho, família e bem-estar: factores e padrões de qualidade de vida na Europa. *Working Paper*, 93. Retirado de http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP93Rodrigues_Barroso_Caetano_001.pdf
- Rodrigues, Frederica, Padilla, Beatriz & Malheiros, Jorge (2011). A dimensão psico-social do empreendedorismo imigrante feminino. In *Revista Migrações* (pp.93-112). Retirado de http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_8/Migracoes_8web.pdf#page=48
- Roteiro para a Igualdade de Mulheres e Homens (2006-2010). Retirado de <http://www.cite.gov.pt>
- Rubio, Sònia (2003). *Mujer, inmigración y trabajadora: la tripla discriminación*. Barcelona: Anthropos Editorial.
- Salazar, Laura & Cook, Sarah (2002). Violence Against Women: Is psychology part of the problema or the solution? A content analysis of psychological research from 1990 through 1999. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 12, 410-421. doi: 10.1002/casp.691
- Santos, Clara (2005). Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa. In SOS Racismo (Eds.), *Imigração e Etnicidade – Vivência e Trajectórias de Mulheres em Portugal* (pp.51-62). Lisboa: SOS Racismo
- Santos, Clara (2007a). *Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa. Análise do Ano de 2003*. Lisboa: ACIDI.
- Santos, Gina Gaio (2007b). *O desenvolvimento da carreira dos académicos: Uma análise centrada na relação entre o trabalho e a família* (Tese de Doutoramento). Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.

- Santos, Gina Gaio & Cabral-Cardoso, Carlos (2008). Work-Family culture in academia: A gendered view of work-family conflict and coping strategies. *Gender in Management: An International Journal*, 23 (6), 442-457. Retirado de <http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/17542410810897553>
- Santos, Vanda (2004). *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*. Lisboa: ACIDI.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*. 2ª edição. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002). *The Processes of Globalisation*. Retirado de http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/the_processes_of_globalization_in_eurozine.pdf
- Santos, Boaventura, Gomes, Conceição, Duarte, Madalena, Baganha, Maria Ioannis (2008). *Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Scott, Joan (1986). Gender: a useful category os historical analisys. *The American Historical Review*, 91 (5), 1053-1075. Retirado de http://facultypages.morris.umn.edu/~deanej/UMM%20Home%20Page/2001/Readings/Gender/Scott_Useful%20Category.pdf
- SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2011*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2013). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2012*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Segal, Lynne (1995). A feminists looks at the family. In J. Muncie, M. Wetherell, R. Dallos & A. Cochrane (Eds.). *Understanding the family*. London: Sage.
- Sertório, Elsa & Pereira, Filipa (2004). *Mulheres Imigrantes*. Lisboa: Ela por Ela.
- Sieber, Sam (1974). Toward a theory of role accumulation. *American Sociological Review*, 39, 567-578.
- Silva, Estefânia (2009). *Vivências de Amor e de Intimidade em Mulheres Imigrantes* (Dissertação de Mestrado). ISMAI, Castelo da Maia.

- Silva, Estefânia, Nogueira, Conceição & Neves, Sofia (2010). (RE) Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Género e Trabalho-Família. *Psico*, vol.41, 4, 455-461.
- Silva, Estefânia & Neves, Sofia (2011). Vivências de Amor e de Intimidade em Mulheres Imigrantes. In M. Strey, A. Piason & A.L. Julio (Orgs.), *Vida de mulher: gênero, sexualidade e etnia* (pp. 207-247). Brasil: EDIPUCRS.
- Silva, Flora (2005). Comunicação. In Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres (Eds.), *Mulheres Migrantes Duas faces de Uma Realidade. Actas do Seminário* (pp.63-69). Lisboa: Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres.
- SOS RACISMO (2005) *Imigração e Etnicidade – Vivências e Trajectórias de Mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS RACISMO.
- Spencer, Sarah (2008). O desafio da integração na Europa. In D. Papademetriou (Coord.), *A Europa e os Seus Imigrantes no Século XXI* (pp. 1-34). Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Tajfel, Henry & Turner, J. (1986). The social identity theory intergroup behavior. In S. Worchel & W. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations* (pp.7-23). Chicago: Nelson – Hall.
- Tavares, Manuela (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)* (Tese de Doutoramento). Retirado de <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1346/1/Tese%20de%20doutoramento%20Manuela%20TavaresVF.pdf>
- Tavares, Teresa & Ferreira, Virginia (1998). Mulheres, Mobilidade e Cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50.
- Teixeira, Raquel & Nascimento, Inês. (2011). Conciliação trabalho-família: contribuições de medidas adotadas por organizações portuguesas. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12 (2), 215-225. Retirado de <http://www.redalyc.org/pdf/2030/203022103009.pdf>
- Togni, Paula (2008). *Os Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre Brasileiras e Portugueses: Género e Imigração* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: ISCTE.
- Topa Joana (2009). *Ser mulher, ser imigrante: emergência de novas identificações femininas* (Tese de Mestrado). ISMAI, Castelo da Maia.

- Topa, Joana (2013). *Cuidados de saúde materno-infantis à população imigrante residente em Portugal* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Torres, Anália & Silva, Francisco (1998). Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, 9-65. Retirado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/769/1/1.pdf>
- Torres, Anália (2001). *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, Anália (2002). Casamento: conversa a duas e em três andamentos. *Análise Social*, 37(163), 569-602. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218733072F9uQX5hx1Ry60HQ5.pdf>
- Torres, Anália (2004). *Vida Conjugal e Trabalho: Uma perspectiva Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, Anália, Silva, Francisco, Monteiro, Teresa & Cabrita, Miguel (2004). *Homens e Mulheres Entre Família e Trabalho*. Lisboa: DEEP/CITE.
- Trindade, Maria Beatriz Rocha (2004). *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração*. Lisboa: ACIME
- Trovão, Susana & Ramalho, Sónia (2010a). *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: Dinâmicas familiares, de género e geração. Volume I*. Lisboa: ACIDI.
- Trovão, Susana & Ramalho, Sónia (2010b). *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: Participação Cívica e Política de Mulheres de Origem Africana. Volume II*. Lisboa: ACIDI.
- Tuckett, Anthony (2005). Applying thematic analysis theory to practice: a researcher's experience. *Contemporary Nurse*, 19, 75-78. doi: 10.5172/conu.19.1-2.75
- UNFPA (2006). *State of World Population 2006. A Passage to Hope: Women and International Migration*. UNFPA State of World Population. Retirado de http://www.unfpa.org/upload/lib_pub_file/650_filename_sowp06-en.pdf

- UNIFEM (2006). Empowering Women Migrant Workers. Draft. United Nations Development Fund for Women. Retirado de http://www.unifem.org/attachments/gender_issues/women_poverty_economics/WomenMigrantWorkersBrief20060607.pdf
- United Nations – Department of Economic and Social Affairs (2013). Trends in International Migrant Stock: The 2013 Revision. United Nations. Retirado de http://www.un.org/esa/population/migration/ga/SG_Report_A_68_190.pdf.
- Veiga, Ulisses (2010). Conciliação entre Vida Profissional e Familiar em Cabo Verde: O Papel do Estado e das Famílias (Dissertação de Mestrado). Retirado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2760/1/Concilia%C3%A7%C3%A3o%20entre%20a%20Vida%20Profissional%20e%20Familiar%20em%20Cabo%20Verde%20%20papel%20do%20Estado%20e%20das%20Fam%C3%ADlias.pdf>
- Velasco, Diana (2013). Cruce de fronteras y género: subordinación, transgresión y liberación en el circuito migratório de Axochiapan a Minneapolis. Anuario Americanista Europeo, 11, 109-126. Retirado de <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/95/73/97/PDF/227-722-1-PB.pdf>
- Ventura, Catarina & Sabrosa, Susana (2008). Imigração. In Relatórios Sociais (pp. 11-106). Lisboa: Provedoria da República.
- Vicente, Ana (2002). Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens. Lisboa: Gótica
- Vitorino, António (2007). Imigração: Oportunidade ou Ameaça. Estoril: Principia.
- Voydanoff, Patricia (2002). Linkages between the work-family interface and work, family and individual outcomes. *Journal of Family Issues*, 23, 138-164. doi: 10.1177/0192513X02023001007
- Wall, Karin (2005). Famílias em Portugal. Percursos, Interacções, Relações Sociais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin. & José, São (2004). Managing Work and Care: A Difficult Challenge for Immigrant Families. *Social Policy & Administration*, 38 (6), 591-621. Retirado de https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3631/1/Managing%20Work%20and%20Care_Wall%26S%C3%A3o%20Jos%C3%A9.pdf

- Wall, Karin & Guerreiro, Maria das Dores (2005). A divisão familiar do trabalho. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Relações Sociais* (pp. 303-362). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, Nunes, Cátia & Matias, Ana (2005a). *Immigrant Women In Portugal: migration trajectories, main problems and policies*. Institute of Social Sciences: University of Lisbon.
- Wall, Karin, Nunes, Cátia & Matias, Ana (2005b). *Mulheres imigrantes e novas trajetórias de migração: um croché transnacional de serviços e cuidados no feminino*. Retirado de <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Karin%20Wall%20-%20Publica%C3%A7%C3%B5es%202008%20n%C2%BA3.pdf>
- Wall, Karin & Amâncio, Lúcia (2007). *Família e Género em Portugal e na Europa. Atitudes Sociais dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, Aboim, Sofia & Cunha, Vanessa (2010). *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: CITE.
- Wall, Karin, Susana, Atalaia, Leitão, Mafalda & Marinho, Sofia (2013). *Observatório das Famílias e das Políticas de Família – Relatório 2012*. Lisboa: Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Wall, Karin, Cunha, Vanessa & Ramos, Vasco (2014). *Evolução das Estruturas Domésticas em Portugal – 1960-2011*. In A. Delgado & K. Wall (Coords.), *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança* (pp. 43-64). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/ Instituto de Ciências Sociais.
- Whitehead, Denise (2008). *Historical Trends in Work-Family: The evolution of Earning and Caring*. In k. Korabik, D. Lero & D. Whitehead (Eds.), *Handbook of Work-Family Integration* (pp.13-36). London: Academic Press.
- Yamanaka, Keiko & Pippenger, Nicola (2006). *Feminised Migration in East and Southeast Asia: Policies, Action and Empowerment*. UNRISD Occasional Paper. 11. Geneva: UNRISD.
- Zimmerman, Toni, Haddock, Shelley, Current, Lisa & Ziemba, Scott (2003). *Intimate partnership: foundation to the successful balance of family and work*. *The American Journal of Family Therapy*, 31, 107-124. doi: 10.1080/01926180390167070

ANEXOS

ANEXO I

Pedido de colaboração a Associações de Imigrantes e/ou Instituições

Investigação sobre Imigração Feminina e Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

Estefânia Gonçalves Silva, psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde e aluna de Doutoramento em Psicologia Social na Escola de Psicologia – Universidade do Minho - Braga, juntamente com a sua orientadora vem solicitar a sua colaboração na pesquisa de doutoramento sobre a temática da imigração feminina e conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

A presente investigação tem como objetivo central compreender a conciliação entre os domínios da vida pessoal, familiar profissional das mulheres imigrantes e o modo como estes domínios se articulam com a organização dos papéis de género dentro da família.

Para isso, a amostra para este estudo pretende ser constituída **por mães com filhos/as em idade dependente**, que preferencialmente, exerçam uma profissão e incidirá nas três nacionalidades mais representativas em Portugal, designadamente, as nacionalidades **Cabo-Verdiana, Brasileira e Ucraniana**, a residir no distrito de Braga.

Nesta fase do processo de pesquisa estão a ser contactadas algumas associações que no terreno intervêm direta ou indiretamente junto desta população, no sentido de obter colaboração para a recolha de dados o qual nos permita posteriormente concluir este projeto de investigação.

Agradecendo desde já a atenção dispensada e aguardando, com a brevidade possível, uma resposta à nossa solicitação e, na certeza de poder contar com a vossa colaboração, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais pelo telefone 969076828 ou por email estefaniapsi@hotmail.com.

Subscrevemo-nos com os nossos melhores cumprimentos,

Estefânia Silva

ANEXO II

Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Estefânia Gonçalves Silva, psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde e aluna de Doutoramento em Psicologia Social na Escola de Psicologia – Universidade do Minho - Braga, juntamente com a sua orientadora, vem solicitar a sua colaboração na pesquisa de doutoramento sobre a temática da imigração feminina e conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

A presente investigação tem como objetivo central compreender a conciliação entre os domínios da vida familiar e da vida profissional das mulheres imigrantes e o modo como estes domínios se articulam com a organização dos papéis de género dentro da família.

A participação neste estudo é espontânea, não sendo oferecida qualquer remuneração ou gratificação e contempla uma entrevista, gravada em áudio, e um auto-registo de ocupação do tempo. Os dados resultantes da investigação são confidenciais e serão mantidos no anonimato, sendo usados, apenas, para fins de investigação científica.

Tem o direito de parar a entrevista a qualquer momento e o direito a não responder a questões que não queira. Não existem respostas corretas ou incorretas, são relatos de experiências de vida, cada uma delas com as suas particularidades.

A sua participação é completamente voluntária sendo que a sua experiência poderá contribuir para conhecer melhor esta realidade e aferir a boas práticas de prevenção-ação.

Aceita fazer a entrevista? (sublinhe a opção)

Sim Não

A Participante,

A Investigadora,

(Nome Completo)

(Estefânia Gonçalves Silva)

_____, ____ de _____ de _____

ANEXO III

Protocolo de entrevista

Guião de Entrevista Semi-Estruturado para Mulheres Imigrantes

Doutoramento em Psicologia Social – Escola de Psicologia – Universidade do Minho

Bloco I – Identificação

Nome

Data de Nascimento

Habilitações literárias

Ocupação Profissional

Estado Civil

Rendimento do Agregado

Nacionalidade e nacionalidade dos/as filhos/as

Número de Filhos/as

Tempo de permanência no país recetor

Bloco II – Motivação para a imigração

Como e quem era antes do processo de imigração?

Gostava que me descrevesse um pouco o seu percurso migratório?

Quando e como veio para Portugal?

O que a levou a escolher Portugal como país de destino?

V veio diretamente para Portugal ou passou por outros locais e/ou países? Se sim, porque razão imigrou e quais as razões que a levaram a deixar esse país?

O processo migratório foi autónomo? Se não foi, com quem veio e de quem foi a decisão? Obteve apoio de outras pessoas? Se sim, quais?

Quais as expectativas que tinha quando decidiu imigrar? Era um projeto temporário, a longo prazo?

Que dificuldades e facilidades sentiu quando chegou a Portugal?

Bloco III – Vida familiar

Como é a constituição do seu agregado familiar e como foi evoluindo ao longo dos anos?

Em relação aos seus pais, o que faziam? Até quando estudaram?

Descreva-me o meio social onde vive?

Atualmente quem são as pessoas que vivem consigo?

Como caracteriza a sua relação com a sua família?

Quem são as pessoas significativas para si?

Que alterações familiares ocorreram depois da sua vinda para Portugal?

a) Cuidados aos/às filhos/as

Relativamente aos/às filhos/as, por quem e como é assegurado os cuidados? Ambos participam no cuidado com eles/as, ou seja, fraldas, banhos, brincadeiras, alimentação, trabalhos da escola? Quem faz o quê?

Em média, quanto tempo é dedicado a estes cuidados?

Onde e com quem os/as seus/as filhos/as passam o dia? Quando ficam doentes ou precisam de ir ao médico, com quem vão?

E no seu país de origem por quem eram assegurados estes cuidados? Porquê? Se diferente da situação atual, o que é que mudou? Porquê?

Considera que ninguém pode cuidar tão bem de uma criança como a própria mãe?

Gostava que partilhasse comigo uma situação positiva e negativa do antes e pós imigração, em relação aos cuidados?

Quais as dificuldades que sente na gestão dos cuidados?

b) Divisão das tarefas domésticas (com complemento do auto-registo)

Descreva-me um dia típico sobre trabalhos domésticos?

Existe uma partilha das atividades domésticas? Se sim, como se verifica? Que tarefas costuma desempenhar? E o seu conjugue? Como é feita esta negociação?

Quem costuma preparar as seguintes tarefas refeições (cozinhar, pôr a mesa, lavar a loiça), limpeza (limpar o pó, aspirar), cuidar da roupa (lavar, passar a ferro, arrumar)? Porquê e por quem é tomada esta decisão?

Em média, quanto tempo é dedicado a estas tarefas?

Quem costuma realizar os serviços de jardinagem/horta, serviços administrativos (impostos, pagamento de contas, seguros)? Porquê e por quem é tomada esta decisão?

Em média, quanto tempo é dedicado a este serviços?

Quem costuma realizar as compras? Porquê e por quem é tomada esta decisão?

Em média, quanto tempo é dedicado a estes serviços?

E no seu país de origem por quem eram assegurados estes serviços? Porquê? Se diferente da situação atual, o que é que mudou? Porquê?

Costuma recorrer a algum serviço externo ou a algum tipo de apoio extra?

Quando vivia com os seus pais, como era feita a divisão das tarefas domésticas?

Considera que, na sua infância e adolescência, o ambiente familiar foi propício ao desenvolvimento de práticas educativas diferenciadas?

Quais as dificuldades que sente na gestão das tarefas em casa? (entendimento, distribuição, tempo para relaxar)

Acha que o trabalho doméstico é tão importante como o trabalho pago?

Considera que a vida familiar também pode funcionar quando a mulher trabalha e o homem cuida das tarefas domésticas e dos/as filhos/as?

Como é que a sua vida profissional afeta a sua vida familiar?

Quais os fatores de satisfação e insatisfação na sua vida familiar?

Sente-se realizada com a sua vida familiar?

Gostava que partilhasse comigo uma situação positiva e negativa do antes e pós imigração, em relação às tarefas domésticas?

De que forma o projeto migratório agravou as suas responsabilidades e os seus encargos?

Bloco IV – Relacionamento conjugal

Como descreve a sua relação conjugal? Existem episódios de conflitos, violência? Se sim, a que se devem? Se relacionados com o desempenho das tarefas domésticas, qual a periodicidade dos mesmos e como terminam?

Quando existem conflitos qual é a sua atitude? E a do seu cônjuge?

Como percebe a sua relação conjugal ao longo do tempo?

Gostava que me falasse de que forma a conciliação influencia a sua relação íntima? Sentia o mesmo no seu país de origem? Se diferente da situação atual, o que é que mudou? Porquê?

Bloco V – Situação Laboral

Gostava que me falasse do seu percurso laboral antes e depois da imigração?

Quais as condições de trabalho, ao nível de profissão desempenhada, salários e regalias, contratos de trabalho, horários, exercício efetivo de direitos sociais [horas para amamentação, assistência à família] situações de discriminação/racismo?

Em média, quanto tempo é dedicado à sua atividade profissional?

Alguma vez sentiu dificuldades de aceitar ou manter um emprego por motivos familiares?

Quais os fatores de satisfação e insatisfação no emprego?

Como encara a sua vida profissional, como um meio de sustento ou um modo de realização pessoal?

Sente-se realizada com a sua vida profissional?

Como é que a sua vida familiar afeta a sua vida profissional?

De que modo procura equilibrar/conciliar as necessidades familiares com as profissionais?

Quais são as principais dificuldades com que se confronta ao procurar conciliar o trabalho e a sua vida familiar?

Considera que a cultura do seu país interfere com a questão da conciliação?

Indique que medidas de natureza familiar e/ou institucional e/ou governamental que na sua opinião deveriam ser implementadas para contribuir para a resolução destas dificuldades?

Gostava que partilhasse comigo uma situação positiva e negativa do antes e pós imigração, em relação ao seu trabalho profissional?

Se pudesse mudar alguma coisa na sua vida de modo a melhorar a relação entre trabalho profissional e vida familiar, o que escolheria?

Sente que ganhou maior autonomia e segurança após o percurso migratório? Se sim, como?

Como a imigração afetou as suas dinâmicas familiares e profissionais em termos de maior autoridade, autonomia e poder nas duas esferas?

Bloco VI - Perceção do trabalho próprio e do cônjuge

Costuma sentir-se sobrecarregada com o trabalho que faz em casa? E o seu cônjuge?

Sente-se realizada/satisfeita com o trabalho que tem que fazer em casa? E o seu cônjuge?

E no seu país de origem como costumava sentir-se? Se diferente da situação atual, o que é que mudou? Porquê?

Valoriza o trabalho que o seu companheiro faz em casa e em que medida sente que o seu companheiro valoriza o seu?

Como avalia a justiça da divisão das tarefas domésticas entre si e o seu cônjuge? E como acha que o seu cônjuge avalia?

Qual a razão que a levou a considerar uma divisão justa ou injusta?

E no seu país de origem como era feita esta avaliação? Se diferente da situação atual, o que é que mudou? Porquê?

Bloco VII – Uso dos tempos

Como ocupa o seu tempo, para além do trabalho, das tarefas domésticas e dos cuidados aos/às filhos/as? E o seu cônjuge?

Em média, quanto tempo é dedicado a outras atividades?

Se pudesse no seu tempo disponível o que faria?

Com quem passa os seus tempos livres (portugueses/as ou não)?

Qual a importância do uso deste tempo, para si?

E no seu país de origem como ocupava o seu tempo? Se diferente da situação atual, o que é que mudou? Porquê?

Bloco VIII – Perspetivas de integração ou fixação

Fazendo uma retrospectiva da sua vida, qual o balanço que faz, desde que imigrou em relação às suas expectativas iniciais?

Sentiu que houve alguma mudança? Se sim, porquê, como e em que aspetos?

Se fosse hoje voltaria a tomar a mesma decisão de imigrar? O que alteraria?

Como se vê no futuro, tenciona ficar a viver em Portugal ou regressar ao seu país?

Mantém algum tipo de ligação com o seu país?

Quais os acontecimentos que mais a marcaram neste processo?

Como e quem é nesta fase da sua vida?

Bloco IX- Cenas Significativas

Descrição em detalhe (o que aconteceu, quem estava lá, o que pensou ou sentiu) das seguintes cenas:

1. “high point” (cena de alegria, afetos positivos, melhor cena da história)
2. “low point” (cena de tristeza. Medo, afetos negativos, pior cena da sua história)

3. ponto de viragem (cena em que experimenta uma mudança significativa na sua vida)
4. cena de tomada de decisão (episódio em que teve de tomar uma decisão importante)
5. cena da imigração (descrição da cena mais significativa relacionada com a imigração)

Bloco X - Desafios

Descrição do maior desafio da sua vida

Bloco XII- Ideologia pessoal

Relacionar as questões das crenças religiosas e políticas

Bloco XII- Tema de vida

Pedir às participantes que, com base em toda a história contada, identifiquem um tema ou mensagem central, que integre toda a sua história de vida.

ANEXO IV

Registo individual de utilização do tempo

DATA	NOME:											
HORAS	O QUE ESTAVA A FAZER?	O QUE ESTAVA A FAZER O SEU MARIDO?	ESTAVA SOZINHA, OU COM ALGUÉM QUE CONHECE?				LOCAL/MEIO DE TRANSPORTE	ESTAVA SOZINHO, OU COM ALGUÉM QUE CONHECE?				LOCAL/MEIO DE TRANSPORTE
	Indique as suas ocupações/actividades principais, a cada uma hora.	Indique as suas ocupações/actividades principais, a cada uma hora.	(Indique com X)				(Casa, restaurante, emprego, táxi, autocarro, barco, pé, etc.)	(Indique com X)				(Casa, restaurante, emprego, táxi, autocarro, barco, pé, etc.)
			Sozinho/a	Com criança até 14 anos que vivam com a família	Com outros membros da família que vivam consigo	Com outras pessoas que conhece, ou familiares que não vivam consigo		Sozinho/a	Com criança até 14 anos que vivam com a família	Com outros membros da família que vivam consigo	Com outras pessoas que conhece, ou familiares que não vivam consigo	
1	2	3	4	5	6	7	8	4	5	6	7	8
5.00 - 6.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.00 - 7.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.00 - 8.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.00 - 9.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.00 - 10.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.00 - 11.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11.00 - 12.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.00 - 13.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.00 - 14.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.00 - 15.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.00 - 16.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16.00 - 17.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

DATA	NOME:											
HORAS	O QUE ESTAVA A FAZER?	O QUE ESTAVA A FAZER O SEU MARIDO?	ESTAVA SOZINHA, OU COM ALGUÉM QUE CONHECE?				LOCAL/MEIO DE TRANSPORTE	ESTAVA SOZINHO, OU COM ALGUÉM QUE CONHECE?				LOCAL/MEIO DE TRANSPORTE
	Indique as suas ocupações/actividades principais, a cada uma hora.	Indique as suas ocupações/actividades principais, a cada uma hora.	(Indique com X)				(Casa, restaurante, emprego, táxi, autocarro, barco, pé, etc.)	(Indique com X)				(Casa, restaurante, emprego, táxi, autocarro, barco, pé, etc.)
			Sozinho/a	Com criança até 14 anos que vivam com a família	Com outros membros da família que vivam consigo	Com outras pessoas que conhece, ou familiares que não vivam consigo		Sozinho/a	Com criança até 14 anos que vivam com a família	Com outros membros da família que vivam consigo	Com outras pessoas que conhece, ou familiares que não vivam consigo	
1	2	3	4	5	6	7	8	4	5	6	7	8
17.00 - 18.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18.00 - 19.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19.00 - 20.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.00 - 21.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.00 - 22.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22.00 - 23.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23.00 - 00.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
00.00 - 1.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.00 - 2.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.00 - 3.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.00 - 4.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.00 - 5.00			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>